



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça



Relatório

2023





Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça



Relatório

2023



© 2024 Ministério Público do Estado do Amazonas

COORDENAÇÃO-GERAL

Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas
Portaria Nº 0296/2024/PGJ

ELABORAÇÃO

Lilian Maria Pires Stone
Ivanete de Oliveira Nascimento
Venilton Rodrigues de Melo
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Steven Castro Conte
Kelly Khassandra Alves Barbosa
Hirailton Gomes do Nascimento

M665r

Relatório 2023. Ministério Público do Estado do Amazonas. /
Ministério Público de Estado do Amazonas. Secretaria-Geral -
Manaus: Procuradoria-Geral de Justiça, 2023.
PDF (209p):.il.color

1. Ministério Público – atuação 2. Relatório I. Título.

Disponível em: www.mpam.mp.br/images/Relatorio-MPAM-2023.pdf

CDU: 347.963(811.3)(047)

CDDIR: 341.41306

2024 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Procuradoria-Geral de Justiça

Avenida Coronel Teixeira, n. 7995 - Nova Esperança. Manaus /AM. CEP: 69037-473

(92) 3655 0500 / 0800 092 0500

www.mpam.mp.br

APRESENTAÇÃO

Na Administração Pública brasileira, a transparência, que é decorrência do Estado Democrático de Direito, este concebido pela Constituição Federal de 1988, visa objetivar e legitimar as ações praticadas pela Administração Pública por meio da redução do distanciamento que a separa dos administrados.

Frente a tal mandamento constitucional, bem como em obediência ao que expressa o art. 29 inciso XXXIX, da Lei Complementar n. 011 de 17 de dezembro de 1993, o Ministério Público Amazonense vem, perante esta Augusta Casa Legislativa, cumprir o papel constitucional de prestar contas à sociedade, das atividades institucionais levadas a efeito, no ano de 2023, objetivando dar transparência às atividades do órgão.

Mais do que atender a um regramento legal e ao princípio constitucional da transparência, o presente documento visa a prestação de contas para a sociedade sobre o que membros e servidores da Instituição fizeram ao longo de 2023 para assegurar o pleno cumprimento das atribuições reservadas ao Ministério Público pela Constituição Federal de 1988.

A respeito da importância da transparência e publicidade, ensina Rui Barbosa:

“A publicidade é o princípio, que preserva a justiça de corromper-se. Todo o poder, que se oculta, perverte-se.”¹

Nesse sentido, o presente relatório detalha iniciativas, ações e principais resultados verificados no ano de 2023 pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

O ano de 2023 iniciou-se com um marco histórico para o país. Alguns dias após a posse da Presidência da República, o Brasil assistiu, quase que ao vivo pelas redes sociais, ao ato antidemocrático ocorrido na Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro.

Apesar do acontecido, tal evento, em verdade, fortaleceu as instituições democráticas e reforçou a missão constitucional do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O ano também foi marcado pela declaração da Organização Mundial da Saúde com o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. Saímos, finalmente, de uma pandemia, para lidarmos agora com uma epidemia. Vencido o COVID-19, infelizmente tivemos notícia de outra guerra instalada na faixa de Gaza.

Embora os desafios supracitados, o presente relatório, traduz em cada uma de suas páginas, nossas decisões, resultantes da atuação ministerial, em defesa dos direitos da sociedade, em todo o estado do Amazonas.

Dentre as ações que traduzem esse empenho, podemos citar as construções prediais das sedes próprias de Maués, Presidente Figueiredo, Coari, bem como as reformas das Promotorias de Justiça de Tefé e Novo Airão.

Em continuidade ao projeto de estruturação no interior do Estado, foi dado início a construção das sedes de Manacapuru e Anori, além das reformas das Promotorias de Justiça de Boca do Acre, Autazes, Tefé, Itamarati, Carauari e Barreirinha.

Ademais, o Ministério Público do Amazonas inaugurou seu escritório de representação em Brasília, visando fortalecer sua atuação no cenário federal, no qual obteve frutos ainda em 2023.

Em maio este Procurador-Geral de Justiça tomou posse como Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos, o que culminou na recepção, em Manaus, de mais de 200 Membros do Ministério Público brasileiro durante a IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, bem como a Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

¹BARBOSA, Rui. Obras Completas, Vol. XXII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

Já a Ouvidora-Geral do Amazonas, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, assumiu a vice-presidência do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União no início de 2023, e, em novembro, foi eleita para assumir o cargo de Presidente do Conselho no Anuênio 2024-2025.

Então, a Corregedora-Geral do Ministério Público do Amazonas, Procuradora de Justiça Sílvia Abdala Tuma, foi eleita Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, selando, portanto, a atuação dessa gestão em grupos e conselhos de âmbito nacional.

No âmbito de aperfeiçoamento e capacitação de servidores e membros, por sua vez, registrou-se 2.716 (dois mil setecentos e dezesseis) certificações e 5.405 (cinco mil e quatrocentos e cinco) visualizações nos canais virtuais.

No campo de recursos humanos, foi realizado o primeiro processo seletivo para Residentes Jurídicos do Ministério Público amazonense, além da aplicação da prova preambular e demais fases do concurso para Promotor de Justiça Substituto, com mais de 1.700 (mil e setecentos) candidatos inscritos e da posse de dois Procuradores de Justiça.

Nessa esteira, em dezembro de 2023 foi publicado o Edital do concurso para servidores efetivos do MPAM, demonstrando a valorização pelos servidores públicos.

No quesito publicidade e transparência, o Ministério Público do Amazonas conquistou, pela primeira vez, o Selo Diamante no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil -Atricon. No ranking dos 23 Ministérios Públicos Estaduais avaliados, o Amazonas alcançou a 6ª posição, obtendo um índice de transparência de 96,92%.

No tocante à atividade-fim, a Casa Ministerial amazonense foi submetida à Correição Nacional pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, o que ocasionou no recebimento do Selo de Resolutividade do Conselho Nacional do Ministério Público, referente à resolutividade e à defesa da unidade ministerial no Amazonas, demonstradas por meio do “Projeto Juntos pela Vida”, “Guia Básico de Atuação Ministerial” e o “Projeto de Construção da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar do Amazonas”.

O CNMP também concedeu honraria ao Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, destacando os “relevantes serviços prestados ao fomento da doutrina à resolutividade e à defesa do princípio da unidade ministerial” e o “espírito de liderança”.

Quanto à gestão orçamentária e financeira restou autorizado o orçamento estadual de **R\$ 32.601.000.000,00** (trinta e dois bilhões, seiscentos e um milhões de reais), sendo 1,40% destinado ao Ministério Público Estadual, que agindo em observância ao seu dever constitucional e moral, obteve uma economia de 0,8% em suas despesas, mantendo ainda sua despesa com pessoal dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse íterim destaque especial ao compromisso com os procedimentos licitatórios que alçou economia na ordem de **R\$ 5.146.850,34** (cinco milhões, cento e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos).

Assim, diante da apresentação de parte das ações desenvolvidas pelo MPAM ao longo de 2023, verifica-se que os avanços foram muito significativos e devem ser creditados ao corpo qualificado de membros ministeriais, servidores, estagiários e colaboradores, que não mediram esforços para realizar um trabalho de Excelência, reconhecida formalmente pelo Conselho Nacional do Ministério Público e motivo de orgulho para todos os que operam nesta Casa Ministerial.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Procurador-Geral de Justiça

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Subprocurador-Geral Jurídico Institucional

AGUINELO BALBI JÚNIOR

Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Corregedora-Geral do Ministério Público

SILVIA ABDALA TUMA

Ouvidora-Geral do Ministério Público

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA

Secretário-Geral do Ministério Público

RENILCE HELEN QUEIROZ DE SOUSA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO-AM

MEMBROS	REPRESENTAÇÃO
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior	Membro Nato
Sílvia Abdala Tuma	Membro Nato
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza	Representante da Classe
Neyde Regina Demóstenes Trindade	Representante da Classe
Suzete Maria dos Santos	Representante da Classe
Silvana Nobre de Lima Cabral	Representante do Colégio de Procuradores
Mara Nóbria Albuquerque da Cunha	Representante do Colégio de Procuradores

PROCURADORES DE JUSTIÇA

PROCURADORIA DE JUSTIÇA	TITULARIDADE	ATUAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª	Marco Aurélio Lisciotto	Segunda Câmara Cível
2ª	Karla Fregapani Leite	Terceira Câmara Cível
3ª	Públio Caio Bessa Cyrino	Primeira Câmara Criminal
4ª	Sílvia Abdala Tuma	Primeira Câmara Criminal
5ª	Silvana Nobre de Lima Cabral	Primeira Câmara Cível
6ª	Sandra Cal Oliveira	Primeira Câmara Cível
7ª	Jussara Maria Pordeus e Silva	Segunda Câmara Cível
8ª	Carlos Lélío Lauria Ferreira	Primeira Câmara Criminal
9ª	Rita Augusta de Vasconcelos Dias	Primeira Câmara Criminal
10ª	Mauro Roberto Veras Bezerra	Primeira Câmara Criminal
11ª	Sarah Pirangy de Souza	Segunda Câmara Criminal
12ª	Aguinelo Balbi Júnior	Segunda Câmara Criminal
13ª	Liane Mônica Guedes de Freitas Rodrigues	Segunda Câmara Criminal
14ª	Mara Nóbria Albuquerque da Cunha	Terceira Câmara Cível
15ª	Suzete Maria dos Santos	Segunda Câmara Cível
16ª	<i>Em movimentação.</i>	Terceira Câmara Cível
17ª	Adelton Albuquerque Matos	Primeira Câmara Criminal
18ª	Delisa Olívia Vieiralses Ferreira	Primeira Câmara Cível
19ª	Maria José da Silva Nazaré	Segunda Câmara Criminal
20ª	José Bernardo Ferreira Júnior	Segunda Câmara Criminal
21ª	Neyde Regina Demóstenes Trindade	Segunda Câmara Criminal
22ª	Jorge Michel Ayres Martins	Primeira Câmara Cível
23ª	Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza	Segunda Câmara Cível
24ª	<i>Em movimentação</i>	Terceira Câmara Cível

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULARIDADE	ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO
1ª	Marlene Franco da Silva	1ª Vara Criminal
2ª	Rogeanne Oliveira Gomes da Silva	1ª Vara Criminal
3ª	Ítalo Klinger Rodrigues do Nascimento	2ª Vara Criminal
4ª	Jefferson Neves de Carvalho	7ª Vara Criminal
5ª	<i>Em movimentação.</i>	8ª Vara Criminal
6ª	Carlos Fábio Braga Monteiro	4ª Vara Criminal
7ª	Leda Mara do Nascimento Albuquerque	4ª Vara Criminal
8ª	<i>Em movimentação.</i>	10ª Vara Criminal
9ª	Darlan Benevides de Queiroz	9ª Vara Criminal
10ª	Vicente Augusto Borges Oliveira	5ª Vara Criminal
11ª	Alessandro Samartin de Gouveia	6ª Vara Criminal
12ª	Carolina Monteiro Chagas Maia	6ª Vara Criminal
13ª	Cley Barbosa Martins	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
14ª	Armando Gurgel Maia	1ª Vara do Tribunal do Júri
15ª	Marcelo de Salles Martins	1ª Vara do Tribunal do Júri
16ª	Leonardo Tupinambá do Valle	2ª Vara do Tribunal do Júri
17ª	Clarissa Moraes Brito	2ª Vara do Tribunal do Júri
18ª	Francisco de Assis Aires Argüelles	Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
19ª	Jorge Alberto Gomes Damasceno	Vara de Crimes de Trânsito
20ª	Márcia Cristina de Lima Oliveira	3ª Vara do Tribunal do Júri
21ª	Christianne Corrêa Bento da Silva	1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
22ª	Mário Ypiranga Monteiro Neto	2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
23ª	Eliana Leite Guedes do Amaral	Vara de Execução Penal
24ª	Kepler Antony Neto	Vara de Execução Penal
25ª	Igor Starling Peixoto	Vara da Auditoria Militar
26ª	Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos	Vara da Auditoria Militar
27ª	Christiane Dolzany Araújo	Juizado da Infância e Juventude - Cível
28ª	<i>Em movimentação.</i>	Juizado da Infância e Juventude - Cível
29ª	Adriano Alecrim Marinho	Juizado da Infância e Juventude - Infracional
30ª	Romina Carmen Brito Carvalho	Juizado da Infância e Juventude - Infracional
31ª	André Alecrim Marinho	Juizado da Infância e Juventude - Infracional

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULARIDADE	ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO
32ª	Renata Cintrão Simões Oliveira	1ª Vara de Família
33ª	Nilda Silva de Sousa	5ª Vara de Família
34ª	Jorge Wilson Lopes Cavalcante	Vara de Órfãos e Sucessões
35ª	Renilce Helen Queiroz de Souza	6ª Vara de Família
36ª	Silvana Ramos Cavalcanti	4ª Vara de Família
37ª	Luciana Toledo Martinho	7ª Vara de Família
38ª	<i>Em movimentação.</i>	8ª Vara de Família
39ª	Simone Braga Lunière da Costa	2ª Vara de Família
40ª	Tereza Cristina Coelho da Silva	9ª Vara de Família
41ª	Marlinda Maria Cunha Dutra	1ª e 3ª Vara da Fazenda Pública
42ª	Vitor Moreira da Fonseca	Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência - PRODHID
43ª	Elvys de Paula Freitas	1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública
44ª	Edna Lima de Souza	1ª e 4ª Vara da Fazenda Pública
45ª	Maria Betusa Araújo do Nascimento	2º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
46ª	Sheyla Dantas Frota	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
47ª	Kátia Maria Araújo de Oliveira	Fundações e Massas Falidas
48ª	David Evandro Costa Carramanho	Vara de Registros Públicos
49ª	Ana Cláudia Abboud Daou	Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
50ª	Lilian Maria Pires Stone	Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
51ª	Edilson Queiroz Martins	Proteção e Defesa do Consumidor
52ª	Lincoln Alencar de Queiroz	Proteção e Defesa do Consumidor
53ª	Carlos Sérgio Edwards de Freitas	Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
54ª	Cláudia Maria Raposo da Câmara Coelho	Defesa dos Direitos Humanos à Saúde Pública - PRODHSP
55ª	Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior	Defesa dos Direitos Humanos à Educação - PRODHED
56ª	Mirtel Fernandes do Vale	Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência - PRODHID
57ª	Antônio José Mancilha	Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - PRODIHC
58ª	Luissandra Chixaro de Menezes	Defesa dos Direitos Humanos à Saúde Pública - PRODHSP

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULARIDADE	ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO
59 ^a	Marcelo Pinto Ribeiro	Defesa dos Direitos Humanos à Educação - PRODHED
60 ^a	<i>Em movimentação</i>	PROCEAP
61 ^a	Sarah Clarissa Cruz Leão	PROCEAP
62 ^a	Lauro Tavares da Silva	Proteção e Defesa da Ordem Urbanística
63 ^a	Paulo Stélio Sabbá Guimarães	Proteção e Defesa da Ordem Urbanística
64 ^a	Elizandra Leite Guedes de Lira	Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas (VEMEPa)
65 ^a	Maria Eunice Lopes de Lucena Bittencourt	<i>Vara de Crimes de Trânsito</i>
66 ^a	Francilene Barroso da Silva	15º Juizado Especial Criminal
67 ^a	Marco Aurélio Lisciotto	19º Juizado Especial Criminal
68 ^a	Ruy Malveira Guimarães	17º Juizado Especial Criminal
69 ^a	Rodrigo Miranda Leão Junior	1.ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
70 ^a	Edgard Maia de Albuquerque Rocha	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
71 ^a	Jorge Alberto Veloso Pereira	Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMEPa)
72 ^a	Cleucy Maria de Souza	Vara de Registros Públicos
73 ^a	Davi Santana da Câmara	1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
74 ^a	Solange da Silva Guedes Moura	18º Juizado Especial Criminal
75 ^a	Maria Piedade Q. Nogueira Belasque	3ª Vara de Família
76 ^a	André Virgílio Belota Seffair	3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
77 ^a	Edinaldo Aquino Medeiros	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
78 ^a	Hilton Serra Viana	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
79 ^a	Wandete de Oliveira Netto	Proteção e Defesa do Patrimônio Público
80 ^a	Walber Diniz da Silva	11ª Vara Criminal
81 ^a	Sheyla Andrade dos Santos	Proteção e Defesa do Consumidor
82 ^a	Daniel Leite Brito	4º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
83 ^a	Carlos Sérgio Tanajura Sampaio	5º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
84 ^a	Laís Rejane de Carvalho Freitas	4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
85 ^a	Carla Santos Guedes Gonzaga	1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULARIDADE	ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO
86 ^a	Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula	2 ^a Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
87 ^a	Reinaldo Alberto Nery de Lima	3 ^a Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
88 ^a	Álvaro Granja Pereira de Souza	4 ^a Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
89 ^a	Luiz do Rego Lobão Filho	3 ^a Vara do Tribunal do Júri
90 ^a	Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos	2 ^a Vara Criminal
91 ^a	Lucíola Honório de Valois Coelho Veiga Lima	5 ^a Vara Criminal
92 ^a	André Luiz Medeiros Figueira	7. ^a Vara Criminal
93 ^a	João Gaspar Rodrigues	8. ^a Vara Criminal
94 ^a	Francisco Lázaro de Moraes Campos	9. ^a Vara Criminal
95 ^a	Aurely Pereira de Freitas	10. ^a Vara Criminal
96 ^a	Carlos José Alves de Araújo	11 ^a Vara Criminal
97 ^a	<i>Em movimentação.</i>	Vara de Execuções Penais
98 ^a	Marcelo Augusto Silva de Almeida	Vara de Execuções Penais
99 ^a	José Felipe da Cunha Fish	6 ^o Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
100 ^a	Elis Helena de Souza Nóbile	3 ^o Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
101 ^a	Géber Mafra Rocha	2 ^a Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
102 ^a	André Lavareda Fonseca	1 ^a Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
103 ^a	Rogério Marques Santos	2 ^a Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
104 ^a	Vivaldo Castro de Souza	1 ^a Vara do Tribunal do Júri
105 ^a	Márcio Pereira de Mello	2 ^a Vara do Tribunal do Júri
106 ^a	<i>Em movimentação.</i>	3 ^a Vara do Tribunal do Júri

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA/ COMARCA	TITULARIDADE
ALVARÃES	Gustavo Van Der Laars
AMATURÁ	<i>Em movimentação.</i>
ANAMÃ	André Epifânio Martins
ANORI	<i>Em movimentação.</i>
APUÍ	Gabriel Salvino Chagas do Nascimento
ATALAIA DO NORTE	<i>Em movimentação.</i>
AUTAZES	Carlos Firmino Dantas
BARCELOS	Karla Cristina da Silva Sousa
BARREIRINHA	Adriana Monteiro Espinheira
BENJAMIN CONSTANT	<i>Em movimentação.</i>
BERURI	José Augusto Palheta Taveira Júnior
BOA VISTA DO RAMOS	<i>Em movimentação.</i>
BOCA DO ACRE	<i>Em movimentação.</i>
BORBA	Lilian Nara Pinheiro de Almeida
CAAPIRANGA	Fabrcio Santos Almeida
CANUTAMA	<i>Em movimentação.</i>
CARAUARI	Eduardo Gabriel
CAREIRO CASTANHO	<i>Em movimentação.</i>
CAREIRO DA VÁRZEA	Roberto Nogueira
1ª Promotoria de Justiça - COARI	<i>Em movimentação.</i>
2ª Promotoria de Justiça - COARI	<i>Em movimentação.</i>
CODAJÁS	<i>Em movimentação.</i>
EIRUNEPÉ	<i>Em movimentação.</i>
ENVIRA	Priscilla Carvalho Pini
FONTE BOA	<i>Em movimentação.</i>
GUAJARÁ	Vitor Rafael de Moraes Honorato
1ª Promotoria de Justiça - HUMAITÁ	Weslei Machado Alves
2ª Promotoria de Justiça - HUMAITÁ	Sylvio Henrique Lorena Duque Estrada
IPIXUNA	<i>Em movimentação.</i>
1ª Promotoria de Justiça - IRANDUBA	Gérson de Castro Coelho
2ª Promotoria de Justiça - IRANDUBA	Leonardo Abinader Nobre
1ª Promotoria de Justiça - ITACOATIARA	Rômulo de Souza Barbosa
2ª Promotoria de Justiça - ITACOATIARA	<i>Em movimentação.</i>
3ª Promotoria de Justiça - ITACOATIARA	Timóteo Ágabo Pacheco de Almeida
ITAMARATI	Caio Lúcio Fenelon Assis Barros
ITAPIRANGA	Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes

PROMOTORIA DE JUSTIÇA/ COMARCA	TITULARIDADE
JAPURÁ	<i>Em movimentação.</i>
JURUÁ	Rafael Augusto Del Castilho da Fonseca
JUTAÍ	<i>Em movimentação.</i>
LÁBREA	<i>Em movimentação.</i>
1ª Promotoria de Justiça - MANACAPURU	Tânia Maria de Azevedo Feitosa
2ª Promotoria de Justiça - MANACAPURU	<i>Em movimentação.</i>
3ª Promotoria de Justiça - MANACAPURU	Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda
MANAQUIRI	Flávio Mota Morais Silveira
1ª Promotoria de Justiça - MANICORÉ	<i>Em movimentação.</i>
2ª Promotoria de Justiça - MANICORÉ	Vinicius Ribeiro de Souza
MARAA	<i>Em movimentação.</i>
1ª Promotoria de Justiça - MAUÉS	Miriam Figueiredo da Silveira
2ª Promotoria de Justiça - MAUÉS	Sérgio Roberto Martins Verçosa
NHAMUNDÁ	<i>Em movimentação.</i>
NOVA OLINDA DO NORTE	<i>Em movimentação.</i>
NOVO AIRÃO	João Ribeiro Guimarães Netto
NOVO ARIPUANÁ	Jarla Ferraz Brito
1ª Promotoria de Justiça - PARINTINS	Ricardo Mito Nogueira Borges
2ª Promotoria de Justiça - PARINTINS	Marcelo Bitarães de Souza Barros
3ª Promotoria de Justiça - PARINTINS	Marina Campos Maciel
PAUINI	Danielly Christini Samartin Gouveia de Andrade
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Fábia Melo Barbosa de Oliveira
RIO PRETO DA EVA	Ynna Breves Maia Veloso
SANTA IZABEL DO RIO NEGRO	<i>Em movimentação</i>
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	<i>Em movimentação</i>
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Paulo Alexander dos Santos Beriba
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	<i>Em movimentação</i>
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ	Elanderson Lima Duarte
SILVES	Iranilson de Araújo Ribeiro
1ª Promotoria de Justiça - TABATINGA	<i>Em movimentação.</i>
2ª Promotoria de Justiça - TABATINGA	Daniel Rocha de Oliveira
TAPAUÁ	Bruno Batista da Silva
1ª Promotoria de Justiça - TEFÉ	Thiago de Melo Roberto Freire
2ª Promotoria de Justiça - TEFÉ	<i>Em movimentação.</i>
UARINI	<i>Em movimentação</i>
URUCARÁ	Eric Nunes Novaes Machado
URUCURITUBA	Kleyson Nascimento Barroso

Sumário

<u>Estado do Amazonas</u> <i>Capítulo 01</i>	15
<u>Ministério Público do Estado do Amazonas</u> <i>Capítulo 02</i>	21
<u>Administração Superior do Ministério Público</u> <i>Capítulo 03</i>	28
<u>Organograma</u> <i>Capítulo 04</i>	48
<u>Modernização Administrativa</u> <i>Capítulo 05</i>	50
<u>Gestão Orçamentária e Financeira</u> <i>Capítulo 06</i>	108
<u>Atuação Institucional</u> <i>Capítulo 07</i>	132
<u>Panorama da Atuação Institucional</u> <i>Capítulo 08</i>	182
<u>Panorama da Gestão</u> <i>Capítulo 09</i>	193

Estado do Amazonas



Capítulo 01





População: 3.941.613 habitantes (IBGE 2023)
 Homens: 1.965.810
 Mulheres: 1.975.803
 Taxa Média de Crescimento: 1,03 % (IBGE 2023)

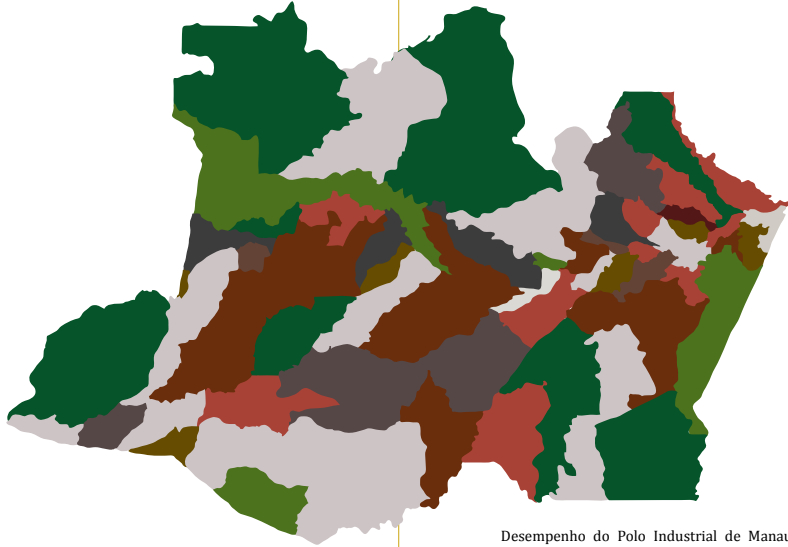
Número de Eleitores: 2.653.821
 Representação Parlamentar:
 Deputados Estaduais: 24
 Deputados Federais: 8
 Senadores: 3

População da Capital (Manaus): 2.063.689 habitantes (IBGE 2023)
 População do Interior: 1.877.924 habitantes (IBGE 2023)

Força de Trabalho – Ocupada: 1.964.000 pessoas
 Força de Trabalho – Desocupada: 173.000 pessoas

Área (extensão territorial): 1.559.146,876 km²
 Número de Municípios: 62
 Mesorregiões: 4
 Microrregiões: 13
 Comarcas: 62

Clima: Equatorial, quente e úmido
 Vegetação: Floresta Amazônica
 Maior parcela de florestas tropicais preservadas do planeta – 98% da cobertura vegetal original
 Maior extensão de fronteira internacional por Unidade da Federação



Reservas minerais e energéticas em destaque:

- Argila: 45.019.805 ton
- Calcário: 437.644.518 ton
- Caulim: 3.406.501.971 ton
- Gipsita (gesso): 1.974.750 ton
- Silvinita: 939.305.000 ton
- Bauxita: 151.785.316 ton
- Minério de Ferro: 65.720.318 ton
- Nióbio: 2.900.000.000 ton
- Ouro: 2.812.702 ton
- Petróleo: 25.020.000 m³
- Gás Natural: 69.818.970.000 m³

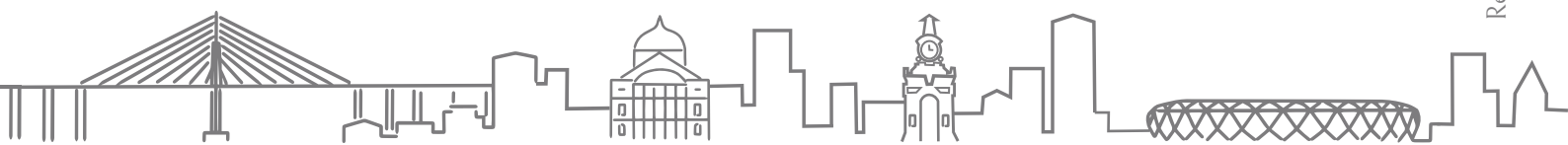
Áreas Protegidas no Estado

- Terras Indígenas: 53.631.442 ha (55,89%)
- Unidades de Conservação Estadual: 19.925.596 ha (20,76%)
- Unidades de Conservação Federal: 22.409.937 ha (23,35 %)
- Total de Áreas Protegidas: 95.966.975 ha (100%)

Desempenho do Polo Industrial de Manaus no período de janeiro a dezembro de 2023

O Polo Industrial de Manaus (PIM) faturou em 2023 o montante de R\$ 173,47 bilhões, o segundo melhor resultado nominal em moeda nacional, equivalendo a um decréscimo de 2,51% na comparação com o acumulado em 2022 (R\$ 177,92 bilhões), detentor do recorde histórico. Em dólar, o faturamento do PIM entre janeiro e dezembro do ano passado totalizou US\$ 34,79 bilhões, representando um crescimento de 0,21% em relação ao apurado em 2022 (US\$ 34,71 bilhões) e o melhor resultado nominal na moeda estrangeira desde 2014 (US\$ 37,12 bilhões). Ainda de acordo com os indicadores industriais, a mão de obra empregada do PIM fechou o mês de dezembro de 2023 com 112.230 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados, significando elevação de 0,66% em relação a dezembro de 2022 (112.163). A média mensal de 2023 é a melhor desde o ano de 2014, quando a média mensal da mão de obra foi de 122.553 empregos. Quanto aos subsetores e produtos, ao faturar em 2023 o montante de R\$ 42,55 bilhões, o polo de Bens de Informática permanece como subsetor com maior participação no resultado global de faturamento do PIM, respondendo por 24,53% do total. Outros segmentos de grande representatividade no PIM em 2023 foram o Eletroeletrônico, com faturamento de R\$ 32,46 bilhões e participação de 18,72%; Duas Rodas, com faturamento de R\$ 30,81 bilhões e participação de 17,76%; o Químico, com faturamento de R\$ 17,12 bilhões e participação de 9,87%; e o Termoplástico, com faturamento de R\$ 14,51 bilhões e participação de 8,37%. No comparativo do faturamento nominal dos subsetores entre 2023 e 2022, destacam-se os crescimentos percentuais dos segmentos de Vestuário e Calçados, com 35,06%; seguido pelo Naval, com 30,14%; o Editorial e Gráfico, com 28,17%; e o de Duas Rodas, com 17,97%. Em termos de volume de faturamento apresentado, os principais produtos fabricados pelo PIM em 2023 foram: motocicletas, motonetas e ciclomotós (R\$ 24,65 bilhões e US\$ 4,94 bilhões); televisores com tela de LCD e OLED (R\$ 21,10 bilhões e US\$ 4,23 bilhões); telefones celulares (R\$ 14,62 bilhões e US\$ 2,91 bilhões) e condicionadores de ar tipo split system (R\$ 8,60 bilhões e US\$ 1,72 bilhão). Já em termos de crescimento percentual da produção na comparação com o ano anterior, os maiores destaque foram as unidades condensadoras para split system, com 311.054 unidades fabricadas e 328,06% de crescimento; as unidades evaporadoras para split system, com 402.470 unidades produzidas e crescimento de 194,71%; e receptores de sinal de televisão, com 4.157.725 unidades fabricadas e crescimento de 140,70%.mática, com 3.178.924 unidades produzidas e crescimento de 105,92%.

Fonte: SUFRAMA





DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO

No ano de 2023, de acordo com os relatórios do Portal da Transparência do Estado do Amazonas, o orçamento estadual autorizado foi de R\$ 32.601 bilhões – dos quais foram destinados: ao Ministério Público, 1,40%; ao Poder Judiciário, 4,08%; ao Poder Legislativo, 2,71%; e, ao Poder Executivo e seus respectivos repasses, 91,81% (vide Tabela 1.1).

Levando-se em consideração o volume total de despesas realizadas (empenhadas) pelo Estado, o Parquet amazonense representou uma participação efetiva de 1,52%. O Poder Judiciário representou 4,19%, e o Poder Legislativo 2,93% (conforme Tabela 1.2).

Somando-se os repasses legais feitos aos municípios, o Poder Executivo totalizou uma participação de 91,36% das despesas realizadas (conforme tabela 1.2).

Com a despesa fixada de R\$ 32.601 bilhões e a despesa total realizada de R\$ 30.029 bilhões, obteve-se uma economia de 0,08% dos recursos estaduais autorizados.

Tabela 1.1: Distribuição do Orçamento Autorizado - Poder e Órgão - Comparativo em 2022/2023

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO AUTORIZADO	2022	PART. %	2023	PART. %	VAR. %
PODER EXECUTIVO/REPASSES	28.868.743.734,52	92,36%	29.932.367.567,44	91,81%	3,68%
MINISTÉRIO PÚBLICO	436.461.431,88	1,40%	456.912.435,31	1,40%	4,69%
Procuradoria-Geral de Justiça	436.211.431,88	1,40%	456.662.435,31	1,40%	4,69%
Fundo de Apoio do MP-AM	250.000,00	0,00%	250.000,00	0,00%	0,00%
Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
PODER LEGISLATIVO	833.088.474,49	2,67%	883.176.331,62	2,71%	6,01%
Assembleia Legislativa	473.333.313,96	1,51%	514.415.962,70	1,58%	8,68%
Fundo de Fomento a Atividade Legislativa	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tribunal de Contas do Estado	358.037.377,28	1,15%	364.092.368,92	1,12%	1,69%
Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo	1.717.783,25	0,01%	4.668.000,00	0,01%	171,75%
PODER JUDICIÁRIO	1.119.529.495,93	3,58%	1.328.795.080,91	4,08%	18,69%
Tribunal de Justiça	931.286.762,64	2,98%	1.067.411.036,35	3,27%	14,62%
Fundo de Modernização e Reparar.	188.242.733,29	0,60%	261.384.044,56	1%	38,85%
TOTAL	31.257.823.136,82	100%	32.601.251.415,28	100%	4,30%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Amazonas e DCI, consultado em 01/02/2024.

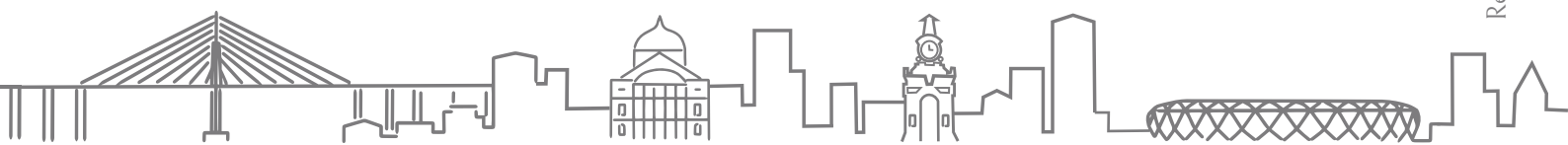




Tabela 1.2: Distribuição das Despesas Realizadas por Poder e Órgão - Comparativo 2022 – 2023 (Em R\$1,00)

PARTICIPAÇÃO NA DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)	2022	PART. %	2023	PART. %	VAR. %
PODER EXECUTIVO/REPASSES	26.767.568.984,26	91,95%	27.435.233.589,80	91,36%	2,49%
MINISTÉRIO PÚBLICO	435.659.227,98	1,50%	456.531.921,56	1,52%	4,79%
Procuradoria-Geral de Justiça	435.659.227,98	1,50%	456.531.921,56	1,52%	5,52%
Fundo de Apoio do MP-AM	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
PODER LEGISLATIVO	831.086.018,93	2,85%	880.580.422,29	2,93%	5,96%
Assembleia Legislativa	472.461.309,60	1,62%	513.889.560,68	1,71%	8,77%
Fundo de Fomento a Atividade Legislativa	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tribunal de Contas do Estado	357.941.398,45	1,23%	363.983.795,41	1,21%	1,69%
Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo	683.310,88	0,00%	2.707.066,20	0,01%	0,00%
PODER JUDICIÁRIO	1.076.667.794,70	3,70%	1.257.024.895,10	4,19%	16,75%
Tribunal de Justiça	927.561.042,17	3,19%	1.067.398.039,73	3,55%	15,08%
Fundo de Modernização e Repar.	149.106.752,53	0,51%	189.626.855,37	0,63%	27,18%
TOTAL	29.110.982.025,87	100%	30.029.370.828,75	100%	3,15%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Amazonas e DCI, consultado em 01/02/2024.

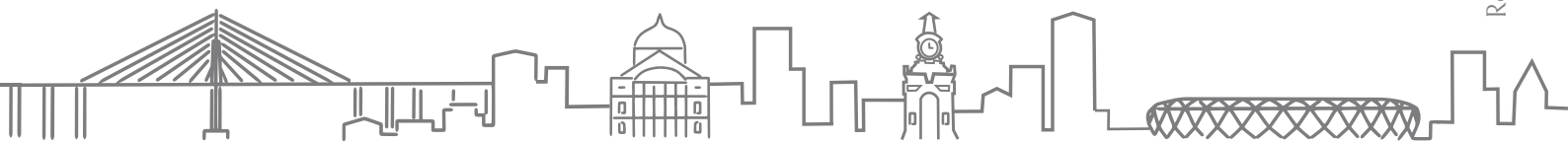
Na comparação entre os grupos da Despesa Autorizada de 2023, o grupo de Manutenção (Outras Despesas Correntes) detém 47,43%, seguido do grupo de Despesas com Pessoal com 37,24%.

Para os Investimentos foram autorizadas despesas em um volume de 5,81% do total, os Juros e Encargos da Dívida com 2,50%, a Amortização da Dívida deteve 3,16% e as Inversões Financeiras ficaram com valor de 1,48%. O grupo de Outras Despesas ficou com 2,38% do Orçamento autorizado, conforme Tabela 1.3.

Tabela 1.3: Distribuição das Despesas Autorizadas por Grupo - Comparativo 2022– 2023 (Em R\$ 1,00)

FONTE	DESPESA AUTORIZADA				
	2022	PART. %	2023	PART. %	VAR. %
1 - Pessoal e Encargos	11.766.755.521,17	37,64%	12.142.150.024,31	37,24%	3,19%
2 - Juros e Encargos da Dívida	521.009.875,61	1,67%	813.522.717,91	2,50%	56,14%
3 - Outras Despesas Correntes	14.425.090.221,62	46,15%	15.463.014.193,42	47,43%	7,20%
4 - Investimentos	2.903.589.987,31	9,29%	1.894.491.188,40	5,81%	-34,75%
5 - Inversões Financeiras	175.535.000,10	0,56%	482.809.292,77	1,48%	175,05%
6 - Amortização da Dívida	804.408.657,96	2,57%	1.030.002.070,00	3,16%	28,04%
9 - Outros	661.433.873,05	2,12%	775.261.928,47	2,38%	17,21%
TOTAL	31.257.823.136,82	100%	32.601.251.415,28	100%	4,30%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Amazonas e DCI, consultado em 01/02/2024.





Observando o comparativo entre os grupos do Orçamento Realizado (empenhado) no ano de 2023, o grupo de despesas com pessoal atingiu 39,92% em relação ao total de despesas empenhadas (realizadas) nesse ano. Outro destaque é o grupo de despesas no grupo de Manutenção (Outras Despesas Correntes), com participação de 48,95%.

Esses dois relevantes grupos, em comparação à participação no volume total de despesas realizadas (empenhadas) de 2022, apresentaram acréscimos de 2,31% e 6,10%, respectivamente.

Merece destaque, ainda, o grupo Investimentos, que atingiu apenas 4,63% dentro dos valores empenhados em 2023, demonstrando um importante decréscimo de 33,89% nesse gasto em relação à participação do mesmo no volume de despesas realizadas no ano de 2022. Por último, a Amortização da Dívida com 2,79%, a qual apresentou um acréscimo de 11,55%, conforme Tabela 1.4.

1.4.Tabela 1.4: Distribuição da Despesa Empenhado por Grupo - Comparativo 2022 – 2023 (Em R\$ 1,00)

FONTE	DESPESA EMPENHADA				
	2022	PART. %	2023	PART. %	VAR. %
1 - Pessoal e Encargos	11.716.697.390,84	40,25%	11.987.481.168,97	39,92%	2,31%
2 - Juros e Encargos da Dívida	506.574.960,78	1,74%	697.514.886,91	2,32%	37,69%
3 - Outras Despesas Correntes	13.855.072.091,75	47,59%	14.699.643.476,38	48,95%	6,10%
4 - Investimentos	2.104.730.554,57	7,23%	1.391.524.451,93	4,63%	-33,89%
5 - Inversões Financeiras	175.520.000,00	0,60%	413.890.002,31	1,38%	135,81%
6 - Amortização da Dívida	752.387.027,93	2,58%	839.316.842,25	2,79%	11,55%
9 - Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	29.110.982.025,87	100,00%	30.029.370.828,75	100,00%	3,15%

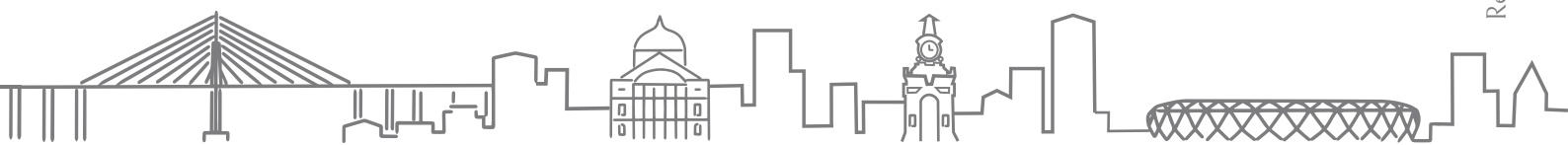
Fonte: Portal da Transparência do Estado do Amazonas e DCI, consultado em 01/02/2024.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

A despesa com pessoal no Poder Executivo, conforme Relatório de Gestão Fiscal, atingiu o percentual de 40,17% da Receita Corrente Líquida Ajustada, cumprindo com o limite de 49% estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/2000. Houve uma diminuição de 0,01% em relação a 2022, conforme tabela 1.5.

Nos demonstrativos do MPAM elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

As despesas de exercícios anteriores correspondem à Parcela Autônoma de Equivalência - PAE do período de setembro/1994 a outubro/2002 e outras despesas com pessoal de períodos anteriores conforme disposto no inciso IV da 101/2000 – LRF.



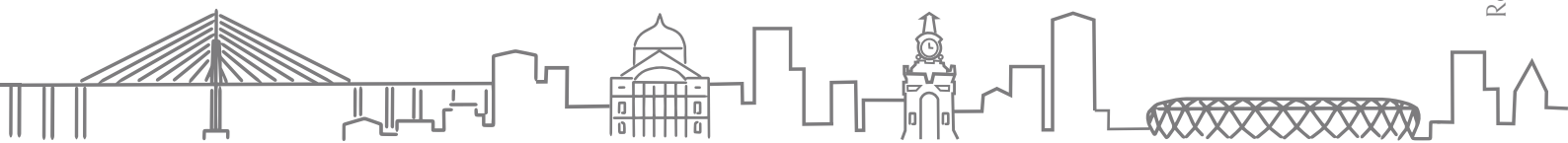


A despesa com pessoal do MPAM se manteve abaixo do limite de alerta indicado para a Instituição, conforme demonstra a tabela.

Tabela 1.5: Demonstrativo de Gastos com Pessoal em 2022 - 2023 (Em R\$ 1,00)

DESPESAS LÍQUIDAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	2022	2023
Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL	22.401.830.451,37	22.714.039.476,11
Limite Máximo MPAM (2% da RCL)	448.036.609,03	454.280.789,52
Limite Prudencial MPAM (95% do Limite)	425.634.778,58	431.566.750,04
MINISTÉRIO PÚBLICO	254.853.724,23	305.738.150,18
% da despesa com Pessoal	1,14%	1,35%
PODER EXECUTIVO	9.208.124.074,50	9.124.096.841,81
% da despesa total com Pessoal	41,10%	40,17%

Fonte: Relatório da LRF/PGJ-2022/2023; RGF 3º Quadrimestre Poder Executivo-2022/2023 e DCI, consultado em 01/02/2024.



Ministério Público do Estado do Amazonas



Capítulo 02





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

O Ministério Público surgiu a partir da necessidade social de um órgão independente que fiscalizasse as instituições públicas no Brasil. A partir da Constituição de 1988 foi concedida ao *Parquet* a missão de agir em defesa da sociedade e dos bens públicos, afirmando que seu maior compromisso é o de solidificar uma nação igualitária e livre, sua essencialidade é efetivada com sua participação para concretizar o ideal de justiça social.

A Constituição Federal de 1988 no capítulo “Das funções essenciais à Justiça” expressa o que é o Ministério Público e suas funções, destacando a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos: meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias étnico-sociais; e, no controle externo da atividade policial.

No desempenho de suas atribuições, a instituição, sempre apta a ouvir os reclames da sociedade brasileira, vem exercendo, além do papel de fiscal da lei, as funções de ouvidoria e advogado da sociedade. Assim, vem ocupando uma interessante posição de defensor da sociedade contra possíveis abusos do Estado.

Sua atividade faz-se mais importante ainda, quando na norma fundamental adotaram-se princípios que buscam fortalecer a cidadania, como é o caso da dignidade humana, valor supremo que contorna todos os direitos, e que a cada tempo vem exigindo da Instituição uma atuação mais eficaz frente aos problemas existentes no País.

Em um Estado em que as três funções precípua (executiva, legislativa, judicial) estão sobejamente configuradas, o Ministério Público não é mais um órgão que tem como missão única fiscalizar a aplicação da lei. Transformou-se em verdadeiro instrumento de defesa da sociedade.

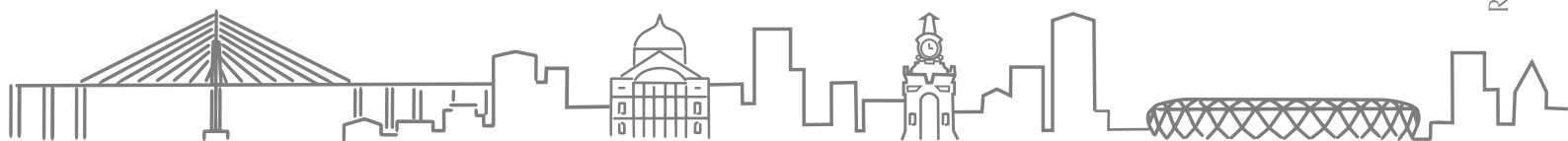
E para corresponder a toda essa responsabilidade, foram-lhe concedidos capacidade para sistematizar suas ações, autonomia para se administrar e independência para atuar.

É essa independência funcional, inerente àqueles que fazem parte do Ministério Público (Procuradores e Promotores de Justiça), que permite a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com a sua livre convicção, sem qualquer subordinação à chefia, senão aos limites legais.

Essa concepção evolutiva do Ministério Público que a cada ano vem sendo aperfeiçoada aponta alguns vetores de atuação.

MISSÃO INSTITUCIONAL

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade fundada na sustentabilidade e na justiça social.





VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como instituição independente, garantidora da plena cidadania e atuante na promoção da justiça, da autonomia social e na indução de políticas públicas.

VALORES INSTITUCIONAIS

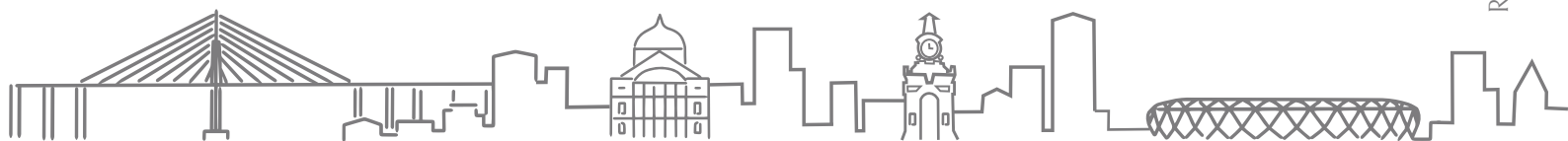
O Ministério Público do Estado do Amazonas desempenha suas atribuições tomando por base os seguintes valores institucionais:

- **Ética:** atuação fundamentada por respeito aos valores norteadores do MP e da moralidade administrativa.
- **Transparência:** provimento efetivo de acesso às informações dos atos e fatos institucionais, respeitando-se os limites da lei.
- **Lealdade:** atuação com fidelidade aos compromissos assumidos e aos valores defendidos pela instituição.
- **Profissionalismo:** atuação com respeito às normas, às pessoas, aos prazos, às melhores técnicas e aos pressupostos da seriedade.
- **Respeito:** interação com outras pessoas – membros, servidores, fornecedores, estagiários, autoridades e o cidadão em geral – com respeito, consideração e urbanismo.
- **Efetividade:** atuação comprometida com a entrega de resultados efetivos e tenham efeitos transformadores da situação tratada.
- **Justiça:** atuação baseada, sempre, na busca do modo mais justo e sensato em relação aos temas tratados.

QUANDO PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público do Estado do Amazonas tem atuação em importantes áreas de interesse da sociedade, o cidadão deve procurar a defesa de seus direitos, conforme a necessidade de sua intervenção, nos assuntos relacionados a uma das áreas a seguir especificadas:

- **No Controle da Constitucionalidade:** quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição Federal ou Estadual;
- **Na área da Educação:** na defesa de acesso à educação infantil e no ensino básico obrigatório, nas situações em que as instituições públicas de ensino deixam de ofertar os serviços à sociedade;
- **Na área da Saúde:** visando garantir a assistência à saúde à população, desde a prestação de atendimento médico e serviços correlatos; inclusive quando a prestação dos serviços não é oferecida regularmente pelo Poder Público;
- **Na área da Infância e Juventude:** nas situações de abandono material (falta de





alimentação, habitação e saúde), de abandono intelectual (não exercício do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou abandono cívico (falta do registro civil e do exercício da cidadania), maus-tratos físicos ou morais, entre outros direitos não disponibilizados à criança ou adolescente. O Ministério Público deverá atuar nos processos judiciais de separação, guarda e adoção de menores, inventários e partilha de bens envolvendo menores; e ainda, nos procedimentos investigatórios relativos à prática de atos infracionais conforme o regramento do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- **Na área do Consumidor:** nas situações em que os consumidores são prejudicados pela má qualidade ou nocividade de produtos e serviços, inclusive na prestação de serviços por órgãos públicos; a publicidade enganosa, abusividade de preços, a formação de cartéis, utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, e outras situações da área do consumidor que acarretem prejuízos à sociedade.

- **Na área Criminal:** na esfera criminal, o Ministério Público é o responsável pela iniciativa da Ação Penal para processar e julgar os autores dos crimes de: homicídio, estupro, latrocínio, roubo, sequestro, tráfico de drogas, corrupção e estelionato, entre outros. Tendo por atribuição a investigação de todos os crimes, desde os casos mais simples até os mais graves e complexos e de repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas.

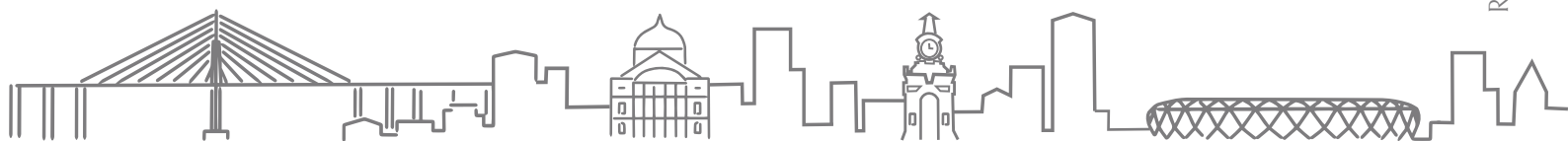
- **Na área do Meio Ambiente:** promover a atuação ministerial no sentido de identificar, combater e proteger contra quaisquer danos ou sérias ameaças ao meio ambiente, compreendendo os crimes contra a flora e a fauna, inclusive a proteção dos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético e a ordem urbanística.

- **Na área dos Direitos Humanos:** atuar e promover a defesa dos direitos humanos, especialmente das pessoas consideradas incapazes, dos idosos e dos portadores de deficiência, quando os seus direitos são ameaçados ou não disponibilizados ou reconhecidos.

- **Na Moralidade Administrativa:** combater o desvio ou apropriação de recursos ou serviços públicos, nos casos de fraudes, contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, licitações ou concursos públicos fraudulentos, e qualquer outras irregularidades praticadas por agentes públicos ou órgãos públicos.

- **No Processo Eleitoral:** fiscalizar todo o processo eleitoral, especialmente o período eleitoral, combatendo o registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, a propaganda eleitoral irregular e sua veiculação nos meios de comunicação, o abuso de poder em todas as suas formas, a promoção pessoal dos candidatos.

- **Na área da Segurança Pública:** atuação e promoção na tutela difusa da segurança pública e no controle externo na atividade policial. É importante, que no planejamento institucional do Ministério Público se estabeleça o desenvolvimento de ações que permitam seu reconhecimento além “do órgão de acusação”, o Parquet deve ir além, exigindo providências e medidas efetivas visando a diminuição da criminalidade e um maior nível de segurança à população. A Instituição tem amparo legal para sugerir e exigir do Estado a adoção de medidas destinadas à prevenção, o controle e ao combate da criminalidade.





COMO É A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO?

A atuação ministerial, denominação que identifica o trabalho realizado pelo Ministério Público, é realizada por Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça.

Os Promotores de Justiça atuam em duas áreas: judicial e a extrajudicial. Na área judicial a atuação ministerial é perante os Juízes de Direito; na área extrajudicial a atuação ministerial é fora da esfera do judiciário, inclusive oportunizando um contato mais direto com a sociedade, é uma fase inicial de apuração das notícias ou denúncias levadas ao conhecimento do Ministério Público para investigação dos fatos, podendo ao final ser transformada em processo judicial. Na fase extrajudicial, o Promotor de Justiça busca a identificação, elucidação dos fatos, bem como a solução do problema sem uma ação judicial – promovendo o diálogo, a conciliação ou acordo entre partes, realiza audiências públicas, expede recomendações ou celebra um acordo de ajustamento de conduta, enfim busca a solução do conflito sem a necessidade da formalização de um processo judicial.

A fase judicial pode ser iniciada quando o Promotor de Justiça leva o caso ao Judiciário, inclusive recomendando as medidas judiciais cabíveis, para que um Juiz de Direito, conheça e solucione a situação, a remessa do processo pelo Ministério Público ao Judiciário ocorre por intermédio de Ação Civil Pública ou Ação Penal Pública, dependendo da área de atuação.

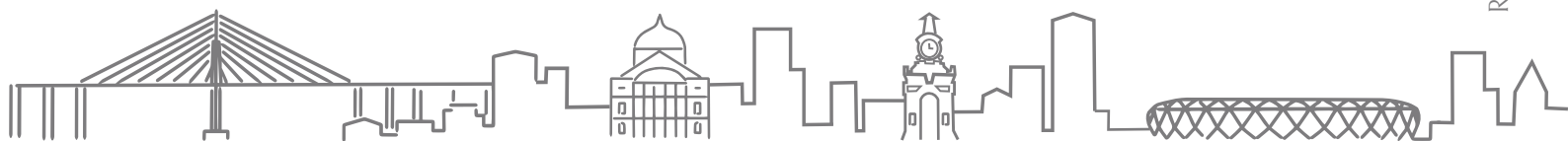
Os Procuradores de Justiça exercem suas atividades perante o Tribunal de Justiça. Atuando em processos judiciais finalizados no primeiro grau, quando a decisão do Juiz de Direito é questionada ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou até os tribunais superiores, quando for o caso.

O MINISTÉRIO PÚBLICO PASSA POR FISCALIZAÇÃO?

O Ministério Público, como todos os órgãos públicos, possui duas fases de fiscalização: interna e externa. A fiscalização interna das atividades relacionadas a atuação dos membros ministeriais ocorre por intermédio da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público; as atividades e atos administrativos são supervisionados pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros ministeriais. O Conselho Superior do Ministério Público avalia a decisão do Promotor de Justiça no arquivamento ou na continuidade de investigação feita por meio de Inquéritos Cíveis ou Criminal, Procedimentos Preparatórios e Notícias de Fato. O Colégio de Procuradores de Justiça fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça. A supervisão e fiscalização interna ocorre nos limites definidos na sua lei orgânica (Lei Complementar nº 013/93).

Assim como todos os órgãos públicos estaduais do Estado do Amazonas, externamente é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, apresentando rotineiramente a prestação de contas do Ministério Público Estadual, composta por uma vasta documentação





orçamentária, financeira e contábil, para análise e controle da atuação administrativa da Instituição para conhecimento e aprovação.

Além da fiscalização interna dos órgãos do Ministério Público: Corregedoria-Geral, Conselho Superior e Colégio de Procuradores; e da fiscalização externa pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Instituição é fiscalizada, a nível nacional, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que atua em prol da sociedade, executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público e de seus membros, com atuação primordial no controle e na transparência administrativa do MP, respeitada a autonomia da instituição.

O controle exercido pelo CNMP visa dispor um panorama nacional do MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro: o Ministério Público da União (MPU), que é composto pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM), Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e o Ministério Público dos Estados (MPE).

Com o CNMP é uma entidade aberta aos cidadãos e às entidades brasileiras, que podem encaminhar reclamações contra membros ou órgãos do MP. As reclamações devem ser feitas ao CNMP, por telefone (61) 3366-9100 ou por e-mail: secretaria@cnmp.mp.br

COMO ENCONTRAR O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS?

O Ministério Público no Estado do Amazonas é composto por 21 Procuradorias de Justiça e 106 Promotorias de Justiça em Manaus (capital) e 72 Promotorias de Justiça localizadas nos outros 61 municípios (interior). A Instituição dispõe à sociedade amazonense alguns canais de acesso, conforme a seguir apresentados:

• Portal Institucional

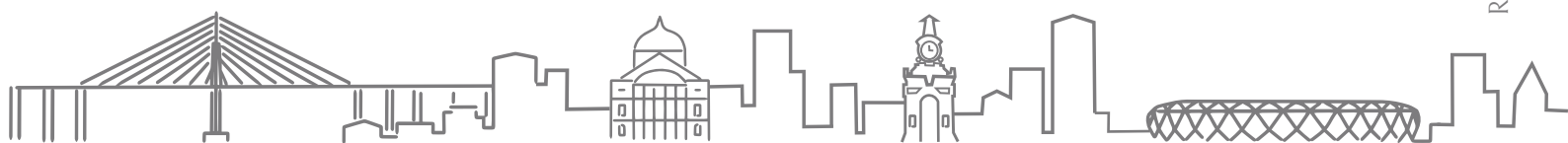
O cidadão pode visualizar as diversas informações, atualizadas diariamente, disponibilizadas pelo MP/AM acessando www.mpam.mp.br.

• Disque Denúncia

O Disque Denúncia é um serviço para a população denunciar gratuitamente as irregularidades por via telefônica: 0800 092 0500 / 0800 720 5100, no horário de atendimento das 8h às 14h, em dias úteis.

• Denúncia Online

Na Denúncia OnLine o cidadão pode encaminhar sua denúncia por meio do preenchimento de formulário padronizado para registro de denúncias.





• **Entrega de correspondência**

Qualquer pessoa, física ou jurídica, por correspondência ou representação previamente elaborada, poderá ser entregue no Serviço de Protocolo da Instituição para registro, na Av. Coronel Teixeira, n.º 7995 – Bairro: Nova Esperança. CEP: 69037-473. Manaus – AM.

• **Ouvidoria-Geral**

Por intermédio do **canal de comunicação** disponível online para acesso à Ouvidoria-Geral do Ministério Público, pelo qual o cidadão pode se manifestar para o envio de críticas, sugestões ou denúncias, a respeito das atividades e serviços prestados pelo Ministério Público do Amazonas, preenchendo um formulário ou por telefonema para 0800 720 5100.

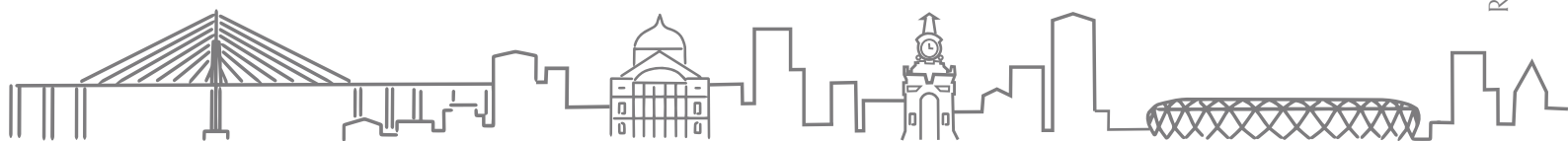
Se preferir, o cidadão poderá comparecer pessoalmente ou enviar um representante legalmente habilitado, na Ouvidoria-Geral do MP/AM onde será atendido por servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas (MP/AM), que registrará a manifestação ou, em casos que fujam à área de atuação do órgão ministerial, fará o encaminhamento ao órgão competente.

• **Publicações Oficiais via Diário Oficial Eletrônico do MPAM - DOMPE.**

Informações diárias sobre atos administrativos e outros documentos gerados pelo Ministério Público podem ser consultadas na área “Serviços ao Cidadão”.

• **Relatório Anual de Atividades**

O Relatório Anual de Atividades do MP/AM é publicado anualmente pelo MP/AM, apresentando de forma detalhada, as principais ações e os resultados das atividades desenvolvidas pela Instituição no ano anterior; o relatório poderá ser consultado no site do MP/AM na área “Serviços” sob o título “Relatórios Anuais”.



Administração Superior do Ministério Público



Capítulo 03





ESTRUTURA ORGÂNICA

O Ministério Público do Estado do Amazonas detém um complexo orgânico instituído para possibilitar o desenvolvimento das suas atividades e assim dar cumprimento à missão constitucional.

Na forma delimitada pela Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas (Lei Complementar nº 11/93), são órgãos integrantes de sua estrutura:

- **Órgãos da Administração Superior:** Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria-Geral do Ministério Público e Ouvidoria-Geral do Ministério Público.
- **Órgãos da Administração:** Procuradorias de Justiça e Promotorias de Justiça.
- **Órgãos de Execução:** Procurador-Geral de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Grupos Especializados de Atuação Funcional.
- **Órgãos Auxiliares:** Secretaria-Geral do Ministério Público, Centro de Apoio Operacional, Coordenadorias dos Centros de Apoio Operacional, Gabinete de Assuntos Jurídicos, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Comissão de Concurso, Órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento e Estagiários.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão público que materializa todo o trabalho do Ministério Público, por isso, é órgão fundante da sua Administração Superior e integrado pelas diversas unidades que formam a sua base organizacional.

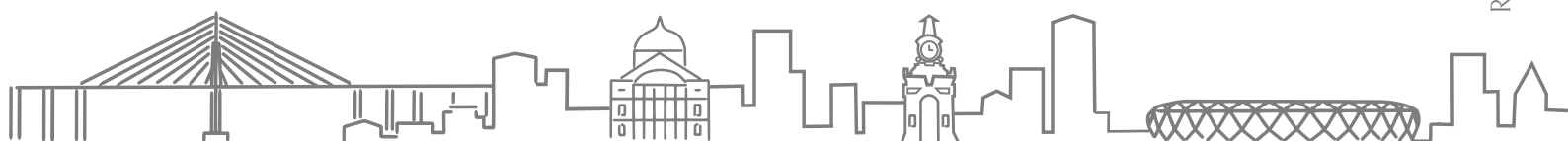
Esse órgão tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça (PGJ), que exerce também a chefia do Ministério Público, responsável pela administração e representação judicial e extrajudicial dos interesses institucionais.

A escolha do Procurador-Geral de Justiça é feita em duas fases. Na primeira, por eleição direta dos Procuradores e Promotores de Justiça que se encontram na carreira para compor a lista tríplice. Na segunda, cabe ao Governador do Estado indicar um dos três nomes que constam da lista eleita, para exercer o cargo, por um período de dois anos, permitida uma única recondução.

Em razão do cargo, o Procurador-Geral de Justiça é membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público e do Conselho da Magistratura.

Na função de órgão de execução (fiscal da lei) tem atuação nos processos judiciais que tramitam no Tribunal Pleno, em razão da natureza dos interesses vinculados e das autoridades públicas envolvidas.

É-lhe reservada, ainda, a condição de autor, podendo, assim, promover ação direta de inconstitucionalidade, ações penais públicas por crimes comuns e de responsabilidade contra





Vice-Governador, Deputados Estaduais, Juízes Estaduais, membros do Ministério Público e dos Prefeitos Municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

No âmbito administrativo, compete ao Procurador-Geral de Justiça, dentre outras atividades:

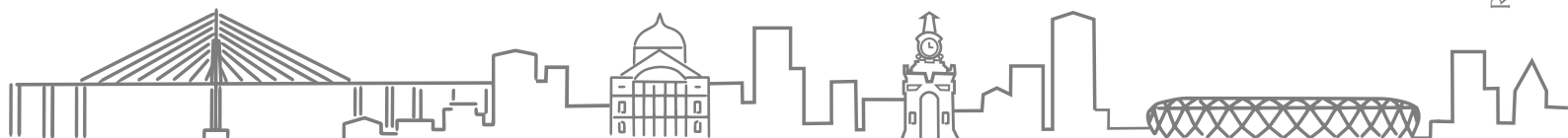
- Dirigir, coordenar, supervisionar e orientar o exercício das funções institucionais do Ministério Público;
- Encaminhar ao Poder Legislativo os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público;
- Prover os cargos iniciais da carreira e serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;
- Editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos membros do Ministério Público e de seus servidores;
- Designar membros do Ministério Público para integrar organismos estatais afetos a sua área de atuação;
- Decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;
- Estabelecer a divisão interna dos serviços das Procuradorias e Promotorias de Justiça;
- Determinar a instauração de sindicância e designar Comissão de Processo Administrativo, composta de Procuradores de Justiça, quando os procedimentos forem instaurados contra membro do Colégio de Procuradores;
- Convocar Promotor de Justiça para substituir, em caráter excepcional e temporário, Promotor de Justiça de mesma entrância, ou excepcionalmente, de entrância inferior, sujeita, neste caso, à anuência prévia do membro do Ministério Público a ser designado;
- Expedir recomendações aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções, sem caráter normativo.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), órgão composto por todos os Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, tem por missão exercer a função de órgão deliberativo, recursal e supervisor geral da Administração Superior do Ministério Público.

Com participação distinta nas questões de interesse da Instituição, é-lhe consagrado:

- Opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional;
- Propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares bem como modificações na Lei, cabendo ainda, deliberar sobre as questões de interesse do Ministério Público, propostas por qualquer de seus integrantes, ou pelo Procurador-Geral de Justiça;





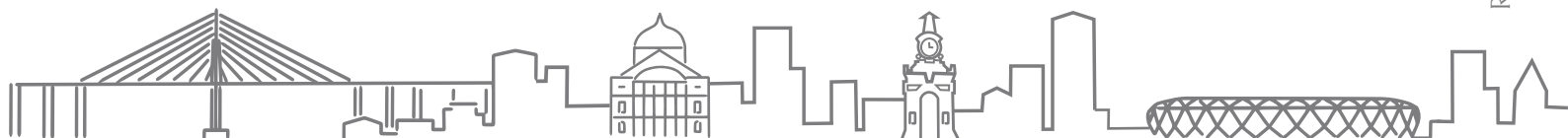
- Sugerir ao Procurador-Geral de Justiça e ao Conselho Superior a adoção das medidas cabíveis na busca dos interesses da sociedade e aprimoramento de suas atividades;
- Julgar os recursos interpostos contra ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça, excetuados os de execução orçamentária e financeira, ou aqueles interpostos contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público;
- Aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pelo Procurador-Geral de Justiça, bem como projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- Aprovar o edital do concurso para ingresso na carreira do Ministério Público;
- Recomendar ao Corregedor-Geral a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público;
- Propor ao Procurador-Geral de Justiça a instauração de processo disciplinar, bem como a realização de inspeções e correções extraordinárias;
- Rever decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, conferindo a esta decisão a possibilidade de múltipla apreciação, o que garante a fundamentação ou revisão pelo colegiado da decisão adotada por um único órgão;

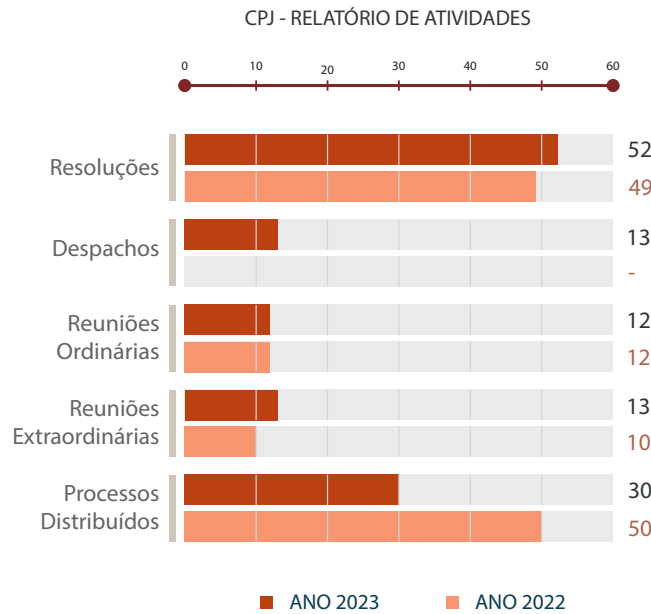
As sessões realizadas por esse Órgão Colegiado, em regra, são públicas e, ordinariamente, ocorrem na primeira terça-feira de cada mês, e extraordinariamente, conforme convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de um terço de seus membros. Suas decisões são tomadas por maioria simples e formalizadas por meio de resoluções.

Dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2023 foram obtidos os seguintes resultados:

CPJ - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Resoluções	49	40,50	52	43,33
Despachos *	0	0,00	13	10,83
Reuniões Ordinárias	12	9,92	12	10,00
Reuniões Extraordinárias	10	8,26	13	10,83
Processos Distribuídos	50	41,32	30	25,00
TOTAL	121	100,00	120	100

* Não contabilizados em anos anteriores.



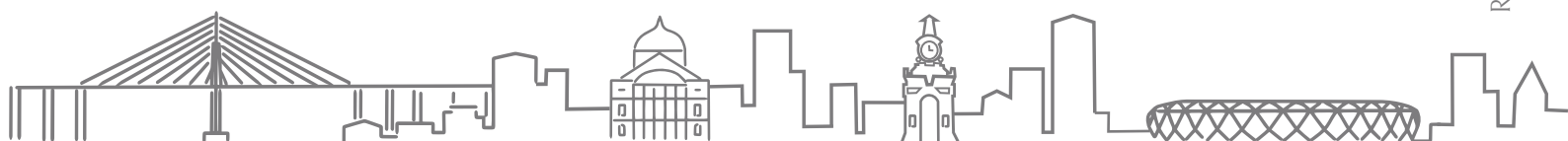


CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é o órgão de deliberação da Administração Superior, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, integrado pelo Corregedor-Geral de Justiça e por cinco Procuradores de Justiça eleitos, por voto universal e secreto, pelos membros do quadro efetivo do Ministério Público, sendo 3 (três) representantes da Classe e 2 (dois) do Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos. Os trabalhos são secretariados por um dos membros que o compõe.

Tem por função deliberar sobre matérias relativas à atuação dos membros do Ministério Público e exercer as atividades de fiscalização do exercício de suas funções, bem como velar pelos princípios institucionais. Dentre suas atividades destacam-se:

- A elaboração de recomendações aos demais órgãos da administração, para o bom desempenho de suas funções, buscando sempre o aprimoramento dos serviços e atuação uniforme;
- Decidir quanto à remoção compulsória, à disponibilidade e ainda avaliar o estágio probatório e o vitaliciamento dos membros do Ministério Público;
- Deliberar sobre a instauração de processo administrativo disciplinar, propondo ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público a realização de sindicância;
- Eleger, dentre os membros, aqueles que farão parte da comissão organizadora de concurso para o cargo de Promotor de Justiça;
- Homologar pedidos de arquivamento de autos de inquérito civil ou peças de informação, e caso contrário, designar outro órgão do Ministério Público para prosseguir na atuação.





Suas decisões são formalizadas em resoluções, que podem apresentar natureza normativa, quando regulamentarem as funções institucionais, e outras de natureza meramente homologatória.

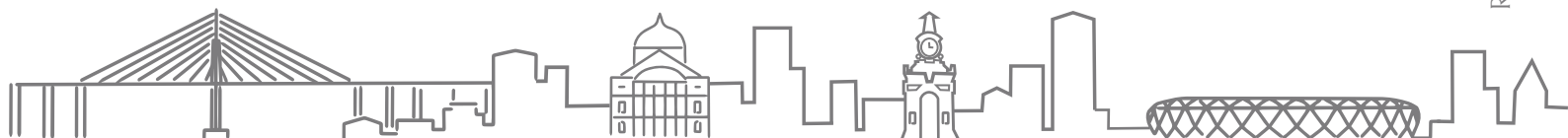
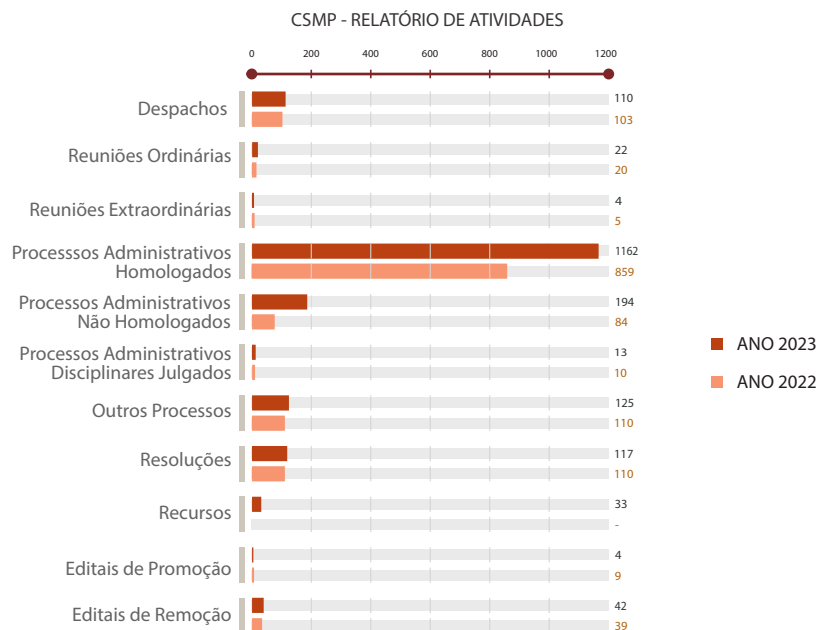
Em regra, as sessões que realiza são públicas e ocorrem, ordinariamente, na primeira terça-feira de cada mês e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por proposta de um terço de seus membros.

No ano de 2023 foram executados os seguintes trabalhos:

CSMP - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Despachos	103	7,64	110	6,02
Reuniões Ordinárias	20	1,48	22	1,20
Reuniões Extraordinárias	5	0,37	4	0,22
Processos Administrativos Homologados	859	63,68	1162	63,64
Processos Administrativos Não Homologados*	84	6,23	194	10,62
Processos Administrativos Disciplinares Julgados	10	0,74	13	0,71
Outros Processos**	110	8,15	125	6,85
Resoluções	110	8,15	117	6,41
Assentos	0	0,00	33	1,81
Editais de Promoção	9	0,67	4	0,22
Editais de Remoção	39	2,89	42	2,30
TOTAL	1349	100	1826	100

* Não contabilizados os procedimentos devolvidos às Promotorias de Justiça para arquivamento, quando não há necessidade de homologação.

** Processos Administrativos não conhecidos, indeferidos ou encaminhados a outros Órgãos.





CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

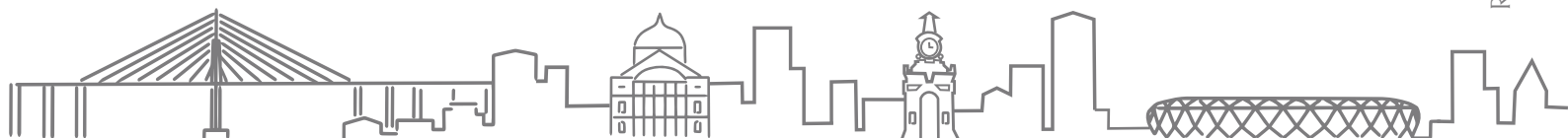
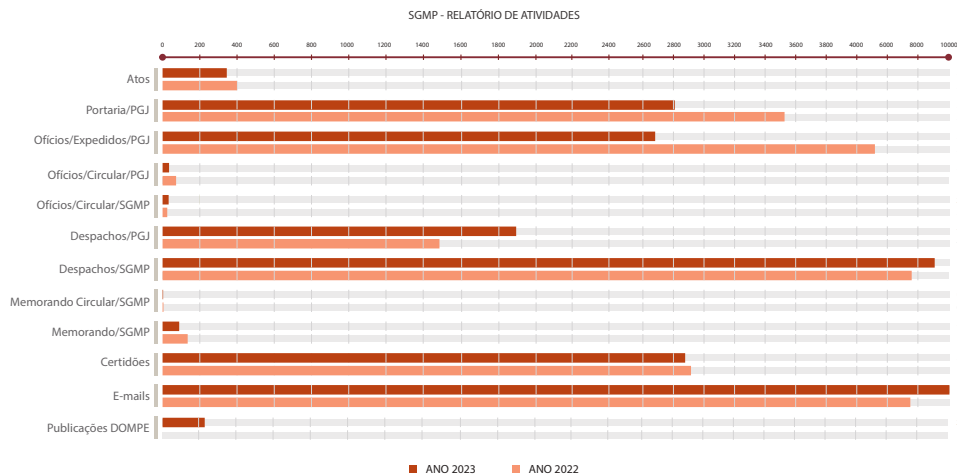
A Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP) é órgão integrante da Administração Superior do Ministério Público, chefiada pelo Corregedor-Geral, escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os integrantes da lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante eleição e voto secreto, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

A função desse órgão não se restringe a fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, o que faz por meio de inspeções, correições, ordinárias e extraordinárias. Detém a responsabilidade de orientar os trabalhos institucionais a fim de alcançar o melhor desempenho, o que faz por meio de recomendações, instruções, acompanhamento do estágio probatório e até mutirões de atuação em processos judiciais.

Esse é o resultado do trabalho empreendido nos dois últimos anos:

CGMP - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Banco de Boas Práticas - Registros*	0	0,00	44	0,74
Certidões expedidas	1524	32,83	2349	39,63
Correições	94	2,02	101	1,70
Despachos	2406	51,83	2762	46,60
Exposição de Motivos	2	0,04	2	0,03
Informações - Corregedorias Auxiliares	130	2,80	93	1,57
Pareceres - Corregedorias Auxiliares	412	8,88	451	7,61
Participação em reuniões, seminários e congressos	7	0,15	5	0,08
Portarias expedidas	15	0,32	16	0,27
Procedimentos de Gestão Administrativa(PGA)*	0	0,00	13	0,22
Procedimentos Disciplinares (NFD e RD)	34	0,73	53	0,89
Recomendações expedidas	8	0,17	33	0,56
Sindicâncias instauradas	10	0,22	5	0,08
TOTAL	4642	100	5927	100

*Sem registro em anos anteriores





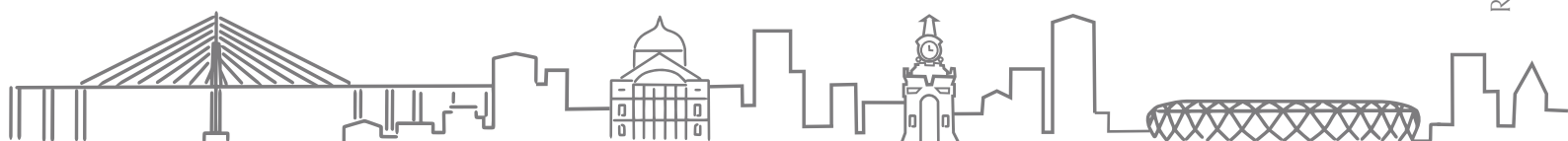
OUVIDORIA-GERAL DO MP

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público (OGMP) é órgão independente, integrante do Ministério Público e representa um canal permanente de comunicação e interlocução com a sociedade, que permite o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios relacionados aos serviços e atividades desenvolvidos pela Instituição.

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, foi criada em 17 de julho de 2007, a partir da inclusão do art. 338-A na Lei Orgânica do Parquet amazonense, é chefiada por membro do Colégio de Procuradores de Justiça - CPJ, eleito para um mandato de dois anos, permitida uma recondução. Ao longo de sua história e atuação observa-se um forte crescimento em suas atividades, conforme será demonstrados nos quadros e gráficos que expõem a produtividade do órgão.

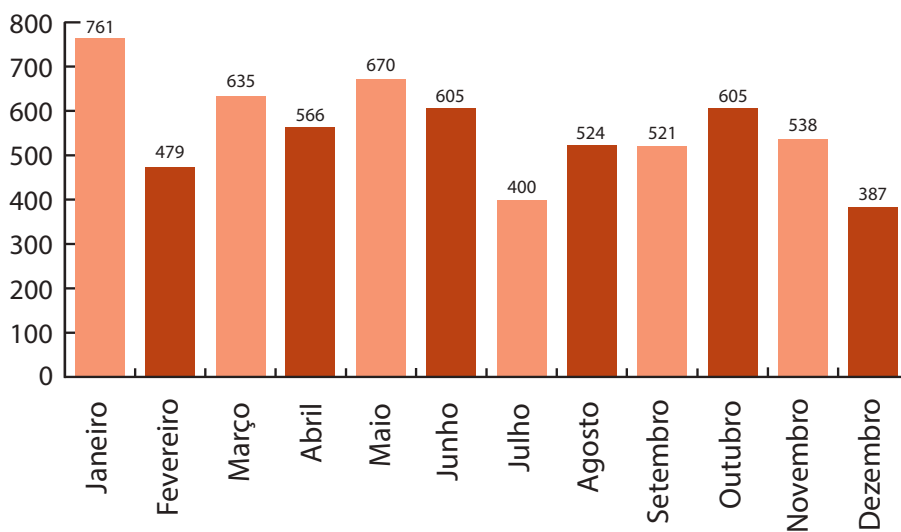
A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas registrou no ano de 2023 o quantitativo de 6.691 manifestações, conforme a tabela apresentada com o quantitativo mensal de recebimento de manifestações, seguido do respectivo gráfico:

PERÍODO 2023	DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES	
	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Janeiro	761	11,37%
Fevereiro	479	7,16%
Março	635	9,49%
Abril	566	8,46%
Mai	670	10,01%
Junho	605	9,04%
Julho	400	5,98%
Agosto	524	7,83%
Setembro	521	7,79%
Outubro	605	9,04%
Novembro	538	8,04%
Dezembro	387	5,78%
TOTAL	6691	100%





DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES 2023

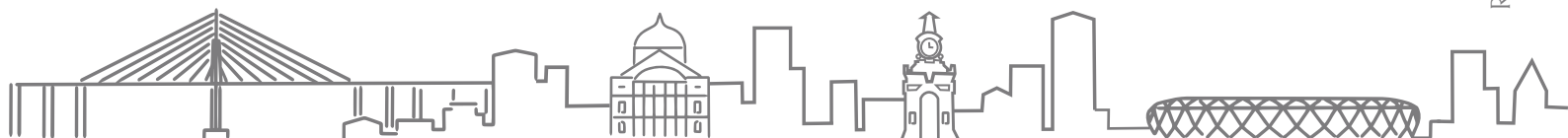


Com base nas informações de Distribuição das Manifestações observa-se que os meses de janeiro, março e maio tiveram o maior número de registros; e, os meses de fevereiro, julho e dezembro apresentaram o menor quantitativo de registros do atendimento.

As manifestações recebidas na Ouvidoria-Geral podem ser enquadradas em classes definidas nos termos trazidos pela Resolução CNMP nº 180, datada de 07 de agosto de 2017, conforme abaixo descrito:

- a) Reclamação: manifestação de insatisfação, investida ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;
- b) Crítica: manifestação de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;
- c) Representação: manifestação residual à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;
- d) Sugestão: proposta de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;
- e) Elogio: manifestação de satisfação ou reconhecimento de qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos seus serviços auxiliares; e
- f) Pedido de Informação: manifestação que se enquadre aos dispositivos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

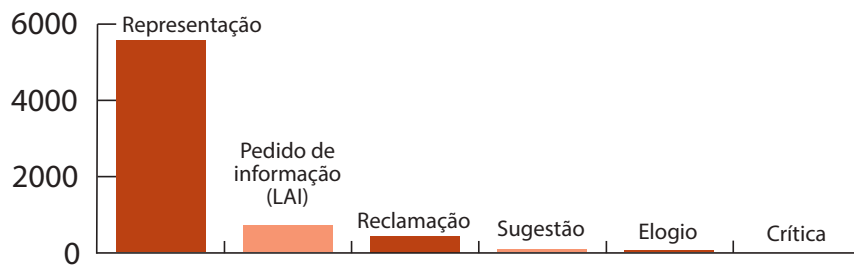
Dessa maneira, consoante as orientações da referida Resolução, a tabela e o gráfico a seguir, trazem as informações relativas às manifestações registradas ao longo de 2023 com base nas classes mencionados.





CLASSES DE MANIFESTAÇÕES	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Representação	5678	84,86%
Pedido de Informação (LAI)	564	8,43%
Reclamação	433	6,47%
Sugestão	10	0,15%
Elogio	6	0,09%
Crítica	0	0,00%
TOTAL	6691	100%

CLASSES DE MANIFESTAÇÃO 2023



Dos canais de atendimento

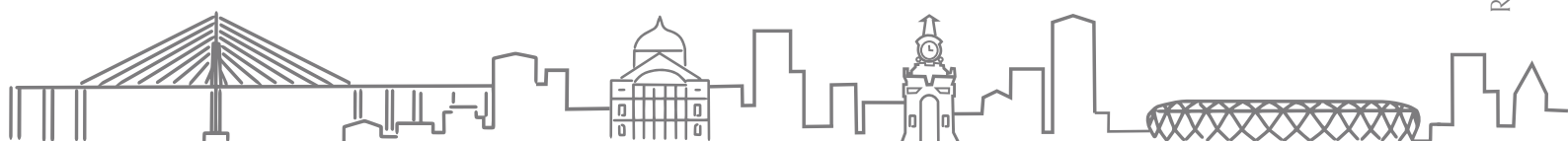
A Ouvidoria-Geral apresenta os canais de atendimento ao público:

a) Atendimento presencial: caracteriza-se quando o cidadão comparece a uma das unidades de atendimento ao público da Ouvidoria-Geral para registrar sua manifestação. Encontrava-se suspenso por força das medidas sanitárias com vistas a prevenir e combater o contágio pelo novo Corona vírus, havendo regressado no dia 18 de outubro de 2021 e se dá na Sede, Av. Cel. Teixeira, 7995, Nova Esperança; e no Aleixo, Av. André Araújo, 23, ambos em Manaus/AM.

b) Atendimento telefônico: demanda recebida pelo Disque Denúncia (0800 092 0500) ou por um dos números convencionais da Ouvidoria-Geral;

c) Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180): corresponde às demandas encaminhadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por intermédio da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, à Ouvidoria-Geral do Parquet estadual, que chegam por e-mail;

d) E-mail: para o recebimento das demandas encaminhadas pelo público em geral a Ouvidoria dispõe dos seguinte correios eletrônicos: <atendimento.ouvidoria@mpam.mp.br>, <ouvidoria@mam.mp.br>; e, com a inauguração da Ouvidoria das Mulheres foi disponibilizado um terceiro correio eletrônico, <ouvidoriadamulher@mpam.mp.br>.





O primeiro email é o canal de recebimento das demandas encaminhadas à Ouvidoria pelo público em geral; o segundo email é reservado as atividades administrativas e operacionais da unidade; e, o terceiro email é o canal direto para o recebimento de denúncias de violência doméstica e todas as formas de violência contra meninas e mulheres.

e) Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (antigo e-Ouv): Trata-se uma plataforma vinculada à Controladoria-Geral da União e acessível por meio do endereço eletrônico <<https://falabr.cgu.gov.br/>>. É integrada por inúmeros órgãos, sendo um canal em que se pode receber, tratar e encaminhar as manifestações, inclusive direcionando para os demais órgãos dela integrantes, caso seja necessário;

f) Formulário eletrônico: manifestações recebidas no formulário eletrônico próprio da Ouvidoria-Geral, acessível em <<http://denuncia.mpam.mp.br>>, com campos próprios que facilitam a captação e tratamento da demanda. Após realizada a manifestação, esta já se localiza na aba “Em Atendimento”, no Sistema de Automação da Justiça – Ministério Público (SAJ/MP). No período eleitoral, foi disponibilizado para receber demandas relacionadas aos casos de violência política, através do link <<https://sistemaouvidoriacidadea.cnmp.mp.br/siscidadao/app/cidadao/manifestacao/cadastro/1>>; passando a receber manifestações relativas às eleições pelo aplicativo Pardal, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral e disponível no Google Play e Apple Store, que direcionava o manifestante ao Formulário Eletrônico deste Parquet.

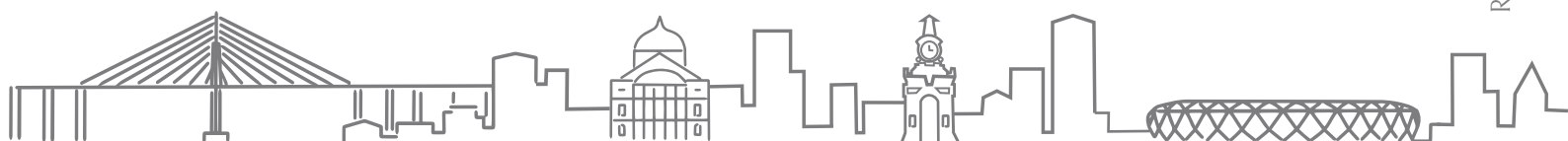
g) WhatsApp: a mais nova ferramenta de interação entre a Ouvidoria-Geral e a sociedade, funciona no telefone (92) 3655-0745, possibilitando uma maior aproximação com o cidadão, oportunizando o envio de arquivos de documento, áudio, vídeo ou fotografia para subsidiar as informações encaminhadas por mensagem escrita.

h) Via Postal: trata-se de um canal em desuso, tendo em vista o incremento de novas tecnologias de comunicação, facilitando o acesso e encaminhamento de denúncias, bem como a notificação e resposta ao demandante. A via postal está prevista no art. 12, IV da Resolução nº 029/2007-CPJ, que dispõe sobre a Ouvidoria-Geral do MP-AM e se dá por ocasião do envio da manifestação por escrito para o endereço da Ouvidoria-Geral.

Assim, o quantitativo de manifestações recebidas no ano de 2023, em função dos meios de acesso disponibilizados pela Ouvidoria-Geral, estão a seguir demonstrados.

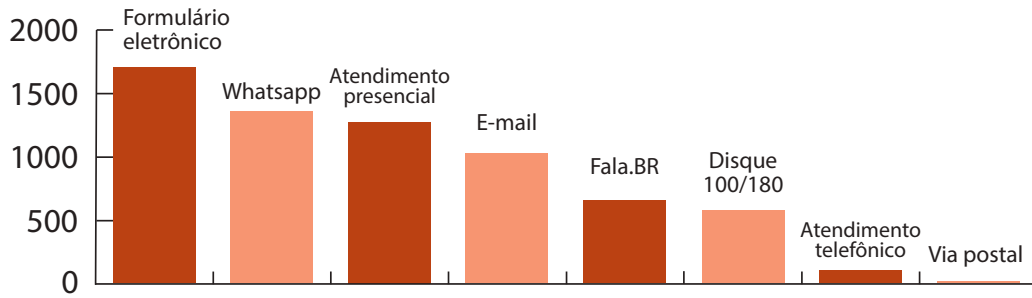
ASSUNTOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Formulário Eletrônico	1705	25,48%
WhatsApp	1329	19,86%
Atendimento presencial	1258	18,80%
E-mail	1054	15,75%
Fala BR	675	10,09%
Disque 100/80	571	8,53%
Atendimento telefônico	90	1,35%
Via Postal	9	0,13%
TOTAL	6691	100%

Fonte OGMP





CANAIS DE ATENDIMENTO 2023



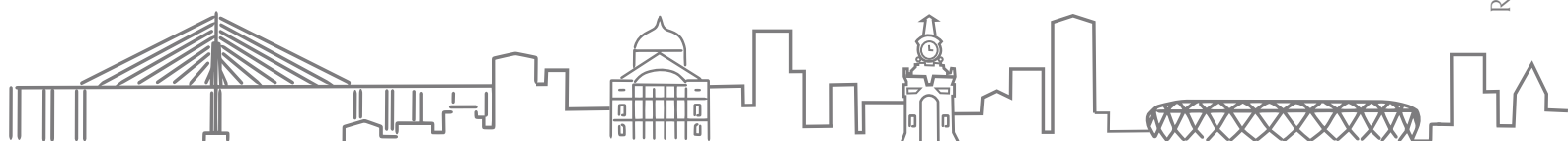
Observa-se que a predominância é o atendimento via Formulário Eletrônico com 25,48% das manifestações, como segunda opção é utilizado o *WhatsApp*, com 19,86%, seguido de perto pelo Atendimento Presencial, com 18,80% das demandas encaminhadas à Ouvidoria-Geral.

Dos tipos de manifestação recebidas

As manifestações recebidas na Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas são classificadas de acordo com o assunto da demanda, segundo critérios estabelecidos na Resolução CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016.

Desse modo, as demandas que ingressaram ao longo do ano de 2023 na Ouvidoria-Geral estão demonstradas por assunto, na tabela e no gráfico, a seguir:

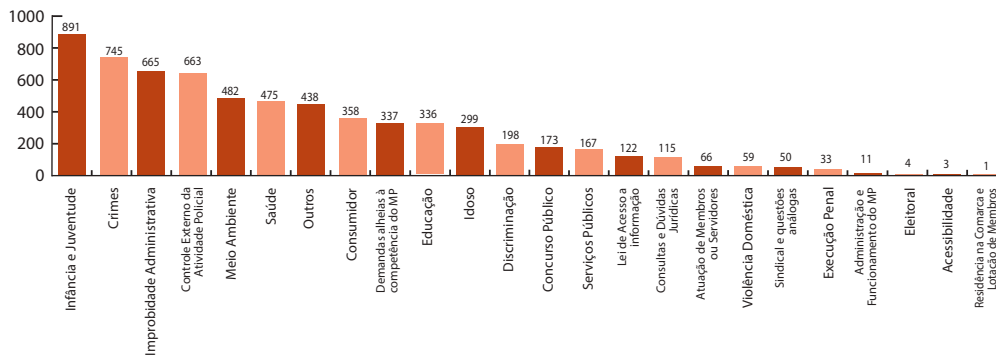
ASSUNTOS	QTDE	%
Infância e Juventude	891	13,32%
Crimes	745	11,13%
Improbidade Administrativa	665	9,94%
Controle Externo da Atividade Policial	663	9,91%
Meio Ambiente	482	7,20%
Saúde	475	7,10%
Outros	438	6,55%
Consumidor	358	5,35%
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	337	5,04%
Educação	336	5,02%
Idoso	299	4,47%
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	198	2,96%
Concurso Público	173	2,59%
Serviços Públicos	167	2,50%
Lei de Acesso a Informação	122	1,82%
Consultas e Dúvidas Jurídicas	115	1,72%
Atuação de Membros ou Servidores	66	0,99%





Violência Doméstica	59	0,88%
Sindical e Questões Análogas	50	0,75%
Execução Penal	33	0,49%
Administração e Funcionamento do Ministério Público	11	0,16%
Eleitoral	4	0,06%
Acessibilidade	3	0,04%
Residência na Comarca e Lotação de Membros	1	0,01%
TOTAL	6691	100%

ASSUNTOS - 2023

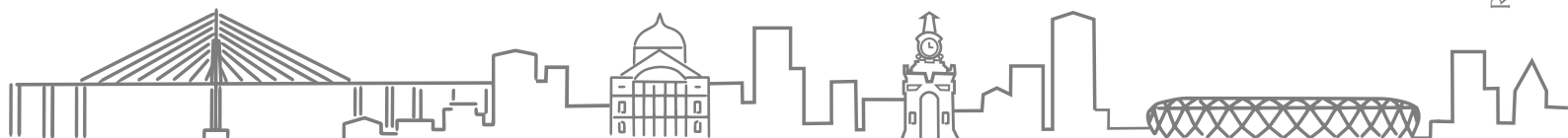


Esclareça-se que a classe “Outros” inclui as manifestações que não se enquadram nos assuntos especificados na Resolução CNMP nº 153, sendo oportuno destacar que estes registros são oriundos de diversas situações que não ensejam cadastro no sistema, destacando-se:

- (a) acompanhamento de manifestações já cadastradas na Ouvidoria-Geral;
- (b) informações de contatos da Defensoria Pública e de outros órgãos públicos;
- (c) informações de contatos telefônicos de Promotorias de Justiça e de Órgão e Unidades Administrativas do Ministério Público;
- (d) dúvidas e esclarecimentos quanto às rotinas administrativas Institucional; e
- (e) tratativas e conversas iniciadas pelo cidadão e não concluídas.

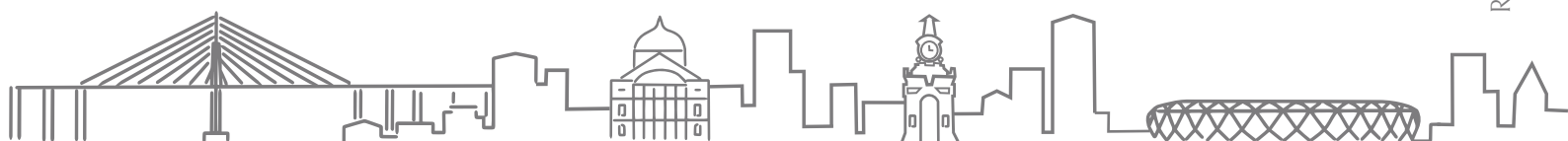
Das manifestações recebidas por Municípios do Interior

As manifestações recebidas na Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas são oriundas não só da capital Manaus, mas também de outros municípios do interior de Estado Amazonas, conforme a seguir apresentados (vide a tabela), possibilitando a visualização das manifestações recebidas conforme a distribuição geográfica das demandas, informação que poderá ser um instrumento para reforçar as políticas de incentivo às manifestações da população das diversas comarcas do interior ou regiões com menos reclamares, divulgando-se a política informativa sobre as funções ministeriais.



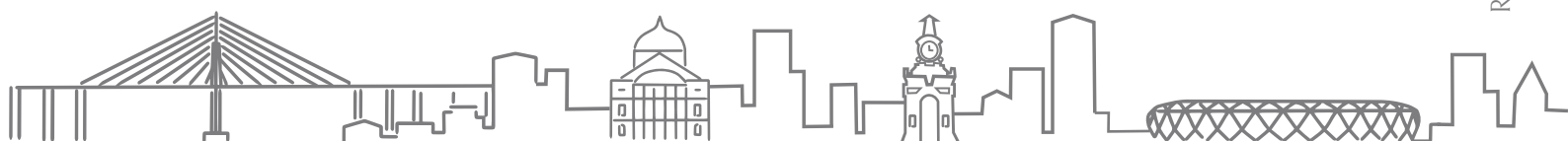


Município do fato	QTDE	%
Manaus	5.426	81,09%
Iranduba	98	1,46%
Urucurituba	79	1,18%
Manacapuru	61	0,91%
Humaitá	60	0,90%
Parintins	51	0,76%
Manaquiri	49	0,73%
Presidente Figueiredo	49	0,73%
Urucará	43	0,64%
Careiro	42	0,63%
Itacoatiara	38	0,57%
Rio Preto da Eva	37	0,55%
Caapiranga	31	0,46%
Lábrea	30	0,45%
Tefé	30	0,45%
Coari	29	0,43%
Eirunepé	29	0,43%
Tabatinga	28	0,42%
Novo Aripuanã	23	0,34%
Autazes	22	0,33%
Itapiranga	21	0,31%
Nova Olinda do Norte	21	0,31%
Borba	19	0,28%
São Gabriel da Cachoeira	19	0,28%
Maués	18	0,27%
Benjamin Constant	17	0,25%
Canutama	17	0,25%
Careiro da Várzea	17	0,25%
Envira	17	0,25%
Manicoré	16	0,24%
Novo Airão	14	0,21%
Barreirinha	13	0,19%





Beruri	13	0,19%
Pauini	12	0,18%
Tonantins	12	0,18%
Alvarães	11	0,16%
Anori	11	0,16%
Boca do Acre	11	0,16%
Silves	11	0,16%
Uarini	11	0,16%
Apuí	10	0,15%
Barcelos	10	0,15%
Carauari	10	0,15%
Santo Antônio do Içá	10	0,15%
Boa Vista do Ramos	9	0,13%
Atalaia do Norte	8	0,12%
Itamarati	8	0,12%
Jutaí	8	0,12%
Fonte Boa	7	0,10%
Japurá	7	0,10%
São Sebastião do Uatumã	7	0,10%
São Paulo de Olivença	5	0,07%
Amaturá	4	0,06%
Anamã	4	0,06%
Codajás	4	0,06%
Ipixuna	4	0,06%
Maraã	4	0,06%
Nhamundá	4	0,06%
Tapauá	4	0,06%
Guajará	3	0,04%
Juruá	3	0,04%
Santa Isabel do Rio Negro	2	0,03%
TOTAL	6691	100%





O Ministério Público do Estado do Amazonas busca continuamente a construção de um Estado Democrático de Direito e, por intermédio da disponibilidade dos canais de atendimento ao público, visando ampliar seu alcance social e obter maior plenitude no exercício de seu mister. A Ouvidoria-Geral no desempenho de suas atribuições preocupa-se com as diretrizes estabelecidas pela Instituição Ministerial no planejamento estratégico, aliando à busca pela qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, formando as premissas que são a base para sua atuação.

Observa-se, a partir das informações apresentadas anteriormente, constata-se que é promissora a atuação a cada ano, comprovados com os resultados alcançados que demonstram o relevante e imprescindível papel que assume a Ouvidoria-Geral, apesar dos vultosos desafios enfrentados pela instituição, tem-se conseguido dar expressiva resposta à sociedade como um todo. As ações implementadas ao longo dos anos tornam mais efetivos os serviços prestados à sociedade, destacando que a atuação da Ouvidoria-Geral é vista pelos cidadãos como um canal aberto de direta comunicação com o Ministério Público do Estado do Amazonas, o que vem contribuindo permanentemente para a elevação dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela Instituição, resultando no fortalecimento da cidadania e do incentivo à democracia participativa.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

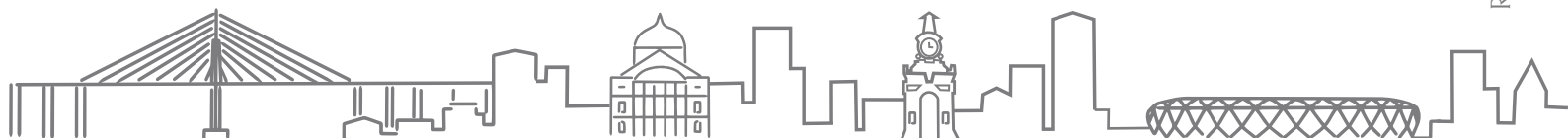
A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais (SUBJUR) é órgão que, pela sua natureza jurídica, compõe a Administração Superior do Ministério Público, chefiada por membro escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre aqueles que reúnem as condições de elegibilidade para o cargo de chefe da Instituição.

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais é o substituto imediato do Procurador-Geral de Justiça, na chefia da Instituição e na presidência do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos de faltas e impedimentos.

É responsável por toda a atuação processual da segunda instância e conta com quatro Promotores de Justiça da capital que o assessoram no acompanhamento dos processos judiciais (cíveis e criminais), nos quais o Procurador-Geral de Justiça atua como autor ou custos legis.

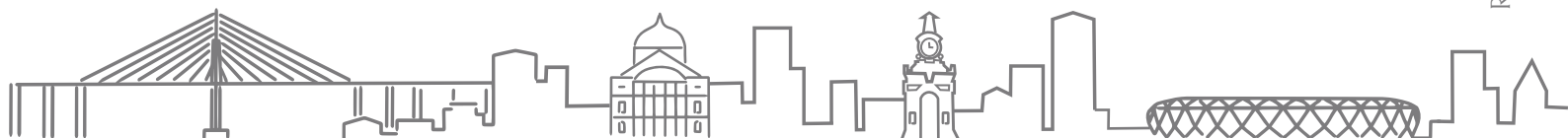
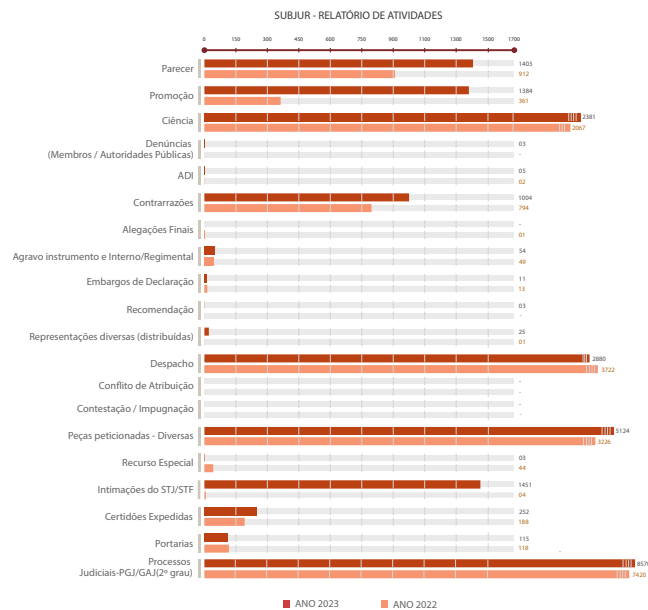
Na área institucional, analisa conflitos de atribuição entre membros e cuida do relacionamento entre o MP e outros órgãos públicos.

No âmbito administrativo, atua na análise de notícias de irregularidades, cuja apuração cabe ao Procurador-Geral de Justiça em decorrência de que a autoridade investigada tem prerrogativa de foro, bem como nas ações diretas de inconstitucionalidade e na condução, por delegação, dos desdobramentos cíveis das ações criminais ou disciplinares.





SUBJUR - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Parecer	912	4,8	1403	5,69
Promoção	361	1,9	1384	5,61
Ciência	2067	10,9	2381	9,65
Denúncias (Membros/Autoridades Públicas)	-	0,0	3	0,01
ADI	2	0,0	5	0,02
Contrarrazões	794	4,2	1004	4,07
Alegações Finais	1	0,0	0	0,00
Agravos Instrumento e Interno/Regimental	49	0,3	54	0,22
Embargos de Declaração	13	0,1	11	0,04
Recomendação	-	0,0	3	0,01
Representações diversas (distribuídas)	1	0,0	25	0,10
Despacho	3722	19,7	2880	11,68
Conflito de Atribuição	-	0,0	0	0,00
Contestação/Impugnação	-	0,0	0	0,00
Peças peticionadas - Diversas	3226	17,0	5124	20,77
Recurso Especial	44	0,2	3	0,01
Informação/Intimações do STJ/STF	4	0,0	1451	5,88
Certidões Expedidas	188	1,0	252	1,02
Portarias	118	0,6	115	0,47
Processos Judiciais - PGJ/GAJ (2º Grau)	7420	39,2	8570	34,74
TOTAL	18922	100	24668	100





SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM), foi criada pela Lei Complementar nº 54, de 17 de julho de 2007, é órgão que, pela sua natureza jurídica, compõe a Administração Superior do Ministério Público, chefiada por membro escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre aqueles que reúnem as condições de elegibilidade para o cargo de chefe da Instituição.

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é o substituto do Procurador-Geral de Justiça e do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais nas suas faltas e impedimentos.

É responsável pela coordenação dos serviços auxiliares da Procuradoria-Geral de Justiça, supervisionando e orientando as atividades das Diretorias, Divisões e Setores da Administração, editando os atos administrativos inerentes à vida funcional dos servidores.

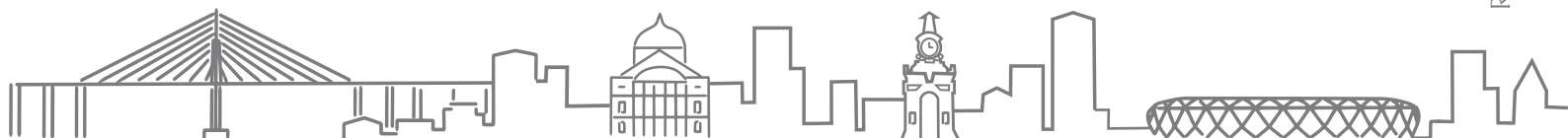
Além disso, tem como atribuição primordial a autorização e execução dos pagamentos decorrentes de empenhos levados a efeito pela Instituição e a análise dos processos licitatórios, desde a instauração até a homologação de seus resultados.

Tais atividades administrativas têm por finalidade suprir os órgãos de execução e unidades administrativas de infraestrutura necessária para o desenvolvimento efetivo da missão institucional.

Compete, ainda, ao SUBADM:

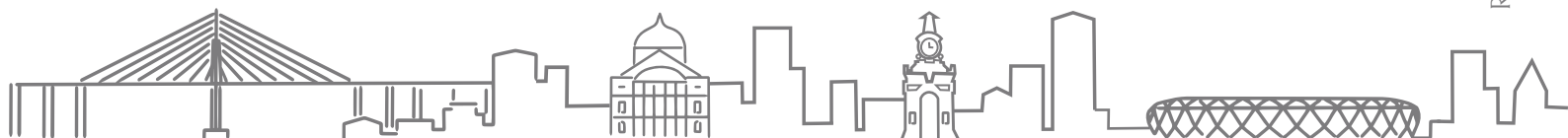
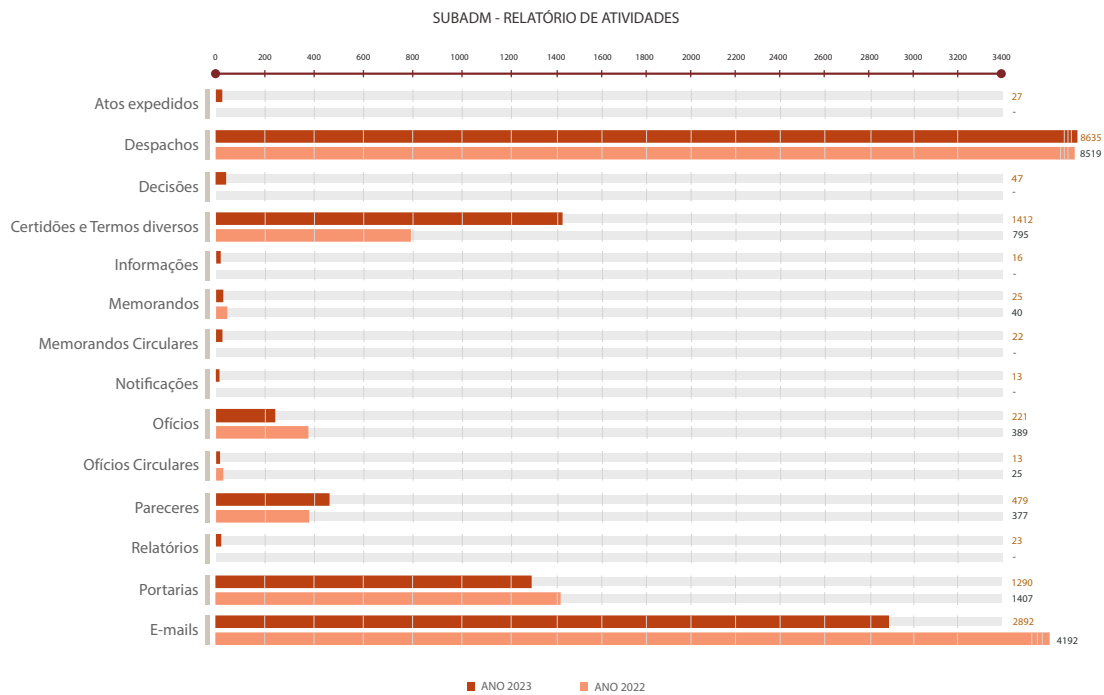
- Acompanhar a execução dos programas incluídos nos planos de metas e plurianual do Ministério Público;
- Autorizar a deflagração dos processos licitatórios, bem como homologar seus resultados;
- Autorizar os pagamentos decorrentes de empenhos levados a efeito pela Instituição;
- Decidir sobre os direitos e vantagens dos membros e servidores;
- Expedir atos regulamentares sobre matéria administrativa;
- Determinar a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar de servidores.
- Supervisionar as atividades dos órgãos auxiliares do Ministério Público.

SUBADM - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Atos expedidos*	0	0,00	27	0,18
Despachos	8519	54,11	8635	57,13
Decisões*	0	0,00	47	0,31
TOTAL	15744	100	15115	100





SUBADM - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Diversos - Atas, Certidões, Declarações e Termos	795	5,05	1412	9,34
Informações*	0	0,00	16	0,11
Memorandos	40	0,25	25	0,17
Memorandos Circulares	0	0,00	22	0,15
Notificações*	0	0,00	13	0,09
Ofícios	389	2,47	221	1,46
Ofícios Circulares	25	0,16	13	0,09
Pareceres	377	2,39	479	3,17
Relatórios*	0	0,00	23	0,15
Portarias	1407	8,94	1290	8,53
Emails	4192	26,63	2892	19,13
TOTAL	15744	100	15115	100

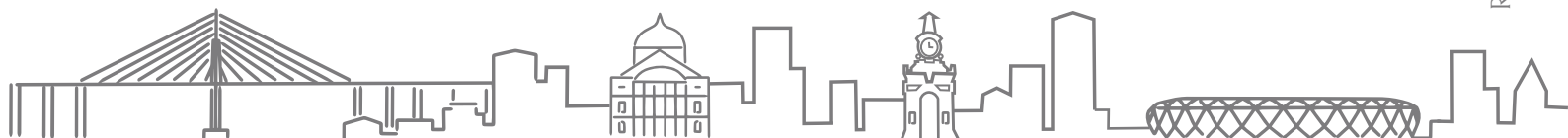
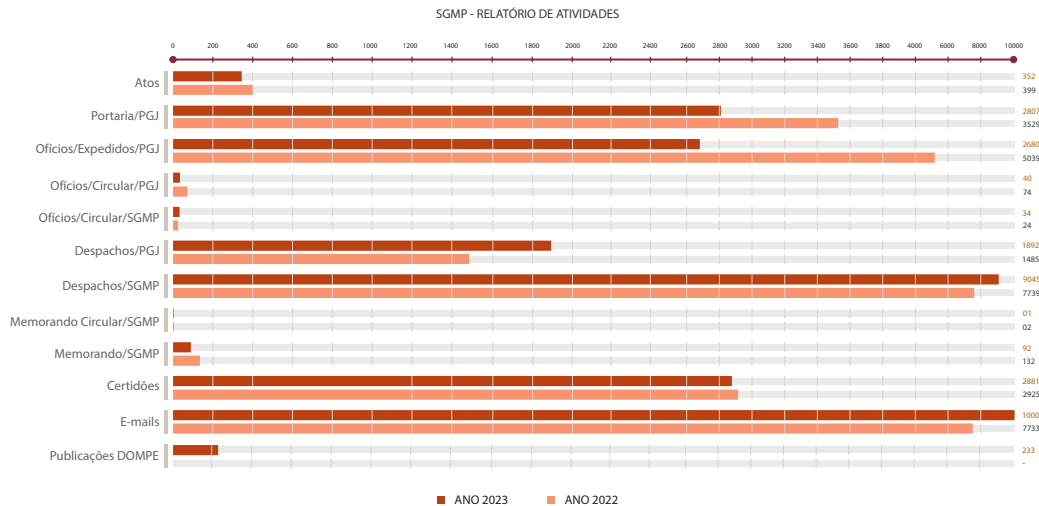




SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria-Geral do Ministério Público - SGMP é dirigida por membro da Instituição designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos. Os documentos oficiais recebidos pela Procuradoria-Geral de Justiça são encaminhados diretamente à Secretaria-Geral para triagem inicial e ordenamento para despacho pelo Procurador-Geral de Justiça. É responsável também, pela ordenação de convocação dos membros para exercício em acúmulo de outros órgãos de execução, tanto na capital quanto no interior do Estado do Amazonas; acompanha ainda, as solicitações de férias e a escala de plantão ministerial, além dos demais assuntos que digam respeito, diretamente, às atividades administrativas do Procurador-Geral de Justiça.

SGMP - RELATÓRIO DE ATIVIDADES				
ATIVIDADES	ANO 2022		ANO 2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Atos	399	2,39	352	1,18
Portarias/PGJ	3529	21,15	2807	9,41
Ofícios/Expedidos/PGJ	5039	30,20	2680	8,99
Ofício/Circular/PGJ	74	0,44	40	0,13
Ofícios/Circular/SGMP	24	0,14	34	0,11
Despachos/PGJ	1485	8,90	1892	6,34
Despachos/SGMP	7739	46,39	9045	30,33
Memorando Circular/SGMP	2	0,01	1	0,00
Memorando/SGMP	132	0,79	92	0,31
Certidões	2925	17,53	2881	9,66
Emails	7733	46,36	10002	33,53
Publicações DOMPE	-	-	233	0,78
TOTAL	29081	100	30059	100



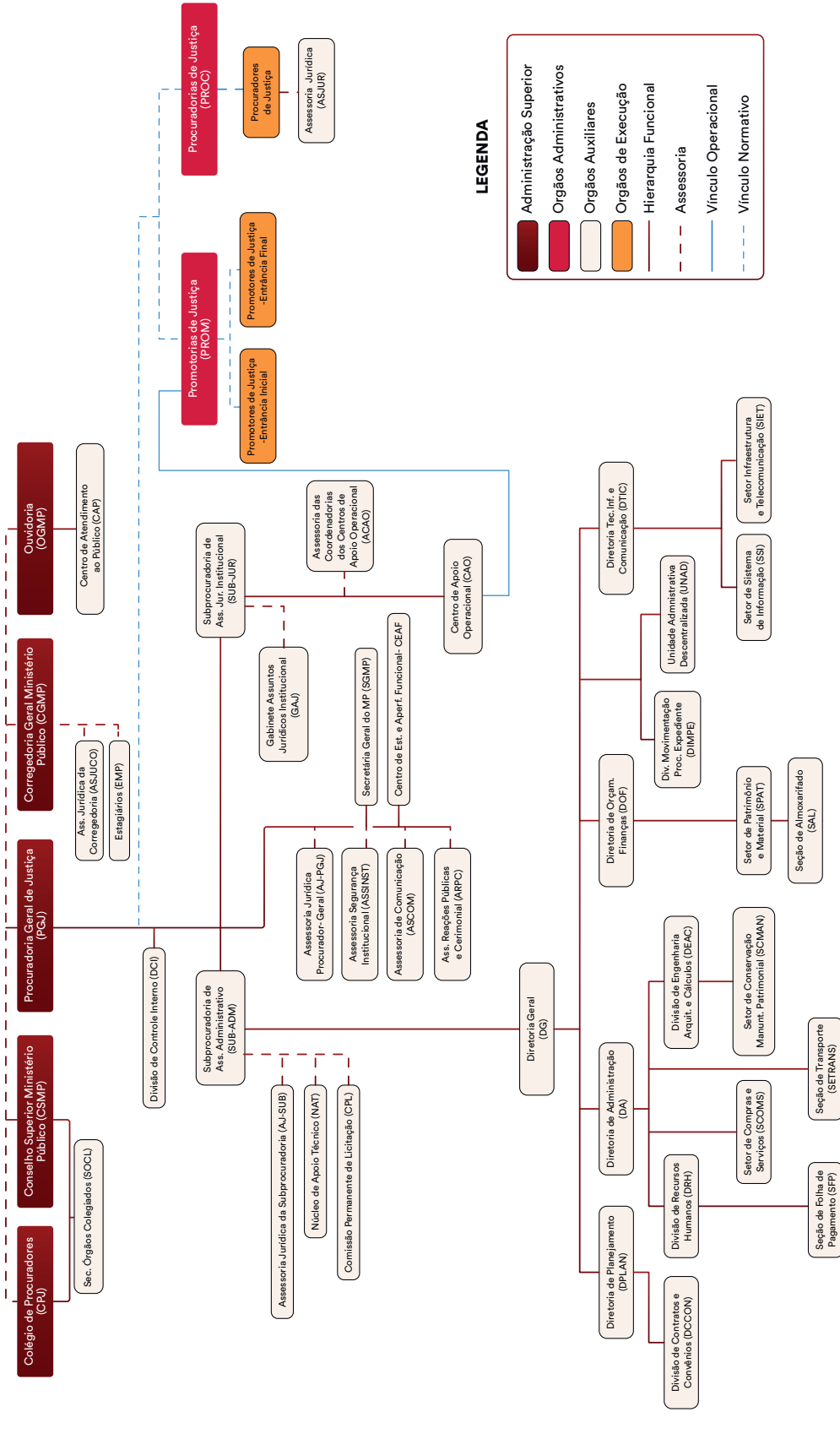
Organograma



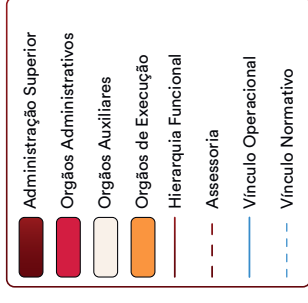
Capítulo 04



Organograma MPAM



LEGENDA



Modernização Administrativa



Capítulo 05





GESTÃO ESTRATÉGICA

A Gestão Estratégica é o método de administrar uma Instituição, com a formulação e acompanhamento por um Planejamento Estratégico, que é uma metodologia utilizada para estabelecer a direção a seguir em determinado período.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico é o documento formal do planejamento estratégico que explicita a estratégia da Instituição, desdobrado por meio do Plano de Atuação (Setorial/Geral) que definem as principais iniciativas que serão desenvolvidas pelo Ministério Público durante o ano, para concretizar seus objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico.

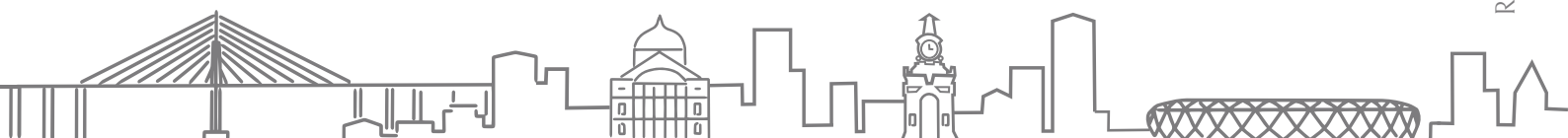
No ano de 2012, o Ministério Público do Estado do Amazonas iniciou e concluiu o seu 1º Plano Estratégico, com horizonte temporal de 10 anos. E, em 2017 elaborou um novo Plano Estratégico 2017-2027. Ambos os planos foram construídos de forma democrática e participativa pelos membros e servidores da instituição, e diversas contribuições de variados segmentos da sociedade e pelos cidadãos em geral.

O Planejamento Estratégico do MPAM – 2017/2027 é estruturado da seguinte forma: Perspectiva é o agrupamento por assunto/área dos Objetivos Estratégicos, que são as intenções do que se pretende alcançar como resultado; a Estratégia é o conjunto de ações para alcançar os objetivos estratégicos; e, a Iniciativa Estratégica é a ação para a realizar/alcançar os objetivos estratégicos, pode ocorrer de uma iniciativa atender vários objetivos estratégicos. Na implementação do PE serão inclusas a Meta que é a expectativa de alcance de um objetivo estratégico, em prazo determinado; e o Indicador responsável por mensurar o nível do desempenho da atuação setorial/institucional e do alcance de um objetivo estratégico.

O planejamento estratégico contempla os objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas das principais áreas de atuação do *Parquet*, tudo isto com o propósito de cumprir sua missão positivada na Constituição Federal de 1988. Desta forma, este plano prevê o empreendimento de esforços e inteligências nas áreas de educação, saúde, infância e juventude, meio ambiente, segurança pública, combate à corrupção, proteção do patrimônio público e outras.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos da organização estão agrupados em quatro “perspectivas”, ou seja, em quatro grupos diferentes sob os quais é possível analisar os fins da instituição, conforme detalhado a seguir.





» 1 Perspectiva Sociedade

Esta perspectiva reúne os objetivos representativos das aspirações sociais, para as quais o Ministério Público deve contribuir, embora não dependam apenas de sua atuação.

- 1.01 Proteção do patrimônio público
- 1.02 Paz social e segurança pública
- 1.03 Dignidade de cidadania
- 1.04 Sustentabilidade socioambiental
- 1.05 Proteção integral da criança e do adolescente

» 2 Perspectiva Processos Internos

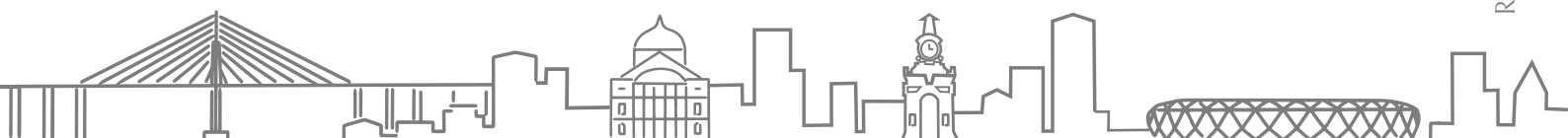
Encontram-se sob esta perspectiva os objetivos associados ao suporte para o desenvolvimento das atividades fins, bem como aqueles destinados a prover organicidade, integração e sustentação sistêmica às atividades fins, além daqueles que representam a essência da área finalística do MPAM, os quais devem viabilizar o atendimento dos anseios da sociedade, relacionados na seção anterior.

- 2.01 Combater a corrupção e a improbidade
- 2.02 Promover a redução da criminalidade violenta
- 2.03 Promover e defender os direitos humanos e a cidadania
- 2.04 Promover a defesa do meio ambiente e induzir políticas de sustentabilidade
- 2.05 Promover a proteção integral da criança e do adolescente
- 2.06 Aperfeiçoar o modelo de atuação funcional
- 2.07 Implantar sistema de inteligência institucional
- 2.08 Atuar com eficiência na busca da resolutividade
- 2.09 Estabelecer alianças estratégicas
- 2.10 Fortalecer a imagem e a comunicação institucional
- 2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologia da informação e comunicação
- 2.12 Promover a gestão do conhecimento
- 2.13 Buscar a excelência da gestão administrativa
- 2.14 Fortalecer o controle interno e transparência
- 2.15 Implantar a governança estratégica

» 3 Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

Nesta perspectiva situam-se os objetivos estratégicos relacionados à dinâmica da área-meio do MPAM. São de extrema importância para organização, vez que estão relacionados às condições necessárias para o alcance dos objetivos finalísticos.

- 3.01 Modernizar e expandir a infraestrutura física
- 3.02 Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de TIC





- 3.03 Promover a qualidade de vida no trabalho
- 3.04 Aperfeiçoar a política de gestão de pessoas

» 4 Perspectiva Orçamento

Esta perspectiva é formada por um único e fundamental objetivo relacionado à obtenção, de forma sustentável, de recursos para possibilitar o funcionamento da instituição e conseqüentemente, dar suporte para o desenvolvimento de todos os demais requisitos.

- 4.01 Aprimorar os mecanismos de sustentabilidade financeira

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

O Plano Geral de Atuação - 2023/2024, apresenta os desdobramentos dos objetivos e iniciativas estratégicas do Plano Estratégico 2017-2027, com a execução de ações, projetos e atuações institucionais planejadas para o período, considerando o alinhamento entre a gestão orçamentária e financeira aos objetivos estratégicos institucionais, ambos previamente definidos para o biênio 2023-2024.

Em relação ao processo de Planejamento Estratégico do MPAM, estabeleceu-se que o Plano Geral de Atuação - PGA tem vigência bienal.

O Plano Geral de Atuação-PGA contempla as ações delineadas pelos Planos de Atuação Setoriais de todos os órgãos e unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional deste *Parquet*. Os planos de atuação são instrumentos setoriais e objetivos, que orientam o trabalho institucional e facilitam o cumprimento da estratégia.

Aprovado e consolidado o Plano Geral de Atuação pelo Procurador-Geral de Justiça, será executado e monitorado pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico-CGPE, que poderá apresentar propostas de alteração do PGA ao Procurador-Geral de Justiça, e se for o caso, será encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça-CPJ para apreciação

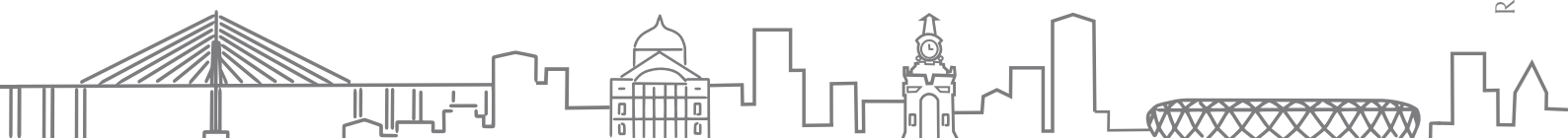
GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

A governança estratégica é um processo que visa garantir a execução da estratégia. Envolve os procedimentos voltados a direcionar, avalia e monitorar a estratégia estabelecida; e, as medidas necessárias à solução de conflitos e sua redefinição para assegurar a entrega dos resultados pactuados.

O modelo de Governança Estratégica estruturada para o MPAM tem o objetivo de viabilizar, por níveis e de forma sistêmica, as ações necessárias para interações, discussões, estudos e tomadas de decisão sobre o planejamento estratégico institucional, para garantir a execução das estratégias e a visão futura.

O responsável pela implementação e acompanhamento da governança estratégica no MPAM é o Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE.

No Planejamento Estratégico (PE) existem três níveis que representam a hierarquia de

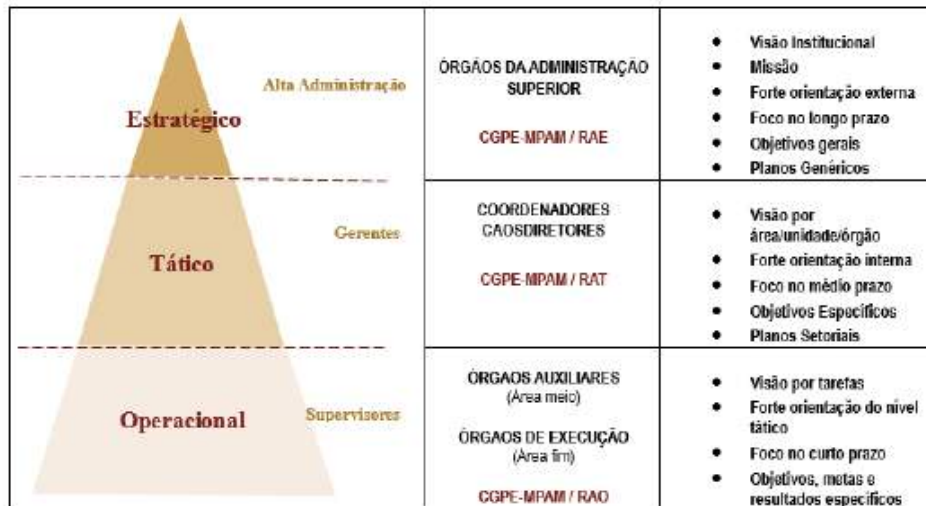




seu funcionamento: estratégico, tático e operacional.

Para uma melhor compreensão, apresentamos a seguir um gráfico demonstrando o desdobramento dos níveis do PE e seu relacionamento com diferentes níveis organizacionais do MPAM, oportunizando uma ideia visual de como o PE funciona na hierarquia da instituição.

Estrutura do Planejamento Estratégico no MPAM



Fonte: DPLAN/ UGE, 2023

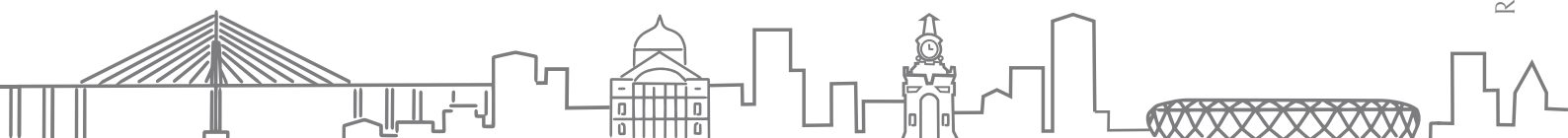
COMITÊ DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – CGPE

De acordo com a Resolução nº 006/2017-CPJ, a gestão estratégica no MPAM conta com a participação de todas as unidades executoras, que são responsáveis pela operacionalização do Plano Estratégico, cujas atividades são geridas e monitoradas pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE e pela Unidade de Gestão da Estratégia – UGE, representada, atualmente, pela Diretoria de Planejamento - DPLAN para o desempenho de suas atribuições.

O Comitê de Governança do Planejamento Estratégico, instituído pela Resolução nº 006/2017-CPJ, é a instância de natureza decisória desse processo, responsável por definir a estratégia gerencial do MPAM, decidir sobre orientações para seu Planejamento Estratégico, avaliar os cenários, o ambiente e os resultados atingidos. Dentre outras atribuições deste Comitê, estão a avaliação, monitoramento e atualização da estratégia, tendo como base o trabalho executado até então, bem como a prospecção dos cenários futuros.

Compõem este Comitê, de acordo com a Resolução nº 006/2017-CPJ, alterada pela Resolução nº 031/2021-CPJ:

- Procurador-Geral de Justiça
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais – SUBJUR
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM
- Secretário-Geral





- Corregedor-Geral
- Ouvidor-Geral
- 01 (um) representante do Colégio de Procuradores de Justiça
- 01 (um) representante do Conselho Superior do Ministério Público
- Responsável pela Unidade de Gestão Estratégica
- Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional

No decorrer do exercício de 2023, foram realizadas 14 (quatorze) reuniões de monitoramento da estratégia, nas diversas instâncias, quais sejam: Reunião de Análise da Estratégia – RAE, Reunião de Acompanhamento Tático – RAT e Reunião de Acompanhamento Operacional – RAO, além das reuniões deliberativas do Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE, conforme Calendário de Reuniões aprovado pelo CGPE.

» • Reuniões de acompanhamento operacional – RAO

As Reuniões de Acompanhamento Operacional – RAO, de periodicidade bimestral, são realizadas perante os responsáveis superiores das unidades executoras das áreas fim, coordenada pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos – SUBJUR, e área meio coordenada pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM, destinam-se à apresentação de resultados de ações, projetos e de indicadores pelos quais cada unidade executora é responsável. Foram realizadas 05 (cinco) reuniões.

» • Reuniões de acompanhamento tático – RAT

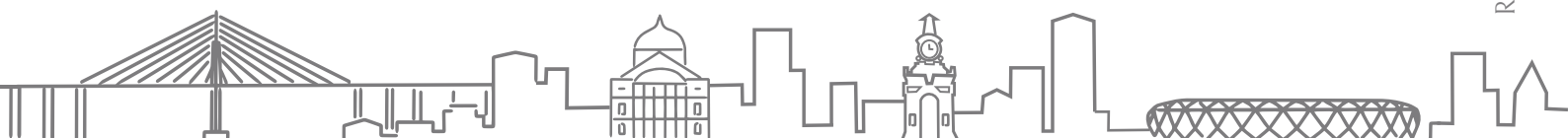
As Reuniões de Acompanhamento Tático – RAT, de periodicidade trimestral, realizadas perante o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos – SUBJUR, em relação à área-fim, e perante o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM, em relação à área-meio, destinam-se à apresentação, pelos respectivos gestores ou responsáveis, dos resultados das iniciativas, ações, projetos e indicadores pelos quais são responsáveis. Foram realizadas 04 (quatro) Reuniões de Acompanhamento Tático – RAT:

» • Reunião de análise da estratégia – RAE

A Reunião de Análise da Estratégia – RAE, de periodicidade anual, realizada no âmbito do Comitê de Governança, destina-se à avaliação do andamento da execução do PE-MPAM como um todo, tendo em vista os aspectos mais gerais e relevantes visados pela estratégia e considerando os resultados apontados pelos indicadores vinculados aos objetivos, às iniciativas e aos projetos estratégicos.

» • Reuniões Ordinárias Do CGPE

Além das reuniões de acompanhamento e análise da estratégia, durante o exercício de 2023, foram realizadas 04 (quatro) reuniões deliberativas com os membros do Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE.





AÇÕES ESTRUTURANTES

I - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROJETO SEDES PRÓPRIAS CONSTRUÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÉS

Reconstrução da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Maués/AM, em terreno localizado na Rua Guaranópolis s/n.º – Centro, município de Maués/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.



Figura - Construção de Promotoria de Justiça de Maués – MPAM.



Figura - Inauguração da Promotoria de Justiça de Maués – MPAM.

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

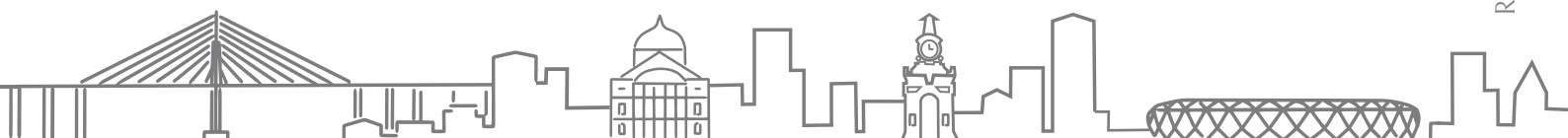
Construção da Edificação das Promotorias de Justiça da Comarca de Presidente Figueiredo/AM, localizada na Praça Cívica, s/ n.º, Bairro Morada do Sol, Presidente Figueiredo/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.



Figura - Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo – MPAM



Figura - Construção de Promotoria de Justiça de Presidente Figueiredo – MPAM.





SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COARI

Construção do remanescente de edificação destinada a abrigar as Promotorias de Justiça da Comarca de Coari/AM.



Figura - Inauguração da Promotória de Justiça de Coari – MPAM.

PROJETOS SEDES PRÓPRIAS REFORMA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOCA DO ACRE

Reforma da Edificação da Promotória de Justiça da Comarca de Boca do Acre/AM, localizada na Rua Júlio Toá, Platô do Piquiá, s/n.º, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.



Figura - Construção de Promotória de Justiça de Boca do Acre – MPAM.

PROJETOS SEDES PRÓPRIAS LOCAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRINHA

Locação de imóvel localizado na Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000, Barreirinha/AM, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barreirinha sob a matrícula n.º 524, visando atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

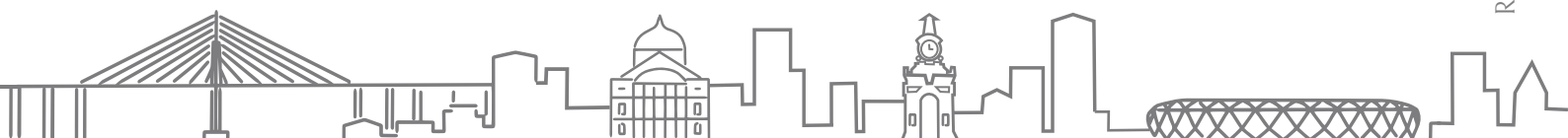




Figura - Imóvel locado para a Promotoria de Barreirinha – MPAM.

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EIRUNEPÉ

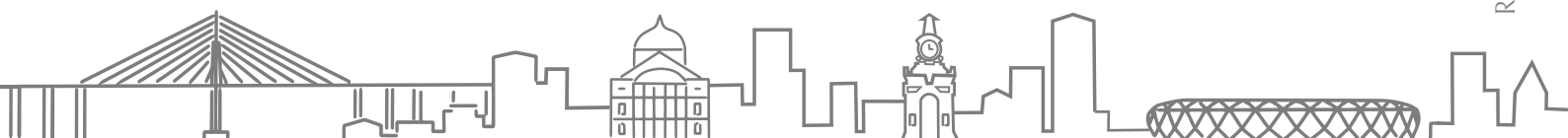
Locação de imóvel localizado na Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro, município de Eirunepé/AM, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eirunepé sob a matrícula n.º 1.388, visando atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.



Figura - Imóvel locado para a Promotoria de Eirunepé – MPAM.

SEDE PRÓPRIA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUCURITUBA

Locação do imóvel localizado na Avenida Amazonas, 14, Bairro São Lázaro, Urucurituba/AM, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urucurituba, visando





a atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.



Figura - Imóvel locado para a abrigar a Promotoria de Urucurituba – MPAM.

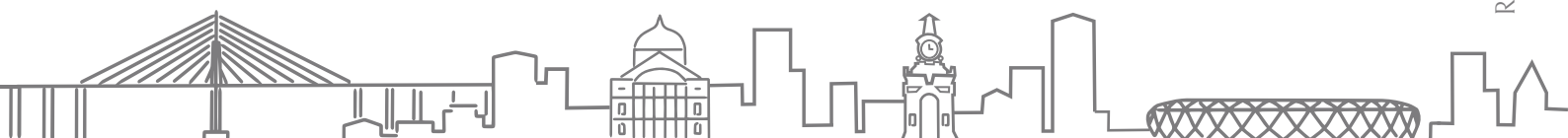
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFORMA DO PLENÁRIO TRINDADE – EM ANDAMENTO

Reforma do Plenário Trindade do prédio sede do Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM, localizado na Av. Coronel Teixeira N.º 7.995 – Nova Esperança, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.



Figura - Plenário Trindade do prédio sede do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM





READEQUAÇÃO DA GUARITA DO PRÉDIO SEDE DO MPAM – EM ANDAMENTO

Readequação da entrada principal de carros e pedestres do Prédio-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ/AM, localizada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e de reposição necessários para execução total dos serviços.



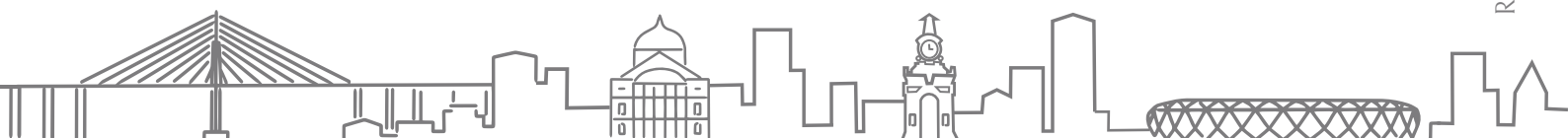
Figura - Obra da guarita do prédio sede do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM



Figura - Projeto da guarita do prédio sede do Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM

II - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

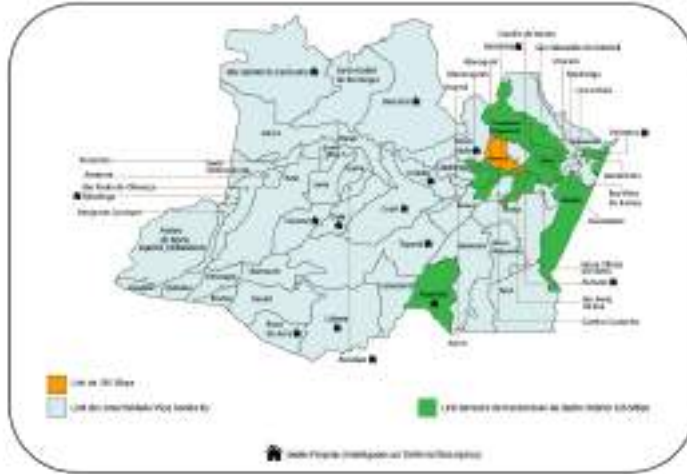
A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel estratégico fundamental na manutenção dos processos de negócios do MPAM e na consecução de seus objetivos estratégicos. Portanto, ao atender às necessidades específicas de suas unidades, é primordial considerar os aspectos de custo e desempenho, garantindo uma gestão eficaz da estrutura e a alocação de investimentos de forma a maximizar os resultados organizacionais. Isso implica em assegurar uma infraestrutura adequada para todas as atividades ministeriais e administrativas. As ações realizadas têm como foco principal a realização do Planejamento Estratégico 2017-2027, destacando os avanços tecnológicos e de sistemas alcançados, especialmente no que diz respeito à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, bem como na prestação de serviços.





INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

» Conectividade

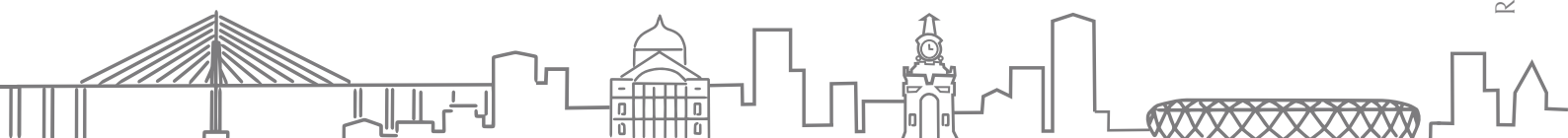


A provisão de conectividade de dados para as unidades na capital e no interior é crucial para o desenvolvimento das atividades ministeriais. Essa importância não se restringe apenas ao suporte aos processos eletrônicos judiciais, mas abrange igualmente os processos administrativos e extrajudiciais, que estão ganhando cada vez mais relevância e requerem uma integração efetiva no contexto do processo eletrônico. Além de facilitar a obtenção e a transmissão de informações em tempo real, essa conectividade tem impacto direto na melhoria da prestação de serviços, na condução de pesquisas e na produtividade tanto dos membros quanto dos servidores.

Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
3.02. Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação	3.02.02: Aprimorar a infraestrutura de TIC	3.02.02.04: Elaborar e implementar projeto de revitalização e ampliação da rede lógica e sistemas de comunicação
		3.02.02.03: Elaborar e implementar projeto de modernização do Datacenter

CONNECTIVIDADE NO INTERIOR DO ESTADO

Em continuidade ao progresso contínuo das iniciativas lançadas em 2011, visando melhorar o acesso à internet e aos sistemas institucionais do MPAM e do TJAM para as Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, foram implementados links terrestres de transmissão de dados em junho de 2019. Esses links, com capacidade de 6/6 Mbps, foram contratados para 14 (quatorze) municípios: Autazes, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Humaitá, Iranduba,



Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã e Silves. Essa medida visa aprimorar significativamente a conectividade nessas localidades.



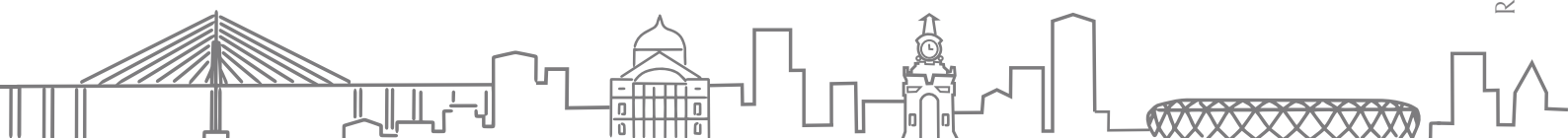
Atualmente, o MPAM conta com links próprios instalados em unidades de 61 (sessenta e um) municípios do interior do Estado, sendo 14 (quatorze) links terrestres em fibra ótica e 47 (quarenta e sete) links com tecnologia via satélite.



Visando a melhoria contínua da conectividade e balizado por novas tecnologias foi realizado no ano de 2022 estudo técnico para substituição dos links via satélite para links terrestres em fibra ótica ou rádio digital, com previsão de implantação, onde houver viabilidade técnica, até o meio do ano de 2024.

Para aquelas comarcas que há possibilidade de interligação via link terrestre haverá substituição da atual tecnologia geostacionária via satélite para a tecnologia satelital de baixa órbita, que ampliará a capacidade dos links de 4 Mbps para 200 Mbps.

Com a implantação das melhorias tecnológicas, atualmente em andamento, a conexão local em fibra ótica, entre as promotorias de justiça instaladas em unidade do MPAM com sede própria e os Fóruns de Justiça da comarca, não será mais necessária, uma vez que o sistema Projudi poderá ser acessado com a qualidade necessárias através dos novos links de dados.





Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
2.09 Aperfeiçoar o modelo de atuação funcional	2.09.06: Reformular o modelo de atuação funcional	2.09.06.03: Elaborar e implementar projeto com objetivo de estabelecer e implantar padrão de infraestrutura mínima (física e de pessoal) necessária à instalação e funcionamento de Promotoria de Justiça no interior do Estado.

CONECTIVIDADE NA CAPITAL DO ESTADO

Em Manaus, além da sede do MPAM, existe um total de 12 Unidades Descentralizadas. Estas localidades incluem prédios de uso exclusivo do MPAM e também salas dentro de prédios compartilhados com outros órgãos (como Fóruns de Justiça, por exemplo), abrigando diversos setores do MPAM.

Para acessar a rede institucional do MPAM e todos os serviços disponíveis por meio dela, como sistemas institucionais, suporte de TI, backup, internet, segurança, entre outros, é necessário que cada uma dessas unidades esteja conectada à sede do MPAM, onde está localizado o datacenter da instituição e onde todos esses serviços são centralizados.

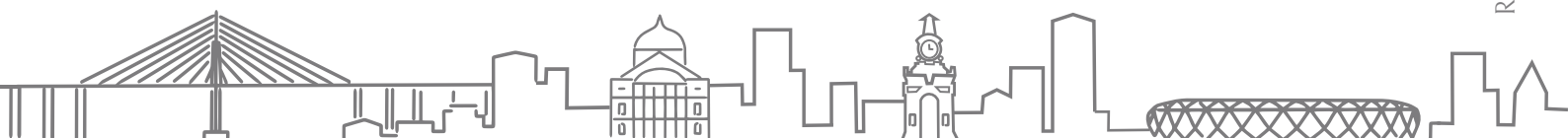
As Unidades Descentralizadas da Avenida André Araújo (Aleixo), Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho (Paraíba), da Rua Belo Horizonte, da Delegacia da Infância e Juventude Infracional, do Fórum Henoch Reis (plantão ministerial) e da Sede do Tribunal de Justiça do Amazonas estão conectadas diretamente ao datacenter através de links dedicados (ponto-a-ponto).

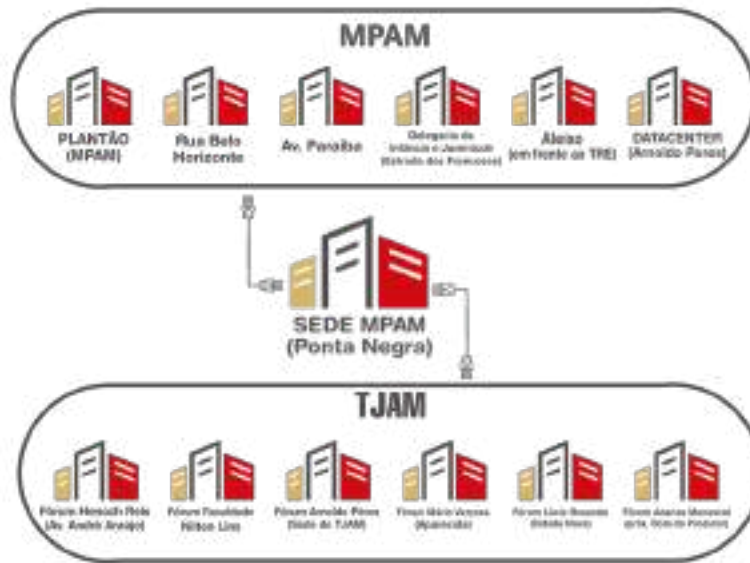
Nas demais Unidades Descentralizadas da capital utiliza-se a infraestrutura de conectividade do TJAM para obter acesso à rede do MPAM, fruto de uma parceria entre os órgãos.

O quadro atual de fornecimento de serviço de conectividade é o que segue:

Tabela: Situação da conectividade das unidades do MPAM

Item	Conectividade	Interior	Capital
1	Comunicação Vsat, em banda Ku, provendo conexões IP, velocidade máxima de 4Mbps/1Mbps	47	-
2	Comunicação em fibra óptica, ponto a ponto, com velocidade de 4Mbps a 10 Mbps	14	2
3	Comunicação em fibra óptica, com velocidade de 50 Mbps	-	2
4	Comunicação em fibra óptica, com velocidade de 100Mbps	-	4





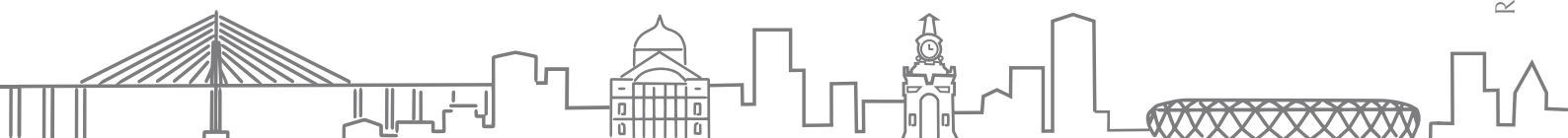
SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET

A constante demanda dos usuários por serviços digitais e a crescente utilização de processos e documentos eletrônicos exigem uma evolução contínua da capacidade, qualidade e segurança do serviço de acesso à Internet no MPAM. Além disso, as melhorias na conexão para as comarcas do interior do estado e para as Unidades Descentralizadas na capital têm facilitado a integração e o acesso dos colaboradores do MPAM aos serviços disponíveis, especialmente com a adoção dos serviços em nuvem da plataforma colaborativa Microsoft 365. Isso ressalta a importância essencial e prioritária do serviço de acesso à Internet nas iniciativas de melhoria.

Em 2022, o MPAM implementou dois links redundantes de 300 Mbps para acesso à Internet, aumentando significativamente a capacidade disponível para atender às demandas das unidades da capital e das promotorias do interior do estado.

Além das novas contratações dos links redundantes, o MPAM passou a integrar a estrutura da Internet, adquirindo endereços de IP próprios e tornando-se independente dos provedores nesse aspecto. Isso possibilitou a migração de todos os serviços do MPAM disponíveis na Internet, como o portal institucional, aproveitando a resiliência proporcionada pela redundância dos links. Em outras palavras, os serviços do MPAM ganharam significativamente em qualidade e disponibilidade na Internet.

Para garantir a segurança dos sistemas do MPAM disponibilizados na Internet, agora são aplicadas medidas de proteção Anti-DDoS em ambos os links, garantidas por equipamentos, sistemas e monitoramento dentro dos próprios provedores.





EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET EM MEGABITS POR SEGUNDO (CAPITAL)					
2018	2019	2020	2021	2022	2023
70	150	300	150+300	300+300	300+300



» Datacenter

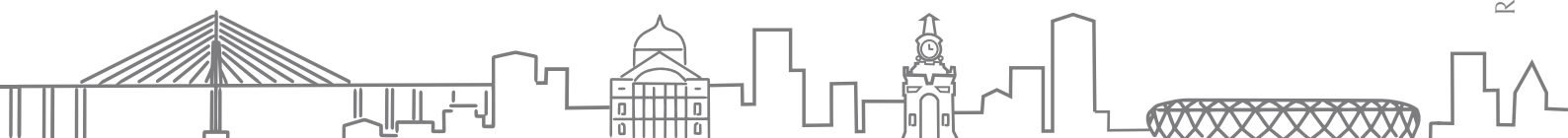
Foi dado prosseguimento nos investimentos de expansão no Datacenter institucional, com o objetivo de sua adequação aos avanços decorrentes da virtualização dos processos judiciais e extrajudiciais do MPAM. Isso implica não apenas em assegurar a execução dos contratos já firmados, mas dispor as condições de segurança necessárias para que estes sistemas funcionem em sua plenitude, e sejam continuamente aprimorados, segundo as novas demandas recebidas.

Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
3.02. Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação	3.02.02: Aprimorar a infraestrutura de TIC	3.02.02.03: Elaborar e implementar projeto de modernização do Datacenter

INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Segurança da Informação é o processo que define os artefatos e políticas necessários para a proteção e manutenção da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade de estações, servidores, usuários e informações corporativas. As ameaças, que podem ser internas ou externas, seguem aumentando em quantidade e complexidade, demandando a utilização de soluções avançadas, com múltiplas camadas de proteção, de forma a reduzir os riscos, minimizando a probabilidade e os impactos de um eventual ataque cibernético.

Em 2023 o MPAM implantou uma solução de firewall de nova geração com alta disponibilidade e monitoramento contínuo, como serviço, fabricante Palo Alto, que utiliza tecnologia que analisa e bloqueia de forma automática e inteligente acessos e conteúdos considerados nocivos.





» **Serviços de suporte e apoio ao usuário**

A infraestrutura de TI atualmente instalada no MPAM possui elevado grau de complexidade, sendo composta por variadas soluções relacionadas, e requerendo serviços técnicos especializados. Assim, para a prestação desses serviços técnicos nos padrões de qualidade e com a segurança exigidas pelo ambiente institucional, torna-se necessária a alocação de equipe profissional com especialidades complementares em algumas soluções de TIC, a fim de se minimizar a possibilidade de falhas ou atrasos na resolução de incidentes relacionados à utilização dos recursos computacionais disponíveis.

Em 2023 foi retomado estudo técnico para contratação do serviço de Service Desk que visa promover o aumento contínuo do nível de maturidade do ambiente e de gestão dos serviços, a ampliação da capacidade operacional para atender às expectativas atuais e futuras, alinhada às metas e ao planejamento estratégico.

INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PARA O USUÁRIO FINAL

No ano de 2023 foram adquiridos novos e modernos equipamentos para utilização dos usuários finais (colaboradores) do MPAM.

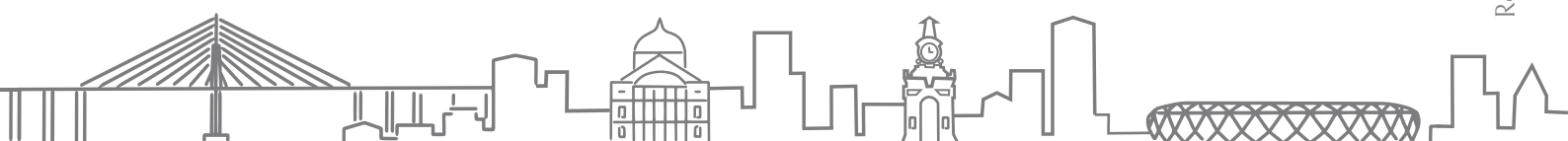
No total, os equipamentos de informática instalados nas unidades administrativas da PGJ e Promotorias de Justiça, localizadas no interior e na capital, totalizam 1.374 computadores, 193 notebooks, 387 impressoras, 131 Scanners, 603 nobreaks distribuídos como segue:

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ANO BASE 2023					
Unidades Administrativas/ Órgãos do MP	Quantitativo				
	Computador	Notebook	Impressora	Scanner	Nobreak
Capital	1016	193	248	58	447
Interior	358		139	73	155
Total	1374	193	387	131	602

Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
3.02. Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação	3.02.02: Aprimorar a infraestrutura de TIC	3.02.02.02: Elaborar e implementar programa de renovação contínua do parque computacional

Plataforma de Colaboração Microsoft 365 (Teams, email e outros aplicativos)

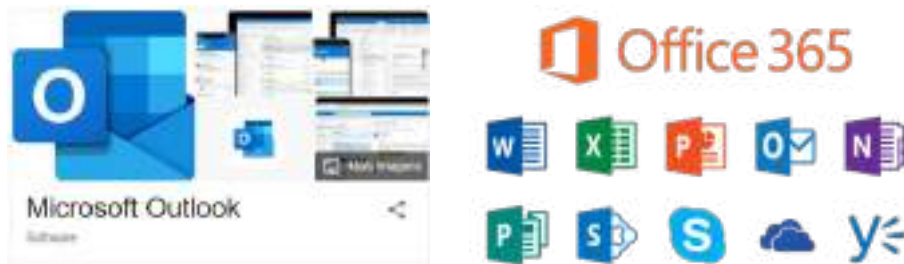
Considerando os avanços tecnológicos, a computação em nuvem se tornou uma realidade plenamente acessível às organizações, sendo mundialmente adotada por empresas e





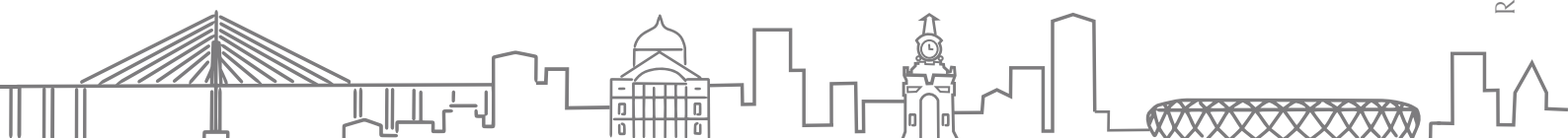
órgãos de governo. Dentre os benefícios da adoção deste modelo, destacam-se: redução de custos, elasticidade, redução da ociosidade dos recursos, agilidade na implantação de novos serviços, foco nas atividades finalísticas do negócio e uso mais inteligente da equipe de TI.

Assim como o armazenamento e compartilhamento de arquivos, as ferramentas de comunicação tornaram-se essenciais para o sucesso da instituição. Existe uma necessidade premente de conectar membros e servidores por meio de uma plataforma única de colaboração, permitindo o compartilhamento de arquivos, áudio e vídeo em tempo real, e alcançando qualquer lugar do mundo.



SERVIÇO DE TELEFONIA E PABX-IP

O MPAM conta atualmente com um sistema telefônico VOIP de última geração (PABX-IP) que atende tanto as unidades da capital quanto as comarcas do interior do estado do Amazonas, de forma centralizada, segura, confiável e promovendo redução de custos. Através da solução implantada é possível, dentre as diversas funcionalidades, o uso do aplicativo para celular (app) de ramal móvel, possibilitando o uso do ramal fora da unidade.





MONITORAMENTO DA REDE DE DADOS

A supervisão da rede de dados é essencial para garantir o funcionamento ininterrupto dos sistemas críticos, garantindo a disponibilidade sem intercorrências das soluções digitais do MPAM. Este monitoramento visa mitigar problemas como perda de pacotes, latência e questões de segurança. À medida que a conectividade e internet se tornam cada vez mais cruciais para as estratégias de negócios do MPAM, uma rede operacional torna-se indispensável.

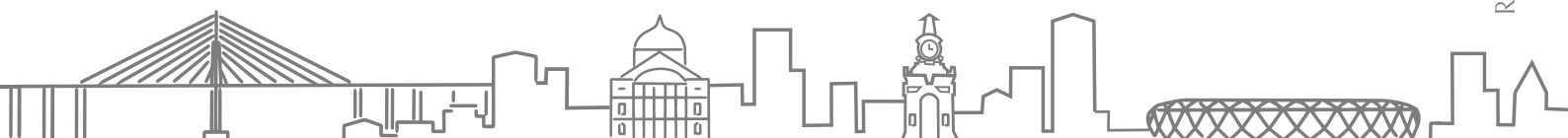
Com esse propósito em foco, ações na melhoria da gestão e controle da infraestrutura de rede de dados vem sendo executadas. Estamos constantemente expandindo o sistema de monitoramento de TI utilizando a plataforma Zabbix.



Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
3.02. Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação	3.02.02: Aprimorar a infraestrutura de TIC	3.02.02.04: Elaborar e implementar projeto de revitalização e ampliação da rede lógica e sistemas de comunicação

» Soluções digitais

Para o desenvolvimento de suas atividades, a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, faz uso de várias soluções de software geridas pela área de Sistemas de Informação, atuando não apenas no desenvolvimento, gestão e aprimoramento de sistemas, mas também no suporte aos usuários, os quais são providas por meio de desenvolvimento próprio, de aquisições, de cessão de uso obtido mediante parcerias com outras instituições públicas, ou mesmo com sistemas externos, de outros órgãos disponibilizados ao MPAM.





» Portal MPAM

O Portal Institucional passou por mais uma etapa de modernização de sua infraestrutura, trazendo mais segurança para este que é o principal canal de contato entre o MPAM e a sociedade, a versão do portal foi atualizada e trouxe novas correções de segurança para o sistema.



» Sistema de Gestão de Pessoas – GEP

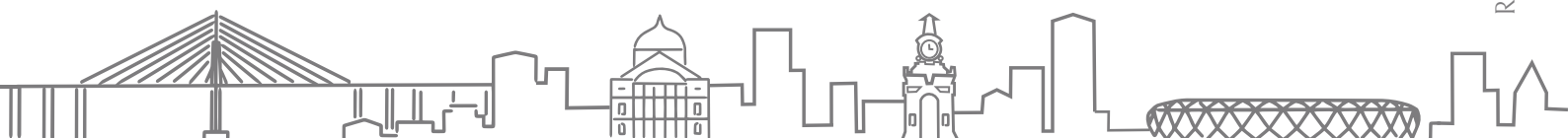
O GEP segue como o principal sistema de automatização de rotinas administrativas relativas aos recursos humanos da instituição, e a cada ano novos recursos são adicionados.



Módulo de Férias dos Membros

A migração dos dados do Censo institucional para a PRODAM, bem como a migração dos dados do Censo institucional para a GEP, foram ações que permitiram consolidar a base de dados dos recursos humanos do MPAM.

Outro importante recurso foi a Emissão das Carteiras Funcionais dos Membros, cujos dados são oriundos do GEP, em parceria com o Ministério Público do Mato Grosso do Sul.





» Sistema MP Virtual



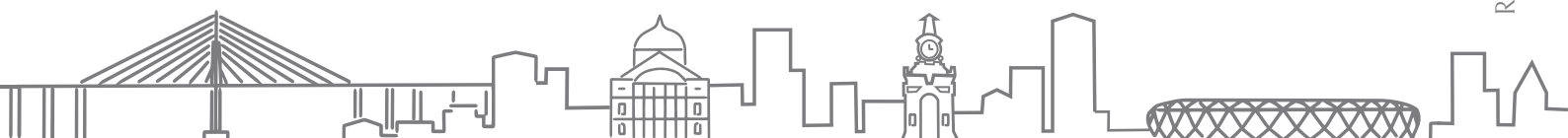
Em relação ao sistema de gestão dos processos judiciais e extrajudiciais eletrônicos do MPAM - MP Virtual, foi dado prosseguimento à sua implantação nas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial.

Em 13 de janeiro de 2023, o quadro geral de implantação do sistema no interior do Estado está da seguinte forma.



funcionalidades:

- Recebimento de Intimação
- Confirmação da Intimação
- Visualização das peças processuais e metadados do processo
- Entrega de Manifestação ao TJAM (permanece me desenvolvimento);



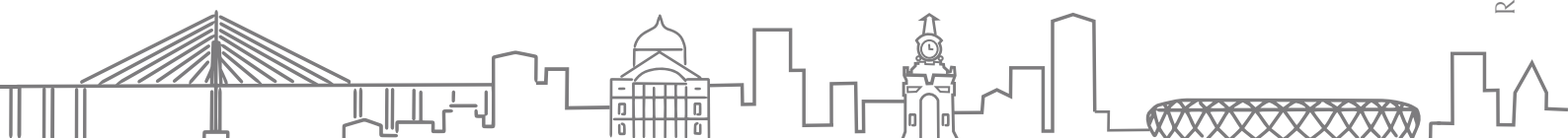
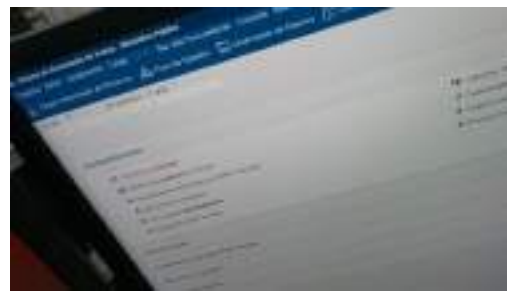


Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
2.06 Atuar com eficiência na busca da resolutividade	2.06.01: Adotar o Modelo do Ministério Público Resolutivo	2.06.01.01: Elaborar e implantar planos de atuação, com indicadores e metas de resolutividade, nas promotorias, procuradorias e coordenadorias
2.09 Aperfeiçoar o modelo de atuação funcional	2.09.06: Reformular o modelo de atuação funcional	2.09.06.03: Elaborar e implementar projeto com objetivo de estabelecer e implantar padrão de infraestrutura mínima (física e de pessoal) necessária à instalação e funcionamento de Promotoria de Justiça no interior do Estado.
2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação	2.11.01: Aprimorar os sistemas de informação de suporte à atuação institucional	2.11.01.03: Elaborar e implementar projeto para adoção de Sistema Integrado de Gestão Institucional (ERP)
2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação	2.11.01: Aprimorar os sistemas de informação de suporte à atuação institucional	2.11.01.04: Elaborar e implementar projeto para ampliar a prestação de serviços online ao cidadão
2.14 Fortalecer o controle interno e a transparência	2.14.01: Aprimorar a transparência institucional	2.14.01.01: Elaborar e implementar medidas que elevem o MPAM ao conceito "excelente" no Ranking da Transparência do CNMP.
2.14 Fortalecer o controle interno e a transparência	2.14.01: Aprimorar a transparência institucional	2.14.01.02: Estabelecer medidas que aumentem a eficiência dos canais de acesso à informação

» Sistema SAJ-MP

Com a contratação em março de 2019 da solução SAJ-MP para uso nas atividades da área-fim do MPAM localizados nas unidades da Capital, foi dado início ao seu projeto de implantação.

Atualmente o projeto de implantação está concluído e o sistema funcionando em todas as Promotorias e Procuradorias de Justiça, assim como em órgãos como a Corregedoria-Geral, Ouvidoria, Centros de Apoio e núcleos/órgãos de apoio.





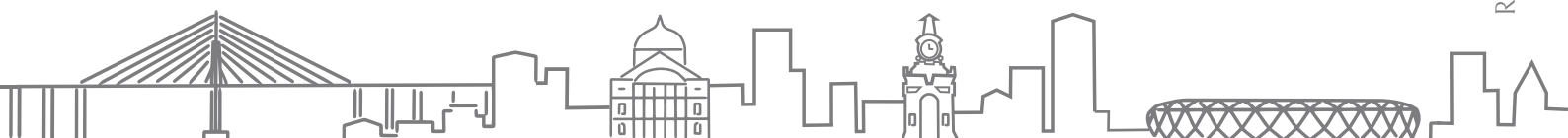
Adicionalmente, foi concluída a integração com o sistema SEEU, sistema do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ para a área de Execução Penal e a partir daí o sistema passou a ser utilizado com as 64ª e 71ª Promotorias de Justiça. Além disso, foram realizadas a implementação de recursos para comportar no sistema SAJMP o nome social como estabelecido na resolução nº 232/2021/CNMP, e o Sirene Jud conforme a resolução 08/2021/CNMP. Outros recursos desenvolvidos foram a integração com o PJE Eleitoral, peticionamento em lote para as promotorias de justiça que atuam na Lei Maria da Penha e melhorias das funcionalidades de protocolo, trazendo mais agilidade para os setores na emissão de protocolos no sistema.

Sem deixar de mencionar, foram realizadas a conclusão de atividades inerentes à conclusão do projeto de implantação, tais como o desenvolvimento de melhorias no portal da transparência, integração com o diário, webservices do portal de direito coletivo e a implementação de protocolo virtual no sistema.

Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
2.06 Atuar com eficiência na busca da resolutividade	2.06.01: Adotar o Modelo do Ministério Público Resolutivo	2.06.01.01: Elaborar e implantar planos de atuação, com indicadores e metas de resolutividade, nas promotorias, procuradorias e coordenadorias
2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação	2.11.01: Aprimorar os sistemas de informação de suporte à atuação institucional	2.11.01.03: Elaborar e implementar projeto para adoção de Sistema Integrado de Gestão Institucional (ERP)
2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação	2.11.01: Aprimorar os sistemas de informação de suporte à atuação institucional	2.11.01.04: Elaborar e implementar projeto para ampliar a prestação de serviços online ao cidadão
2.14 Fortalecer o controle interno e a transparência	2.14.01: Aprimorar a transparência institucional	2.14.01.01: Elaborar e implementar medidas que elevem o MPAM ao conceito "excelente" no Ranking da Transparência do CNMP.
2.14 Fortalecer o controle interno e a transparência	2.14.01: Aprimorar a transparência institucional	2.14.01.02: Estabelecer medidas que aumentem a eficiência dos canais de acesso à informação

» Integração diário com SAJ-MP

Foram realizadas melhorias na integração do SAJ-MP como o Diário do MPAM, os webservices de integração com o Diário foram alterados para comportar os modelos de portaria e atos para servidores da instituição.





Objetivo:	Estratégia:	Iniciativa estratégica:
2.11 Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação	2.11.01: Aprimorar os sistemas de informação de suporte à atuação institucional	2.11.01.03: Elaborar e implementar projeto para adoção de Sistema Integrado de Gestão Institucional

» Infraestrutura baseada em containers

Um grande avanço em termos de modernização foi a implantação de uma nova infraestrutura baseada em containers, disponibilizando um novo ambiente para hospedagem das aplicações institucionais, com estabilidade, disponibilidade e segurança.

Em seguida teve início a migração das aplicações existentes para a nova estrutura. Diversas aplicações já foram totalmente migradas para o novo ambiente, tais como:

- Contratos e Convênios (cec.mpam.mp.br)
- Arquivo (arquivo.mpam.mp.br)
- Licits (licits.mpam.mp.br)
- Contracheque Web (contracheque.mpam.mp.br)

GOVERNANÇA DE TI

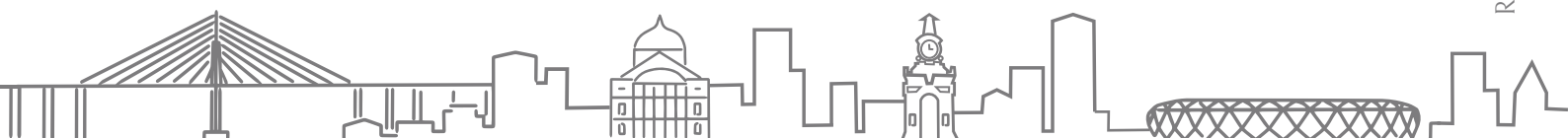
A dinâmica própria da área de tecnologia da informação, sua importância para o alcance das metas e objetivos estratégicos institucionais exige permanente melhoramento de sua organização, de seus métodos e procedimentos.

III - A FROTA DE VEÍCULOS

A frota de veículos da Procuradoria-Geral de Justiça, totalizou 86 (oitenta e seis) unidades no final do exercício 2023, destinadas ao transporte de pessoas, processos, documentos, equipamentos e materiais, atendendo os serviços de transporte das unidades administrativas e dos órgãos desta Instituição.

» Situação da Frota em 2023

Capital: 34 (trinta e quatro) carros do modelo Corolla XEi 2.0 (Toyota), 1 (um) carro





do modelo Yaris SA XLS 1.5 (Toyota), 2 (dois) carros do modelo Etios SD X Plus (Toyota), 2 (dois) veículos pick-ups dos modelos Hilux CDSRVA4FD e S10 (Toyota e Chevrolet, respectivamente), 1 (uma) van do modelo Renault Master (Renault), 4 (quatro) motocicletas do modelo Crosser 150 S ABS (Yamaha), 1 (uma) motocicleta do modelo NXR 150 Bros ESD (Honda) e 3 (três) motocicletas do modelo XTZ 150 (Yamaha).

Interior: 01 (um) carro do modelo Corolla Xei 2.0 (Toyota), 9 (nove) carros do modelo Yaris SA XLS 1.5 (Toyota), 3 (três) carros do modelo Etios SD X Plus (Toyota), 17 (dezesete) motocicletas do modelo Crosser 150 S ABS (Yamaha) e 8 (oito) motocicletas do modelo NXR 150 Bros ESD (Honda).

Quadro: Evolução da Frota 2022/2023

Veículos	2022	2023
Motocicletas	38	33
Carros	41	50
Pick-ups	1	2
Vans	1	1
Total	81	86

Fonte: Setor de Transportes -PGJ

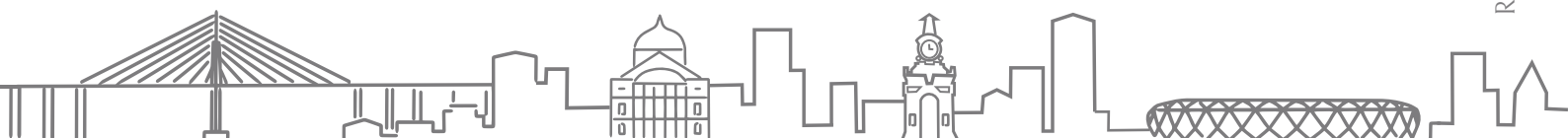
» Custos com a manutenção da frota

O Ministério Público do Estado do Amazonas, para consecução dos seus objetivos institucionais, necessita de forma ininterrupta utilizar veículos em condições mínimas de trafegabilidade, das quais podemos elencar: manutenção em dia, seguro, documentação atualizada junto aos órgãos de trânsito entre outros para que a frota permaneça seguindo os padrões exigidos por uma boa administração. Esta PGJ controla e acompanha seus custos, dentre eles o de manutenção, como pode ser visualizado através do quadro a seguir:

Quadro: Evolução do Custo da Frota 2020 a 2023

DESPESAS	2020	2021	2022	2023
Seguro	41.500,00	41.500,00	41.500,00	101.500,00
Manutenção Preventiva / Corretiva	140.264,43	253.398,40	210.578,09	63.597,19
Licenciamento anual	4.896,17	6.169,05	4.928,50	12.660,64
Total	186.660,60	301.067,45	257.006,59	177.757,83

Fonte: Setor de Transportes -PGJ





» Veículos adquiridos em 2023

A aquisição de veículos novos para o Ministério Público representa um passo significativo na busca por eficiência e excelência no desempenho de suas funções institucionais. Diante das demandas crescentes e da necessidade de garantir uma atuação ágil e eficaz, a renovação da frota veicular se apresenta como uma medida estratégica.

Os novos veículos reforçaram a SETRANS no ano de 2023 com 41 (quarenta e um) veículos da marca japonesa Toyota, sendo 30 (trinta) deles do modelo Corolla Xei 2.0, 10 (dez) do modelo Yaris SA XLS 1.5 e uma 1 (uma) pick-up do modelo Hilux CDSRVA4FD, e mais 21 (vinte e uma) motocicletas do modelo Crosser 150 S ABS da marca Yamaha, todos modelo 2023.

» Alienação de veículos (leilão)

A venda de veículos antigos, muitas vezes já desgastados pelo tempo e pelo uso constante, permite a captação de recursos financeiros. Isso não apenas promove a renovação da frota, mas também assegura que nossa instituição conte com veículos mais eficientes, seguros e alinhados com as demandas contemporâneas.

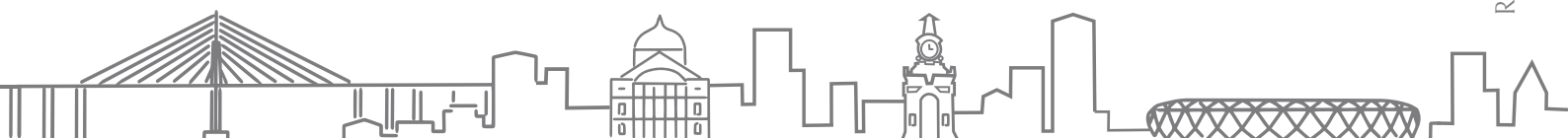
Além do aspecto financeiro, o leilão contribui para a otimização do espaço físico, liberando áreas de estacionamento e manutenção ocupadas por veículos obsoletos. Essa reorganização logística permite uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, proporcionando melhorias tanto em termos de espaço como de logística interna.

Destaca-se que a alienação de veículos ociosos e antieconômicos pelo elevado custo de manutenção, trouxe para a administração uma economia com a manutenção além do valor arrecadado com o respectivo leilão previsto inicialmente em R\$ 824.096,50, finalizou com uma arrecadação de R\$ 1.347.300,00, com um lucro de aproximadamente 63,49% acima do valor estimado pela Administração.

Dentre a frota de veículos da PGJ, os veículos leiloados incluem: 7 (sete) motocicletas da marca Honda, sendo 3 (três) motocicletas do modelo CG 125 Fan e 4 (quatro) do modelo NXR 150 Bros ESD. Além das motocicletas, foram leiloados 31 (trinta e um) carros da marca Toyota, sendo 1 (um) Corolla 1.8 Xei AT e 30 (trinta) Corollas 1.8 Gli. Os demais detalhes dos veículos leiloados constam no Anexo IV.

IV - Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas inicia-se no ato da investidura no cargo e termina com a aposentadoria dos membros e servidores da Instituição. Além de cuidar do pessoal comissionado, terceirizado e estagiário. Trata-se da nova nomenclatura da conhecida área de recursos





humanos, cuja função primordial é alinhar as políticas de gestão de pessoal com os objetivos e estratégias da Instituição, que serão implantados pela força de trabalho dos membros e servidores.

O quadro de carreira dos Membros deste *Parquet* encerrou o ano de 2023 com 163 (cento e sessenta e três) cargos ocupados, sendo 22 (vinte e dois) Procuradores de Justiça, 97 (noventa e sete) Promotores de Justiça – Entrância Final e 44 (quarenta e quatro) Promotores de Justiça – Entrância Inicial.

Em 2023, através da Lei Complementar nº 243, de 30 de março de 2023, houve um incremento de 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça de Entrância Final, ampliando de 206 para 216 cargos de Membros do Ministério Público, cujos Órgãos de Execução serão instalados através de ato do Procurador-Geral de Justiça, segundo os ditames da Lei.

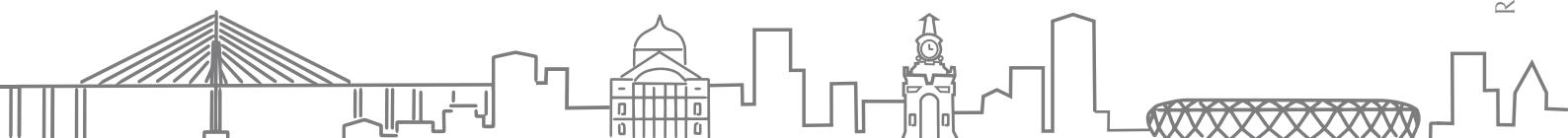
Demonstrativo de Cargos de Membros e Órgãos de Execução - Em 31/12/2023					
Cargos	Criados em Lei	Órgãos de Execução instalados	Órgão de Execução a instalar	Cargos Ocupados	Cargos a Ocupar
Procurador de Justiça	24	24	0	22	2
Promotor de Justiça – Entrância Final	116	106	10	97	19
Promotor de Justiça – Entrância Inicial	76	73	3	44	32
Total	216	203	13	163	53

Fonte: Portal da Transparência do MPAM/ SGMP, 2024

Em relação a evolução mensal do quantitativo de pessoal da Instituição durante o exercício de 2023, devidamente dividido por Membros, Servidores administrativos (efetivos e comissionados), Militares à disposição, Inativos (Membros e Servidores administrativos) Pensionistas, totalizando, no mês de dezembro, 859 (oitocentos e cinquenta e nove) integrantes.

Em relação aos servidores, verifica-se que, no final do exercício em questão, o quadro de efetivos era composto por 387 (trezentos e oitenta e sete) integrantes, sendo 56 (cinquenta e seis) Agentes de Serviço (Nível Fundamental), 147 (cento e quarenta e sete) Agentes de Apoio (Nível Médio), 41 (quarenta e um) Agentes Técnicos (nível superior diversas áreas) e 143 (cento e quarenta e três) Agentes Técnico-Jurídicos (nível superior em Direito).

A evolução no quadro de pessoal da Instituição durante o ano de 2023, com detalhamento mensal, dividido por Membros, Servidores (efetivos e comissionados), Militares à disposição, Inativos (Membros e Servidores) e Pensionistas, conforme demonstrado no quadro a seguir.





Evolução de Pessoal – 2023												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ATIVOS	Jan	705	709	707	708	705	704	706	700	699	697	696
MEMBROS	714	170	170	168	168	167	167	167	164	163	163	163
Procuradores	170	24	24	23	23	23	23	23	21	21	21	22
Promotores de entrância Final	24	94	97	96	96	96	98	98	97	96	98	97
Promotores de entrância Inicial	94	52	49	49	49	48	46	46	46	46	44	44
SERVIDORES	52	497	499	501	502	500	498	500	497	497	495	494
Efetivos	506	395	395	395	396	395	393	391	390	389	388	387
Não-Efetivos	395	102	104	106	106	105	105	109	107	108	107	107
INATIVOS	111	81	81	83	84	84	84	84	89	89	91	91
Membros	81	67	67	69	69	70	70	70	72	72	74	74
Servidores	66	14	14	14	15	14	14	14	17	17	17	17
PENSIONISTAS	15	65	65	68	69	69	69	71	71	71	71	72
MILITARES A	65	38	40	38	38	38	39	39	39	39	39	39
DISPOSIÇÃO												
TOTAL	860	851	855	858	861	858	857	861	860	859	859	859

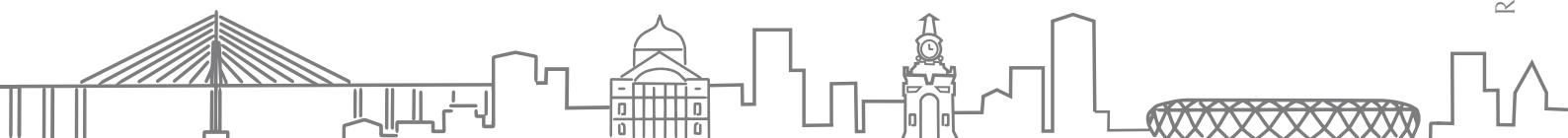
Fonte: Divisão de Recursos Humanos - PGJ

Quanto ao quadro de Estagiários, de acordo com informação fornecida pela Divisão de Recursos Humanos - DRH, em Dezembro de 2023, existiam 230 (duzentos e trinta) estudantes percebendo bolsa-auxílio e auxílio-transporte, sendo 79 (setenta e nove) de nível superior – Direito, 102 (cento e dois) de nível superior – outras áreas do conhecimento e 49 (quarenta e nove) de nível médio.

Quadro de Estagiários – 31/12/2023				
Estagiários	Direito	Superior outra áreas	Médio	Total
Ensino médio e superior (Direito e outras áreas)	102	79	49	230

Fonte: Portal da Transparência - MPAM

Vale ressaltar que, em 2023, foi realizado o I Exame de Seleção do Programa de Residência Profissional, que resultou na contratação de 57 (cinquenta e sete) profissionais residentes da área jurídica para exercerem suas atividades nas diversas áreas de atuação do MPAM.





A Procuradoria-Geral de Justiça conta também com a participação de 61 (sessenta e um) colaboradores terceirizados, sendo 59 (cinquenta e nove) de terceirização de serviços de mão-de-obra, quais sejam: 25 (vinte e cinco) Serviços Gerais, 03 (três) Copeiras, 11 (onze) Garçons, 02 (dois) Jardineiros, 04 (quatro) Artífices, 01 (um) Técnico em Cabeamento de Rede, 01 (um) Lavador de automóveis, 06 (seis) Recepcionistas, 02 (dois) Auxiliares de Almojarifado, 02 (dois) Assistentes de Cerimonial, 01 (um) Supervisor de Serviços Gerais e 01 (um) Supervisor de Artífices, responsáveis pela realização dos serviços de limpeza e conservação, higienização, serviços de copa, garçom, lavagem de veículos, jardinagem, manutenção predial e recepção. Temos ainda 02 (dois) colaboradores terceirizados responsáveis pelos sistemas de refrigeração.

V- Capacitação de Membros e Servidores

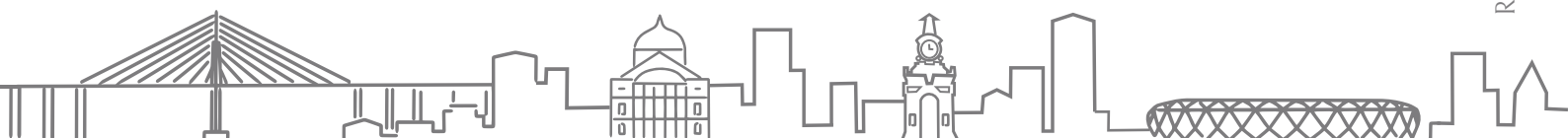
O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEAF) é um órgão auxiliar na estrutura do organograma do Ministério Público, instituído pela Lei Complementar nº 11, de 17 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas, e regido pelo Ato PGJ nº 183/2005 que aprovou o Regimento Interno do CEAF.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional atua na realização de atividades que incluem cursos, oficinas, seminários, simpósios, congressos, palestras, ciclos de estudos e outras necessárias para o aprimoramento cultural e profissional dos integrantes da carreira do Ministério Público e servidores da Instituição.

Está ainda sob responsabilidade do CEAF a coordenação e publicação da Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas, o incentivo ao debate jurídico sobre temas relevantes que colaborem para o desenvolvimento da ciência do Direito, para interpretação e aplicação das leis, bem como, o incentivo aos Membros do Ministério Público, estudantes e operadores do Direito a aprofundar o conhecimento sobre a instituição do Ministério Público por meio de concursos e/ou ensaios jurídicos.

Para execução das ações, cabe ao CEAF a interação com outros órgãos do Ministério Público, institutos educacionais, universidades e outras instituições e entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para celebração de convênios e outros ajustes de cooperação.

Além disso, a Biblioteca e o Memorial também compreendem a estrutura do CEAF.





PRINCIPAIS AÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF EM 2023

V CONGRESSO ESTADUAL DO MPAM			
Participantes			Quantidade
MEMBROS	SERV	EXTERNOS	TOTAL
96	54	280	430
VISUALIZAÇÕES		1145	



De 26 a 28/07 ocorreu o V CONGRESSO ESTADUAL DO MPAM e teve como tema: “MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLUTIVO: EFETIVIDADE E JUSTIÇA”. A Comissão Especial de Trabalho do “V CEMPAM”, foi instituída pela PORTARIA Nº 0486/2023/PGJ, datada de 17 de março de 2023. O evento foi organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), pela Associação Amazonense do Ministério Público (AAMP) e realizado no período de 26 a 28 de julho de 2023 no Auditório Carlos Alberto Bandeira, sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

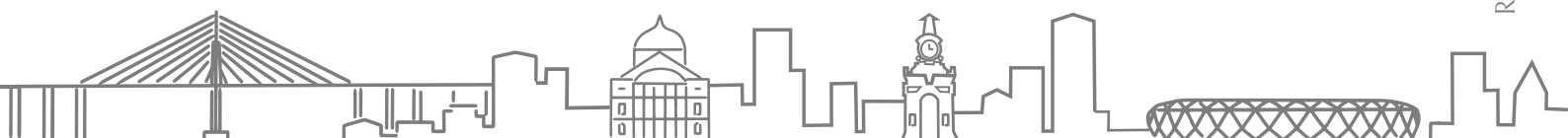
Comissão Organizadora:

1. JOÃO GASPAR RODRIGUES – Promotor de Justiça de Entrância Final – Presidente da Comissão do V Congresso do MPAM;
2. VITOR MOREIRA DA FONSECA – Promotor de Justiça de Entrância Final;
3. ELANDERSON LIMA DUARTE – Promotor de Justiça de Entrância Inicial;
4. FABRÍCIO SANTOS ALMEIDA – Promotor de Justiça de Entrância Inicial;

Apoio Administrativo:

1. JOHARA FERNANDA BORGES DO CARMO – Pedagoga;
2. JULIANA PEREIRA DOS SANTOS – Pedagoga;
3. MELISSA MACIEL TAVEIRA – Pedagoga;

PROGRAMAÇÃO:






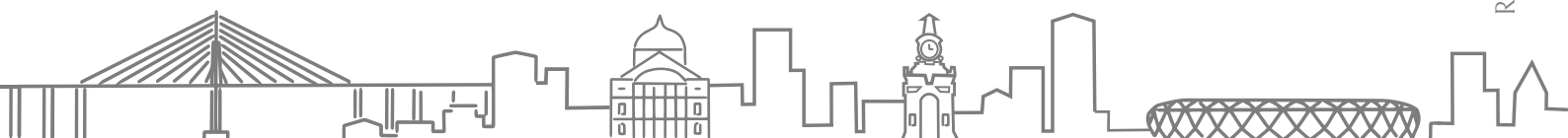
» Registro Fotográfico



CICLO DE PALESTRAS 35 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.			
Participantes			Quantidade
MEMBROS	SERVIDORES	EXTERNOS	TOTAL
6	11	38	55
VISUALIZAÇÕES		202	



Em 31/10 foi realizado o CICLO DE PALESTRAS “35 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO” com a participação do Dr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro - Secretário-Geral do CNMP, Dra. Sílvia Maria da Silveira Loureiro - Professora da Escola de Direito a Universidade do Estado do Amazonas, Dr. Érico Desterro - Conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Amazonas e Dr. Edmilson Barreiros- Procurador da República no Amazonas – MPF.





» Programação e Registro Fotográfico

DATA	HORARIO	TEMÁTICA/CONTÉDOS	PALESTRANTES
PROGRAMAÇÃO			
08 DE OUTUBRO - TERÇA-FEIRA - PALESTRAS - MANHÃ			
08/10/2023 (09:00)	09:00	ABERTURA / MEIA DE BOINA	<ul style="list-style-type: none"> 1. Dr. Alberto Rodrigues De Saes (Juiz - Tribunal de Justiça do Amazonas) 2. Dr. João Carlos Rodrigues - DPM do TCE/AM 3. Dr. Alexandre Soares - Presidente do Conselho de Segurança Pública - ASPSP 4. Dr. Nelson Freitas - Diretor de Defesa Social 5. Dr. Sérgio Amador Tavares - Coordenador-Geral do INEPAC 6. Dr. Sérgio Mota Pires - Juiz - Subprocurador para Assuntos Institucionais do MP/AM 7. Dr. Edson Fialho - Secretário-Geral do MP/AM 8. Dr. Agostinho Leite Júnior - Intendente-Geral do TCE/AM para assuntos Institucionais e Comunicação (Int/AM)
08/10/2023 (10:00)	10:00	PALESTRA 1	Dr. Jackson Maria Freitas - Procurador de Justiça e Intendente-Geral do TCE/AM
08 DE OUTUBRO (10:00)			
08/10/2023 (10:00)	10:00	PALESTRA 2	Dr. César Toledo de Melo Barros - Intendente-Geral do COTEC
08 DE OUTUBRO (10:00)			
08/10/2023 (10:00)	10:00	PALESTRA 3	Dr. Alcir de Melo de Almeida Loureiro - Presidente do Fórum de Estudos da Universidade do Estado do Amazonas
08 DE OUTUBRO (10:00)			
08/10/2023 (10:00)	10:00	EXERCÍCIOS - MANHÃ	
08 DE OUTUBRO - TERÇA-FEIRA - PALESTRAS - TARDE			
08/10/2023 (14:00)	14:00	PALESTRA 4	Dr. Edson Soares - Coordenador-Geral de Defesa de Direitos Individuais
08 DE OUTUBRO (14:00)			
08/10/2023 (14:00)	14:00	PALESTRA 5	Dr. Edson Soares - Intendente de Defesa do Acusado - DPA
08 DE OUTUBRO (14:00)			
08/10/2023 (14:00)	14:00	EXERCÍCIOS - TARDE	



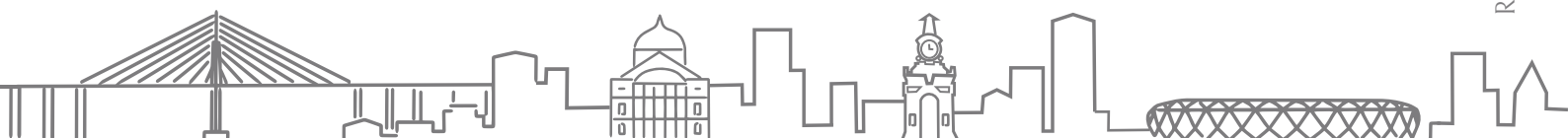
XIX CONCURSO DE JÚRI SIMULADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS "Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle"	
Participantes	Quantidade
Equipes	31
Juízes	10
Público Externo	92
TOTAL	133

No período de 13 a 21/11 foi realizado o XIX CONCURSO DE JÚRI SIMULADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS "Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle".

Sagraram-se vencedoras do Concurso as seguintes Instituições:

CAMPEÃ UNINORTE

VICE-CAMPEÃ MARTHA FALCÃO





3.º LUGAR FAMETRO

Sagraram-se individualmente vencedores os seguintes acadêmicos:

ELIÚDE MENEZES SOUTELO - UNINORTE

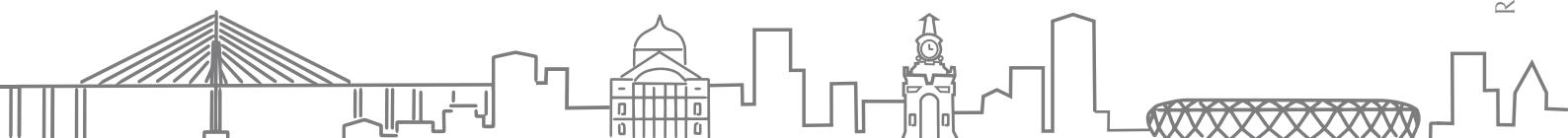
YASMIN TALITA DE OLIVEIRA BORGES - UNINORTE

ISABELLE MARTINS VIEIRA - UNINORTE

» Registro Fotográfico



Em 2023 retomamos o Projeto “O MP nas Escolas” com a abertura em parceria com o Centro de Mídias do Amazonas (Cemeam/Seduc), colocando em debate o tema: “Educação pela Paz”. O programa foi voltado a professores, gestores, estudantes, assessores pedagógicos das escolas públicas e comunidade em geral. A transmissão foi feita por meio do canal do MPAM no Youtube, TV Encontro das Águas, no canal 2.4, e Salas IPTV. Os convidados do programa foram: o Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues, Chefe do CEAF, e a Procuradora de Justiça Anabel Vitória Mendonça de Souza, Coordenadora do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Amazonas (NUPA). Além disso, realizamos visitas a Escolas e também recebemos alunos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Totalizou-se a emissão de 639 certificados para os participantes.





» Registro Fotográfico

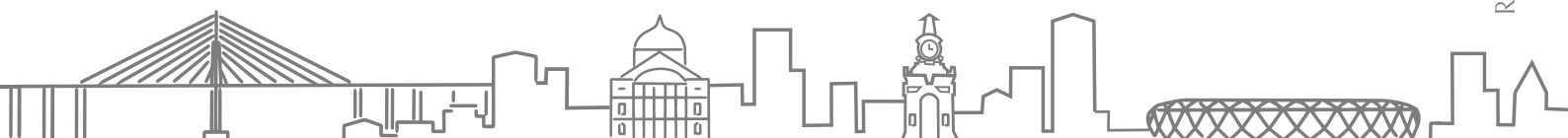
E.E RUY ARAÚJO



VISITA AO MUSEU DO ESPORTE - ARENA DA AMAZÔNIA



CEJA ANA CRISTINA DA ROSA GUIMARÃES





VISTA DOS ALUNOS DO CEMEJA ANA CRISTINA DA ROSA GUIMARÃES À PGJ




ATIVIDADES REALIZADAS EM 2023

JANEIRO

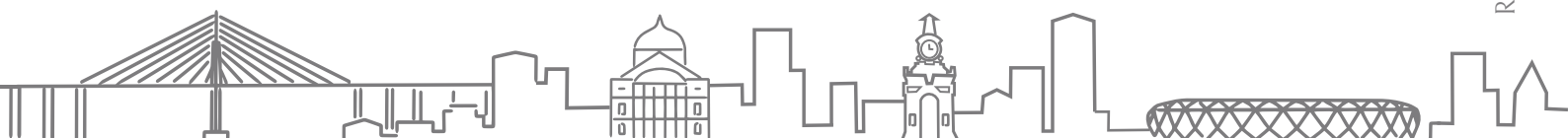
Abertura do Curso de Integração de Estagiários do MPAM na Plataforma Moodle – contínuo.

Curso de Integração de Estagiários do MPAM		
Participantes		Quantidade
ALCANCE		57



No dia 20/01 foi realizado o Curso Google: Solicitações Oficiais de Dados dos Usuários, no auditório Gebes de Mello Medeiros. Público-alvo: Agentes Técnico-Jurídicos e Agentes de Apoio Administrativo. Palestrante: Antônio Trigueiro - Legal Outreach – Google.


Curso Google: Solicitações Oficiais de Dados dos Usuários				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
6	19	12	37	






Na mesma data ocorreu a Reunião Google: Privacidade e Proteção de Dados, somente para Membros e Servidores de Promotorias de Justiça de Infância e Juventude, Educação e Direitos do Cidadão (restrita).

Reunião Google: Privacidade e Proteção de Dados			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total



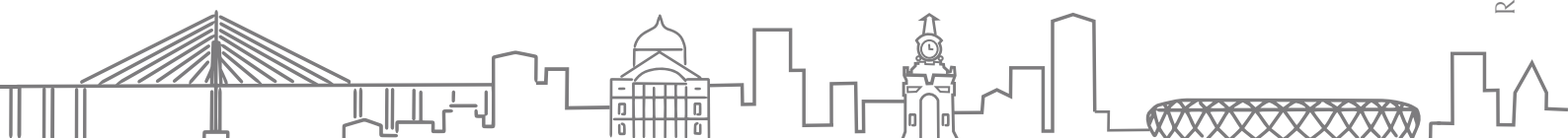
De 30/01 a 02/02 ocorreu o Curso “A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, com carga-horária de 20h. Ministrante: Victor Amorim - INSTITUTO PROTEGE – ESCOLA BRASIL. Objetivo: Promover a capacitação dos servidores do MP/AM para maior eficiência e segurança na implementação da Lei nº 14.133/2021 nas contratações públicas. Público-alvo: Membros, Assessores e Servidores da SUBJUR, SUBADM, ASSESSORIA DO PGJ, CAO-CRIMO, PRODEPPs, ARPC, ASCOM, ASSINST, DG, DA, DPLAN, DOF, DCCON, DTIC/SIET, DEAC, DRH, DCI, CPL, NAT, SCOMS, SCMP, SPAT, SAL, SETRANS, SOCL e Instituições parceiras (ESMAM; Escola de Contas do TCE; Escola do Legislativo – ALEAM; ESCOLEGIS – CMM e CETAM).

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Presencial			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
6	48	16	70




FEVEREIRO

No dia 27/02 foi realizado o “eSocial para Órgãos Públicos - Curso Prático” com carga horária de 40h. Com o objetivo de capacitar os servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas a prestarem corretamente as informações no eSocial nos eventos periódicos de folha de pagamento, na EFD Reinf e na DCTFweb. Ministrante: ESTER LIMA - Advogada, especialista em Direito do Trabalho e Direito Empresarial, consultora empresarial na área Trabalhista e Previdenciária. Local: Escola do Legislativo Senador José Lindoso – ALEAM.






eSocial para Órgãos Público - Curso Prático			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
---	14	12	26




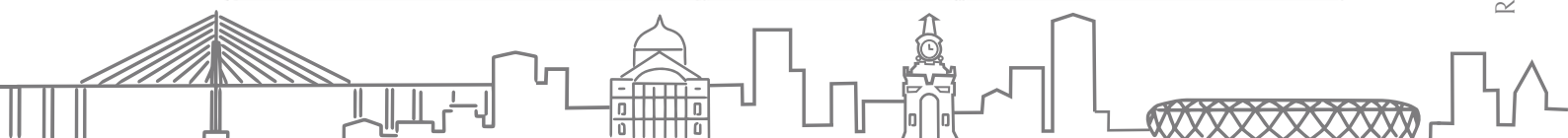
No dia 28/02 foi realizado Papo Cidadão: “Juntos Pela Vida”: Experiências Exitosas em Prol da Saúde nas Escolas, via Centro de Mídias do Estado do Amazonas – CEMEAM com transmissão para o Canal do MPAM no Youtube, com o objetivo de apresentar experiências bem-sucedidas de conscientização realizadas dentro do ambiente escolar sobre a saúde dos estudantes, com ênfase na temática da vacinação. O programa Papo Cidadão contou com a participação da Dra. Romina Carmen Brito Carvalho, Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-IJ, e de convidadas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto e Secretaria Municipal de Educação.

Papo Cidadão: “Juntos Pela Vida”: Experiências Exitosas em Prol da Saúde nas Escolas		
Participantes	Quantidade	
Visualizações	209	

MARÇO

No dia 20/03, foi realizada a Abertura do Projeto “O MP nas Escolas” no Centro de Mídias do Amazonas com transmissão para o Canal do MPAM no Youtube, TV Encontro das Águas, no canal 2.4 e Salas IPTV, colocando em debate o tema: “Educação pela Paz”. O programa é voltado a professores, gestores, estudantes, assessores pedagógicos das escolas públicas e comunidade em geral. O Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues, Chefe do CEAF apresentou o Projeto.

Projeto “O MP nas Escolas”		
Participantes	Quantidade	
Visualizações	131	






No dia 21/03, foi realizado o curso Ferramentas de Colaboração com Autoridades em Investigações Criminais. Objetivo: Capacitar Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas a cerca das ferramentas de colaboração com autoridades em investigações criminais e procedimentos para solicitação de dados de contas de usuários do Facebook, Instagram e WhatsApp. Ministrantes: PAULO R. A. DE DEUS - Gerente de Relações com Autoridades da Persecução Criminal no Brasil pelo TikTok e ÁDIVA GRAZIOSI - Law Enforcement Outreach Manager – LATAM da empresa Facebook do Brasil, atuando como Gerente de Relacionamento com Autoridades em Investigações Criminais. Público-alvo: Membros e Servidores das Promotorias Criminais, Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado (CAO-CRIMO - GAECO) e Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Criminais (CAO-CRIM).

Ferramentas de Colaboração com Autoridades em Investigações Criminais				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
6	40	7	53	



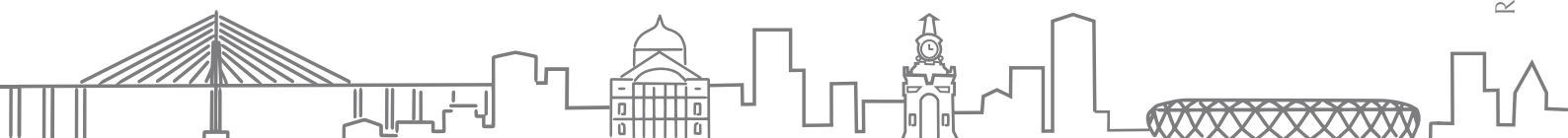
No dia 31/03 houve o “Lançamento do Guia Básico de Atuação Ministerial; Palestra: Jurimetria, Unidade e Agência: a busca de identidade institucional e a concretização do modelo constitucional” com o objetivo de Capacitar Membros e Servidores do MPAM sobre o tema. Palestrante: DR. ALEXANDRE ROCHA ALMEIDA DE MORAES - Mestre e Doutor em Direito Penal pela PUC/SP, Promotor de Justiça (MPSP).

Lançamento do Guia Básico de Atuação Ministerial; Palestra: Jurimetria, Unidade e Agência: a busca de identidade institucional e a concretização do modelo constitucional				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
55	24	---	79	



ABRIL

No dia 13/04, foi realizado Seminário Estadual Família Acolhedora com transmissão para o Canal do MPAM no Youtube com o objetivo de difundir o serviço de acolhimento familiar junto aos municípios do Estado do Amazonas. Com a participação da DRA. ROMINA CARMEM BRITO CARVALHO – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-IJ; ; SRA. MARIA





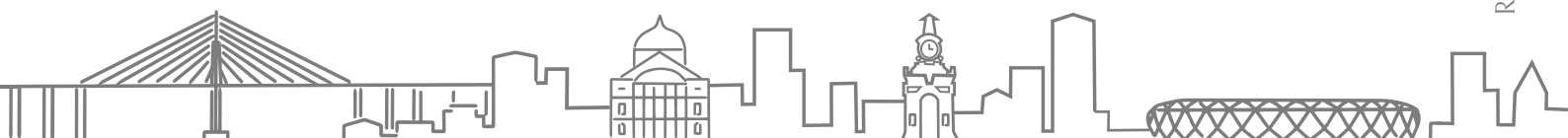
DAS GRAÇAS SOARES PROLA; SRA. JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA - Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc); SRA. MAGALI ARAÚJO – Diretora do Abrigo Lar Batista Janell Doyle; SRA. KEILA PEREIRA BRUCE MICHILES - Representante da Família Acolhedora e SRA. ANA ANGÉLICA CAMPELO DE ALBUQUERQUE E MELO - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Servidora pública.

Seminário Estadual Família Acolhedora			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
4	15	105	124
VISUALIZAÇÕES			939

Em 20/04 foi realizado o Projeto “O MP nas Escolas” em parceria com o Centro de Mídias do Amazonas (Cemeam/Seduc), colocando em debate o tema: “Educação pela Paz”. O programa foi voltado a professores, gestores, estudantes, assessores pedagógicos das escolas públicas e comunidade em geral. A transmissão foi feita por meio do canal do MPAM no Youtube, TV Encontro das Águas, no canal 2.4, e Salas IPTV. Os convidados do programa foram: o Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues, Chefe do Ceaf, e a Procuradora de Justiça Anabel Vitória Mendonça de Souza, Coordenadora do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Amazonas (NUPA).


Projeto “O MP nas Escolas”	
Participantes	Quantidade
Visualizações	220

Em 25/04 foi realizada mais uma ação do Projeto “O MP nas Escolas” - Educação Pela Paz na Escola Estadual Ruy Araújo com o objetivo de contribuir para fornecer aos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio conhecimentos acerca da instituição ministerial, suas atribuições e fluxo de conhecimento, de modo a fortalecer o exercício da cidadania no meio escolar, contribuindo para construir um ambiente seguro, de paz e de consenso. Palestrantes: Dr. João Gaspar Rodrigues – Promotor de Justiça de Entrância Final e Chefe do CEAF e Dra. Renata Cintrão Simões de Oliveira – Promotora de Justiça da 55ª Promotoria de Justiça de Manaus.






Projeto "O MP nas Escolas"	
Participantes	Quantidade
Visualizações	288



MAIO


Em 05/05/2023 foi realizada a palestra Educação Financeira com o Educador Financeiro e assessor de investimentos André Torbey, no Auditório Gebes de Mello Medeiros. O público-alvo foi Membros, Servidores e Estagiários do MPAM.

Educação Financeira			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
1	39	21	61



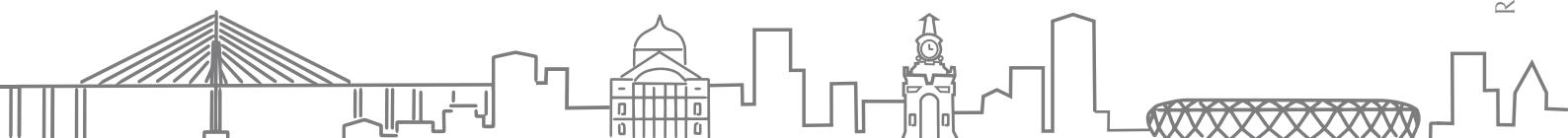
No dia 29/05 ocorreu a palestra "Inteligência Artificial no âmbito do Direito: Perspectiva e Possibilidades" com Professor DR. CARLOS MAURÍCIO SERODIO FIGUEIREDO - Associado da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (EST/UEA), co-fundador do LSI - Lab. de Sistemas Inteligentes da UEA. Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MPAM, Acadêmicos de Direito e Escolas parceiras.

Inteligência Artificial no âmbito do Direito: Perspectiva e Possibilidades			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
11	56	33	100



JUNHO


No dia 02/06 ocorreu a palestra "O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e suas Funcionalidades" com GRAZIELA MILANI LEAL, Assistente Social Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), atuando na Coordenadoria da Infância






e Juventude (CIJRS) e na Autoridade Central Estadual (ACERS). Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MPAM.

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e suas Funcionalidades			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
3	16	17	36

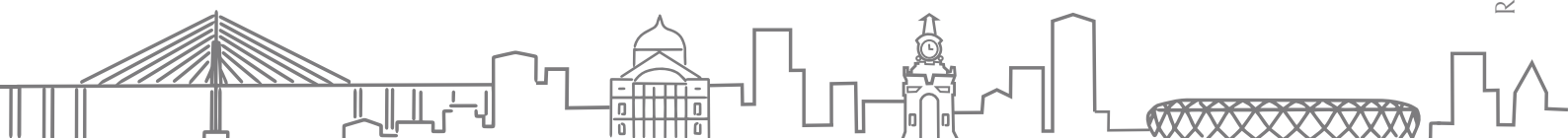


No dia 07/06 ocorreu Cerimônia de Premiação - Juntos pela Vida com o objetivo de conceder o “Selo Juntos pela Vida” às escolas do Estado do Amazonas que se inscreveram no Projeto e que conseguiram alcançar o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) do corpo discente vacinado contra COVID-19 e de acordo com o Programa Nacional de Imunizações – PNI, como um reconhecimento do esforço dos gestores e professores na construção de um ambiente escolar mais seguro e de uma sociedade mais protegida, com a ampliação da cobertura vacinal geral. A premiação aconteceu no Auditório Carlos Alberto Bandeira – sede da PGJ.

Cerimônia de Premiação - Juntos pela Vida			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
4	---	181	185




No dia 12/06 ocorreu a palestra “Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Fonte de Captação de Recursos” com o objetivo de discutir sobre a regularização dos Fundos do Direitos da Criança e do Adolescente e sua importância como instrumento de captação de recursos internos e externos, bem como sobre a implantação do Orçamento-Criança e Adolescente para a efetivação de políticas públicas infantojuvenis. Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MPAM, Integrantes do Sistema de Justiça, Gestores da Assistência Social, Assistentes Sociais, Conselheiros Tutelares, Psicólogos, Pedagogos, Professores, Organização da Sociedade Civil e Rede de proteção da Infância e Juventude dos Municípios do Amazonas. O palestrante foi o DR. MILLEN CASTRO - Promotor de Justiça da Infância e Juventude do MPBA.






Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Fonte de Captação de Recursos				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
3	16	53	72	
Visualizações			629	



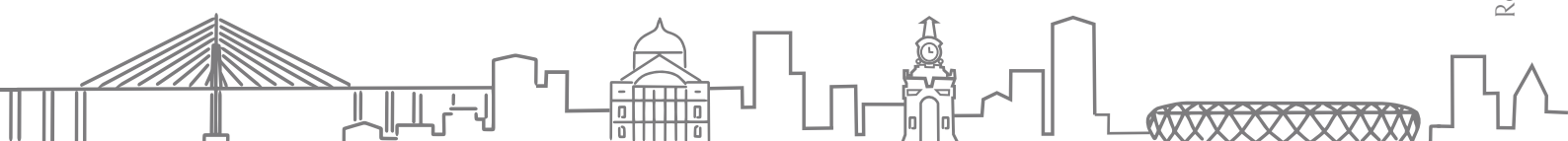
De 21 a 23/06 ocorreu o curso “Como Elaborar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência para compras e serviços de acordo com a Nova Lei de Licitações - LEI Nº 14.133/2021”. O objetivo foi capacitar os servidores da instituição, em face da edição da Nova Lei de Licitações (LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), que substituirá a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) Empresa realizadora: ZÊNITE. Certificação de 24h.

Como Elaborar o ETP e TR				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
---	36	---	36	



No dia 29/06 ocorreu a palestra “LEI HENRY BOREL (LEI 14.344/2022): DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE” com o objetivo de sensibilizar sobre a Violência contra crianças e adolescentes no país, em especial no ambiente doméstico, e trazer as normativas vigentes. Palestrante: DRA. RENATA REVITTI - Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de São Paulo.

“LEI HENRY BOREL (LEI 14.344/2022): DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE”				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
3	17	118	138	
Visualizações			1604	



JULHO

De 26 a 28/07 ocorreu o V CONGRESSO ESTADUAL DO MPAM no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo.


V CONGRESSO ESTADUAL DO MPAM			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
96	54	280	430
Visualizações			1145



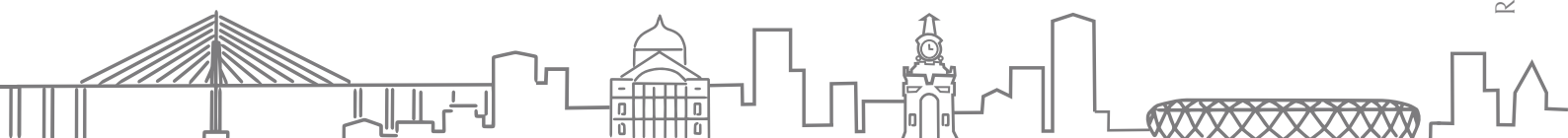
AGOSTO

De 02 a 04/08, no auditório Gebes de Mello Medeiros, foi realizado o Curso COMO FISCALIZAR E GERIR OS CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS – UM PARALELO ENTRE A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 14.133/2021. Empresa: ZÊNITE. Carga horária: 24h.

COMO FISCALIZAR E GERIR OS CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS – UM PARALELO ENTRE A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 14.133/2021			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
---	41	---	41



No dia 25/08 foi realizado o “II Ciclo de Diálogos: inovações da Lei Maria da Penha sob uma visão transversal” com o objetivo fomentar o debate sobre a aplicabilidade e a eficácia da Lei 11.340/2006 e suas alterações legislativas no escopo de aprimorar os órgãos que integram a rede de acolhimento e empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica, buscando atingir a prevenção desses crimes e punição dos agressores, bem como construir uma nova sociedade baseada na equidade de gêneros. Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MPAM; Operadores do Direito: Juízes, Defensores Públicos, Advogados; Estudantes de Direito, Policiais Civis, Integrantes da Rede de Acolhimento das Vítimas de Violência Doméstica e Sociedade em geral. Participantes: Dra. Sara Gama Sampaio – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; Dra. Eline Paixão – Juíza de Direito, Titular do 4º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Dr.






José Felipe Fish - Promotor de Justiça de entrância final, Titular da 99ª Promotoria de Justiça. Foi Procurador do Município de Manaus e Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa de Manaus Autor do livro “O Ministério Público no Tribunal do Juri”; Dra. Carolina da Silva Braz - Defensora Pública do Estado do Amazonas titular do Núcleo de Defesa da Mulher/NUDEM; Dr. Davi Santana da Câmara – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas.

II Ciclo de Diálogos: inovações da Lei Maria da Penha sob uma visão transversal				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
8	17	54	79	



No dia 31/08 foi realizado a palestra “INELEGIBILIDADE E O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS” com o objetivo de Dialogar com os Membros e Servidores do MPAM sobre a inelegibilidade e o papel do Tribunal de Contas com o DR. ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM. Público-alvo: Membros e Servidores que atuam no âmbito eleitoral do Ministério Público do Estado do Amazonas.


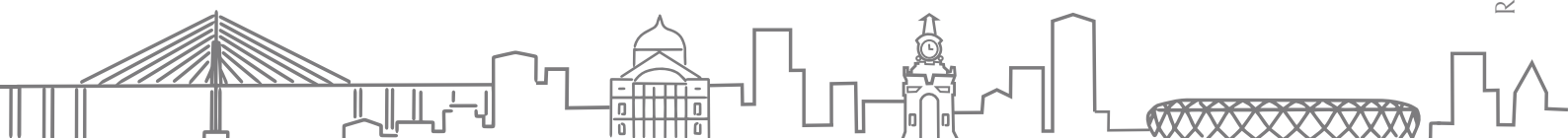
“INELEGIBILIDADE E O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS”				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
9	19	---	28	



SETEMBRO

Em 14/09 foi realizado o curso “OS DESAFIOS EM UMA INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO ATIVOS VIRTUAIS” com o objetivo de esclarecer sobre o universo de criptoativos e as dificuldades encontradas numa investigação com ocultação patrimonial nos ativos virtuais com Dra. Ana Paula Bez Batti - Procuradora da Fazenda Nacional – PGFN.


“OS DESAFIOS EM UMA INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO ATIVOS VIRTUAIS”				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
9	43	5	57	




Em 18/09 foi realizado o Seminário “A Justiça Restaurativa nas Escolas - Um novo olhar sobre a Cultura da Paz”. Objetivo: implementar, de forma gradativa, a cultura da paz nas escolas, por meio da metodologia da Justiça Restaurativa na Educação - JRE, para a prevenção e transformação de conflitos escolares. Apoio somente na certificação dos participantes.

Seminário “A Justiça Restaurativa nas Escolas - Um novo olhar sobre a Cultura da Paz”		
Participantes		Quantidade
Alcance		61



De 18 a 22/09 foi realizado o “Curso Autoinstrucional de Habilitação para Servidores do Programa de Teletrabalho do Ministério Público do Estado do Amazonas” – 4ª turma, via plataforma Moodle.

“Curso Auto instrucional de Habilitação para Servidores do Programa de Teletrabalho do Ministério Público do Estado do Amazonas”		
Participantes		Quantidade
Alcance		07

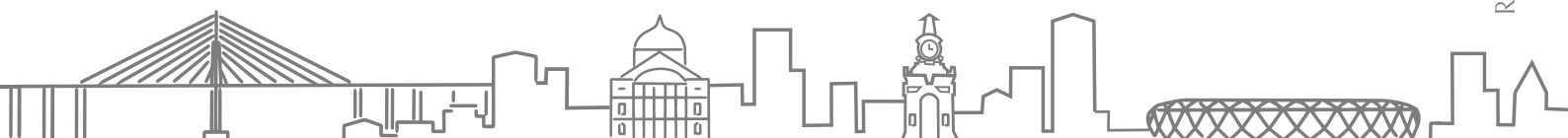


No período de 22 a 27/09, com o objetivo de apresentar as competências técnicas próprias da atividade profissional, foi realizado o “I CURSO DE INTEGRAÇÃO: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE RESIDENTES PROFISSIONAIS DO MPAM”. Local: Auditório Carlos Alberto Bandeira. Setores: ASSINST, DA, DRH, DG, DOF, DPLAN, ASCOM, GAECO, CAO-CRIMO – GAECO. NUPIA e RECOMEÇAR.

I CURSO DE INTEGRAÇÃO: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE RESIDENTES PROFISSIONAIS DO MPAM			
Participantes		Quantidade	
Membros	Servidores/Residentes	Total	
09	33	42	




Em 28/09 foi realizado “O MP nas Escolas” no CETI ÁUREA PINHEIRO BRAGA com a





participação da Promotora de Justiça, Dra. Christiane Dolzany e equipe do Programa Recomeçar.

Projeto "O MP nas Escolas"		
Participantes		Quantidade
Alcance		351



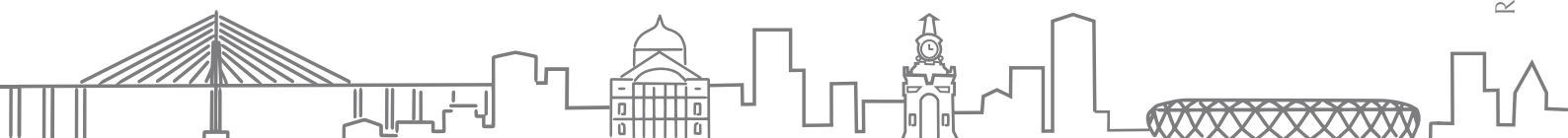
OUTUBRO

Em 02/10 foi realizado o SEMINÁRIO “Desafios Atuais e Futuros na Assistência Social à Pessoa Idosa: Perspectivas para o Ministério Público” com o objetivo de Discutir os desafios atuais e Futuros na Assistência Social à Pessoa Idosa e quais as perspectivas para o Ministério Público. Participantes: Secretária Adjunta Graça Prola (SEMASC); Sr. Carlos Alberto Almeida – Psicólogo (SEMASC); Sra. Michele Falcão (Assistente Social da Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas) e Dr. Vitor Fonsêca (MP/AM). Público alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MPAM, Conselhos Municipal e Estadual do Idoso, Fundação Doutor Thomas, Casa do Idoso São Vicente de Paula, Fórum Municipal do Idoso, OAB Comissão Idoso, DPE, MPF, TCE, SEAP, SEJUSC, SEMASC, SEAS, ALEAM Comissão Idoso, CMM, TJAM, ACADÊMICOS DE SERVIÇO SOCIAL E DIREITO.

SEMINÁRIO Desafios Atuais e Futuros na Assistência Social à Pessoa Idosa: Perspectivas para o Ministério Público				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
12	31	107	150	




No período de 09 a 11/11 foi realizada a “IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH” com o objetivo de discutir temas relacionados aos campos de atuação, como defesa dos Direitos Humanos da saúde, infância e juventude, pessoas com deficiência e idosas, combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, educação,





meio ambiente, habitação, urbanismo e patrimônio cultural. Apoio somente na certificação dos palestrantes.

"IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH"		
Participantes		Quantidade
Alcance		04




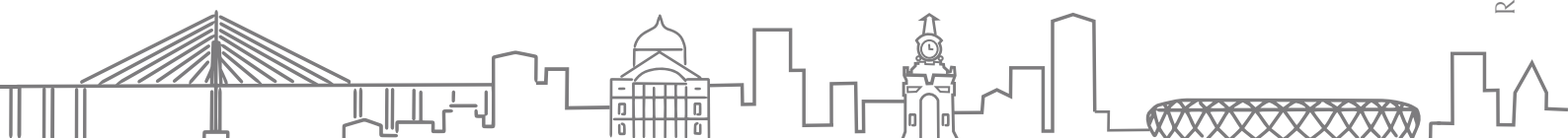
Em 18/10 foi realizado a palestra “Atuação da Rede de Proteção no Atendimento Socioeducativo Municipal em Meio Aberto” com a DRA. MIRELLA DE CARVALHO BAUZYS MONTEIRO - Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, via CEMEAM com transmissão para o canal do Youtube do MPAM.

Atuação da Rede de Proteção no Atendimento Socioeducativo Municipal em Meio Aberto.				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
3	12	58	73	



Em 31/10 foi realizado o CICLO DE PALESTRAS “35 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO” com a participação do Dr. Carlos Vinícius Alves Ribeiro - Secretário-Geral do CNMP, Dra. Sílvia Maria da Silveira Loureiro - Professora da Escola de Direito a Universidade do Estado do Amazonas, Dr. Érico Desterro - Conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Amazonas e Dr. Edmilson Barreiros- Procurador da República no Amazonas – MPF.

CICLO DE PALESTRAS 35 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
6	11	38	55	
Visualizações			202	







NOVEMBRO

No dia 01/11, o Ministério Público do Estado do Amazonas, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do CAO-MAPH-URB, realizou em parceria com a empresa SCCON Geospacial o Treinamento Técnico: “Produtos e serviços fornecidos pelo Programa Brasil M.A.I.S” com o objetivo de apoiar a equipe técnica do MPAM na utilização dos produtos e serviços disponibilizados pelo Programa. Local: Auditório Gebes de Mello Medeiros.

Treinamento Técnico: "Produtos e serviços fornecidos pelo Programa Brasil M.A.I.S"			
Participantes		Quantidade	
Membros	Servidores/Residentes	Total	
04	22	---	

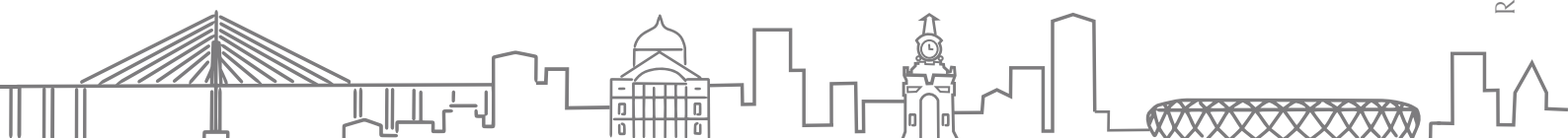


Em 06/11 foi realizado o II CURSO DE INTEGRAÇÃO: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE RESIDENTES PROFISSIONAIS DO MPAM com o objetivo de Apresentar as competências técnicas próprias da atividade profissional. Participantes: SR. LEANDRO VIANA – Servidor do MPAM - DTIC / SEI - SR. JHERALMY SILVA – Servidor do MPAM – DA / MP VIRTUAL - SR. MCLYNDON XAVIER – Servidor do MPAM - DTIC / SOFTPLAN.

II CURSO DE INTEGRAÇÃO: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE RESIDENTES PROFISSIONAIS DO MPAM			
Participantes		Quantidade	
Membros	Servidores/Residentes	Total	
---	25	25	



Em 10/11 foi realizada a “Cerimônia de Premiação - Selo Juntos Pela Vida” com o objetivo de conceder o “Selo Juntos pela Vida” às escolas do Estado do Amazonas que se inscreveram no Projeto e que conseguiram alcançar o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) do corpo discente vacinado contra COVID-19 e de acordo com o Programa Nacional de Imunizações – PNI, como um reconhecimento do esforço dos gestores e professores na






construção de um ambiente escolar mais seguro e de uma sociedade mais protegida, com a ampliação da cobertura vacinal geral. Público-alvo: Coordenadores e Gestores Escolares de Escolas públicas do Estado do Amazonas premiadas.

Cerimônia de Premiação - Selo Juntos Pela Vida.			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
---	---	195	195

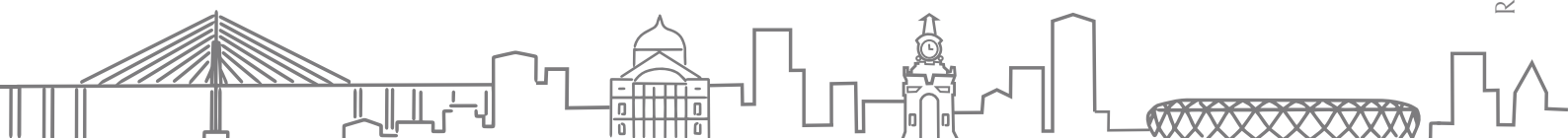


No período de 13 a 21/11 foi realizado o XIX CONCURSO DE JÚRI SIMULADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS “Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle”.

XIX CONCURSO DE JÚRI SIMULADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS “Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle”	
Participantes	Quantidade
Equipes	31
Juizes	10
Público Externo	92
TOTAL	133



Em 21/11 foi realizado o Webinário “Semana da Justiça Restaurativa” com o objetivo de divulgar a importância da utilização das práticas restaurativas como forma alternativa de prevenção e solução de conflitos e a relevância da atuação dos Núcleos Permanentes de Autocomposição do Ministério Público em fomento à cultura da paz. PALESTRANTE: DRA. ANABEL VITÓRIA MENDONÇA DE SOUZA; Procuradora de Justiça, Coordenadora do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Estado do Amazonas - NUPA/MPAM e Facilitadora em Justiça Restaurativa; DEBATEDORA: DRA. RENATA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA, Promotora de Justiça de Entrância Final. Titular da 32ª Promotoria de Justiça de família, Facilitadora de Justiça Restaurativa do MPAM; PALESTRANTE: DR. JOÃO NIKOLAS VIEIRA GUIMARÃES; DEBATEDORA: DRA. ROMINA CARMEM BRITO CARVALHO Promotora de Justiça lotada na Promotoria de Justiça Infraçãoal, atualmente Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do MPAM, Membro da Comissão Permanente da infância e Juventude(COPEIJ), do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH), Membro colaboradora do grupo de Trabalho do SINASE do CNMP, Pós graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Amazonas(UFAM);





PALESTRANTE: DRA. MÁRCIA SARUBBI LIPPMANN, Instrutora de Justiça Restaurativa;
DEBATEDOR: GUILHERME HENRICH BENEK, Agente de Apoio-Administrativo do MPAM.

Webinário "Semana da Justiça Restaurativa"				
Participantes			Quantidade	
Membros	Servidores	Externos	Total	
5	35	74	114	

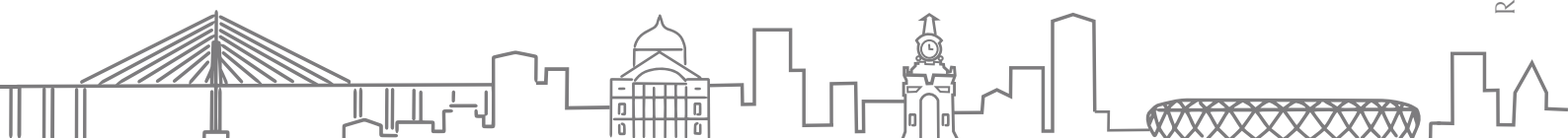


37. Em 27/11 foi realizado o Ciclo de Palestras em Alusão ao “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres” e em Comemoração ao “1º Aniversário da Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Estado do Amazonas”.


Ciclo de Palestras em Alusão ao “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”			
Participantes			
Membros	Servidores	Externos	Total
18	21	100	139
Visualizações		165	




Restaurativa nas Escolas: Um olhar novo sobre a Cultura de Paz”. Objetivo: implementar, de forma gradativa, a cultura da paz nas escolas, por meio da metodologia da Justiça Restaurativa na Educação - JRE, para a prevenção e transformação de conflitos escolares. Apoio somente na certificação dos participantes.





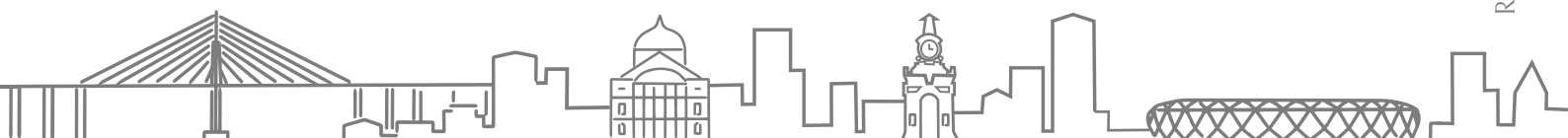
"A Justiça Restaurativa nas Escolas: Um olhar novo sobre a Cultura de Paz"		
Participantes	Quantidade	
Alcance	70	

Em 23/11 foi realizado o “Círculo de Construção de Paz (Menos Complexo/Não-Conflicto - Fortalecimento de Vínculo de Equipe de Trabalho”. Público-alvo: Residentes Profissionais do MPAM como objetivo de discutir a pacificação social no âmbito das relações funcionais entre os agentes públicos com atuação em todos os Órgãos deste Ministério Público do Estado do Amazonas, através de práticas restaurativas.

"Círculo de Construção de Paz (Menos Complexo/Não-Conflicto - Fortalecimento de Vínculo de Equipe de Trabalho"		
Participantes	Quantidade	
Alcance	09	

DEZEMBRO

Em 07/12 foi realizado Seminário online “Ministério Público e Direitos Humanos: Recomendação CNMP n.º 96/2023”. O objetivo foi discutir institucionalmente o conteúdo da Recomendação CNMP n. 96/2023, bem como os desdobramentos do controle de convencionalidade de direitos humanos para a prática ministerial em suas diversas áreas. Participantes: Dr. André de Carvalho Ramos - Procurador da República (MPF). Mediadora: Dra. Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda. PAINÉIS: ÁREA CRIMINAL Dr. Kledson Oliveira – Promotor de Justiça (MPMT) / ÁREA CÍVEL Dr. Vitor Fonsêca - Promotor de Justiça (MPAM) / ÁREA TRABALHISTA Dr. Cesar Kluge - Procurador do Trabalho (MPT) / ÁREA EXTRAJUDICIAL Dra. Nathália Mariel - Procuradora da República (MPF) / ÁREA AMBIENTAL Dr. Timóteo Ágabo - Promotor de Justiça (MPAM). Transmissão: Canal do MPAM no Youtube.





Seminário online "Ministério Público e Direitos Humanos: Recomendação CNMP n.º 96/2023"			
Participantes			Quantidade
Membros	Servidores	Externos	Total
06	15	24	45
Visualizações			161

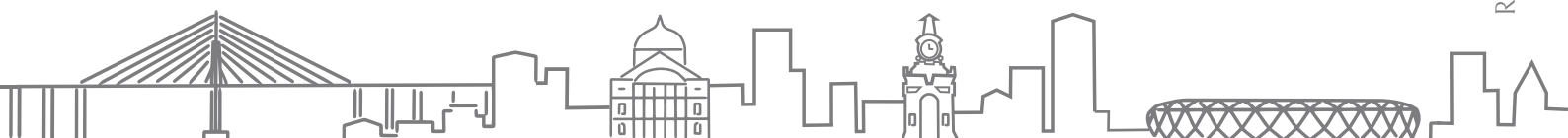


OUTRAS AÇÕES REALIZADAS

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
	Elaboração de material de divulgação digital da campanha de adesão ao "Imposto de Renda Solidário", que visa a destinação de até 3% do imposto de renda de pessoas físicas para o Fundo Municipal de Pessoa Idosa de Manaus. A destinação, permitida por lei, incrementa os recursos do Fundo em prol da de ações e projetos que melhoram a qualidade de vida da população idosa amazonense.
	Colaboração na elaboração do "O Guia Básico de Atuação Ministerial" digital e impresso idealizado pela Corregedoria-Geral, em sua função orientativa, com o objetivo de traçar, de maneira objetiva, caminhos a serem percorridos pelo(a) Promotor(a) de Justiça para aprimorar o desempenho de sua atuação voltada à resolutividade, à gestão de promotoria e ao cumprimento de seus deveres funcionais.

QUADROS GERAIS COMPARATIVOS 2022/2023

Itens	2022	2023	%
Certificados emitidos – Membros e Servidores	954	1.016	+6,5%
Certificados emitidos – Público externo	490	1.700	+247%
Certificados emitidos - Projeto "O MP nas Escolas"	---	639	---
Certificados emitidos – Apoio do CEAF	---	144	---
Visualizações dos cursos/seminários nos canais do CEAF e MPAM	2.005	5.405	+169%
ALCANCE	3.449	8.904	+158%





Itens	2022	%	2023	%
Participação de Membros nas atividades promovidas pelo CEAF	105	64%	122	75%
Participação de Servidores nas atividades promovidas pelo CEAF	331	49,3%	201	30%

Vale ressaltar o alcance de 122 (cento e vinte e dois) Membros/Membras no ano de 2023, do total de 163 (cento e sessenta e três), o que corresponde a 75% de Promotores(as) e Procuradores(as) alcançados com, pelo menos, uma atividade promovida pelo CEAF/MPAM, demonstrando crescimento em relação ao ano de 2022, que foi de 64%.

VI - Movimentação de Processos e Expedientes

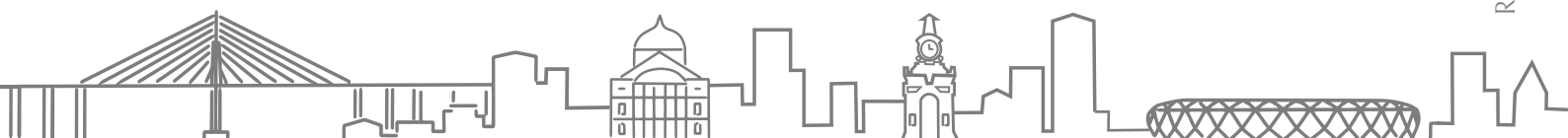
A Divisão de Movimentação de Processos e Expedientes - DIMPE foi criada pela Lei Ordinária n.º 3.718, de 17 de fevereiro de 2012, estando subordinada diretamente à Diretoria-Geral da PGJ/AM, tendo como principal atribuição coordenar as atividades relativas ao Serviço de Protocolo – SEPROT da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, visando à uniformização dos procedimentos ligados à documentação e processos, desde a origem ou entrada na Instituição até o arquivamento, adotando metodologia, rotinas e procedimentos adequados à melhoria da gestão documental, oportunizando efetividade dos serviços prestados à sociedade.

O serviço de protocolo funciona no térreo do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, funcionando de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h, ininterruptamente.

Protocolo é o controle de correspondência/documento oficial e os devidos registros de expedição e recebimento nas tramitações internas e externas. Genericamente, significa o registro dos atos públicos.

O SEPROT realiza atividades de recepção, digitalização, formatação, parametrização, cadastro, tramitação e vinculação de documentos a processos, correspondências e arquivos na Instituição, utilizando-se, para tanto, do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas – SAJ/MP, do Sistema MP Virtual, e, ainda, em raríssimas circunstâncias, do sistema Arquimedes, como ferramentas eletrônicas gerenciadoras de processos e expedientes, bem como o sistema SIGEP, dos Correios, para o envio de correspondências e encomendas cujo destinatário não seja do município de Manaus.

Os documentos e processos tramitados na Instituição são produzidos e recebidos no desenvolvimento das atividades finalísticas ou administrativas (atividades meio), são





considerados documentos públicos e constituem parte do patrimônio documental e cultural brasileiro. Logo, pertencem a toda a sociedade e não somente aos integrantes do *Parquet*.

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS CRIADOS, RECEBIDOS E ENVIADOS EM 2023

Refere-se ao quantitativo de documentos criados, recebidos e enviados física ou eletronicamente pelo Serviço de Protocolo desta Instituição durante o exercício de 2023.

Entende-se por “Documentos Criados” todos os expedientes e processos originários do público externo que foram recepcionados e cadastrados pelo SEPROT para envio aos destinatários internos; os “Documentos Recebidos e Enviados”, por sua vez, compreendem todos os expedientes e processos oriundos dos setores e órgãos da PGJ/AM, que foram encaminhados ao SEPROT para remessa ao público interno e externo.

» Processos e Documentos Virtuais Gerados pelo SEPROT na Unidade DIMPE no Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Além da documentação recepcionada fisicamente ou por meio eletrônico na unidade, há processos de caráter meramente administrativo, que são virtualizados e tramitados eletronicamente via SEI - Sistema Eletrônico de Informações.

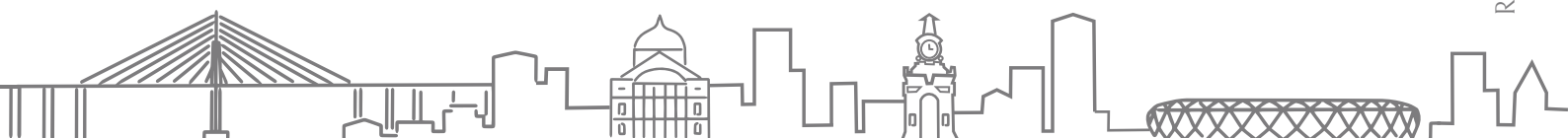
No transcorrer de 2023, foram gerados e tramitados no SEI 8.665 (oito mil seiscentos e sessenta e cinco) processos e documentos, discriminados conforme tabela abaixo:

» Processos e Documentos Virtuais – SAJ-MP

O Sistema de Automação da Justiça - Ministério Público do Estado do Amazonas – SAJ-MP é utilizado para a gestão de processos judiciais e extrajudiciais, procedimentos internos e outros. No ano de 2023, foram criados, recebidos e enviados, 21.563 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e três) documentos

» Processos e Documentos Virtuais – MP-VIRTUAL

Documentos e Processos criados, recebidos e Enviados pelo SEPROT no Sistema MP Virtual em 2023. No período, foram criados e cadastrados 785 (setecentos e oitenta e cinco) documentos.





» Postagens via SISTEMA SIGEP

No sistema SIGEP dos Correios, Foram Postados 188 (cento e oitenta e oito) postagens, com 943 (novecentos e quarenta e três) objetos enviados a destinatários fora do município de Manaus, conforme tabela abaixo:

Quadro: Envio de Correspondências

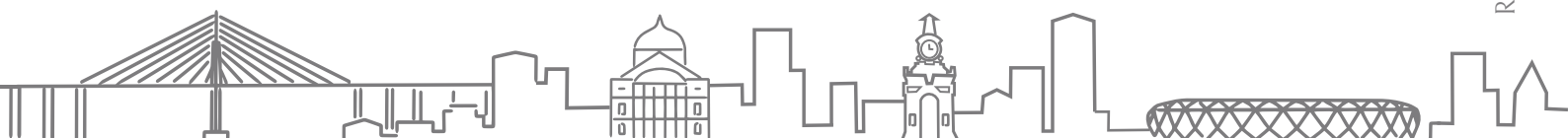
MÊS	Nº DE POSTAGENS	TOTAL DE OBJETOS
Janeiro	19	115
Fevereiro	12	56
Março	20	116
Abril	19	136
Maiο	15	154
Junho	20	158
Julho	14	61
Agosto	15	30
Setembro	17	38
Outubro	16	28
Novembro	14	29
Dezembro	7	22
TOTAL	188	695

Fonte: Serviço de Protocolo - PGJ

VII - Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Amazonas – DOMPE/AM

Criado pela Lei Ordinária Nº 3597/2011 e regulamentados pelos Atos PGJ Nº 082, de 09 de abril de 2012 e Nº236/2015, de 11 de novembro de 2015, o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Amazonas – DOMPE/AM - é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos inerentes às atividades da Instituição, ressalvadas as hipóteses decorrentes de Lei Federal, com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos do Ministério Público, notadamente na rede mundial de computadores - internet, reduzindo-se, drasticamente, as publicações por meio físico (papel), com a indispensável segurança e celeridade.

Começou a ser veiculado gratuitamente na internet, tendo sua primeira edição oficial a partir 18.05.2012, quando as publicações oficiais da Instituição passaram a ser feitas através do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Amazonas, excetuados os avisos referidos no artigo 21, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, cujas publicações serão realizadas, concomitantemente, no DOMPE/AM e no Diário Oficial do Estado do Amazonas.





A Secretaria-Geral do Ministério Público é responsável pela publicação diária do DOMPE/AM, os atos administrativos apresentam a assinatura digital, baseada em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, sendo os documentos publicados considerados originais para todos os efeitos legais. As publicações são feitas de segunda à sexta-feira, a partir das 12:00(doze) horas, exceto nos dias de feriados nacionais, estaduais, municipais da cidade de Manaus e no caso de suspensão do expediente no âmbito do Ministério Público. As edições do DOMPE/AM permanecem no sítio do Ministério Público na área Serviços ao Cidadão, em link próprio denominado de Diário Eletrônico, por período mínimo de 30 (trinta) dias.

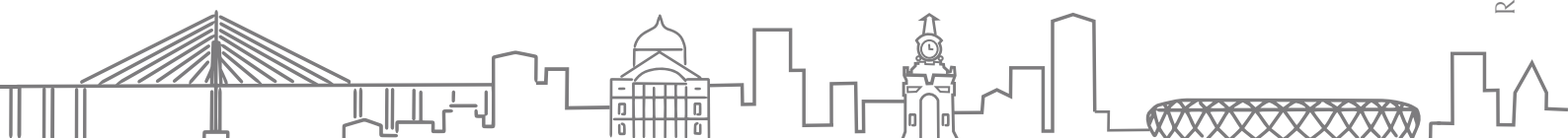
Os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação no DOMPE/AM, prorrogando-se para o próximo dia útil, em caso de feriado ou suspensão de expediente do Ministério Público.

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

Ocorrendo indisponibilidade do acesso ao domínio www.mp.am.gov.br, durante o período, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC apresentará informação, mensalmente, atestando a não disponibilidade do acesso pelo público em geral.

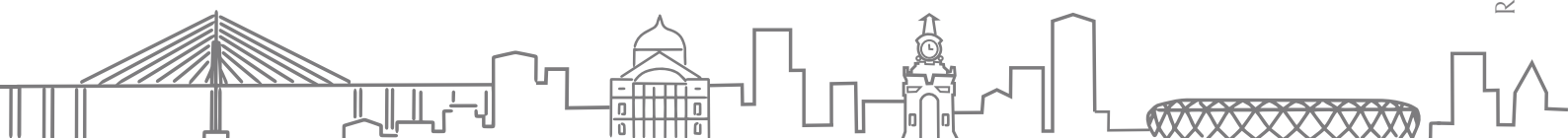
Apresentamos abaixo o quantitativo das publicações realizadas mensalmente por diversos Órgãos do Ministério Público no ano de 2023.

TIPO DE DOCUMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ATA	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
ATO	40	32	41	38	25	24	40	32	21	48	26	26	393
ATO CGMP	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	4
AVISO	137	156	179	168	180	176	149	170	162	219	253	131	2080
AVISO DE LICITAÇÃO	5	13	6	4	10	11	16	6	3	7	7	14	102
CITAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
DECLARAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
DESPACHO	11	24	19	14	16	15	23	19	20	17	20	20	218
DESPACHO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO	0	0	1	2	2	0	0	1	0	0	0	0	6
DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
EDITAL	31	21	38	16	17	35	27	31	26	38	34	12	326
EDITAL DE ENTRÂNCIA FINAL	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
EDITAL DE ENTRÂNCIA INICIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6





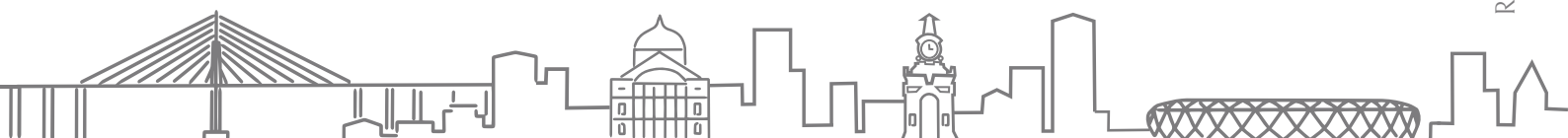
TIPO DE DOCUMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
EDITAL DE INTIMAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
ERRATA	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
EXTRATO	11	6	12	6	2	2	4	1	0	1	0	3	48
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO	0	0	0	2	1	3	1	0	3	1	0	0	11
EXTRATO DE CONTRATO	0	8	3	0	0	1	6	1	9	1	1	1	31
EXTRATO DE CONVÊNIO	6	4	12	7	8	7	4	4	2	1	6	5	66
EXTRATO DE DECISÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
EXTRATO DE PROMOTORIA	55	63	45	91	80	52	79	89	100	111	70	19	854
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	0	0	1	0	1	1	1	1	1	2	0	1	9
HOMOLOGAÇÃO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
INTIMAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
INTIMAÇÃO DE PROMOTORIA	59	19	27	9	5	7	2	3	0	1	6	34	172
NOTIFICAÇÃO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PAUTA/CPJ	2	8	4	2	5	5	2	10	0	6	3	0	47
PAUTA/CSMP	0	4	4	4	8	4	6	8	4	4	4	4	54
PORTARIA	303	378	377	376	465	363	391	598	445	486	488	350	5020
PORTARIA DE PROMOTORIA	94	79	91	74	112	80	107	107	93	91	172	44	1144
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
RECOMENDAÇÃO	0	0	1	1	0	0	0	2	2	3	4	2	15
RECOMENDAÇÃO/CGMP	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	3
RECOMENDAÇÃO DE PROMOTORIA	9	5	2	4	8	5	2	15	6	1	5	1	63
REQUERIMENTO	255	132	207	107	193	99	98	138	96	112	133	275	1845
RESOLUÇÃO/CPJ	6	3	4	7	7	4	5	4	3	6	2	3	54
RESOLUÇÃO/CSMP	23	15	13	7	16	12	12	11	10	6	15	13	153





TIPO DE DOCUMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
TAC	0	2	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	5
TERMO ADITIVO	3	3	5	3	6	4	5	2	5	4	2	11	53
TERMO DE ADESÃO	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	3
TERMO DE APOSTILAMENTO	0	0	0	0	49	1	0	2	0	0	0	0	52
TERMO DE CARTA-CONTRATO	0	0	1	0	1	2	0	0	2	2	1	3	12
TERMO DE CESSÃO	0	0	0	0	5	0	0	0	1	2	0	0	8
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	0	0	1	0	4	0	2	0	2	0	1	2	12
TERMO DE DOAÇÃO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TERMO DE RESCISÃO	0	0	0	3	0	1	0	0		1	0		5

Fonte: SGMP/MPAM



Gestão Orçamentária e Financeira



Capítulo 06





ORÇAMENTO E DESPESAS

DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO EM 2023

Conforme as disposições legais aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2023 - LEI N.º 6.019, DE 02 DE AGOSTO DE 2022) e Lei Orçamentária Anual (LOA 2023 - LEI N.º 6.155, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022) para o exercício financeiro de 2023, os recursos orçamentários iniciais (dotação inicial da LOA) à disposição da PGJ, no exercício de 2023, destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais, aquisição de material de consumo, contratação de serviços, aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e outros, foram na ordem de R\$ 409.815.000,00 (dotação inicial), cabendo destacar que ao encerrar o exercício de 2023 alcançou o valor de R\$ 456.662.435,31 (autorizado ao final de 2023).

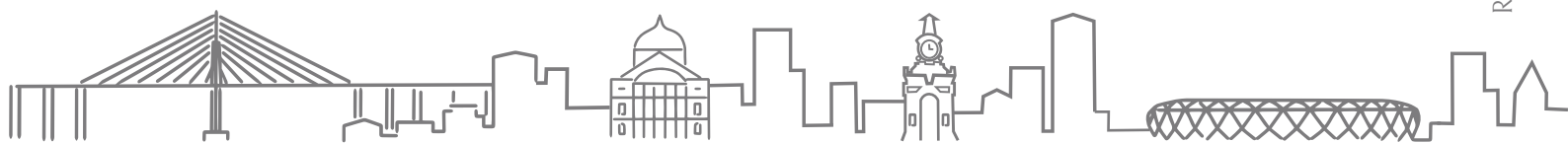
Daquele orçamento inicial, R\$ 408.861.000,00 foram provenientes do duodécimo de 3,6% da Receita Tributária Líquida – RTL do Estado do Amazonas, estimada originalmente para este exercício, referente à fonte de recursos ordinários do Estado (500.100). Já R\$ 704.000,00 decorreram de dotação inicial com Outras Transferências de Convênios da União – Principal, relativo a Convênio com recursos do PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas), firmado com a Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Havia ainda previsto orçamento de R\$ 250.000,00 com Outros Recursos não Vinculados - Outras – Fontes (501.285), referente a outras arrecadações oriundas de receitas próprias.

Em seus Fundos, registraram-se as seguintes rubricas no orçamento inicial:

- * FAMP - Fundo de Apoio ao MPE no valor de R\$ 250.000,00;
- * FPROVITA: Fundo PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas) no valor de R\$ 1.000.000,00.

Ao final do exercício 2023, considerando apenas a UG PGJ, após as suplementações orçamentárias decorrentes de superávit financeiro e de excesso de arrecadação, anulações (totais ou parciais) de dotações e, créditos recebidos de destaques do Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas, concessões de destaques a AMAZONPREV, o valor atualizado e autorizado do orçamento registrou o montante R\$ 456.662.435,31.

O orçamento fixado/autorizado por fim da PGJ, incluído das alterações por suplementações e créditos recebidos para as despesas em 2023, apresentou um acréscimo em torno de 4,69% em comparação a 2022, quando na oportunidade apontou R\$ 436.211.431,88.



**Tabela - Resumo do orçamento 2023**

RESUMO DO ORÇAMENTO 2023	
Recursos Orçamentários Fixados da PGJ	Valor
Dotação Inicial	409.815.000,00
Excesso de arrecadação aberto como crédito adicional Suplementar	46.727.724,94
Superávit financeiro 2022 aberto como crédito adicional Suplementar	2.995.485,48
Recursos recebidos do Fundo – PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas)	1.000.000,00
(-) Créditos orçam. Concedidos para AMAZONPREV	3.875.775,11
Total	456.662.435,31

Fonte: Orçamento 2023 – DOF/PGJ - Valores em R\$ 1,00

Deste valor final orçado e fixada, a despesa executada com empenhos no ano de 2023 foi de R\$ 456.531.921,56 e o saldo disponível a empenhar na ordem de R\$ 130.513,75.

Quanto aos Fundos, no que tange ao orçamento final fixado, no FAMP não houve alteração do orçamento inicial, mantendo-se R\$ 250.000,00 ao fim do exercício; já quanto ao PROVITA, o orçamento ao fim do exercício atualizado (autorizado) foi zero, tendo em vista que esta UG destacou seu orçamento pra execução na PGJ.

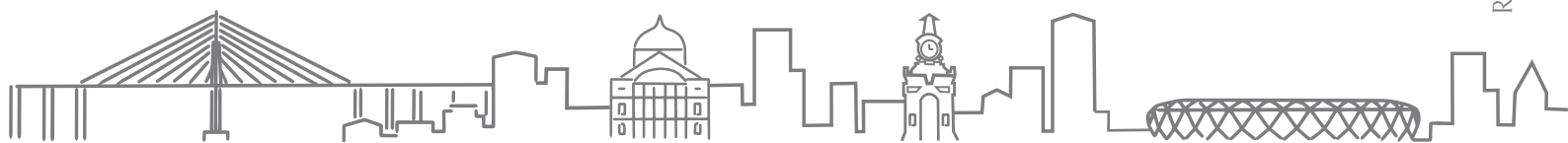
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quanto à realização da despesa, ou seja, empenhos líquidos (total empenhado menos anulações e cancelamentos destes em 2023) houve um aumento em torno de 4,79% em relação ao exercício anterior. A evolução dos valores orçados e do executado consta da tabela e gráfico a seguir:

Quadro: Evolução do orçamento da PGJ, Orçado Atualizado com Realizado de 2017 a 2023

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PGJ			
Exercício	Orçado Atualizado	Realizado	Varição
2017	252.153.028,44	249.454.956,97	13,04%
2018	367.836.443,56	362.205.622,22	45,20%
2019	300.083.098,49	299.364.150,63	-17,34%
2020	322.805.371,60	315.875.507,14	5,51%
2021	401.251.925,26	401.186.095,04	27,00%
2022	436.211.431,88	435.659.227,98	8,59%
2023	456.622.435,31	456.531.921,56	4,79%

Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI - Valores em R\$ 1,00





Em outra análise, com os mesmos dados, ao comparar o orçamento autorizado atualizado ao final de cada exercício com o orçamento executado em cada respectivo ano, observamos os dados da tabela a seguir:

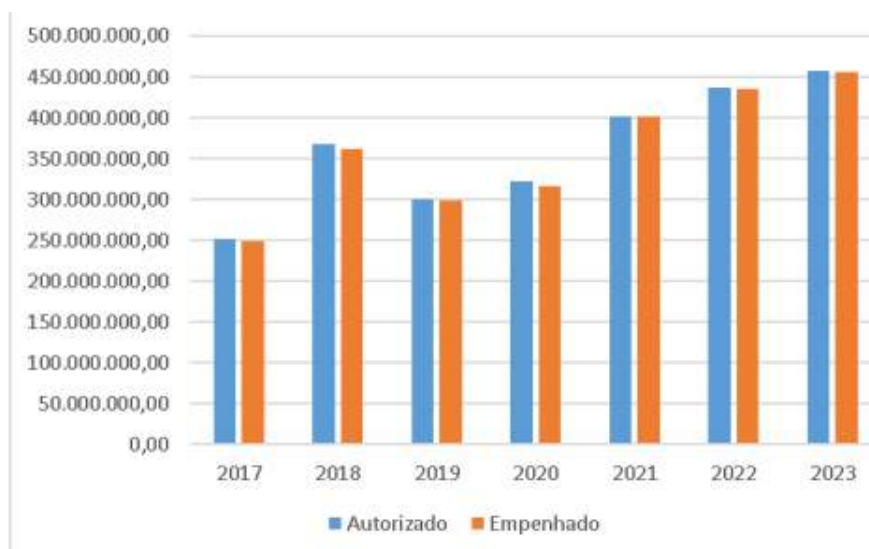
Quadro: Comparativo Orçado Atualizado com Realizado de 2017 a 2023

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PGJ			
Exercício	Orçado Atualizado	Realizado	Variação
2017	252.153.028,44	249.454.956,97	98,93%
2018	367.836.443,56	362.205.622,22	98,47%
2019	300.083.098,49	299.364.150,63	99,76%
2020	322.805.371,60	315.875.507,14	97,85%
2021	401.251.925,26	401.186.095,04	99,98%
2022	436.211.431,88	435.659.227,98	99,87%
2023	456.662.435,31	456.531.921,56	99,97%

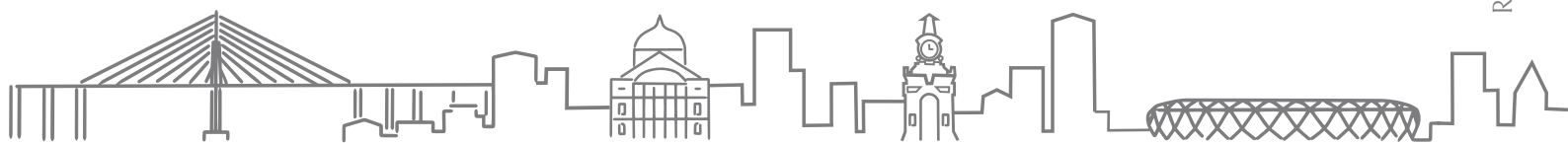
Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI - Valores em R\$ 1,00

Por intermédio dos dados de execução orçamentária, verificamos que nos últimos anos houve montante de empenho líquido emitido de quase a totalidade dos recursos orçamentários autorizados, como demonstra o gráfico abaixo:

ORÇAMENTO REALIZADO



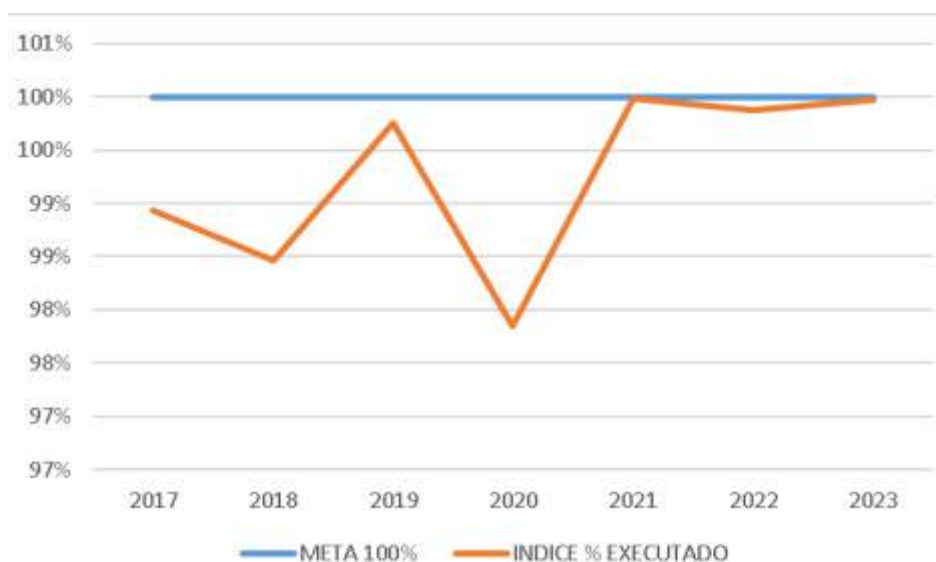
Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI. Valores em R\$ 1,00.





Na mesma esteira, a respeito do índice de execução do orçamento realizado versus o orçado mostra uma estabilidade em relação a meta de 100% do orçamento a ser executado no exercício, como podemos observar abaixo.

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE ORÇAMENTO



Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI. Valores em %

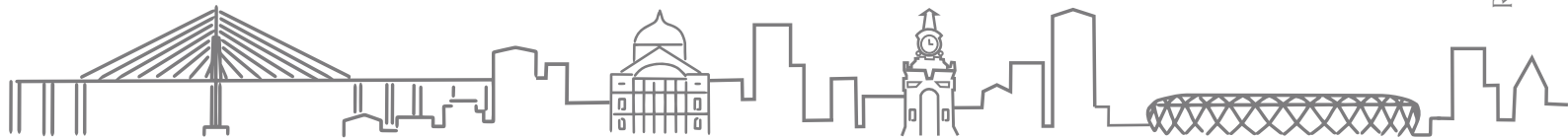
Este indicador está vinculado ao objetivo estratégico “4.01 Aprimorar os mecanismos de sustentabilidade financeira, na forma de um Índice de execução do orçamento disponibiliza- do no Planejamento Estratégico Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça.

DA GESTÃO FINANCEIRA

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E GESTÃO DE CONTRATOS

» Licitações

Os procedimentos licitatórios realizados para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça são publicados no sítio oficial da Instituição www.mpam.mp.br, no ambiente do Portal Transparência>Licitações, com acesso direto por meio do link <https://tinyurl.com/transparenciampam> ou QR CODE ao lado, bem como em outros meios de divulgação previstos em lei, como jornal especializado de grande





circulação, permitindo, desta forma, que qualquer pessoa tenha acesso aos editais e aos resultados das licitações, ressalte-se, na íntegra.

Visando incrementar a modernização das compras, serviços e obras/serviços de engenharia, a partir de 2007, o Parquet adotou modalidade de licitação mais célere, qual seja, o Pregão, subdividido em duas espécies, o Pregão Presencial e o Pregão Eletrônico, este último realizado por intermédio do sistema Comprasnet do Governo Federal. Além do ambiente do Portal do Transparência, os certames em curso ou encerrados do MPAM podem ser conferidos no ambiente de Licitações, Contratos e Atas, com acesso direto pelo link <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes> ou QR CODE abaixo:



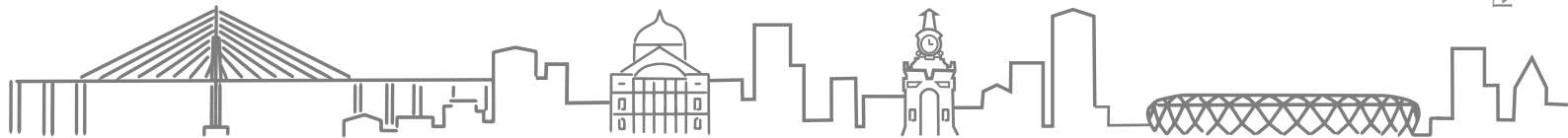
Analisando as informações constantes do Relatório Anual de Atividades da Comissão Permanente de Licitação, referente ao ano de 2023, sobre os valores e os resultados dos procedimentos licitatórios realizados pela PGJ/AM no transcorrer do exercício, vê-se que o valor total da economia alcançada com a realização dos certames representou a quantia de **R\$ 5.146.850,34** (cinco milhões, cento e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos), ou seja, um percentual de 29,98% do valor originalmente estimado pela Administração para as aquisições/contratações de compras/serviços executadas, conforme detalhado no quadro demonstrativo abaixo:

Modalidades	Valor estimado pela Administração (R\$).	Valor licitado (R\$)	Economia (R\$)	Economia (%)
Pregão Eletrônico	15.853.714,93	10.923.260,76	4.930.454,17	31,10%
Tomada de Preços	1.314.229,41	1.097.832,64	216.396,77	16,47%
TOTAIS	17.167.944,34	12.021,093,40	5.146.850,94	29,98

*Em 2023 não foram realizados pregões na modalidade presencial.

FONTE: CPL/PGJ

Em suma, essa análise demonstra a economia realizada com procedimentos licitatórios, consubstanciada na diferença entre o valor estimado para a aquisição de materiais/serviços e o valor efetivamente contratado/pago após a conclusão do processo, evidenciando o empenho da Instituição em garantir a observância aos princípios constitucionais e legais, com a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, em busca da eficiência da Instituição Ministerial.





» Processos de Aquisição de Materiais

Durante o exercício de 2023, a Procuradoria-Geral de Justiça/PGJ/MPAM, tramitou um total de 309 processos de aquisição de bens e contratação de serviços.

Os processos de compras foram instruídos em conformidade com as Leis 8.666/93 e 14.133/21- Lei de Licitações e Contratos -, sendo utilizadas também as formas permitidas para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, dispostas naquele instrumento legal.

Os valores estimados relativos aos processos de compras e contratações de 2023, por modalidade, são apresentados a seguir:

Tabela: Processos de Compras

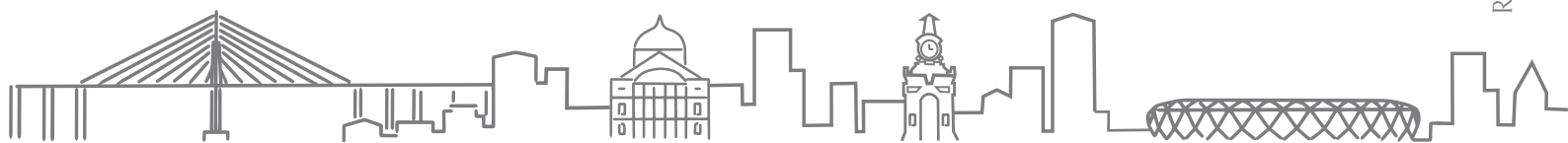
CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE COMPRA - 2023		
VALORES ESTIMADOS POR MODALIDADE		
MODALIDADE	QTD	VALOR
Processos instruídos para Licitação	61	R\$ 109.153.364,46
Aditivo, Repactuação ou Prorrogação de Contratos	42	R\$ 22.341.835,82
Aquisição através de Atas de Registro de Preços vigentes	137	R\$ 10.355.034,69
Inexigibilidade de Licitação	23	R\$ 6.513.117,93
Dispensa de Licitação	42	R\$ 4.367.507,21
Adesão a Ata de SRP (Carona)	4	R\$ 2.201.290,30
TOTAL	309	R\$ 154.932.150,41

Fonte: Setor de Compras e Serviços/ PGJ/MPAM

Conforme informado na Tabela 1, o valor total estimado dos processos que tramitaram no SCOMS durante o exercício de 2023 foi de R\$ 154.932.150,41 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil cento e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Quanto à classificação adotada, foram utilizadas as seguintes definições:

- A expressão “Processos instruídos para Licitação” refere-se aos procedimentos que tramitaram na PGJ/MPAM para formação do preço médio estimado, na fase interna de licitação, realizada pelo Setor de Compras e Serviços, encaminhados posteriormente à Comissão Permanente de Licitação – CPL para realização do certame.
- Os processos de “Aditivo, Repactuação ou Prorrogação de Contratos” tratam dos procedimentos instruídos visando à prorrogação e/ou renovação de contratos administrativos firmados por este Órgão.
- Os processos de “Aquisição através de Atas de Registro de Preços (SRP Vigentes)” correspondem àqueles já licitados, em fase de fornecimento de materiais e execução de serviços.
- As “Adesões a Atas de Registro de Preços” ocorrem quando a PGJ realiza a compra





ou contratação através de atas firmadas com outros órgãos, o denominado instituto “Carona”.

- As expressões “Dispensa” e “Inexigibilidade” de Licitação referem-se, respectivamente, aos procedimentos de compra/ contratação direta incluindo por Cotação Eletrônica que tiveram a instrução e atendimento da Lei n.º 8.666/93 e n.º14.133/21

Gráfico: Proporção de processos tramitados por modalidade no MPAM em 2023

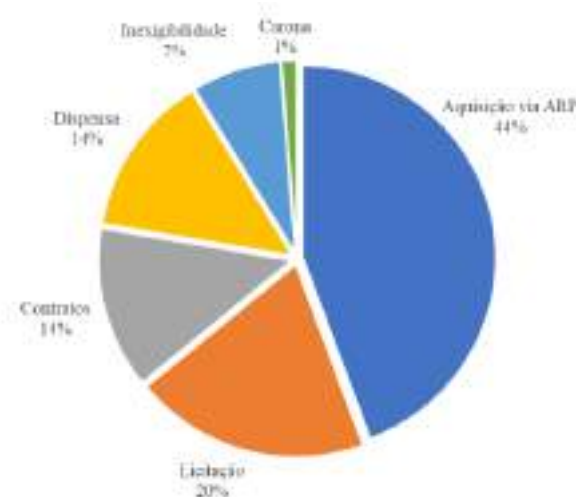
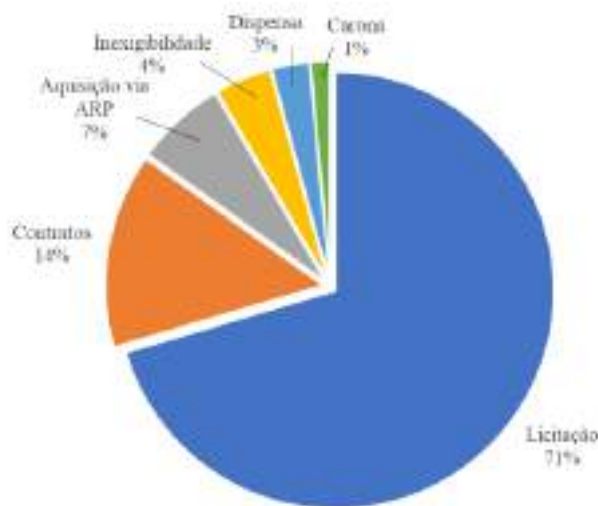
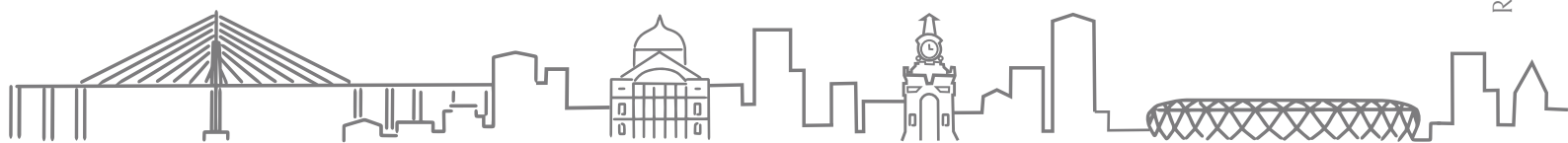


Gráfico: Proporção de valores orçados por modalidade no MPAM em 2023.



Nos Gráficos apresentados, podemos ter uma ideia clara da proporção de cada modalidade em relação ao total de processos e de valores orçados. Cada fatia do gráfico representa uma porcentagem ou fração do conjunto total. Verifica-se que o maior volume de processos tramitados foi referente a aquisições através de Atas de Sistema de Registro de Preços (44% do total). Entretanto, esta modalidade é apenas a terceira colocada quando o critério avalia-





do é o valor orçado (apenas 7% do total). O destaque vai para os autos relacionados a procedimentos licitatórios: esta modalidade é a segunda colocada em termos de quantidade de processos tramitados (20% do total) e figura absoluta em primeiro lugar quando o critério é valor orçado (71% do total).

» Gestão de Contratos

A celebração de contratos administrativos é decorrente da conclusão dos procedimentos licitatórios, e obrigatória nos casos em que a licitação ocorrer por meio das modalidades: concorrência ou tomada de preços. Poderá ocorrer, ainda, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação quando o valor a ser contratado esteja compreendido nos limites das modalidades de licitação mencionadas, ou ainda, independentemente do valor contratado, quando houver serviços de assistência técnica ou se entrega, imediata e integral, dos bens adquiridos resultar em obrigações futuras.

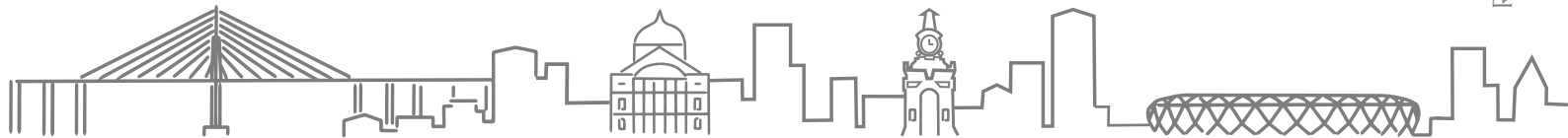
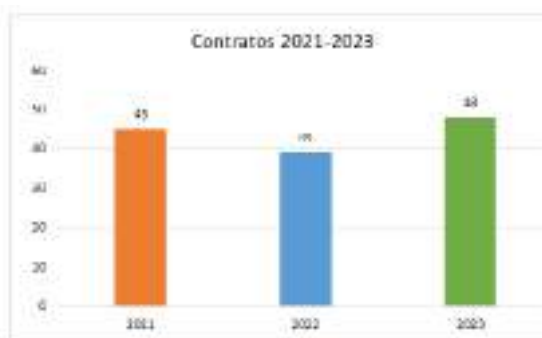
Considerando que, pela Lei nº 8.666/1993, era obrigatória a celebração de contratos administrativos nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades, cujos preços estivessem compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação, ou, ainda, independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais resultassem obrigações futuras, inclusive assistência técnica; considerando, ainda, que pela Lei nº 14.133/2021 o instrumento de contrato é obrigatório, sendo dispensado apenas nas aquisições por dispensa de licitação em razão de valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, foram firmados, no ano de 2023, 35 (trinta e cinco) contratos administrativos e 13 (treze) cartas-contrato, sendo 1 (um) contrato e 2 (duas) cartas-contrato pela Nova Lei de Licitações. Até o dia 31 de dezembro de 2023, o Ministério Público do Amazonas possuía 78 (setenta e oito) instrumentos contratuais vigentes, sendo 3 (três) de 2019, 5 (cinco) de 2020, 14 (quatorze) de 2021, 11 (onze) de 2022 e 45 (quarenta e cinco) de 2023.

Considerando a formalização de todos os ajustes (contratos, aditivos, apostilas e rescisões), foram celebrados, durante o exercício de 2023, 143 (cento e quarenta e três) instrumentos.

O gráfico seguinte demonstra a quantidade de contratos firmados nos 3 (três) últimos exercícios:

Gráfico: Contratos de 2021 a 2023

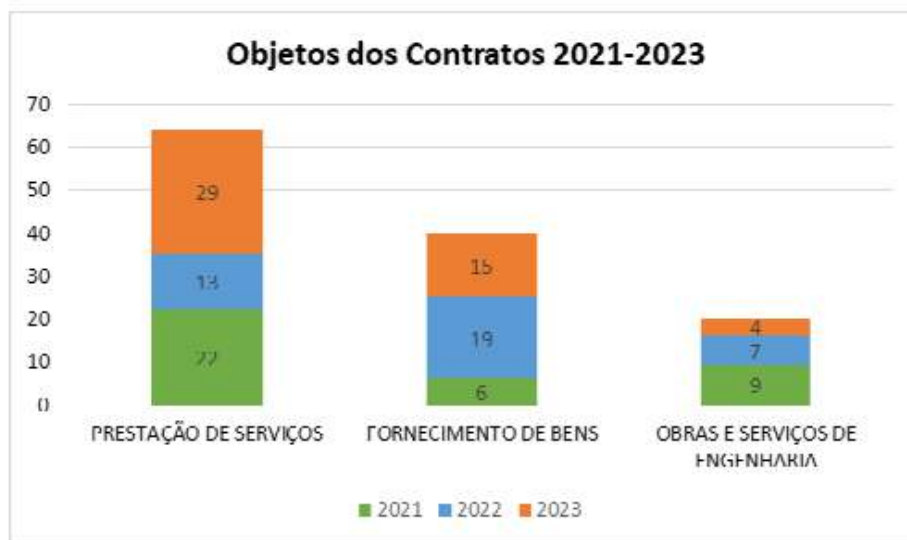
Fonte: DCCON/PGJ





Quanto ao objeto dos instrumentos contratuais formalizados em 2023, 29 (vinte e nove) são contratos relativos à prestação de serviços, 15 (quinze) são relativos à aquisição de produtos e materiais e 4 (quatro) são relativos à execução de obras e serviços de engenharia, conforme demonstrado no seguinte gráfico, com o comparativo dos últimos 3 anos:

Gráfico: Objetos de Contratos de 2021 a 2023



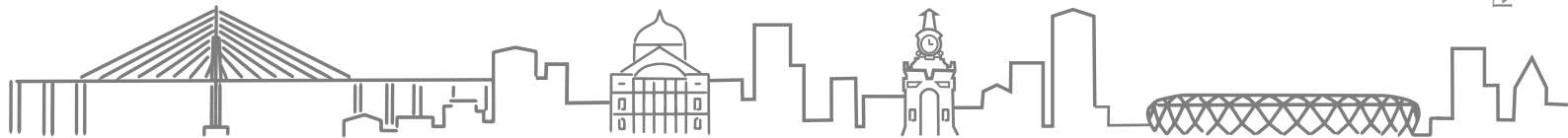
Fonte: DCCON/PGJ

O gráfico seguinte mostra o quantitativo de ajustes de contratos (aditivos, apostilamentos e rescisões) formalizados, com o comparativo dos últimos 3 anos:

Gráfico: Ajustes de Contratos 2021 - 2023



Fonte: DCCON/PGJ





» Cooperação e Parcerias

Os Convênios (administrativos) são instrumentos de acordos firmados entre órgãos da administração pública ou de órgãos públicos com entidades particulares sem fins lucrativos, para a viabilização de objetivos de interesse comuns entre os participantes. Somados os convênios e acordos firmados e seus termos de aditamento, apostilamento e rescisão, foram celebrados, em 2023, 32 (trinta e dois) instrumentos do tipo convênios/congêneres, sendo 27 (vinte e seis) instrumentos elaborados pelo MPAM e 5 (cinco) de elaboração de outras instituições (Convênio, Cessão de Uso, Termo de Adesão, Termo de Permuta de Imóveis, Termo de Parceria, Termo de Afetação e Responsabilidade, Termo de Doação), todos devidamente analisados pela assessoria jurídica deste Parquet e, posteriormente, aprovados pela Administração Superior da PGJ/AM.

Destacam-se as celebrações dos seguintes instrumentos:

a. Acordo de Cooperação Técnica nº 007/2023 – MPPB/MPAM - ampliação dos mecanismos de cooperação e intercâmbio tecnológico entre o MPPB e o MPAM, com vistas ao enfrentamento dos crimes de corrupção, visando a uma maior efetividade na proteção do patrimônio público, sendo instrumento relevante para as atividades das instituições envolvidas.

b. Acordo de Cooperação Técnica nº 016/2023 – MPAM/SEDUC/SEMED/SINEPE - Execução do projeto “O MP NAS ESCOLAS”, o qual tem como finalidade construir um canal dialógico permanente com a comunidade estudantil, de modo a proporcionar suportes de informação sobre a trajetória histórica da instituição do Ministério Público do Amazonas e sua importância para as gerações atuais e vindouras, fortalecendo, assim, a função social do MP.

c. Convênio nº 5/2023 – MDHC/MPAM - Manutenção do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Amazonas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

d. Acordo de Cooperação Técnica nº 016/2023 – MPAM/SSPAM - Nos termos do disposto na cláusula 4.2 do acordo de cooperação técnica nº MPRJ 599400/17, celebrado entre o MPRJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), implantando o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID - cuja adesão foi realizada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, em 13 de novembro de 2017 - respeitadas as autonomias e atribuições institucionais dos partícipes, estabelecer colaboração no sentido de facilitar o fluxo de informações sobre o desaparecimento de pessoas, bem como a cooperação técnica e científica para elucidação de casos de desaparecimento e situações correlatas.

Entre convênios e congêneres, e seus termos de aditamento, apostilamento e rescisão, foram celebrados em 2023 um total de 39 (trinta e nove) ajustes, conforme demonstrado no seguinte gráfico comparativo dos 3 (três) últimos exercícios:

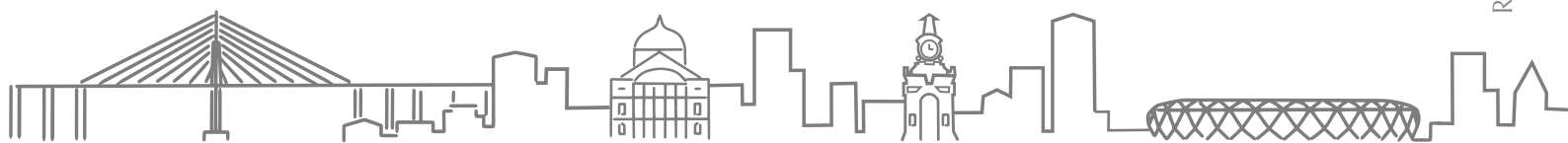
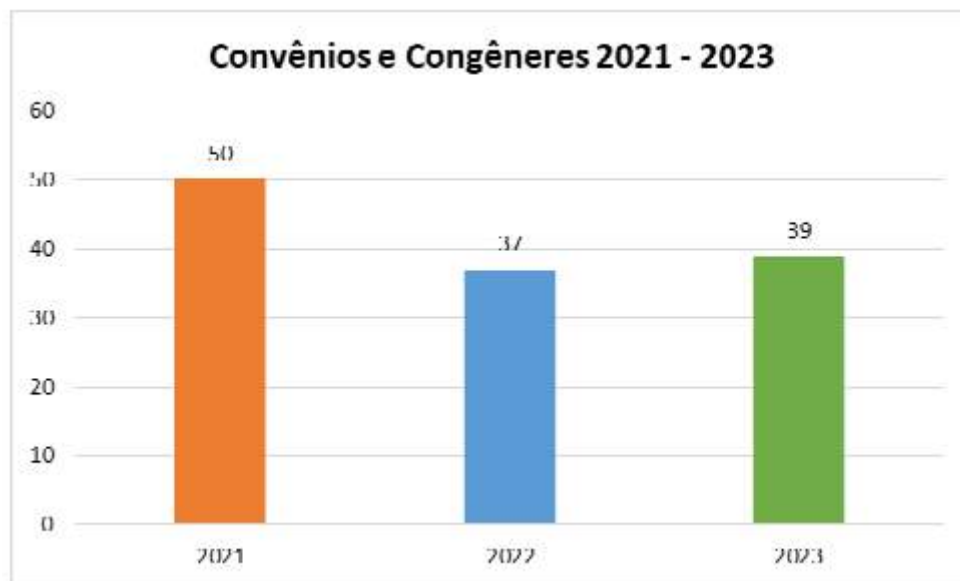


Gráfico: Convênios e Congêneres 2021 - 2023

» Evolução Patrimonial da PGJ/AM

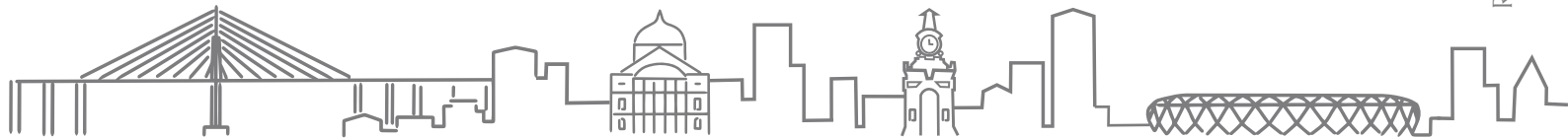
O saldo de patrimônio em bens de natureza permanente da Procuradoria Geral de Justiça ao final de 2023 totalizou R\$ 151.524.877,87 (imobilizado: bens móveis e imóveis, e intangíveis: softwares). Este valor corresponde ao valor final em saldos de bens após as adições/incorporações e aquisições, baixas/desincorporações, com os descontos da acumulação de depreciações e amortizações de intangíveis contabilizadas até o final do exercício financeiro.

Ressalta-se que as incorporações/ativações de bens líquidas (deduzidas de baixas diversas durante ano), as quais totalizaram R\$ 111.373.952,69 em 2023 (resultado da diferença entre os valores brutos, sem depreciação/amortização acumulada, de R\$ 163.336.469,08 relativo aos bens ao final de 2023, e R\$ 51.962.516,39, referente aos bens ao final de 2022) efetivaram-se com as liquidações das notas de empenhos de 2023 de ativos bens móveis, imóveis e intangíveis, e de restos a pagar liquidados este ano, mas que eram empenhos do exercício anterior correspondente aos restos a pagar não processados.

Não obstante, as incorporações também ocorreram por doações recebidas de terceiros, e por bens identificados/localizados e constatados pelo patrimônio (SPAT) como em utilização.

Ocorreu ainda para composição deste incremento a reavaliação de imóveis do MPAM em 2023, tanto para terrenos quanto para edificações.

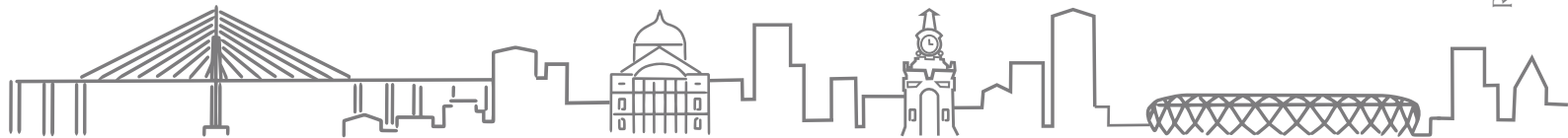
Por conseguinte, a tabela abaixo evidencia os valores brutos por subconta de natureza destes bens, inclusive a depreciação/amortização registrada acumuladamente destes ativos, demonstrando, por fim, os saldos finais (por conta contábil analítica) pelo seu valor original de custo de aquisição, construção, doação, avaliação corrente ou equivalente, ao final do exercício de 2023 em comparação a 2022, corroborando um acréscimo nas aquisições e ativações de bens permanentes destas naturezas.



**Tabela:** Saldos de contas de bens permanentes móveis, imóveis e intangíveis

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2022	2023
IMOBILIZADO		
BENS MÓVEIS		
Aparelhos De Medição E Orientação	9.463,01	19.190,95
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	382.237,10	37.2376,49
Aparelhos, Equip. e Utens. Médicos, Odontológicos	43.809,51	43.493,51
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	562.951,47	790.213,76
Máquinas e Equipamentos Energéticos	643.730,14	699.312,64
Maquinas E Equipamentos Gráficos	34.354,49	37.610,49
Maquinas, Ferramentas E Utensílios De Oficina	2.810,78	2.810,78
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	20.976,64	22.010,64
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.100.748,94	2.288.445,12
Máquinas, Instalações E Utensílios De Escritório	2.631,19	2631,19
Equipamentos de Processamento de Dados	13.648.887,70	20.527.706,08
Aparelhos e Utensílios Domésticos	210.994,35	271.591,01
Mobiliário Geral	3.495.494,97	4.182.200,55
Coleções e Materiais Bibliográficos	20.389,54	21.073,9
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	743.840,51	786.399,22
Obras de Arte e Peças para Exposição	13.400,00	13.400,00
Veículos Tração Mecânica	3.890.769,00	8.055.053,99
Aeronaves	25.497,84	41.896,84
Bens Em Poder De Outra Unidade Ou Terceiros	15.000,00	15.000,00
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	471.386,28	472.236,28
BENS IMÓVEIS		
Imóveis Residenciais/comerciais	22.801.756,20	92.028.366,89
Terrenos e Glebas	-	26.823.740,26
Obras em Andamento	845.019,08	3.851.258,84
INTANGÍVEL		
Softwares	1.976.367,65	1.968.449,65
TOTAL DE BENS COM SALDO INCORPORADO	51.962.516,39	163.336.469,08
ATUAL		
<i>Depreciação e amortização acumuladas</i>	<i>8.802.171,93</i>	<i>11.811.591,21</i>
SALDO CONTÁBIL DE BENS (PGJ) líquido	43.160.344,46	151.524.877,87

Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI. Em 31.12.2022. Valores em R\$ 1,00.





Ressalta-se que os valores contábeis em cada conta contábil supramencionada de 2022 guardam consistência e igualdade monetária com os dados de bens físicos em todas as unidades do MPAM, atualizados em 31.12.2023 no sistema patrimonial AJURI do MPAM e controles do SPAT de imóveis e intangíveis apresentados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

Tal fato demonstra o reflexo contábil do patrimônio físico da instituição, em base fidedigna e confiável, referentes aos bens móveis disponíveis em uso, e que estão registrados nos saldos de cada natureza de ativos, explícitos e evidenciados na tabela anterior.

Verifica-se na tabela incrementos relevantes em investimentos e modernização e renovação de aparelhos da instituição de natureza de Equipamentos de processamento de dados (Computadores, notebooks, etc.), Veículos de Tração Mecânica (Carros Oficiais), e Mobiliário em Geral (cadeiras, mesas, gaveteiros, etc.).

No que concerne aos registros contábeis no exercício de bens imóveis, algumas reformas e construções resultaram em agregação de bens com valor de imóveis, que se referem a edificações novas ou reformadas que abrigam Promotorias no interior do Estado do Amazonas: Maués e Presidente Figueiredo), concluídas em 2023. Além de obras em andamento com construções de Edificação em Anori e Manacapuru/AM.

Vale ressaltar a finalização da Reavaliação dos imóveis da PGJ, resultando em inventário e valoração estimada mais atualizada destes bens, com revisão dos valores dos imóveis antigos do MPAM, por meio de Comissão Interna que também cuidou de propor na Instituição medidas para implantar a avaliação, controle e gestão do patrimônio imobiliário, ofertando uma melhor base monetária de valor justo atualizado para o inventário de imóveis existentes, incluindo os terrenos. Desta forma, o MPAM encerrou o ano com R\$ 92.028.366,89 em edificações em uso, R\$ 26.823.740,26 em terrenos destas edificações, e outras glebas/terrenos sem utilização definida, e R\$ 3.851.258,84 em obras em andamento (construções e reformas que agregam incorporações relevantes).

Os terrenos, por sua vez, não eram contabilizados antes, e neste ano de 2023 foram melhor identificados, avaliados e registrados nos balancetes contábeis a partir da citada revisão dos valores de imóveis promovida.

O patrimônio imobilizado e intangível do MPAM, em 2022, era de R\$ 43.160.344,46. Em 2023, esse patrimônio foi acrescido das incorporações de bens, que totalizaram R\$ 117.012.702,63, além de reclassificações e ajustes positivos de R\$ 20.924,00, sendo subtraídas baixas diversas, as quais são detalhadas na Tabela a seguir, e reclassificações e ajustes negativos, no montante R\$ 5.659.673,94, bem como as operações de depreciação e amortização realizadas nesse exercício, correspondentes a R\$ 2.920.054,74 e R\$ 89.364,54, respectivamente. Assim, obtem-se um saldo final de imobilizado e intangível igual a R\$ 151.524.877,87, o que equivale a um aumento de R\$ 108.364.533,41, em comparação com o ano de 2022.

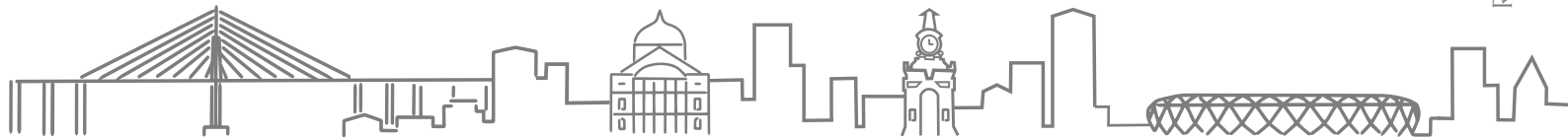




Tabela: Evolução Patrimonial - PGJ – 2023

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Incorporações	117.012.702,63
Incorporações	117.012.702,63
(+) Reclassificações e ajustes positivos	20.924,00
(-) Baixa por inservibilidade	-2.625.468,86
(-) Baixa por desincorporação	-18.502,71
(-) Baixa por depreciação acumulada	-153.402,06
(-) Baixa por amortização acumulada	-4.685,29
(-) Reclassificações e ajustes negativos	-2.857.615,02
SUBTOTAL	111.373.952,69
(-) Depreciação no período	-2.920.054,74
TOTAL DAS INCORPORAÇÕES	108.364.533,41

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ/DCI, consultado em 01/02/2024.

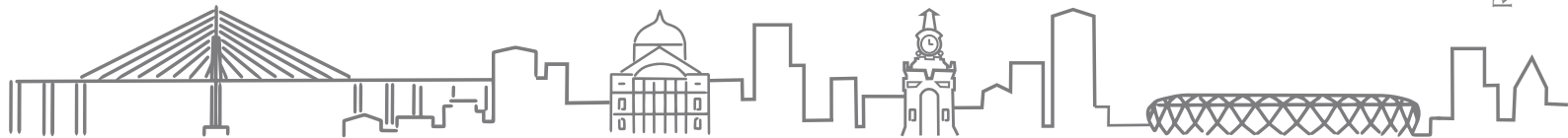
» Bens Incorporados em 2023

A tabela abaixo demonstra, sinteticamente, os acréscimos do imobilizado e no intangível no exercício de 2023.

É importante observar que incorporações ao patrimônio que foram realizadas a partir de liquidações de empenhos podem ocorrer tanto no exercício em vigência, como em exercícios futuros. Assim, a tabela a seguir evidencia tanto os bens empenhados e liquidados (ativados) em 2023, quanto os bens que, embora empenhados em 2022, foram liquidados (ativados) em 2023.

Quadro: Incorporações - Pgj – Ano 2023

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Aparelhos de Medição e Orientação	9.727,94
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	7.479,00
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	425.244,78
Maquinas e Equipamentos Energéticos	68.292,00
Maquinas e Equipamentos Gráficos	5.980,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	1.034,00
Maquinas, Utensílios E Equipamentos Diversos	219.675,16
Bens a classificar - Adiantamento	5.493,30
Equipamentos de Processamento De Dados	7.380.431,70
Aparelhos e Utensílios Domésticos	66.954,65
Mobiliário em Geral	850.331,30





DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Coleções e Materiais Bibliográficos	657,36
Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	65.843,76
Veículos de Tração Mecânica	6.295.029,99
Peças não Incorporáveis a Imóveis	850,00
Bens Móveis Exercícios Anteriores	27,00
Imóveis Residenciais/Comerciais	69.226.610,69
Terrenos/Glebas	26.823.740,26
Obras em Andamento	5.559.299,74
TOTAL DAS INCORPORAÇÕES	117.012.702,63

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ/DCI.

As significativas incorporações verificadas na conta Equipamentos de Processamento de Dados se originaram, sobretudo, da aquisição de microcomputadores. Em relação ao relevante aumento no saldo da conta Veículos de Tração Mecânica, observou-se a aquisição de automóveis e motocicletas.

Já no que tange às incorporações nas contas Imóveis Residenciais/Comerciais e Terrenos/Glebas, que, conjuntamente, somam R\$ 96.050.350,95, têm-se que as mesmas correspondem, quase que em sua totalidade, aos impactos produzidos pelo estudo que culminou no inventário de bens imóveis da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

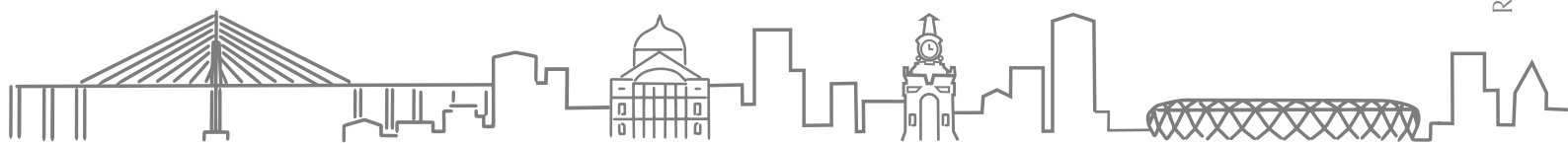
DA GESTÃO FINANCEIRA

» Principais Despesas

O Demonstrativo das principais despesas realizadas em 2023 pela Procuradoria-Geral de Justiça comparados com os exercícios de 2021 e 2022 apresentou as seguintes variações conforme tabela e notas abaixo:

Quadro: Comparativo das Despesas Realizadas PGJ – 2020 a 2023

DESPESAS	2021	2022	Δ(%)	2023	Δ(%)
	R\$	R\$	%	R\$	%
Despesa Total Realizada	401.186.095,04	435.659.227,98	8,59%	456.531.921,56	4,79%
Despesas Correntes	395.843.849,25	413.791.999,32	4,53%	452.916.307,82	9,46%
Despesa de Capital (Investimentos)	5.342.245,79	21.867.228,66	309,33%	3.615.613,74	-83,47%
Despesas Correntes	395.843.849,25	413.791.999,32	4,53%	452.916.307,82	9,46%





DESPESAS	2021	2022	Δ(%)	2023	Δ(%)
	R\$	R\$	%	R\$	%
Despesa com Pessoal e Encargos	267.218.722,29	276.952.965,59	3,64%	336.733.426,59	21,59%
Despesas com Outras Despesas Correntes	128.625.126,96	136.839.033,73	6,39%	116.182.881,23	-15,10%
Diárias	372.328,68	833.248,95	123,79%	1.338.710,77	60,66%
Material de Consumo	601.637,77	1.145.356,88	90,37%	1.074.952,30	-6,15%
Passagens/Locomoção	180.405,51	619.869,07	243,60%	1.276.817,41	105,98%
Outros Serviços de Terceiros - PF	0	0	-	373.895,00	100,00%
Locação de Mão de Obra	2.187.691,13	2.612.754,17	19,43%	3.041.965,02	16,43%
Locação de Imóveis	1.756.594,51	2.832.918,06	61,27%	2.896.760,54	2,25%
Estagiários/Agenciamento de Estagiários	1.967.938,13	3.158.145,77	60,48%	4.261.191,76	34,93%
Auxílio Alimentação	20.004.883,70	39.945.002,33	99,68%	22.191.103,63	-44,45%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	8.877.497,43	8.079.672,75	-8,99%	7.104.984,31	-12,06%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	5.086.751,50	6.063.176,85	19,20%	4.508.084,72	-25,65%
Contribuições (Convênios)	1.806.594,50	2.210.354,06	22,35%	1.804.643,80	-18,35%
Auxílio Moradia	57.454,64	56.802,79	-1,13%	82.937,02	46,01%
Auxílio Saúde	10.972.660,53	12.629.888,58	15,10%	22.329.590,91	76,80%
Indenizações e Restituições	74.118.220,52	56.337.305,24	-23,99%	43.806.185,67 -2	22,24%
Outros	634.468,41	314.538,23	-50,42%	91.058,37	-71,05%

Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI - Observações: Valores em R\$ 1,00.

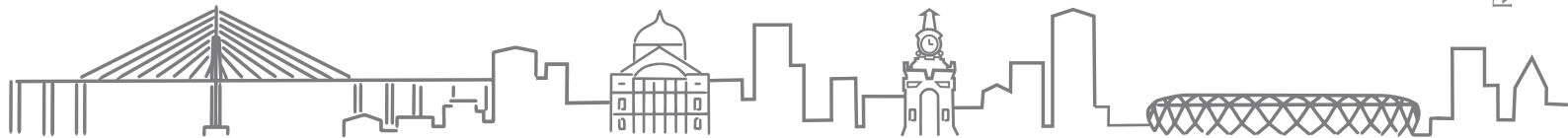
A Instituição apresenta no exercício em destaque a execução orçamentária que resultou no montante de R\$ 456.531.921,56 com suas variações, acréscimos e decréscimos, em determinadas rubricas comparadas ao ano anterior como pode ser observado no Demonstrativo acima e nas notas explicativas a seguir:

a) A Despesa Total Realizada no valor de R\$ 456.531.921,56 teve um pequeno acréscimo na ordem de 4,79% em comparação com a Despesa Total de 2022;

b) As Despesas Correntes, em sua totalidade, aumentaram 9,46%, enquanto que as Despesas de Capital tiveram um decréscimo de 83,47% no período;

c) Em relação as Despesas com Pessoal e Encargos, incluindo as folhas de inativos e pensionistas, houve um acréscimo de 21,59% decorrente do reajustes do subsídio e dos vencimentos aos membros e servidores, licenças-prêmios indenizadas e outros ganhos;

d) Em Outras Despesas Correntes houve um decréscimo de 15,10% em relação a 2022 resultante das variações positivas e negativas na composição dos itens como: diárias, passagens/locomoção, outros serviços de terceiros-PF, despesas com estagiários, auxílio- alimen-





tação, outros serviços de terceiros-PJ, auxílio-saúde, dentre outros, apresentados abaixo:

- Diárias e Passagens/Locomoção aumentaram respectivamente em 60,66% e 105,98% em relação ao ano de 2022 em razão da participação de membros em compromissos institucionais em outras localidades, da capacitação de servidores em outros Estados e do deslocamento a outras Unidas da Instituição;

- Material de Consumo houve um decréscimo de 6,15% em relação a 2022;

- Outros Serviços de Terceiros-PF são decorrentes das despesas com os residentes jurídicos contratados a partir de 2023;

- As despesas com Locação de Mão de Obra tiveram um aumento de 16,43% em relação ao ano anterior;

- As despesas com Locação de Imóveis mantiveram-se praticamente estáveis, com um aumento de 2,25%;

- As despesas com Estagiários tiveram um acréscimo na ordem de 34,93% em razão da contratação de novos estagiários e dos reajustes da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte; - Em Auxílio Alimentação houve uma redução de 44,45% no período em comparação a 2022, este que contemplou valores retroativos de anos anteriores;

- Quanto à despesa com Serviços de Tecnologia da Informação ocorreu um decréscimo de 12,06% em relação ao ano anterior;

- Em relação a Outros Serviços de Terceiros-PJ que contempla inúmeras despesas, tais como: despesas com telefone, água, luz, manutenção de bens móveis e imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos, manutenção de veículos, treinamento, serviços de comunicação, serviços gráficos, seguros, dentre outros, houve um decréscimo de 25,65% relativo ao ano de 2022;

- Em Contribuições registra-se um decréscimo de 18,35% em relação ao ano anterior. Do montante registrado 95,48% corresponde as despesas com a manutenção do Convênio do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas – PROVITAAM;

- A despesa com Auxílio-Moradia teve um aumento de 46,01% em comparação ao ano anterior;

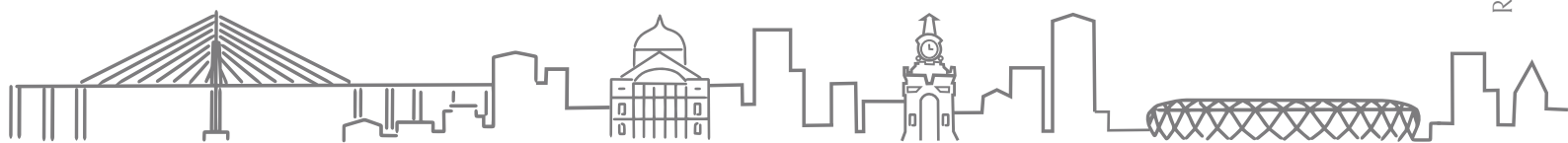
- Quanto ao Auxílio-Saúde identificou-se um acréscimo significativo de 76,80% em relação a 2022 decorrente do novo ato institucional de 2023 que regulamenta as despesas com o referido auxílio;

- Em relação a Indenizações e Restituições ocorreu um decréscimo de 22,24% comparado a 2022;

- Quanto as demais despesas que compõe “Outros” ocorreu uma redução na ordem de 71,05% em relação ao ano anterior;

» Despesas de Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais tiveram um aumento de 21,59% comparadas ao ano de 2022. As variações deram-se na seguinte proporção: despesas com Ativos aumentaram 24,39% e com Pensionistas 5,40%, enquanto que com os Aposentados houve um decréscimo de 10,42%. Esses acréscimos são decorrentes dos reajustes aos membros e





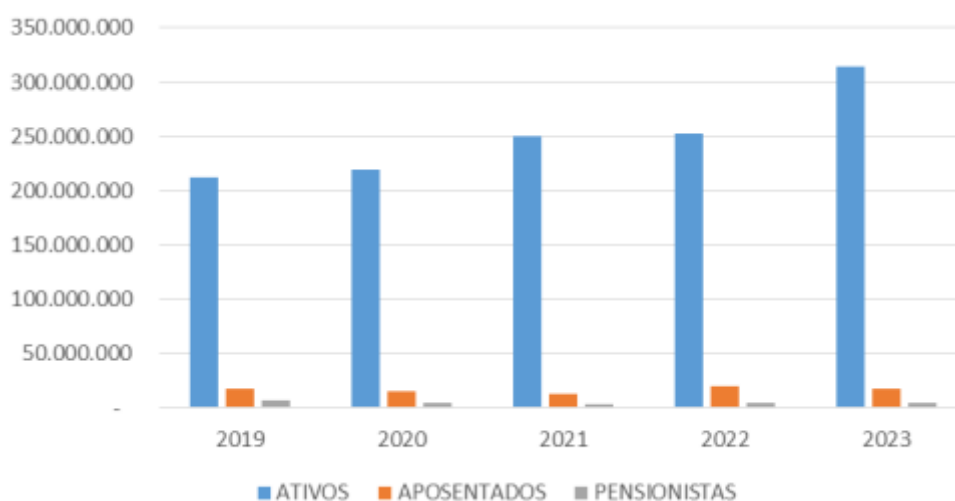
servidores, licenças-prêmios indenizadas e demais despesas de exercícios anteriores pagas no período.

Quadro: Evolução da Despesa com Pessoal - 2019 a 2023

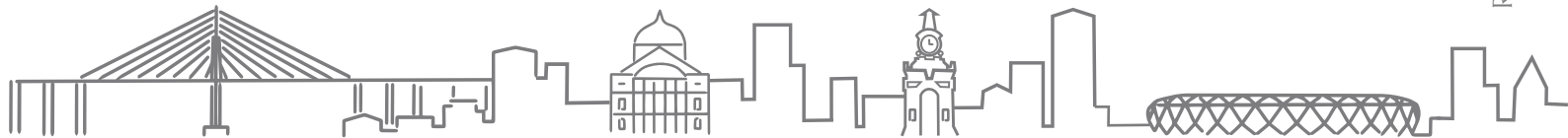
EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL - 2016 a 2022								
ANO	ATIVOS	VAR. %	APOSEN- -TADOS	VAR. %	PENSIONIS- TAS	VAR. %	TOTAL	VAR. %
2019	212.468.723	-4,44%	17.857.595	-47,93%	7.152.868	-47,77%	237.479.186	-12,15%
2020	219.481.154	3,30%	14.985.537	-16,08%	4.139.662	-42,13%	238.606.353	0,47%
2021	250.539.030	14,15%	12.880.251	-14,05%	3.799.441	-8,22%	267.218.722	11,99%
2022	252.436.196	0,76%	19.656.169	52,61%	4.860.601	27,93%	276.952.966	3,64%
2023	314.002.453	24,39%	17.607.757	-10,42%	5.123.217	5,40%	336.733.427	21,59%

Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI - Observação: Valores em R\$ 1,00.

Gráfico: Evolução da despesa com pessoal MP-AM – 2019 a 2023



Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI. Valores em R\$ 1,00.





DOS FUNDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS – FAMP

» Orçamento e Despesas

O Fundo de Apoio do MPAM é um fundo público contábil, sem personalidade jurídica – reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas em Consulta Técnica oficial, mas com escrituração contábil própria, com CNPJ: 10.831.183/0001-40, classificada como unidade gestora (UG) 003701, como fundo da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Avenida Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69.030-480, Manaus-AM, criado pela Lei Complementar 11/1993 e regulamentado pela Resolução n°. 006/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPAM.

Seus gastos (com recursos de sua arrecadação) são aprovados em reuniões pelo Comitê Gestor do FAMP por maioria simples de seus membros. Assim, é composto por 07 membros (Procuradores e promotores de justiça do MPAM), no qual se inclui o Procurador Geral de Justiça do Amazonas, Exmo. Dr. Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, como membro principal na condição de Presidente do Fundo.

Sua estrutura funcional/operacional utiliza as dependências físicas do MPAM (sede da Procuradoria Geral de Justiça), não havendo estrutura de pessoal: servidores em folha de pagamento específica, bem como contratados.

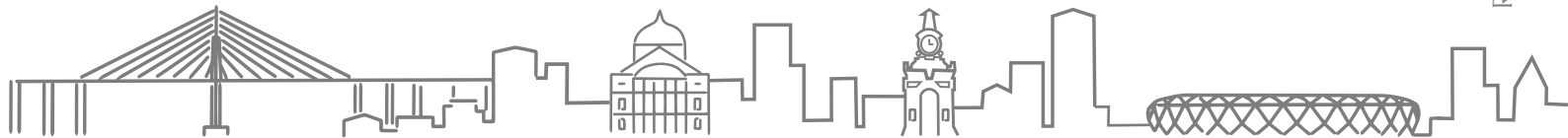
Por sua condição de gestor de recursos orçamentários e financeiros para PGJ, sem personalidade jurídica reconhecida em Consulta Técnica ao TCE-AM, o FAMP também não firma contratos com particulares em sua titularidade, sendo, no entanto, unidade orçamentária em algumas aquisições/contratações com terceiros para fins de subsidiar a PGJ com recursos para empenhos de despesas pelo FAMP aprovadas. Neste sentido, de acordo com o art. 1º da Resolução n°. 006/2008-CPJ, o FAMP é gerido pela Procuradoria-Geral de Justiça com a finalidade de prover recursos financeiros necessários para fazer face principalmente às despesas do MPAM com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinados;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação e manutenção dos serviços de informática; IV - elaboração e execução de planos, programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que proporcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinados;





VI - aperfeiçoamento técnico-profissional de seus membros e servidores;

VII - despesas correntes, exceto com encargos de pessoal, em até, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo.

Conforme as disposições legais aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2023 - LEI N.º 6.019, DE 02 DE AGOSTO DE 2022) e Lei Orçamentária Anual (LOA 2023 - LEI N.º 6.155, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022) para o exercício financeiro de 2023 fixou-se o valor do orçamento do Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas estimando a receita, e fixando uma provável despesa respectiva na ordem de R\$ 250.000,00.

Esta lei que estabeleceu as dotações para despesas correntes e de capital, constituiu para o Fundo de Apoio do Ministério Público o valor de R\$ 250.000,00. Os recursos do FAMP seriam provenientes das: receitas patrimoniais (rendimentos financeiros) e de serviços (cópias reprográficas), além de outras receitas correntes com multas aplicadas, e de indenizações/restituições retidas em folha de pagamento da PGJ.

O orçamento acima não foi modificado até o final de 2023, pois não houve autorizações superiores em reuniões de seu Comitê para abertura de créditos adicionais para novas despesas aprovadas pelo Comitê Gestor do FAMP que implicassem em recursos destacados a PGJ e lá empenhadas para o exercício 2023.

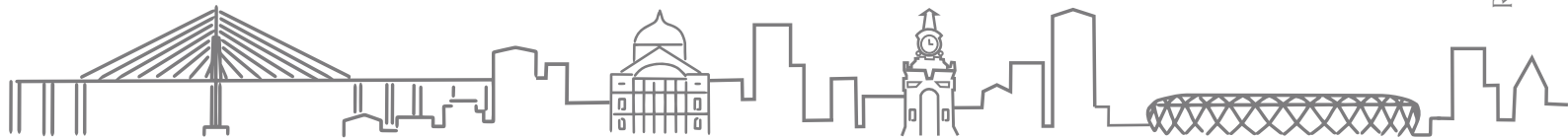
Assim, não houve, por conseguinte, destaques de créditos orçamentários e financeiros líquidos concedidos para execução de empenhos e pagamentos pela PGJ. Da mesma forma, não houve empenhos emitidos pelo FAMP no exercício. Deste modo, a execução orçamentária direta pelo Fundo foi nula. Desta forma, por fim, o orçamento despendido no MPAM, com recursos do FAMP de 2023 incluídas as alterações por suplementações de crédito para as despesas em 2023, apresentou a seguinte execução na PGJ em comparação aos anos anteriores, conforme se depreende da tabela abaixo:

Quadro: Recursos do FAMP – Executados pela PGJ

RECURSOS DO FAMP - EXECUTADOS PELA PGJ				
RECURSOS DO FAMP UTILIZADOS PELA PGJ	2010	2021	2022	2023
Destaques efetuados do FAMP a PGJ	192.510,51	-	-	-
Empenhos com fonte orçamentária FAMP	192.510,51	-	-	-
Devolução ao FAMP de saldos não empenhados pela PGJ	-	145.973,92	-	-

Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI 2023. Dados extraídos em 31.12.2023. Valores em R\$

Considera-se, no entanto, que está aprovado para transferência orçamentaria e financeira a PGJ desde 2022, o uso de recurso disponíveis do FAMP para fins de reforma e instalações de serviços engenharia de combate incêndio nos auditórios MPAM, segundo o andamento processual pra viabilizar a licitação constantes no procedimento interno (SEI), que estima até então um gasto de R\$ 1.770.208,18, conforme orçamento e demais peças da Divisão de Engenharia e Arquitetura -DEAC e Termo de Referência nestes autos. O processo encontra-se ainda em fase licitatória, com preliminares serviços de projeto básico em andamento, os quais serão dispendidos com valores específicos em outra aquisição. O recurso supracitado,





de forma estimada, referente à fonte de recursos 485 do FAMP, será repassado por destaque de crédito orçamentário e financeiro do FAMP à PGJ eventualmente em 2024, conforme andamento da licitação e anteriormente à contratação da empresa vencedora, viabilizando, assim o empenho da despesa na PGJ.

» Evolução patrimonial do FAMP

O patrimônio em bens físicos, ou permanentes, de titularidade do FAMP ao final de 2023 é zero. Isto porque o valor de saldo de bens imóveis (benfeitorias em imóveis da PGJ) que existia até 2022, foi transferido à PGJ em 2023, conforme prevê a Resolução 06/2008- CPJ, e contribuiu para equalização dos valores de imóveis do MPAM consoante às ações de inventário e reavaliação destes bens em 2023.

Quanto a outros bens móveis, imóveis ou mesmos intangíveis, não houve incorporações no ano, haja vista que as aquisições ou entradas de bens são realizadas pela PGJ, inclusive, se houver, com recursos oriundos de destaques orçamentários do FAMP, como explicado na seção anterior.

Tabela: Bens permanentes do FAMP

BENS PERMANENTES DO FAMP				
ATIVO BENS PERMANENTES	2020	2021	2022	2023
Bens Imóveis	3.506.457,06	3.506.457,06	3.506.457,06	0
Bens intangíveis	8.000,00	-	-	0
TOTAL	3.514.457,06	3.506.457,06	3.506.457,06	0

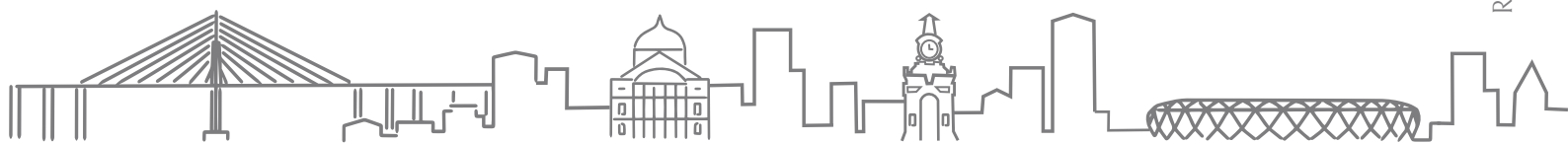
Fonte: DOF/PGJ – Sistema AFI 2023. Dados extraídos em 31.12.2023. Valores em R\$

» Recursos como alternativa para o financiamento da modernização da PGJ-AM

O Fundo de Apoio ao Ministério Público do Amazonas – FAMP, criado pela Lei Complementar nº 11/93 e regulamentado pela Resolução nº 06/2008 - CPJ, constitui instrumento auxiliar de financiamento para a Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ na construção de edificações, aquisição de equipamentos para renovação do parque tecnológico, mobiliários, treinamento e capacitação de membros e servidores, visando à modernização e otimização dos recursos materiais e humanos no âmbito Institucional.

Os recursos do Fundo de Apoio ao Ministério Público do Amazonas – FAMP, quase que em sua totalidade são rendimentos de suas próprias aplicações em fundos de renda fixa - investimentos bancários, e das demais receitas em conformidade com o Art. 3º da Resolução nº 006/2008 – CPJ, como: multas diversas aplicadas sobre contratados, inscrições em concursos públicos/seleções e venda de bens permanentes.

Portanto, em 2023, o total de receitas correntes e receitas de capital acumulou o valor de





R\$ 2.360.158,83, cerca de 523% maior do que o ano anterior, devido ao aumento de volume de saldo de aplicações financeiras em 2023, bem como pelas ações de gestão da Instituição relativas à venda de veículos antigos, além dos recursos recebidos das inscrições de concurso de Promotor Substituto do MPAM 2022/2023, e oriundo ainda da seleção de residentes jurídicos, conforme tabela abaixo:

Tabela: Receitas Arrecadadas

QUADRO - RECEITAS ARRECADADAS		
DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	2022	2023
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	419.533,67	579.574,24
Multas Previstas em Legislação Específica	31.591,63	168,19
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	-	433.116,40
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	-	1.347.300,00
TOTAL ARRECADADO	451.125,30	2.360.158,83

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ – DOF em 31.12.2023. Valores em R\$

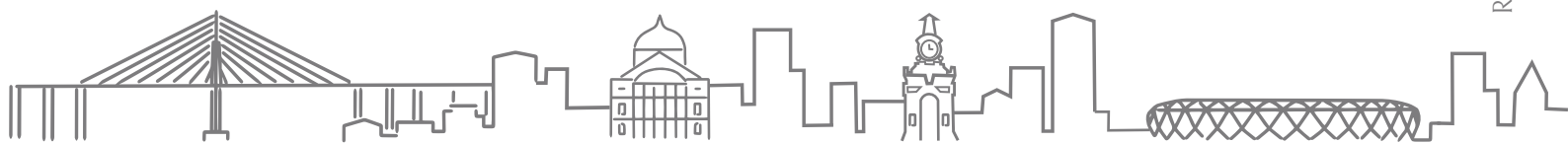
» Busca por novas fontes de recursos e receitas

Ao considerar o impacto recente na arrecadação de receitas do FAMP, especialmente a queda de ingressos com recursos financeiros de aplicações em renda fixa, e frente às alterações legais e constitucionais que impactam recebimentos destes recursos no FAMP, o grupo de FAMP foi instado a levantar estudos técnicos para a criação de novas receitas através da criação de cobrança sobre emissão de certidões emitidas pelo Ministério Público, para que sejam recursos a serem arrecadados ao FAMP, bem como multas, taxas, emolumentos jurídicos /cartorários, Termos de Ajustamento de Conduta, astreintes, e assim promover a condução de estudo e subsidiar pareceres jurídicos e legais, acerca da possibilidade de inserir no rol de suas receitas.

FUNDO DE AMPARO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA

» Dos recursos disponibilizados

A Lei Orçamentária Anual (LOA 2023 - Lei nº 6.155, de 28 de dezembro de 2022) fixou o valor do orçamento do Fundo de Amparo e proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Fundo PROVITA para o exercício de 2023. Esta lei que estabeleceu as dotações para despe-





sas correntes e de capital, constituiu para o Fundo PROVITA o valor total de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme demonstra o Balanço Orçamentário do Fundo, bem como os Quadros de Detalhamento das Despesas – QDD divulgados pela SEFAZ-AM.

Os recursos do Fundo PROVITA seriam provenientes de recursos transferidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, com recursos da Fonte 1.704.145 (Transferências da união referentes as compensações financeiras pela exploração de recursos naturais – royalties).

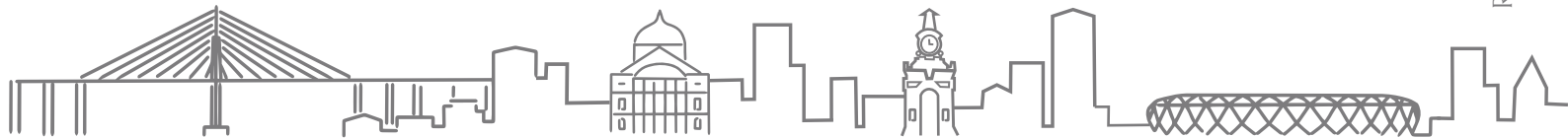
Os recursos foram abertos como custeio, no total de R\$986.000,00 (novecentos e oitenta e seis mil) e R\$14.000,00 (catorze mil reais) como investimentos. Durante o exercício, foi realizada a unificação dos saldos como custeio, e feito o destaque de crédito de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), do Fundo PROVITA para a Procuradoria-Geral de Justiça para execução total com empenhos e pagamentos pela PGJ.

Não houve empenhos emitidos pelo Fundo PROVITA no exercício. Deste modo, a execução orçamentária direta pelo Fundo foi nula, sendo que as despesas correspondentes à parte destacada via descentralização de crédito foram empenhadas no total de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e foram realizadas efetivamente pela PGJ, considerando a despersonalização da Pessoa Jurídica do Fundo PROVITA, consoante entendimento reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Quadro : Recursos do Fundo PROVITA/AM 2023

Fonte	Natureza	Recurso	Destacado	Empenhado Fundo Provita	Empenhado via PGJ	Pago Fundo Provita	Pago PGJ
145	3335041-Contribuições	R\$1.000.000,00	R\$1.000.000,0	R\$ 0,00	R\$1.000.000,0	R\$ 0,00	R\$1.000.000,00
TOTAL	-	R\$1.000.000,0	R\$1.000.000,0	R\$ 0,00	R\$1.000.000,	R\$ 0,00	R\$1.000.000,

Fonte: SEFAZ/AM



Atuação Institucional



Capítulo 07





ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Procurador de Justiça

Os Procuradores de Justiça são órgãos de execução com atuação no 2º grau de jurisdição na função de custos legis, fiscais da correta aplicação da lei, manifestam-se nos processos judiciais que apresentam interesse público, identificado pela qualidade da parte ou pela natureza da relação jurídica.

Nessa condição, defendem os interesses da sociedade, emitindo pareceres, promovendo por diligências e recorrendo das decisões proferidas pelo Poder Judiciário toda vez que considerarem necessário para manter o Ordenamento Jurídico.

Têm atuação junto às Câmaras Cíveis e Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça.

Promotor de Justiça

Os Promotores de Justiça, órgãos de execução com atuação no 1º grau de jurisdição, detêm a função de custos legis, nos processos judiciais que evidenciam interesse público, e de parte, quando promovem procedimentos de investigação criminal e civil, e as ações penal e civil.

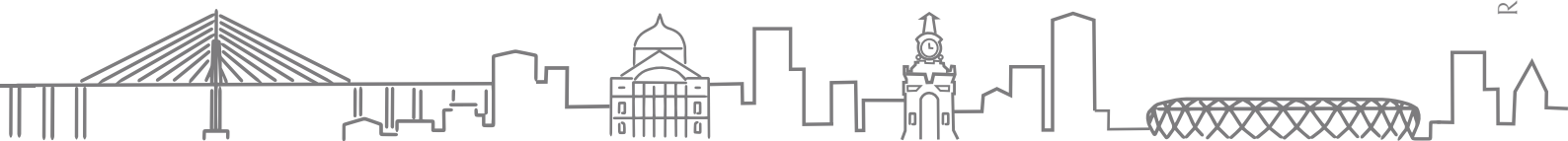
Têm atuação na capital, junto às Varas Criminais, Tribunal do Júri, Delitos de Trânsito, Entorpecentes, Execuções Criminais, Auditoria Militar, Infância e Juventude, Família e Sucessões, Fazenda Pública Estadual e Municipal, Ausentes e Incapazes, Fundações e Massas Falidas, Registros Públicos, Proteção dos Interesses Difusos e Coletivos, Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Consumidor, Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e Controle Externo da Atividade Policial. No interior, atuam com atribuição plena nas sedes de comarcas.

Centros de Apoio Operacional e Suas Coordenadorias

O Centro de Apoio Operacional e suas Coordenadorias são órgãos auxiliares do Ministério Público, voltados para planejar e executar políticas institucionais que auxiliem os órgãos de execução no desempenho da atividade fim.

Atualmente, existem sete Coordenadorias, assim divididas: Cível (CAO-CÍVEL); Consumidor, Cidadania e Patrimônio Público (CAO-PDC); Meio Ambiente e Urbanismo (CAO-MA-PH-URB); Infância e Juventude (CAO-IJ); Criminal (CAO-CRIM); Combate ao Crime Organizado (CAO-CRIMO); Eleitoral (CAO-ELEITORAL); e Procuradorias de Justiça (CAO-PROC).

Em qualquer área, portanto, que o Promotor de Justiça atue, há uma coordenação à qual está vinculado, apta a prestar-lhe a assistência necessária para tornar o seu trabalho mais dinâmico, produtivo e eficiente.





Nos termos do art. 2º, do Ato nº 68/2001-PGJ, compete a esses Órgãos: estimular o intercâmbio entre promotorias de justiça; propor a criação e contribuir para a implementação de políticas institucionais; recomendar ações; buscar interação com outros órgãos públicos para apoio técnico; prestar apoio jurídico na instrução e elaboração de ações; zelar pelo cumprimento de convênios e Termo de Ajustamento de Condutas; agilizar a distribuição de processos, realização de palestras e cursos, resolução de conflitos entre promotorias de justiça, bem como na apresentação de relatório anual das ações das promotorias de justiça da área.

A produtividade dos Centros de Apoio Operacional, no ano de 2023, segue demonstrada pelos quadros a seguir:

(...quadros...)

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – CAPITAL

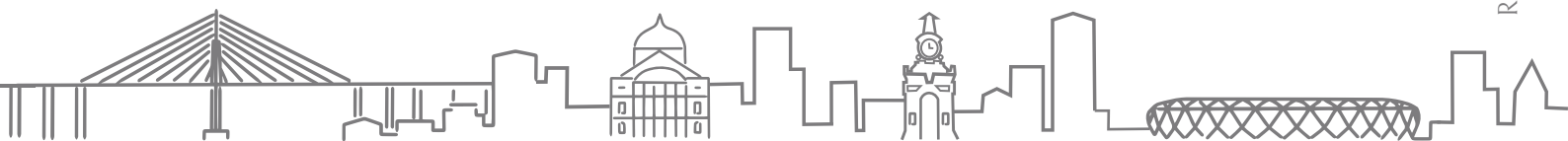
O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) entre diversas atuações ministeriais, realizadas por intermédio das Promotorias de Justiça de Manaus, destaca:

CAO-CÍVEL - Coordenação Cível

Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Cíveis. É um órgão auxiliar das atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça, que tem como dever fundamental estimular a integração entre as promotorias que operam no direito comum social. Tem por função prestar auxílio material e técnico-jurídico para que os Promotores de Justiça tenham um desempenho melhor em suas atividades; apresentar propostas e sugestões para a melhoria do serviço, como a realização de convênios, cursos, palestras, eventos e até mesmo, elaboração de política institucional (instruções gerais que delimitam e orientam a forma como as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão). As Promotorias de Justiça ligadas diretamente ao CAO-CÍVEL têm atuação nas áreas de Família, Sucessões e Registros Públicos, Fundações e Massas Falidas, Fazenda Pública Estadual e Municipal, Ausentes e Incapazes, Acidentes de Trabalho e nos mais diversos feitos Cíveis, como: ações indenizatórias (que envolvam pessoas incapazes), usucapião, conflitos agrários, dentre outros.

Em 2023, a atuação da Coordenadoria de Apoio Operacional às Cíveis (CAO-Cível) foi notável pelo compromisso constante com a defesa dos direitos coletivos da população amazonense, em um contexto desafiador. A CAO-Cível desenvolveu uma série de iniciativas estratégicas não apenas para lidar com questões emergentes, mas também para promover um ambiente de justiça social e equidade no estado.

No âmbito da defesa do patrimônio público, a CAO-Cível dedicou esforços ao combate à corrupção, visando recuperar valores desviados e responsabilizar agentes públicos envolvidos em atos de improbidade administrativa. Como resultado dessas ações, um ex-governador do estado foi condenado por desvio de verbas públicas. Além disso, a proteção do





patrimônio histórico e cultural recebeu destaque, com o ajuizamento de ações para garantir a preservação de monumentos e bens tombados. Isso incluiu a restauração de um teatro histórico que se encontrava em estado de abandono.

Além das atividades jurídicas, a CAO-Cível também se empenhou na promoção da educação jurídica e na conscientização da população sobre seus direitos, com o objetivo de fortalecer os pilares da democracia e do estado de direito na região amazônica.

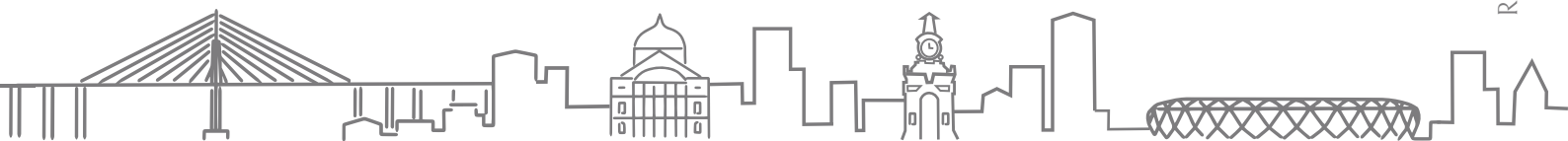
Assim, o ano de 2023 foi marcado por intensa atividade e resultados significativos para a CAO-Cível do MPAM, que se consolidou como um agente essencial na defesa dos direitos coletivos e na promoção da justiça social no Amazonas.



Em agosto, o MPAM lançou o projeto “Conversa de Família” com o intuito de facilitar o entendimento público em questões jurídicas, especialmente em Direito de Família, e promover o diálogo com a sociedade. Essa iniciativa visava compartilhar conhecimentos sobre questões familiares por meio de conteúdos acessíveis em suas plataformas oficiais. A abordagem simples e pertinente do projeto foi destacada pela Promotora de Justiça, Silvana Cavalcanti, tornando temas jurídicos complexos compreensíveis para todos. Outro ponto ressaltado foi a importância de criar um ambiente acolhedor para desmistificar preocupações jurídicas e promover uma convivência harmoniosa, conforme mencionado pela promotora Luciana Toledo Martinho.

O projeto “Conversa de Família” foi resultado da identificação de uma necessidade nas reuniões das Promotorias de Justiça de Família, visando estabelecer um canal direto de comunicação com a sociedade para explicar temas relacionados ao Direito de Família de forma simples e didática. O objetivo principal era esclarecer conceitos relevantes do cotidiano das pessoas, aproximando o Ministério Público da comunidade.

Em outubro, o MPAM lançou o primeiro conteúdo do projeto “Conversa de Família”, abordando questões sobre a guarda de crianças e adolescentes. A apresentação inicial, conduzida pela Promotora de Justiça Silvana Cavalcanti, explorou a guarda dos filhos no contexto do poder familiar, enfatizando cuidados, sustento, proteção e educação dos filhos menores. Foi destacado que a legislação brasileira prevê dois tipos de guarda, unilateral e compartilhada, priorizando o interesse dos filhos. Este projeto visava esclarecer questões jurídicas em Direito de Família de forma acessível, prevenir disputas e fortalecer os laços familiares, simplificando termos legais e promovendo o diálogo sobre assuntos cotidianos, aproximando





do o Ministério Público da sociedade.

Núcleo Permanente de Autocomposição - NUPA

O Núcleo Permanente de Autocomposição (NUPA) tem a função de implementar e adotar métodos consensuais de solução de conflitos, com o objetivo de assegurar a promoção de justiça; atuar com foco na cultura da paz, utilizando as ferramentas de uma escuta ativa, por meio da criação de mecanismos que buscam a eficiência, satisfação, coerência e o respeito dos movimentos; resolução de conflitos por outros meios fora os judiciais, consistindo na avaliação e aplicação de meios adequados à transformação e resolução dos conflitos, resultando na restauração da convivência social entre os envolvidos.

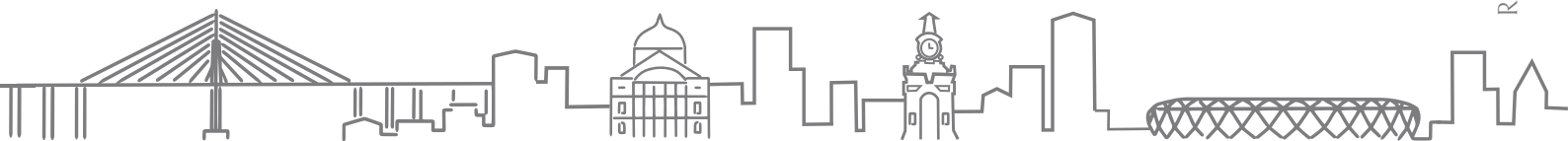


Atua diretamente com os métodos autocompositivos, técnicas de resolução de conflitos a serem aplicadas em demandas que envolvem: Pessoas com deficiência; Idosos; Família; Saúde; Criança e juventude; Direitos humanos; Educação; Meio ambiente; Apoio comunitário; Criminal; Consumidor; Comunidade escolar e acadêmica. Atualmente, o NUPA oferece os serviços de Mediação extrajudicial de conflitos em demandas internas e externas, e a realização de Justiça Restaurativa em Conflitos complexos e Círculos de Construção de Paz em conflitos menos complexos.

Após a pandemia da COVID-19, o MPAM, por meio do NUPA, retomou o treinamento presencial para formação de mediadores comunitários, visando fortalecer políticas públicas de pacificação social. Na primeira edição do curso em 2023, realizada no bairro Adrianópolis, em Manaus, voluntários foram capacitados em métodos consensuais de resolução de conflitos, promovendo a pacificação social. Cleo Vianna, líder comunitária, destacou a importância de ouvir as pessoas para resolver conflitos, enfatizando compreensão e sensibilidade.

O MPAM participou do 1º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público, promovido pela UNCMP, discutindo atualizações sobre práticas autocompositivas em todo o país. Anabel Mendonça, coordenadora do NUPA, ressaltou a importância da autocomposição para aumentar a resolutividade ministerial e compartilhar experiências para aprimorar a atuação do MP.

Adicionalmente, o MPAM e o TJAM realizaram um evento de sensibilização para a Justiça Restaurativa, visando capacitar profissionais para atuar na Central de Justiça Restaurativa e no Núcleo. A Procuradora de Justiça Anabel Mendonça enfatizou a importância de promover a Justiça Restaurativa em todas as ações do MP e do Judiciário, incentivando a cultura da paz na sociedade. O evento contou com a participação de representantes do MP, do Judiciário e da OAB, demonstrando o compromisso conjunto com soluções consensuais e pacíficas para conflitos.





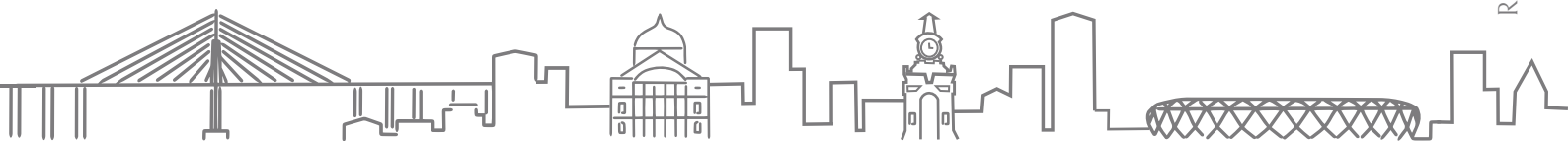
No dia 9 de agosto, membros do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), incluindo a Procuradora de Justiça Anabel Vitória Mendonça de Souza e a Promotora de Justiça Romina Carmen Brito Carvalho, participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas. O objetivo do encontro foi discutir os novos protocolos de segurança escolar. Diversas autoridades estiveram presentes, representando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como órgãos como Polícia Federal, Corpo de Bombeiros e Ministério Público do Trabalho. Durante a audiência, a Procuradora Anabel apresentou a estratégia do MPAM para promover a justiça restaurativa, destacando a importância da cooperação entre as instituições. Por sua vez, a Promotora Romina enfatizou a relevância do debate para encontrar soluções e promover uma cultura de paz nas escolas. A discussão foi conduzida pela Comissão da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado João Luiz.



Já em 19 de setembro, a Coordenação do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Estado do Amazonas (NUPA-MPAM) e o Núcleo de Parcerias Institucionais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/AM) realizaram uma palestra sobre Justiça Restaurativa nas Escolas (JRE). O evento aconteceu no auditório da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério da SEMED/AM e abordou o tema “A Justiça Restaurativa nas Escolas: um novo olhar sobre a cultura da paz”. A palestra, que ocorreu

em 18 de setembro de 2023, foi direcionada à equipe de gestores da Divisão Distrital Leste 2 como parte do Projeto Escola em Paz. Este projeto, desenvolvido em colaboração com a SEMED/AM, tem como objetivo implementar a cultura da paz nas escolas por meio da JRE, visando prevenir e transformar conflitos escolares, especialmente diante do cenário de violência enfrentado pela comunidade escolar. Durante o evento, foi ressaltada a importância da Justiça Restaurativa como ferramenta para promover a pacificação social e construir uma sociedade mais colaborativa.

Na Assembleia Legislativa do Amazonas, em 6 de outubro do ano passado, a Procuradora de Justiça Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza e o servidor do Ministério Público Guilherme Henrich Benek Vieira foram reconhecidos por suas contribuições. A honra, proposta pelo deputado João Luiz, enalteceu o trabalho de Anabel à frente do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Estado (NU-





PA-MPAM) e seus esforços na promoção da cultura da paz. Guilherme, também professor universitário, foi aclamado por seu compromisso em angariar alimentos e roupas para Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Em seu discurso, Anabel ressaltou a necessidade de uma Justiça preocupada com o bem-estar e a reintegração social dos jovens, valorizando a dimensão humana da justiça. Ela advogou por uma sociedade pacífica, onde crianças e adolescentes não sejam vistos como inimigos, mas como indivíduos resgatáveis. Destacou a importância de uma justiça que se emocione e escute, indo além do mero cumprimento da lei.

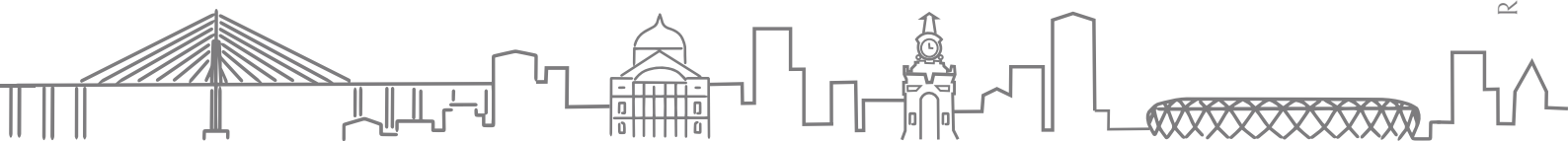
CAO-PDC - Coordenação de Consumidor, Cidadania e Patrimônio Público

O Centro de Apoio Operacional de Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos do Consumidor e da Defesa do Patrimônio Público - CAO-PDC foi instituído pelo ATO PGJ nº 139/2007. O trabalho desenvolvido pelas Promotorias de Cidadania (PRODEDICs), do Consumidor (PRODECONs) e Patrimônio Público (PRODEPPPs), que compõem o CAO-PDC, desempenha um papel ativista na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos desde a Constituição Federal de 1988, sendo realizado principalmente através de atuações extrajudiciais, como requisições, recomendações e termos de ajustamento de conduta, ou através de ações judiciais, como a Ação Civil Pública e a Ação Civil Pública Por Improbidade Administrativa. Na estrutura do Ministério Público do Estado do Amazonas esse Centro de Apoio Operacional é composto por quatorze Promotorias de Justiça, sendo seis de proteção e defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão, três de proteção e defesa dos Direitos do Consumidor e cinco de proteção e Defesa do Patrimônio Público.

As atribuições dos Centros de Apoio Operacionais estão previstas no Art. 95 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Amazonas e no ATO PGJ n.º 068/2001. As atribuições das Promotorias de Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão estão previstas no Art. 82 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado do Amazonas, no ATO PGJ n.º 047/2008, além de outras previstas em leis específicas. As atribuições das Promotorias de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor estão previstas no Art. 81 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado do Amazonas, além de outras previstas em leis específicas. As atribuições das Promotorias de Proteção e Defesa do Patrimônio Público estão previstas no ATO PGJ n.º 042/2008, de 4 de abril de 2008.

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), através das Promotorias do CAO-PDC, tem sido ativo na defesa dos direitos dos consumidores e na garantia de serviços adequados em diversas áreas. Desde janeiro, o MPAM conduziu investigações e promoveu ações para resolver questões relacionadas ao atendimento médico a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em hospitais da rede HapVida. Irregularidades foram identificadas e uma série de medidas foi tomada, incluindo audiências, conciliações e até mesmo o ajuizamento de ACPs contra a operadora.

Outra frente de atuação do MPAM foi na cobrança por serviços de saúde adequados a crianças com TEA, tanto em hospitais privados quanto em instituições voltadas para esse público. Em fevereiro, uma audiência foi realizada para cobrar da Unimed FAMA providên-





cias em relação à má qualidade dos serviços prestados. Além disso, uma ACP foi movida contra uma ex-gestora de uma instituição voltada ao atendimento de crianças com TEA, após denúncias de tratamento discriminatório e violência verbal e física.



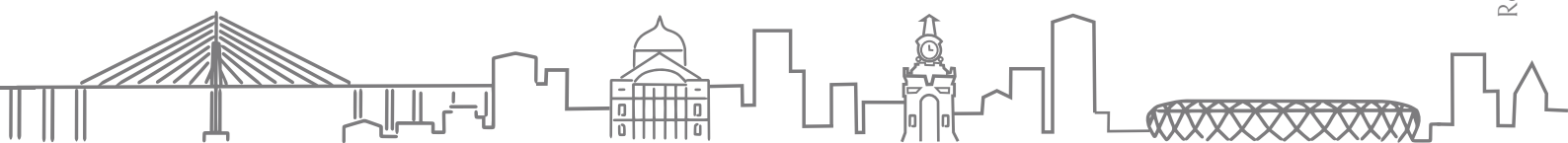
Além disso, o MPAM também se dedicou à fiscalização de outras áreas, como o transporte fluvial de passageiros no Amazonas e a implementação de leis que garantam direitos aos usuários. Em fevereiro, uma ação foi iniciada para garantir que a lei que regulamenta o transporte hidroviário seja cumprida, visando garantir a segurança e os direitos dos passageiros, especialmente idosos e pessoas com deficiência, além de condições mínimas de acessibilidade nas embarcações.



Em março, uma reunião técnica foi realizada para esclarecer dúvidas sobre medidores de energia elétrica, para discutir a instalação e troca de medidores de energia, buscando esclarecer à população o funcionamento dos novos equipamentos e garantir transparência nas cobranças. Além disso, ações foram movidas para garantir a reestruturação de mercados municipais e discutir critérios para matrícula em creches municipais.

O MPAM emitiu recomendações para ampliar formas de pagamento em portos de Manaus, combater a violência nas escolas e exigir licenças sanitárias para empresas que comercializam gases medicinais. O órgão também continua acompanhando o cumprimento de acordos e termos de ajustamento de conduta firmados anteriormente, garantindo que as empresas e instituições cumpram suas obrigações.

A atuação do MPAM tem sido reconhecida e homenageada, tanto na Assembleia Legis-





lativa quanto na Câmara Municipal de Manaus, destacando o papel fundamental do órgão e a importância da atuação conjunta com outras instituições para fortalecer a defesa dos direitos dos cidadãos.

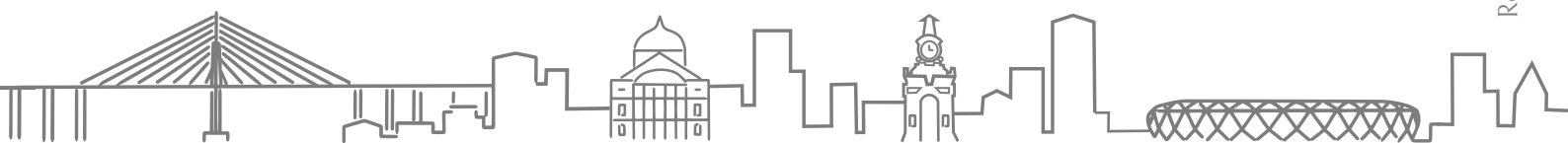
No dia 14 de julho, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) tomou uma iniciativa crucial na melhoria do sistema de saúde do estado, cobrando a implementação do Plano Estadual de Redução de Filas. Nessa audiência, conduzida pela 58ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Humanos à Saúde Pública, foi estabelecido um prazo de 10 dias para que o Estado apresentasse um plano de ação abrangente, contemplando procedimentos cirúrgicos, consultas e exames prioritários, além de metas de redução das filas e um cronograma de execução dos recursos previstos em mais de 12 milhões de reais pelo Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. No Amazonas, a situação era crítica, com cerca de 13.800 pessoas aguardando por procedimentos cirúrgicos, incluindo cirurgias de catarata, retirada da vesícula biliar, hérnia e retirada do útero.



Logo em seguida, em 24 de julho, a Prefeitura de Manaus seguiu a recomendação do MPAM e recriou o Procon Manaus, um passo significativo na defesa dos direitos do consumidor. Essa iniciativa foi desencadeada após uma recomendação emitida pelo MPAM em abril de 2022, marcando o início das negociações para a reinstalação do órgão de proteção ao consumidor. A reinauguração estava agendada para setembro daquele ano, com a expectativa de oferecer suporte adequado aos consumidores na capital amazonense.

Além disso, o MPAM demonstrou seu compromisso com a assistência à população em situação de rua ao acompanhar a regularização dos repasses de recursos públicos para Organizações Não Governamentais (ONGs) que prestam serviços essenciais a esses indivíduos. Em uma audiência com representantes de 15 entidades, foi decidido instaurar um Procedimento Administrativo para garantir que as ONGs recebessem os recursos de forma adequada, visando manter a qualidade dos serviços prestados.

A preocupação do MPAM com a qualidade dos serviços e a proteção dos consumidores também se estendeu aos abatedouros de aves em Manaus. Por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecido com proprietários de quatro abatedouros, medidas foram tomadas para melhorar as condições de higiene e garantir a qualidade da carne fornecida aos consumidores. O acordo, com prazo de dois anos para regularização, buscou influenciar outras empresas a adotarem práticas semelhantes, contribuindo assim para a segurança alimentar da população.





Paralelamente a essas ações, o MPAM também se envolveu em questões relacionadas à acessibilidade e direitos dos consumidores. Uma decisão judicial exigiu que a frota de transporte coletivo em Manaus fosse equipada com elevadores para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência. O MPAM, representado pela Promotora de Justiça Sheyla Andrade dos Santos, buscou assegurar o cumprimento desse acordo, demonstrando seu compromisso em garantir serviços acessíveis a todos.

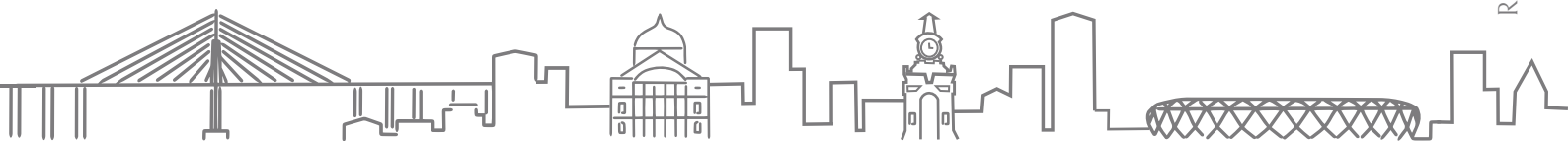


No âmbito da saúde, o MPAM interveio novamente, dessa vez obrigando a HapVida a adaptar suas clínicas para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência. A decisão judicial veio após constatação de falta de acessibilidade nas instalações da empresa na capital. A HapVida foi ordenada a instalar salas acessíveis para consultas médicas por telemedicina no térreo ou providenciar elevadores e rampas em até 30 dias.

CAO-MAPH-URB - Coordenação de Meio Ambiente e Urbanismo

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e da Ordem Urbanística, órgão auxiliar responsável pela integração das atividades e distribuição dos processos e procedimentos aos Promotores de Justiça que atuam nestas áreas. Tem por função prestar auxílio material e técnico-jurídico para que os Promotores de Justiça tenham um desempenho melhor em suas atividades; apresentar propostas e sugestões para a melhoria do serviço, como a realização de convênios, cursos, palestras, eventos e até mesmo, elaboração de política institucional (instruções gerais que delimitam e orientam a forma como as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão); realizar a distribuição de processos e procedimentos aos Procuradores e Promotores de Justiça, bem como das matérias de interesse público relativas à atuação de cada órgão.

As Promotorias de Justiça ligadas diretamente ao CAO-MAPHURB têm atuação nas áreas do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Ordem Urbanística. O Ministério Público se empenha para que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, defendendo-o e preservando-o para as presentes e futuras gerações. Entre suas atribuições, estão: promover a revitalização ambiental por meio de acordos, ações judiciais e atividades de conscientização da população; fiscalizar e responsabilizar os culpados pelos prejuízos ao meio ambiente; além de exigir a reparação dos danos, a preservação ambiental e a recuperação de áreas degradadas. Na proteção do patrimônio histórico, o MP atua visando





garantir à sociedade a preservação de sua história e de sua identidade.

Dentro esta atuação, busca-se, por exemplo, proteger o Centro Histórico de Manaus, onde se concentra grande parte de seus prédios históricos, e a conservação dos imóveis tombados. Além disso, também há esforços sítios arqueológicos, localizados em todo o Amazonas. E ter um espaço urbano organizado é fundamental para a qualidade de vida nas cidades. Para garantir essa condição, o Ministério Público atua no combate às violações que prejudicam o direito à infraestrutura urbana, ao saneamento ambiental e ao transporte público. Além disso, o Ministério Público cobra ações de prevenção e controle de áreas de risco para evitar desabamentos, inundações e deslizamento de encostas no período de chuvas.



O Ministério Público do Amazonas (MPAM) tem desempenhado um papel ativo na promoção da ordem urbanística e na proteção do meio ambiente em Manaus e em todo o estado.

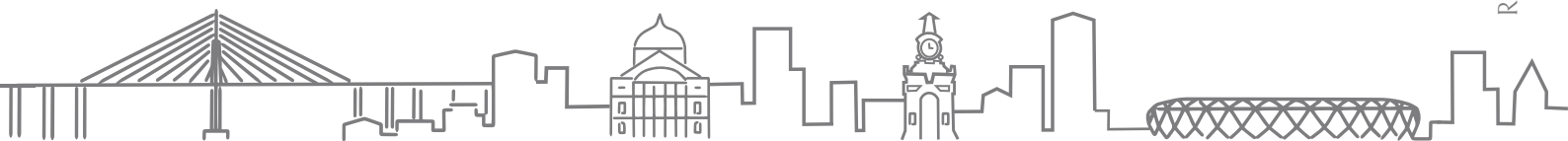


Em relação à infraestrutura urbana, o MPAM inspecionou a ponte entre a Ponta Negra e a Avenida Thales Loureiro, identificando problemas na junta de dilatação e exigindo soluções da Secretaria Municipal de Infraestrutura. O Secretário Municipal de Infraestrutura, Renato Frota Magalhães, participou da visita. O Promotor de Justiça Paulo Stélio Sabbá Guimarães ressaltou a importância da ação preventiva, evitando complicações futuras. Além disso, o MPAM tem exigido da prefeitura o cumprimento de uma sentença que requer

providências sobre áreas de risco iminente na cidade, visando garantir a segurança da população e prevenir desastres como o recente deslizamento no bairro Jorge Teixeira.

No campo ambiental, o MPAM tem combatido a poluição sonora em Manaus, promovendo reuniões com autoridades municipais e policiais para discutir soluções e enfatizando que a poluição sonora constitui um crime ambiental. Além disso, o MPAM participou de uma audiência pública sobre o licenciamento ambiental de usinas termelétricas na cidade, destacando a importância da participação pública nesse processo e buscando garantir que os impactos ambientais desses empreendimentos sejam devidamente avaliados e mitigados.

Os Promotores de Justiça Francisco de Assis Aires Argüelles e Carlos Sérgio Edwards de Freitas participaram do Workshop “Panorama Atual do Meio Ambiente” para discutir questões ambientais no Amazonas, colaborando com o governo estadual, órgãos ambientais e outras instituições na busca por políticas e ações que promovam a conservação ambiental e enfrentem os desafios ambientais enfrentados pela região. Essas iniciativas demonstram o compromisso do MPAM em proteger o meio ambiente e promover o de-





envolvimento sustentável no estado.

Representantes do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), incluindo os Promotores de Justiça Lauro Tavares da Silva e Paulo Stélio Sabbá Guimarães, realizaram uma visita ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), como parte dos esforços para entender o funcionamento do órgão e discutir questões relacionadas ao licenciamento urbano. A visita teve como objetivo preparar a revisão do Plano Diretor de Manaus para 2024 e contribuir para a melhoria da ordem urbanística em uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes.

Durante a visita, os promotores destacaram a importância de estabelecer parcerias com o Implurb visando o bem-estar da cidade e alinhar pensamentos institucionais para promover melhorias para a capital. A intenção era compreender a realidade do órgão no cotidiano, visando uma cooperação mais efetiva em prol do desenvolvimento urbano sustentável.

Além disso, a 63ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa da Ordem Urbanística (63ª Prourb) do MPAM discutiu uma cooperação inédita com o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU) para promover a segurança de pedestres e melhorar a mobilidade urbana através do projeto Faixa Segura. O acordo envolveu a criação e revitalização de faixas de pedestres, mapeamento de locais para áreas de espera de motocicletas e garantia de iluminação adequada nas faixas. O planejamento das ações do projeto estava em andamento, com medidas como a implantação de luzes LED nos semáforos e faixas de pedestres sendo consideradas.

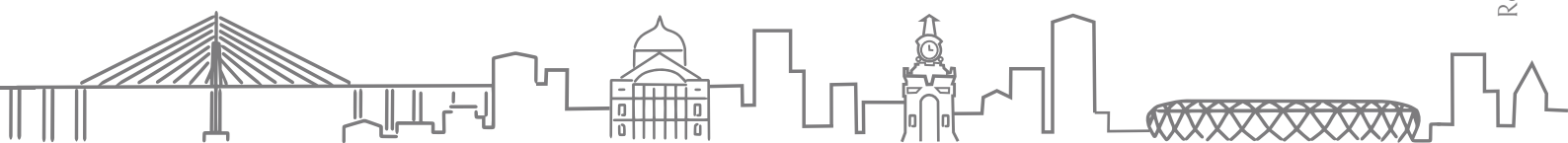
Outro ponto importante foi a recepção de representantes da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) pelo MPAM para a apresentação do programa Prosamin+ de urbanização e habitação. O programa visava urbanizar uma área de 340 mil m² no Igarapé do Quarenta, beneficiando cerca de 60 mil pessoas em Manaus. A apresentação ressaltou a expansão do projeto para outras áreas da cidade e do interior do Amazonas, buscando combater ocupações irregulares e oferecer reassentamentos com infraestrutura adequada.

Em agosto, Promotores de Justiça de Meio Ambiente e Urbanismo visitaram as instalações da Delegacia Especializada em Crimes contra o Meio Ambiente e Urbanismo (DEMA) para avaliar suas condições de funcionamento e buscar maneiras de melhorar suas instalações e recursos humanos. A visita foi recebida positivamente pela delegada titular da DEMA, ressaltando a importância da cooperação entre as instituições para proteger o patrimônio natural da Amazônia.



Além disso, o MPAM participou de um seminário internacional sobre direito ambiental e sustentabilidade, destacando a importância do debate diante das preocupações globais com as mudanças climáticas e ressaltando a necessidade de envolver a sociedade na busca por soluções.

Em setembro, o MPAM entregou equipamentos de controle da qualidade do ar para o Programa de Meteorologia da UEA, ampliando o monitoramento da qualidade do ar em escolas públicas de Manaus. Além disso, o MPAM e pesquisadores da Ufam uniram forças para impulsionar o desenvolvimento humano no Amazonas, discutindo o Índice de Desenvolvi-





mento Humano (IDH) do Estado e buscando ações para melhorar a qualidade de vida da população.

O MPAM também participou de reuniões técnicas para discutir a implementação do novo aterro sanitário de Manaus e para traçar cooperação com a Prefeitura de Manaus para valorizar e preservar o Centro Histórico da capital. Ademais, realizou uma campanha de educação ambiental voltada ao descarte correto de lixo tecnológico, demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

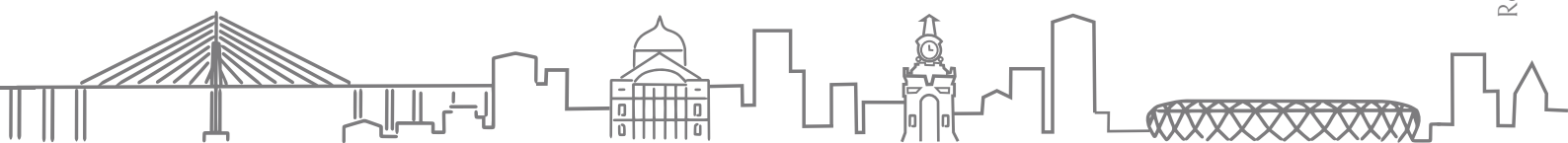


CAO-IJ - Coordenação de Infância e Juventude

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, órgão auxiliar das atividades dos Promotores de Justiça, especializado na defesa dos direitos e interesses das crianças e adolescentes. Tem por função garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; garantir o acesso à educação, combatendo a evasão escolar; zelar pelo direito da criança e adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, com a segurança da convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral; defender crianças e adolescentes contra quaisquer tipos de violência e negligência; atender crianças e adolescentes infratores; incentivar à implantação do Conselho Tutelar e Conselho de Direitos em todos os Municípios do AM; fiscalizar Conselhos, Entidades de atendimento às crianças e adolescentes (abrigos, programas de atendimento protetivo, casas de internação e semiliberdade, programas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, etc.) e garantir às crianças e adolescentes o atendimento à saúde. As Promotorias de Justiça ligadas diretamente ao CAO IJ, têm atuação nas áreas de defesa dos Direitos e Interesses da Criança e Adolescente, nas questões entre as áreas de atuação, dentro da coordenação e exercendo outras funções compatíveis com suas finalidades.

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) tem desempenhado um papel fundamental na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, trabalhando incansavelmente para garantir a inclusão, proteção e bem-estar desses grupos vulneráveis. Nos últimos meses, uma série de iniciativas e ações foram tomadas em diversas áreas, desde a garantia de acessibilidade na educação até o combate à violência doméstica e à exploração sexual.

Em Fevereiro, uma decisão favorável obtida pelo MPAM assegurou que uma aluna sur-





da de 17 anos, matriculada em uma escola pública de Manaus, tivesse à disposição um intérprete de Libras. Esta medida foi uma resposta direta a uma ação movida pelo MPAM, reforçando o compromisso com a inclusão e não discriminação no sistema educacional. Na mesma semana o MPAM iniciou tratativas visando garantir lisura e transparência na próxima eleição para Conselheiro Tutelar, solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral a disponibilização de urnas eletrônicas. Essa medida busca assegurar um processo eleitoral justo e adequado, em linha com os direitos das crianças e adolescentes.



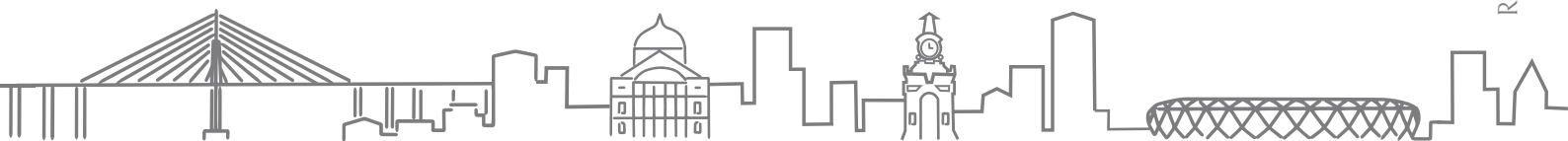
No dia 09 de Fevereiro, o MPAM integrou a Operação Carnaval: Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, uma campanha que visou conscientizar os foliões e prevenir abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes durante o Carnaval 2023. Essa ação reforça o compromisso do MPAM com a proteção dos menores em situações de risco.



Em 07 de Março, uma pesquisa conduzida pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público avaliou a implementação da Lei da Escuta Protegida, buscando entender o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Ministério Público.

No dia 02 de Maio, o MPAM anunciou a criação de um Procedimento de Gestão Administrativa para combater atos de violência nas escolas do estado, em resposta aos recentes ataques em escolas no Brasil. Essa medida visa implementar programas de prevenção contra violência física e psicológica, envolvendo várias entidades estaduais. Em 18 de Maio, a Coordenadora do CAO-IJ, Romina Carmen Brito Carvalho, foi homenageada na Assembleia Legislativa do Amazonas pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na prevenção e combate à violência sexual.

No dia 01 de Junho, o MPAM acompanhou os preparativos para a eleição de conselheiros tutelares em 15 municípios, além da Capital, utilizando urnas eletrônicas, buscando aprimorar o processo eleitoral e garantir maior abrangência no estado. Em 26 de Junho, o MPAM





participou de audiências concentradas para avaliar o cumprimento de medidas socioeducativas na Capital, promovendo uma prestação de Justiça mais ágil em casos de infração infantojuvenil. No mesmo dia, o MPAM realizou uma palestra sobre a Lei Henry Borel, abordando a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, buscando promover a conscientização e a ação conjunta para enfrentar esse problema social.

Em 07 de Julho, o MPAM participou do I Fórum de Saúde da Criança e Adolescente Indígena da Região Norte, reforçando seu compromisso com a saúde e o desenvolvimento das crianças e adolescentes indígenas.

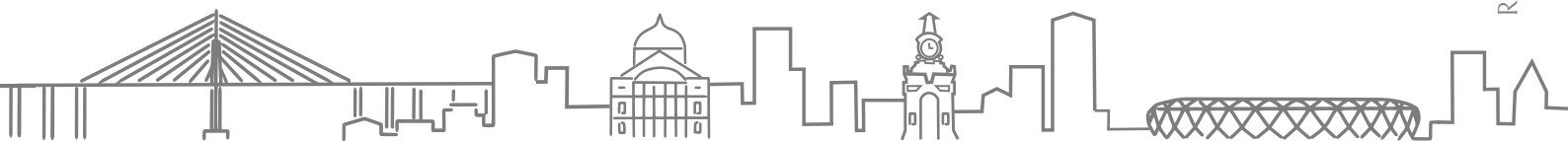
No dia 04 de Agosto, a Coordenadora do CAO-IJ apresentou os resultados do Serviço Família Acolhedora durante um curso promovido pela Secretaria de Estado de Assistência Social, visando implantar os serviços da Família Acolhedora em diversos municípios. No dia 31 de Agosto, o MPAM realizou inspeções semestrais nas unidades de Acolhimento Institucional em Manaus, visando garantir o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos.

No dia 01 de Setembro, o MPAM reforçou sua atuação na fiscalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, buscando garantir transparência e conformidade com a legislação vigente. Em 22 de Setembro, a Coordenadora do CAO-IJ participou do Encontro Regional CIJE da Região Norte, reforçando o compromisso do MPAM com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.



CAO-CRIM - Coordenação Criminal

Centro de Apoio das Promotorias de Justiça Criminais, órgão auxiliar das atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça Criminais. Tem por função prestar auxílio material e técnico-jurídico para que os Promotores de Justiça tenham um desempenho melhor em suas atividades, bem como apresentar propostas e sugestões para a melhoria do serviço, como a realização de convênios, cursos, palestras, eventos e até mesmo, elaboração de política institucional, com instruções gerais que delimitam e orientam a forma como as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão. As Promotorias de Justiça ligadas diretamente ao CAO-CRIM têm atuação direta na cerimônia de julgamentos, nas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais, Tribunais do Júri, Delitos de Trânsito, Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, Execuções Criminais, Auditoria Militar, Controle Externo da Atividade Policial. Além de todas as Promotorias de Justiça de primeira entrância, em matéria criminal.





O MPAM tem desempenhado um papel fundamental na promoção da justiça e na defesa dos direitos da população do estado. Dentre as suas ações recentes, destacam-se operações de combate ao crime e a participação em iniciativas voltadas para o sistema judiciário e para a proteção de crianças e adolescentes.

Em relação às operações criminais, o MPAM conduziu a Operação Cerco Fechado, que resultou na prisão de 16 policiais militares suspeitos de envolvimento na chacina do Ramal Água Branca. Essa ação foi fundamental para esclarecer os motivos do crime e manter a segurança da população. Além disso, o MPAM obteve a condenação de Vagner dos Santos Nobre a 23 anos e 4 meses de prisão por homicídio qualificado consumado e tentado, demonstrando o compromisso com a punição dos responsáveis por atos criminosos.

No âmbito do sistema judiciário, o MPAM participou ativamente do Mutirão do Júri, com uma equipe extra de Promotores de Justiça designada para julgar cerca de 900 processos de crimes contra a vida. Essa iniciativa buscou garantir a efetividade do processo e proporcionar justiça às famílias afetadas. Além disso, o MPAM prestigiou a solenidade de abertura do 2º mutirão “Justiça pela Dignidade”, do TJAM, focado em acelerar processos relacionados a crimes contra crianças e adolescentes, reforçando o compromisso com a proteção dos mais vulneráveis. O MPAM também tem atuado na fiscalização de unidades da Secretaria de Segurança Pública do Estado, identificando irregularidades e emitindo recomendações para me-

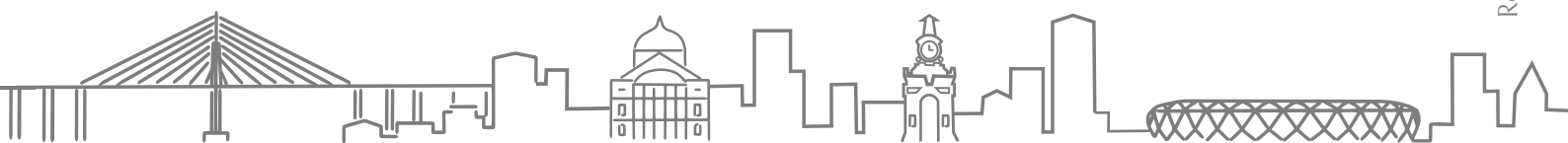


lhorias. Essas inspeções são fundamentais para garantir a qualidade dos serviços prestados à população e para promover a segurança pública.

Além disso, o MPAM tem sido ativo na luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, participando do lançamento da Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e acompanhando a implementação de protocolos de atendimento às vítimas nas escolas municipais. O MPAM também recebeu representantes dos aprovados no concurso para oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, demonstrando preocupação com a adequação do efetivo do Corpo de Bombeiros às demandas do Estado e buscando garantir a convocação dos aprovados para os cargos.

O MPAM tem desempenhado um papel ativo na busca por soluções para diversos desafios enfrentados pelo estado. Entre esses desafios, destacam-se questões relacionadas à segurança pública e à proteção dos direitos humanos, especialmente no contexto da violência doméstica e familiar, bem como no sistema prisional.

Uma das preocupações centrais do MPAM tem sido o déficit de efetivo na Polícia Militar do Amazonas (PM-AM). Através de Inquérito Civil Público, o MPAM iniciou investigações sobre esse déficit, que se estende por uma década. Inspeções revelaram a precariedade do efetivo tanto na capital quanto no interior do estado. Em busca de soluções, foram agendadas reuniões com autoridades da Segurança Pública e do governo estadual, visando discutir





medidas urgentes, como a convocação dos aprovados para o Curso de Formação de Praças e Oficiais e a elaboração de um plano de recuperação do efetivo para os próximos cinco anos.



Além disso, o MPAM tem buscado promover a conscientização e a capacitação no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Palestras foram ministradas em parceria com a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, abordando o processo penal nos casos de violência doméstica. Também foram realizadas visitas a órgãos especializados, como Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher e o Serviço de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, buscando entender suas operações e fortalecer a colaboração entre o MPAM e os órgãos de segurança envolvidos.



No âmbito da fiscalização da atividade policial, o MPAM deflagrou a Operação Tertium Genus, que resultou na prisão preventiva de policiais militares da Secretaria de Estado Adjunta de Operações (Seaop). A ação foi motivada por denúncias de abusos, incluindo a invasão de uma residência sem ordem judicial, possivelmente envolvendo tortura. Essa operação evidenciou preocupações quanto à atuação da Seaop, considerada uma entidade fora da estrutura hierárquica das polícias e sujeita a abusos, conforme

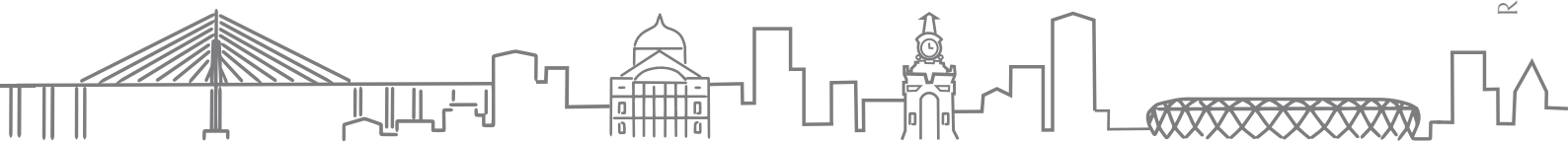
criticado pelo Promotor de Justiça responsável pela operação.

Além das questões relacionadas à segurança pública, o MPAM tem se engajado em esforços para combater a tortura e os maus-tratos no sistema prisional brasileiro. Promotores de Justiça do MPAM integram um Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) dedicado a esse tema, buscando desenvolver estratégias para aprimorar a atuação ministerial nessa área sensível.

Em termos de resultados concretos, o MPAM obteve condenações significativas em casos de homicídio e feminicídio. No primeiro caso, a condenação de executor e mandante de homicídio triplamente qualificado resultou em penas que ultrapassam os 50 anos de prisão somadas. No segundo caso, um homem foi condenado por feminicídio, destacando a atuação do MPAM na busca por justiça em casos de violência de gênero.

O envolvimento ativo do MPAM em questões como segurança pública, violência doméstica e tortura demonstra um compromisso contínuo com o bem-estar e a proteção dos cidadãos do estado. No entanto, ainda há desafios a enfrentar, e o MPAM continua trabalhando incansavelmente para superá-los e promover uma sociedade mais justa e segura para todos.

Além dessas ações, o MPAM demonstrou seu compromisso com a cooperação entre instituições ao promover reuniões com representantes do sistema prisional e da Secretaria de





Segurança Pública do Estado do Amazonas. Esses encontros visaram discutir estratégias para lidar com questões como inclusão de presos com deficiência e segurança pública na região, fortalecendo os laços entre as instituições e promovendo uma abordagem integrada para resolver problemas complexos.

CAO-CRIMO - Coordenação de Combate ao Crime Organizado

Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado, trata-se de uma Coordenadoria especializada do Ministério Público do Estado do Amazonas, com perfil investigativo e operacional, dirigida por Procurador de Justiça e integrada por, no mínimo, 03 Promotores de Justiça, com atuação de tempo integral e dedicação exclusiva.

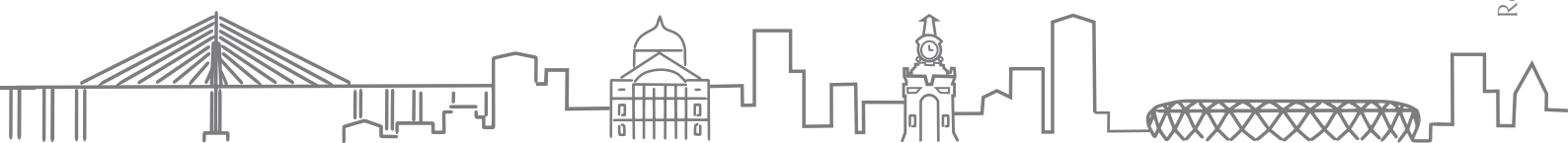
Tem por função, prestar auxílio material e técnico-jurídico para que os Promotores de Justiça tenham um desempenho melhor em suas atividades; apresentar propostas e sugestões para a melhoria do serviço, como a realização de convênios, cursos, palestras, eventos e até mesmo, elaboração de política institucional (instruções gerais que delimitam e orientam a forma como as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão); investigar e combater o crime organizado.



O CAO-CRIMO atua em equipe, para não personalizar e individualizar sua atuação, como estratégia de assegurar que nenhum dos membros da equipe fique exposto a situações de risco pessoal. Os métodos de trabalhos baseiam-se em recursos de inteligência, contrainteligência, segurança orgânica e sigilo nas informações. Dependendo da atividade, a equipe participa diretamente das operações, como forma de garantir a eficiência, a transparência e a confiabilidade nos resultados da operação. Atuamos com apoio das polícias judiciárias e eventualmente em conjunto com a Polícia Federal.

O MPAM tem sido ativo em várias frentes de atuação, abordando questões que vão desde investigações criminais até a proteção do patrimônio público. Em março, uma capacitação interna foi realizada para discutir ferramentas de colaboração com autoridades em investigações criminais, com o objetivo de tornar o trabalho do MPAM mais eficaz e rápido. Além disso, o MPAM tem discutido ações de combate à violência nas escolas em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), buscando promover uma cultura de paz no ambiente escolar e identificar precocemente situações de risco.

Em maio, o MPAM deflagrou operações para desarticular organizações criminosas no





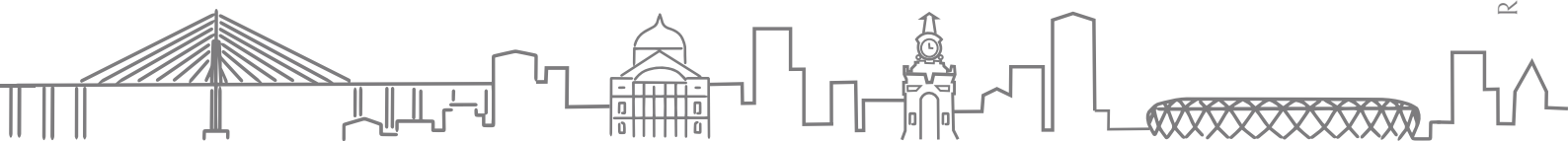
estado, com destaque para a Operação Handicap, que investiga a manipulação de resultados de jogos de futebol para lucro em apostas esportivas e lavagem de dinheiro. A operação avançou com análises de novas evidências e depoimentos, visando à responsabilização dos envolvidos.



O MPAM tem sido ativo na repressão e investigação de crimes, incluindo fraudes em licitação, corrupção e lavagem de dinheiro. Uma das operações notáveis foi a “Jogada Ensaaiada”, que desmantelou um esquema fraudulento no Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto em Manaus. Esta investigação revelou práticas ilícitas, como favorecimento em licitação, sobrepreço e pagamento de propinas a gestores do hospital. O MPAM não apenas apresentou denúncias contra os envolvidos, buscando sua responsabilização judicial, mas também procurou o ressarcimento aos cofres públicos, evidenciando seu compromisso com a integridade e a transparência na administração pública.

Além disso, houve uma colaboração significativa entre o MPAM e o Governo do Amazonas para combater o crime organizado. Um acordo de cooperação técnica foi estabelecido, visando uma abordagem mais eficaz contra o crime organizado. Essa parceria, que durará cinco anos, não envolve transferência de recursos financeiros, mas sim a criação de uma equipe interprofissional em conjunto com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM) e o Centro de Apoio Operacional de Inteligência, Investigação e Combate ao Crime Organizado (CAO-CRIMO). O objetivo é fortalecer a estrutura do CAO-CRIMO, integrando as polícias locais, para investigar e combater as atividades de organizações criminosas em todo o estado. O Procurador-Geral de Justiça enfatizou a importância da cooperação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil para enfrentar o desafio do crime organizado de forma eficaz.

Uma operação subsequente, denominada “Comboio”, demonstrou o compromisso conjunto do MPAM e da Polícia Federal em combater a corrupção e a criminalidade organizada. Realizada simultaneamente em dois municípios do Amazonas e em São Paulo, a operação teve como foco a Secretaria de Segurança Pública (SSP), com buscas realizadas tanto em suas dependências quanto nas residências de servidores e autoridades. O objetivo era reunir evidências de possíveis irregularidades, reforçando o compro-





misso com a transparência e a eficiência nos órgãos de segurança pública. Essas ações demonstraram um esforço conjunto para garantir a integridade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, bem como para proteger os interesses da sociedade contra práticas corruptas e criminosas.

Essas ações demonstram o compromisso do MPAM em combater o crime organizado, proteger o patrimônio público e promover a segurança e a justiça no estado do Amazonas. O trabalho conjunto com outras instituições, como a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública, é fundamental para o sucesso dessas operações e para a garantia do cumprimento da lei. O MPAM continuará atuando de forma firme e diligente para enfrentar os desafios e proteger os interesses da sociedade amazonense.

CAO-ELEITORAL - Coordenação Eleitoral

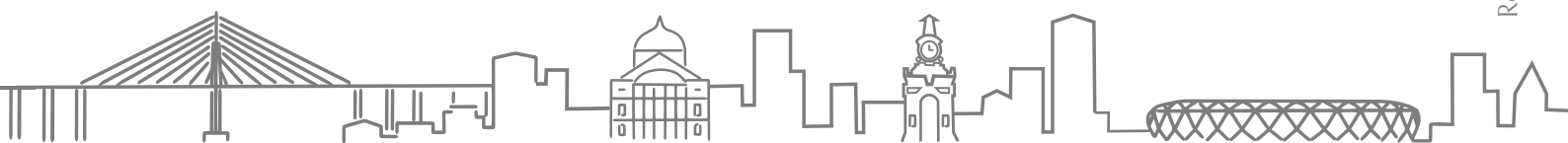
Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais. Trata-se de órgão auxiliar especializado em questões eleitorais, composto por Promotores de Justiça dedicados à matéria com a finalidade de fiscalizar todo o processo eleitoral, em suas diversas fases, visando eleições limpas, garantindo o livre direito ao voto e fortalecendo a nossa a democracia constitucional.

Tem por função prestar auxílio material e técnico-jurídico para que os Promotores de Justiça tenham um efetivo e adequado desempenho em sua atividade-fim; fiscalizar, regular e combater quaisquer formas de desvio do curso do regular processo eleitoral, como as atividades relacionadas à captação ilegal de votos, uso indevido da máquina administrativa em prol de candidatos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico, dentre outras medidas; assegurar igualdade de condições entre candidatos em qualquer dos cargos disputados pela via da eleição direta; fiscalizar o registro das candidaturas, nas atividades dos partidos políticos, bem como nas eleições, na diplomação e na prestação de contas, tanto dos candidatos quanto dos partidos políticos.

As Promotorias de Justiça ligadas diretamente ao CAO-PE têm atuação em todo o Estado do Amazonas, notadamente nas Comarcas, Termos e respectivas zonas eleitorais, podendo ser contactado nas sedes do Ministério Público ou nas Zonas da Justiça Eleitoral do município ou do bairro.



O Ministério Público do Amazonas (MPAM), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) estabeleceram um Acordo de Cooperação Técnica para fiscalização nas eleições de 2024. O acordo visa à troca de informações e bases de dados, possibilitando acesso imediato aos processos de gestores com contas julgadas irregulares pelo TCE-AM. Assinado pelos representantes das instituições, o acordo permitirá aos promotores eleitorais avaliar a elegibilidade de candidatos de forma ágil, considerando a análise prévia de condenações. O Procurador-Geral de Justiça destacou que a colaboração rápida entre os promotores eleitorais e o TCE-AM é fundamental para garantir a transparência e a legitimidade das eleições estaduais.





Destaques e Outras Atividades

O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, participou de diversas cerimônias de posse e eventos importantes ao longo do primeiro trimestre de 2023. Primeiramente, ele marcou presença na posse do Governador reeleito Wilson Lima, no Teatro Amazonas, destacando a importância da democracia e do respeito às instituições democráticas.

Posteriormente, o PGJ esteve na posse da nova Diretoria da Câmara Municipal de Manaus, onde desejou sucesso à nova gestão e ressaltou a importância de compreender os desafios sociais da cidade. Em seguida, representado pela Procuradora de Justiça Anabel Mendonça, o Ministério Público do Amazonas participou da posse da nova Diretoria do Tribunal de Justiça do Amazonas, enfatizando a relevância da ascensão das mulheres a cargos de liderança.

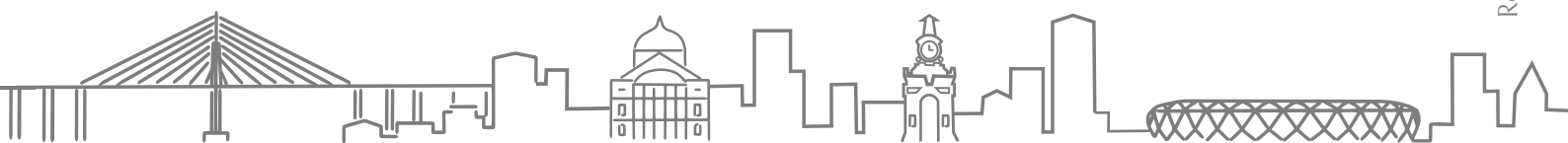


O PGJ também compareceu à cerimônia de posse da nova Diretoria da Associação Amazônica de Municípios, destacando a união dos municípios em prol do desenvolvimento do estado. Além disso, ele defendeu a estabilidade das instituições democráticas na abertura do ano judiciário do TJAM, reforçando o compromisso com a Constituição e a democracia.

O PGJ prestigiou a posse dos deputados estaduais do Amazonas na Assembleia Legislativa, ressaltando a importância do Legislativo como representante do povo e parceiro do Ministério Público. Na abertura do ano legislativo na Câmara Municipal de Manaus, o PGJ enfatizou o papel fundamental do Legislativo na elaboração de leis e na fiscalização do Executivo. Por fim, ele esteve presente na posse do novo Superintendente Regional da Polícia Federal do Amazonas, parabenizando-o e destacando a importância da instituição para a manutenção da ordem democrática.



Na manhã do dia 23 de março, o Conselho Diretor do Ministério Público do Amazonas (MPAM) aprovou as contas anuais do Fundo de Apoio ao Ministério Público (FAMP) referentes ao exercício de 2022. Durante a Primeira Reunião Ordinária de 2023 do FAMP, os demonstrativos foram analisados pelo Departamento de Controle Interno (DCI), confirmando conformidade com as normas contábeis e legislação vigente. O presidente do Conselho





Diretor, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, deu o seu aval às contas, encaminhando o relatório ao Tribunal de Contas do Estado e ao Colégio de Procuradores de Justiça. O procurador-geral de Justiça (PGJ) destacou a importância da transparência na gestão pública, fortalecendo os aspectos éticos e legais. A reunião contou com a participação de membros do Comitê Gestor do FAMP, além de representantes das áreas administrativas e de controle interno do MPAM.



No dia 14 de abril, o procurador-geral de Justiça do Amazonas, Alberto Nascimento, esteve presente na cerimônia de recondução de César Bechara Nader Mattar Júnior ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Pará. O evento, realizado em Belém, reuniu autoridades e membros do Ministério Público paraense. Alberto Nascimento ressaltou o trabalho de Mattar Júnior e a relevância do estreitamento dos laços entre o Ministério Público e a sociedade. Mattar Júnior, eleito com 95% dos votos em dezembro de 2022, foi reconduzido ao cargo para o biênio 2023-2025.

No dia 25 de outubro, a Promotora de Justiça da Comarca de Presidente Figueiredo, Fábria Melo Barbosa de Oliveira, representou o Ministério Público do Amazonas (MPAM) no Júri Simulado do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). O evento ocorreu no Palácio da Justiça e marcou o V Concurso do Júri Simulado Desembargador Aristóteles Lima Thury. A comissão julgadora, presidida pela Juíza Nayara de Lima Moreira Antunes e composta por três titulares, incluindo o Juiz de Direito do TJAM Laossy Amorim Marquezini e a advogada Isabela Farias Neves, contou com a participação da Promotora de Justiça. Fábria Melo Barbosa de Oliveira expressou sua satisfação com o convite para integrar a banca avaliadora, destacando a qualidade das equipes participantes e o alto nível do concurso.

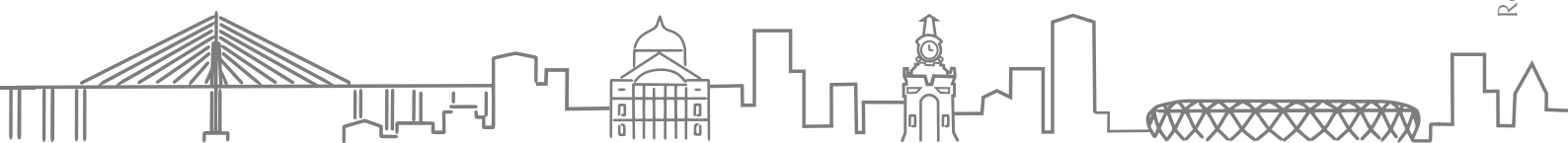


Ouvidoria-Geral

Em 9 de fevereiro, o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Amazonas realizou uma eleição virtual para o cargo de Ouvidor-Geral, sendo a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva a única candidata inscrita. Ela foi aclamada para o cargo pelos próximos dois anos. A Ouvidoria-Geral do MPAM tem a responsabilidade de receber e encaminhar denúncias, reclamações e elogios da sociedade, desempenhando um papel fundamental como canal de comunicação entre o Ministério Público e o cidadão.



Em 16 de março, a Ouvidora-Geral, Jussara Maria Pordeus e Silva, participou da assinatura do Ter-





mo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica que ampliou a rede de apoio ao combate à violência contra a mulher na política. O aditivo incluiu a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amazonas (OAB/AM) na rede de cooperação, estendendo sua duração por mais um ano. O objetivo é receber, tratar e encaminhar demandas de violência política contra a mulher, fortalecendo assim a proteção dos direitos das mulheres na esfera política.

Em 28 de junho, o Ministério Público do Amazonas lançou o avatar 'ED CIDADANIA' para facilitar a comunicação com a população, permitindo o acesso à justiça e o envio de denúncias de forma mais ágil e eficaz. Liderado pela Ouvidora-Geral Jussara Pordeus e apoiado pelo Procurador-Geral de Justiça Alberto Nascimento, o projeto busca fortalecer o diálogo com os cidadãos, promovendo uma participação mais ativa no combate à corrupção e na proteção dos direitos.

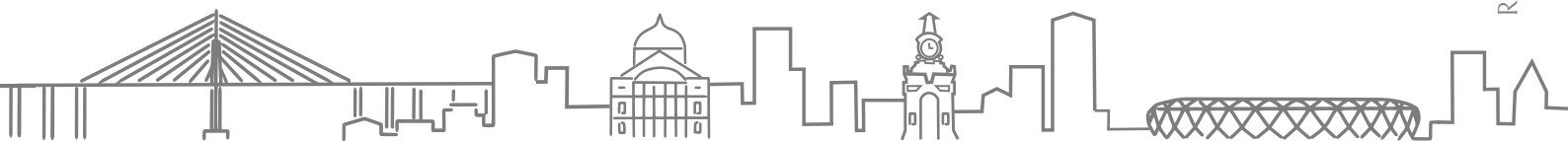


No dia seguinte, a Ouvidora-Geral participou como relatora de uma comissão especial em Fortaleza, que aprovou medidas para fortalecer as Ouvidorias das Mulheres em todo o país. Essas medidas visam garantir equipes qualificadas, atendimento presencial e remoto, além de atribuições específicas para as Ouvidorias das Mulheres, promovendo assim um atendimento mais humanizado e eficaz, visando à dignidade das mulheres e meninas.



Em 10 de julho do ano em questão, a Ouvidora-Geral participou da segunda Reunião da Rede de Ouvidorias em Brasília, onde houve uma discussão ampla sobre estratégias para fortalecer e aprimorar a atuação das ouvidorias em todo o país. Os temas abordados incluíram o uso de tabelas unificadas para contabilização de dados e a relevância da Ouvidoria da Mulher. Além disso, foi apresentada uma proposta de novo formulário para registro de manifestações da Central 180, visando a melhoria do atendimento das demandas relacionadas à violência contra as mulheres direcionadas ao Ministério Público.

No dia 8 de agosto, a Ouvidora-Geral do MPAM participou de uma solenidade em celebração aos 17 anos da Lei Maria da Penha. A lei, que foi sancionada em 7 de agosto de 2006, teve como objetivo tornar mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres no âmbito doméstico e familiar. A cerimônia ocorreu na Assembleia Legislativa do Amazonas e teve como foco homenagear pessoas e instituições que oferecem apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade. Durante esse evento, a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva foi





reconhecida pelos seus esforços no combate à violência contra a mulher, especialmente pela criação do projeto “Ouvidoria das Mulheres”. É relevante mencionar que o mês de agosto também é marcado pela campanha “Agosto Lilás”, cujo propósito é conscientizar sobre o fim da violência contra a mulher, distribuindo kits de higiene e materiais informativos.

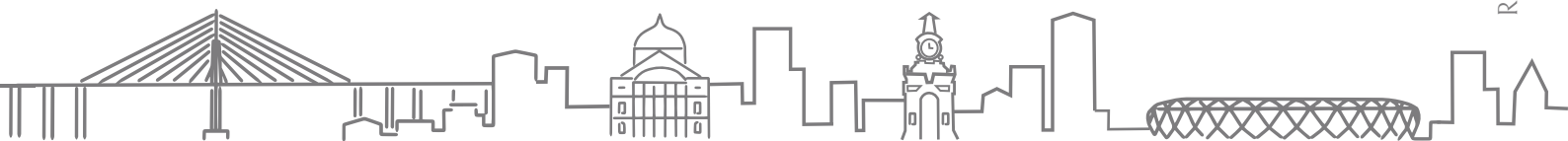
Em 8 de novembro, a Ouvidora-Geral do MPAM foi eleita Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNOMP) para o mandato 2024-2025. A eleição ocorreu durante a 68ª Reunião Ordinária do CNOMP em Salvador, Bahia. Nessa mesma ocasião, foram eleitos também a nova diretoria do Colegiado e os vice-presidentes regionais, incluindo o Ouvidor-Geral do Espírito Santo. A eleição de Jussara Pordeus foi por aclamação, demonstrando o reconhecimento do papel crucial das ouvidorias, sobretudo durante a pandemia. Durante a reunião, foram discutidos diversos projetos das ouvidorias, além de propostas de ações conjuntas e o calendário de reuniões para o próximo ano. A primeira reunião do ano seguinte foi agendada para março de 2024, no Amazonas, com a participação de representantes do Ministério Público de vários estados e ramos.

Ouvidoria Itinerante

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) lançou em fevereiro de 2023 o Projeto “Ouvidoria Itinerante” com o objetivo de estreitar os laços com a sociedade e promover o acesso à justiça. O projeto visa informar os cidadãos sobre seus direitos básicos e oferecer orientações, especialmente em áreas vulneráveis. A iniciativa, liderada pela Procuradora de Justiça Jussara Pordeus e Silva, começou visitando cidades da Região Metropolitana de Manaus, como Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Silves e Itapiranga.



As atividades incluíram palestras, atendimentos e recebimento de denúncias, tudo com o intuito de promover o diálogo entre o MP e a comunidade. O projeto foi inaugurado em Iranduba, em um evento na Escola Estadual Isaías de Vasconcelos, com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior. A equipe da Ouvidoria-Geral do MPAM também esteve presente em Manacapuru, onde realizou atendimentos no auditório do Colégio Militar da Polícia Militar. Em Novo Airão, a equipe prestou atendimento à população no município. Em Rio Preto da Eva, a ação ocorreu no auditório da Câmara Municipal.





Além disso, o projeto estendeu-se a Presidente Figueiredo, onde a equipe realizou atendimento na Câmara Municipal, e a Careiro da Várzea, onde esteve presente na Câmara Municipal Gleby da Silva Braga. Em Careiro Castanho, a Ouvidoria Itinerante prestou mais de 30 atendimentos na Câmara Municipal. A iniciativa também alcançou municípios mais distantes, como Silves, a 204 km de Manaus, e Itapiranga. Em cada localidade, o MPAM buscou ouvir as demandas da comunidade e fornecer orientações jurídicas.

A fase inicial do Projeto Ouvidoria Itinerante foi concluída após aproximadamente 250 atendimentos em dez municípios da região metropolitana de Manaus. A iniciativa visava oferecer palestras, orientações e atendimentos presenciais sobre diversos temas de interesse da população, como direitos à educação, saúde, família, entre outros. Além disso, o projeto buscou combater a exclusão digital, utilizando estratégias como a distribuição de cartas-resposta com selos pagos para facilitar o acesso dos cidadãos ao MP.

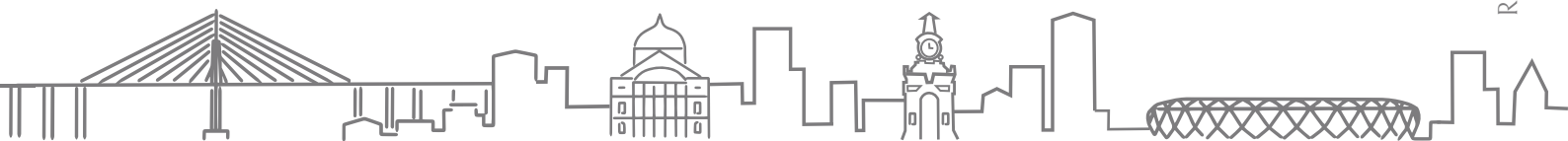


Após a conclusão da primeira etapa, o Projeto Ouvidoria Itinerante entrou em sua segunda fase, começando por Autazes. A cerimônia de abertura contou com a presença da Ouvidora-Geral do MPAM e autoridades locais, reforçando o compromisso de fortalecer o vínculo com a comunidade. Além disso, o MPAM firmou um acordo com a Associação Amazonense dos Municípios para implantar uma rede de ouvidorias municipais, visando ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços do Ministério Público.

A Ouvidoria Itinerante, continuou sua jornada em direção a diversas comunidades, incluindo Manaquiri, onde recebeu elogios tanto da população local quanto das autoridades. Essa iniciativa foi vista como um compromisso do MP em resolver questões locais e fortalecer a participação cidadã, promovendo justiça e cidadania no interior do estado. O projeto tem como objetivo expandir sua atuação para mais municípios, alcançando especialmente comunidades rurais que muitas vezes são negligenciadas.

Em Manaus, o MPAM lançou o programa “Ouvidoria na Praça e nos Bairros”, visando aumentar o acesso da população aos serviços do Ministério Público. Esse programa oferece atendimento direto ao público para denúncias e sugestões, encaminhando as demandas aos setores adequados. O compromisso do MPAM em ser mais acessível e atender às necessidades das comunidades foi ressaltado pelo Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, e pela Ouvidora-Geral, Jussara Pordeus. O programa aborda uma ampla gama de temas, incluindo saúde, educação, meio ambiente e violência contra a mulher.

A Ouvidora-Geral do MPAM, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus, participou da 66ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), em Natal, promovendo o fortalecimento das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro. O evento incluiu discussões sobre boas práticas, a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o atendimento voltado à mediação pelas Ouvidorias.



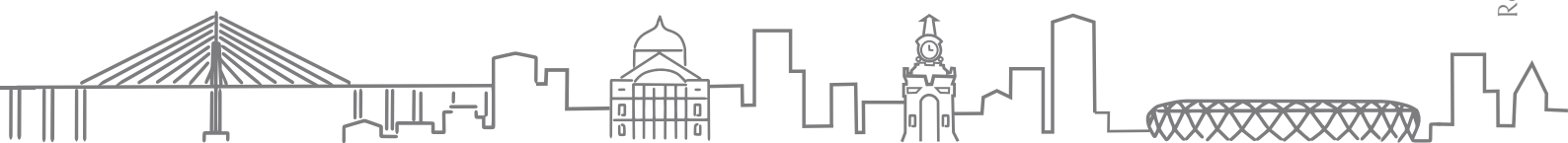


A Ouvidoria Itinerante continuou sua trajetória, chegando a Urucará e São Sebastião do Uatumã, proporcionando acesso à Justiça e apoio do MPAM à população local. Em Urucará, diversas demandas foram recebidas, incluindo questões relacionadas à pensão alimentícia e conflitos de propriedade. Autoridades locais elogiaram a iniciativa por aproximar a população do Ministério Público e facilitar o acesso à Justiça, buscando resolver questões antes da judicialização.

Encerrando seu roteiro em 2023, a Ouvidoria Itinerante do MPAM chegou a Urucurituba, tornando-se o 15º município a receber a iniciativa naquele ano. Dezenas de moradores buscaram os serviços do MPAM durante o evento na Câmara Municipal. O projeto atendeu a 10 municípios na primeira etapa e cinco na segunda, beneficiando mais de 350 pessoas. Além dos atendimentos, foram divulgados canais de contato para denúncias, sugestões e críticas.



O MPAM também realizou a segunda edição do Projeto 'Ouvidoria na Praça e nos Bairros' em Manaus, com o apoio do CNMP. O evento ocorreu no Largo de São Sebastião, proporcionando à população a oportunidade de expressar suas demandas diretamente. A presença da coordenação da Corregedoria Nacional do MP demonstrou o compromisso em se aproximar da sociedade por meio da Ouvidoria. O evento contou com a participação de autoridades do MPAM, do CNMP e da população local.





Ouvidoria das Mulheres

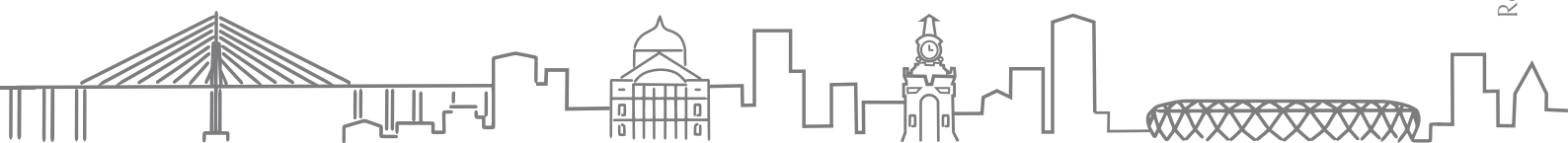
As 185 pacientes do Instituto da Mulher Dona Lindu, em Adrianópolis, receberam kits de higiene e materiais informativos da Ouvidoria das Mulheres (OM) do MPAM. Os kits continham itens como sabonete, xampu, condicionador, desodorante e uma escova de dentes, acompanhados de informações sobre violência contra a mulher e os serviços da OM. A Ouvidora-Geral, Jussara Maria Pordeus e Silva, destacou a importância da iniciativa diante dos casos de violência reportados no local. A diretora do instituto, Dalzira Pimentel, elogiou a rede de proteção à mulher e valorizou a presença da OM. A distribuição foi conduzida pelos servidores e estagiários da Ouvidoria. A Ouvidoria foi convidada a participar das atividades do Dia Internacional da Mulher em 8 de março no Dona Lindu.

A Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Amazonas (OM-MPAM), sob a liderança da Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva, desempenhou uma série de ações voltadas para a conscientização e combate à violência contra a mulher na região. Uma dessas ações ocorreu na Maternidade Ana Braga, onde foram entregues 210 estojos de higiene contendo informações sobre violência e canais de denúncia. Durante a visita, a equipe dialogou sobre os diferentes tipos de violência, incluindo a psicológica e obstétrica, visando promover um atendimento adequado às vítimas e divulgar recursos de apoio. O diretor da maternidade, Edilson Albuquerque, reconheceu os esforços de reestruturação para oferecer melhores condições de atendimento e trabalho aos profissionais, destacando a importância de combater a falta de assistência como uma forma de violência contra a mulher durante a gravidez e o pós-parto.



Outra visita ocorreu na Maternidade Moura Tapajóz, onde a OM-MPAM distribuiu kits de higiene e materiais informativos sobre violência contra a mulher às pacientes. O objetivo foi conscientizar sobre a violência de gênero e fornecer apoio às possíveis vítimas, contando com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde. O Diretor da Maternidade em exercício, Álvaro Leandro Queiroz, recebeu positivamente a iniciativa, reconhecendo a importância de garantir o acolhimento e a integridade física e psicológica das mulheres, além de fornecer canais diretos para denúncias e suporte. Vale ressaltar que a Maternidade Moura Tapajóz oferece atendimento não apenas obstétrico, mas também às vítimas de violência sexual.

Em agosto, foi lançado o aplicativo “Ronda Maria da Penha” em um evento no Tribunal de Justiça do Amazonas. Desenvolvido pela Polícia Militar em parceria com o TJAM, o aplicativo busca modernizar os procedimentos de atendimento às vítimas de violência doméstica, oferecendo recursos como mapeamento de vítimas e agressores, interface com WhatsApp e coleta de dados em tempo real. A Procuradora de Justiça Jussara Pordeus, do MPAM, elogiou a iniciativa, ressaltando o trabalho conjunto dos órgãos envolvidos na proteção das vítimas. A Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo destacou a importância da





tecnologia na promoção da segurança das mulheres. O aplicativo é fruto de uma pesquisa acadêmica realizada por Cynthia Rocha Mendonça, servidora do TJAM.

Em setembro, houve uma cerimônia na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) em comemoração aos nove anos da Ronda Maria da Penha. Durante a Sessão Especial, a Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva foi homenageada, juntamente com outras trinta pessoas que desempenharam papéis cruciais na proteção das mulheres. A deputada estadual Alessandra Campelo, presidente da Comissão da Mulher, da Família e do Idoso, organizou a iniciativa. Durante o evento, foi destacado o trabalho das Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher (DECCMs) e a importância das equipes da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas na proteção das vítimas. Jussara Maria Pordeus e Silva elogiou o programa em seu discurso, enfatizando o apoio a mais de 18 mil mulheres e divulgando os canais de denúncia da Ouvidoria das Mulheres do MPAM, destacando seu trabalho de um ano em prol dos direitos das mulheres.

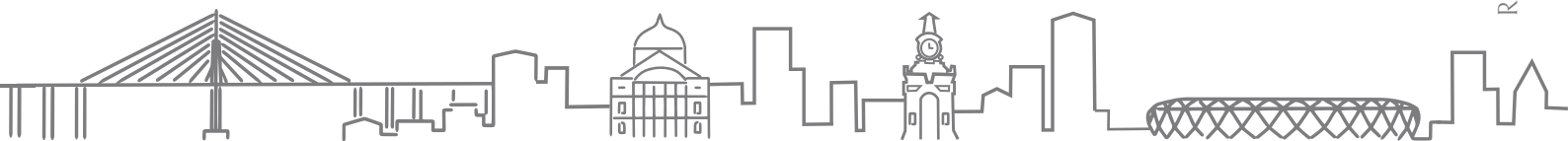


Em outubro, a Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Amazonas visitou mais uma maternidade, a Maternidade Alvorada, em Manaus, como parte de uma campanha de conscientização sobre violência doméstica. Sob a liderança da Ouvidora-Geral, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, a equipe distribuiu kits de higiene e material informativo com os canais de denúncia. A Ouvidora-Geral ressaltou a gravidade e persistência da violência contra mulheres e meninas, reafirmando o compromisso da

Ouvidoria com o acolhimento e a resolução rápida dos casos. A diretora da maternidade agradeceu a visita, destacando a importância da conscientização para identificar e encaminhar corretamente casos de violência. Profissionais da maternidade elogiaram a iniciativa, reconhecendo sua relevância para a conscientização e educação. Durante a distribuição do material, a Ouvidora-Geral conversou com pacientes e profissionais, alertando sobre a natureza criminosa da violência e orientando sobre os procedimentos legais a serem seguidos.

A Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Amazonas (OM-MPAM), liderada pela Ouvidora-Geral Jussara Maria Pordeus e Silva, visitou a Maternidade Ana Braga para conscientizar sobre a violência contra a mulher. Durante a visita, foram entregues 210 estojos de higiene com informações sobre violência e canais de denúncia. A equipe também distribuiu material informativo e dialogou sobre os diferentes tipos de violência, incluindo psicológica e obstétrica. A iniciativa visa promover atendimento adequado às vítimas e divulgar recursos de apoio. O diretor da maternidade, Edilson Albuquerque, destacou os esforços de reestruturação para oferecer melhores condições de atendimento e trabalho aos profissionais, reconhecendo que a falta de assistência também é uma forma de violência contra a mulher durante a gravidez e o pós-parto.

A Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público do Amazonas (OI/MPAM) celebrou seu primeiro ano de existência com a apresentação do avatar do órgão, marcando seu compromisso com a sociedade no combate à violência contra mulheres e minorias. Liderada pela





Ouvidora-Geral, Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus, a iniciativa visa fortalecer o vínculo entre o Ministério Público e a comunidade. A personagem de marca, revelada durante o evento comemorativo em 27 de novembro, foi criada em 25 de novembro de 2022. A Ouvidoria oferece um canal especializado para vítimas de violência e grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência, priorizando um atendimento humanizado e eficaz. Desde sua criação, o órgão empreendeu várias iniciativas, incluindo a busca ativa de demandas em locais como maternidades e espaços com grande concentração de pessoas. O evento de comemoração do primeiro aniversário destacou avanços e estratégias de luta pelos direitos das mulheres e minorias. Além da apresentação do avatar “Nina”, houve um ciclo de palestras. Jussara Maria Pordeus e Silva enfatizou a importância de fornecer apoio jurídico, psicológico e assistencial às mulheres vítimas de violência. A Subprocuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ressaltou a necessidade de o Ministério Público incluir a causa da violência contra a mulher em sua atuação, enquanto o Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, reiterou o compromisso do MPAM com a justiça e a igualdade de gênero. O evento também contou com apresentações artísticas e cinco palestras sobre temas relacionados à violência de gênero, mediadas por membros do Ministério Público e outras instituições.

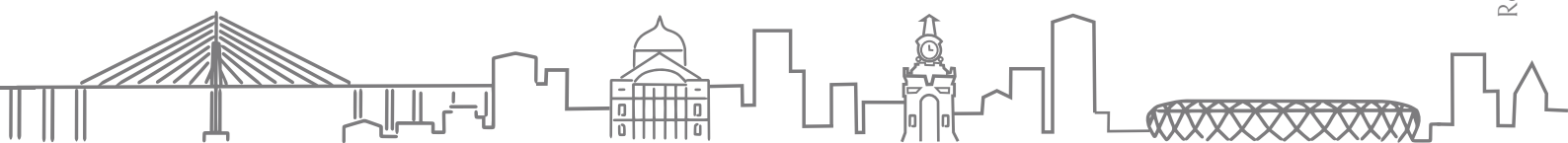


Corregedoria Geral



O Ministério Público do Amazonas (MPAM) conduziu eleições, em fevereiro, determinando novos membros para o Conselho Superior e reelegendo Sílvia Abdala Tuma como Corregedora-Geral. As eleições, realizadas respectivamente em 14 e 16 de fevereiro, ocorreram sob a coordenação da Secretaria de Órgãos Colegiados, utilizando o sistema Votus. No caso da Corregedoria-Geral, Sílvia Abdala Tuma foi a única candidata, aclamada para um novo mandato de dois anos. A eleição, restrita aos membros ativos do MPAM, resultou em sua reeleição.

Tuma enfatizou avanços e mudanças durante seu mandato anterior, destacando um foco maior na orientação dos colegas e na implementação das demandas do Conselho Nacional





do Ministério Público (CNMP), visando à resolução eficaz de questões. O papel da Corregedoria-Geral é essencial na orientação e fiscalização da execução do planejamento estratégico institucional do Ministério Público, tanto na gestão administrativa quanto nas atribuições ministeriais. Em 12 de abril, o MPAM inaugurou a galeria de Ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público do Estado do Amazonas, como parte do compromisso da gestão em ampliar o acervo memorial da instituição, e também uma forma de reconhecimento das contribuições de cada um para a instituição.

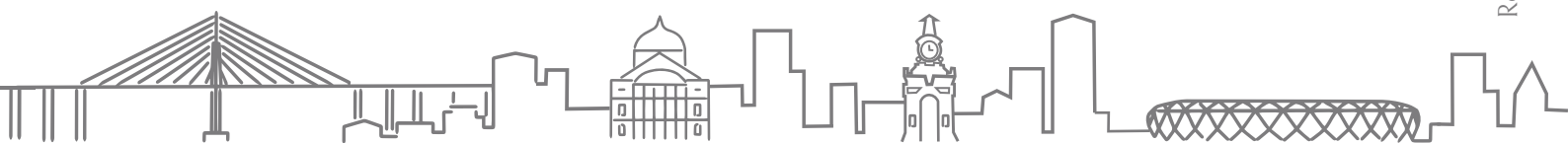
A Corregedora-Geral prestigiou eventos nacionais, como a celebração dos 18 anos do CNMP em Brasília, ressaltando o papel crucial deste órgão na transparência administrativa e na legitimidade do Ministério Público brasileiro. A solenidade incluiu a instalação do Conselho da Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público e a inauguração das galerias de presidentes e corregedores nacionais do Ministério Público. Ela também participou da 133ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), evento que promoveu o diálogo entre os integrantes do colegiado, reforçando a importância da unidade ministerial e o fortalecimento das Corregedorias para a instituição como um todo.

A Corregedoria-Geral do MPAM implementou o Banco de Boas Práticas como uma medida para reconhecer e valorizar iniciativas inovadoras por parte dos Membros. Este banco foi estabelecido com base nas recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público, visando destacar a eficácia e efetividade na atuação ministerial. As Boas Práticas abrangem uma variedade de atividades dos Membros, incluindo programas, projetos, recomendações e atuações judiciais, desde que apresentem um impacto mensurável. Os Membros têm a oportunidade de submeter propostas que estejam alinhadas com o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Atuação da Promotoria de Justiça, sendo estas avaliadas com base nos resultados alcançados, uso de recursos e nível de inovação. O reconhecimento das boas práticas é registrado nos assentos funcionais dos Membros, com o intuito de promover uma atuação eficiente em prol da sociedade amazonense, conforme destacado pela Corregedora-Geral do MPAM, Procuradora de Justiça Sílvia Abdala Tuma.



No dia 16 de agosto, o MPAM participou da abertura oficial da “24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa”, realizada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). Representado pela Corregedora-Geral Sílvia Abdala Tuma, o MPAM marcou presença neste evento que ocorreu no Fórum de Justiça Ministro Henocho Reis. A ocasião contou com 1.513 processos em pauta relacionados à violência contra a mulher. Durante o evento, a Corregedora-Geral enfatizou a gravidade da violência doméstica como uma violação dos direitos humanos e reforçou o compromisso do Sistema de Justiça em proteger e respeitar os direitos das mulheres. A coordenadora da Cevid/TJAM também informou sobre o elevado número de processos relacionados à violência doméstica distribuídos no Tribunal, ressaltando a importância da sensibilização da sociedade para combater este problema recorrente.

Dois dias depois, em 18 de agosto, a Corregedora-Geral do MPAM apresentou o Relatório de Boas Práticas para o Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Sílvio Amorim. Durante a visita do Coordenador-Geral ao Ministério Público do Amazonas,





a Corregedora-Geral apresentou o Relatório de Boas Práticas com Atuações Resolutivas da Corregedoria Geral do MPAM referentes ao biênio 2021/2023, além de previsões para o biênio 2023/2025. Este documento incluiu o novo relatório de Correição, Banco de Boas Práticas, Fichas de Informações para Movimentação na Carreira e um Guia Básico de Atuação Ministerial, com este último sendo apreciado pelo Coordenador Geral. Esta iniciativa visou orientar os promotores de justiça para uma atuação mais resolutiva, alinhada com as diretrizes da Corregedoria Nacional.

Em 20 de outubro, a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou uma Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no Ministério Público do Amazonas. Esta correição ocorreu entre os dias 25 e 27 de outubro e teve como foco principal avaliar o cumprimento das funções constitucionais da instituição. Durante este período, uma equipe do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) visitou o MPAM para avaliar projetos e iniciativas resolutivas em áreas como saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude, entre outras. O objetivo era identificar boas práticas e promover uma atuação mais preventiva, proativa e resolutiva, visando beneficiar a sociedade com resultados tangíveis. O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, destacou a importância deste trabalho para o aprimoramento do Ministério Público, contribuindo para uma instituição mais eficiente e sólida. A cerimônia de abertura ocorreu de forma simultânea nos Ministérios Públicos do Amazonas e Roraima, com a participação do Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Oswaldo D’Albuquerque.

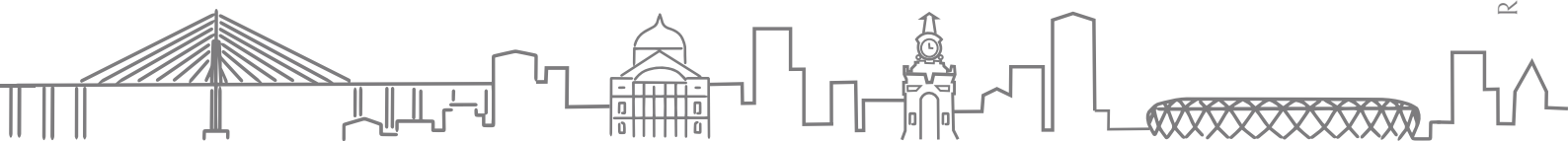


No dia 25 de outubro, o Conselho Nacional do Ministério Público conduziu a 27ª Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade e Qualidade da Atividade Ministerial no Amazonas e Roraima. Este evento, realizado simultaneamente nas sedes do Ministério Público do Amazonas e de Roraima, buscou incentivar e reconhecer práticas institucionais exemplares em áreas como meio ambiente, saúde e combate à violência de gênero. O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas destacou a importância de antecipar-se às demandas da sociedade. A correição, conduzida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, teve como foco principal promover a resolutividade ministerial em diversas áreas temáticas. A recente publicação do Manual de Resolutividade do Ministério Público foi apontada como um guia relevante nesse sentido. O Corregedor Nacional enfatizou a transição do CNMP para um papel de fomento de boas práticas, visando que o Ministério Público assumira um papel de destaque no Sistema de Justiça e na sociedade brasileira.

Finalmente, em 14 de novembro, a Procuradora de Justiça Sílvia Abdala Tuma foi eleita Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), durante a 136ª Reunião do Colegiado realizada em Salvador, Bahia. Essa eleição representa a primeira vez que um representante do Ministério Público do



Relatório MPAM - 2023





Amazonas assume a presidência do CNCGMPEU. Tuma expressou sua honra e reconheceu a responsabilidade associada à posição, destacando o destaque nacional que isso confere à região Norte e ao Amazonas. O CNCGMPEU, estabelecido em 1994, visa defender os princípios e prerrogativas do Ministério Público, promover a integração entre as Corregedorias-Gerais e melhorar o funcionamento da instituição através de políticas unificadas.



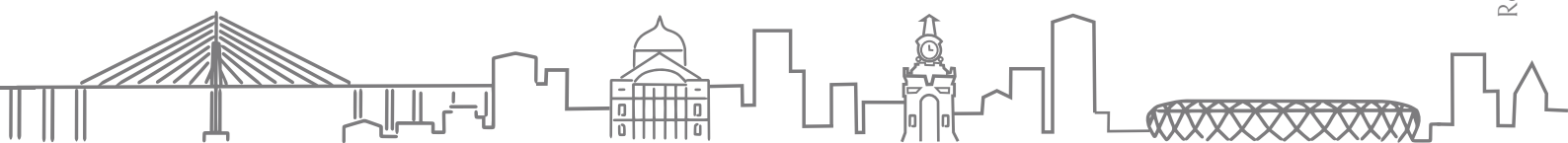
Grupo de Trabalho para Enfrentamento da Violência nas Escolas

Em abril, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) tomou medidas significativas para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes nas escolas. O Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de acompanhar as ações do Poder Público nessa área. O foco principal era garantir a implementação de medidas de segurança que salvaguardassem a integridade física dos alunos. Durante a primeira reunião do GT, presidida pela Procuradora de Justiça Delisa Olívia Ferreira, representantes de diversas entidades discutiram estratégias para prevenir e enfrentar a violência nas escolas, reconhecendo a importância da cooperação entre os órgãos envolvidos.



Posteriormente, o MPAM elaborou recomendações à imprensa, visando evitar a disseminação de informações que pudessem incentivar novos ataques em instituições de ensino. A cobertura midiática foi orientada a focar em conteúdos de orientação e prevenção, destacando políticas públicas de segurança escolar e promovendo a valorização dos professores e a saúde mental. Além disso, medidas de segurança foram inspecionadas em diversas escolas da capital, com a participação do MPAM e da Polícia Militar, que reforçou a segurança nas instituições visitadas.

Em julho, o GT conduziu uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação (Semed) para avaliar as ações relacionadas à violência escolar. O encontro evidenciou a necessidade de aprimorar as medidas adotadas pela Semed e de estabelecer uma abordagem mais eficaz para lidar com casos de violência nas escolas. Representantes da Semed reconheceram a insuficiência das ações pedagógicas e educativas diante do problema, destacando a importância de políticas públicas mais amplas e do alinhamento com outros órgãos governamentais.





Em suma, o MPAM desempenhou um papel ativo na prevenção e enfrentamento da violência nas escolas, colaborando com diversas entidades e promovendo a conscientização e o fortalecimento das medidas de segurança e proteção dos alunos.



Grupo de Trabalho de Monitoramento da Situação de Emergência Ambiental no Amazonas

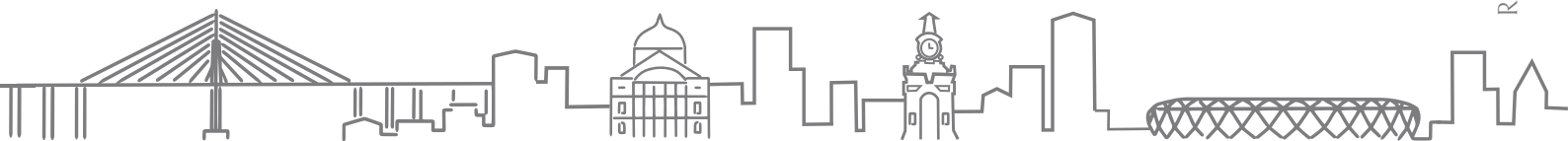
O MPAM teve papel crucial na luta contra os incêndios e a seca que assolaram a região amazônica durante o ano de 2023. Consciente dos danos irreparáveis à biodiversidade, o MPAM adotou uma postura proativa, buscando medidas para mitigar os impactos devastadores desses desastres ambientais.



Um marco significativo ocorreu em 12 de outubro, quando o MPAM iniciou discussões acaloradas sobre estratégias para combater os incêndios e reduzir os efeitos da seca. Reconhecendo a gravidade da situação, foram tomadas ações legais e judiciais contra os responsáveis, destacando a seriedade com que o MPAM encarou a situação. Monitorando de perto as ações do governo estadual, particularmente através da operação Tamoiotatá, voltada para a redução do desmatamento, e a declaração de situações de emergência em áreas afetadas pela seca, o MPAM demonstrou um compromisso inequívoco com a proteção do meio ambiente.

Em 17 de outubro, outra medida importante foi tomada pelo MPAM, com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) dedicado exclusivamente ao monitoramento da situação de emergência ambiental. Nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, esse GT tinha como objetivo coordenar esforços multidisciplinares para lidar com a crise ambiental que se intensificava na região. Com a liderança da Procuradora de Justiça Maria José da Silva Nazaré, o GT incluiu diversos promotores de justiça especializados em questões ambientais, demonstrando um enfoque abrangente e colaborativo para enfrentar os desafios iminentes.

O aumento alarmante no número de focos de calor, registrados pelo Instituto Nacional





de Pesquisas Espaciais, foi um dos catalisadores para a ação do MPAM. Esses números impressionantes levaram o governo estadual a declarar Situação de Emergência Ambiental em áreas afetadas, enfatizando a gravidade da situação e a urgência das medidas a serem tomadas.

O GT estabelecido pelo MPAM tinha uma série de responsabilidades cruciais. Além de supervisionar as ações das autoridades locais, como a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Meio Ambiente, o grupo também estava encarregado de fiscalizar o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, garantindo o cumprimento das leis e regulamentos destinados a conter o desmatamento ilegal e as queimadas não autorizadas.

Além disso, o MPAM enfatizou a importância de fortalecer as agências de fiscalização e de revisar as penalidades para crimes ambientais relacionados ao desmatamento. Essa abordagem holística visava não apenas lidar com as consequências imediatas dos incêndios e da seca, mas também a implementação de medidas preventivas para evitar futuros desastres ambientais.

A cooperação entre diferentes entidades foi fundamental nesse processo. O MPAM participou ativamente em nível nacional, colaborando com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, evidenciando um esforço conjunto para abordar os desafios ambientais que transcendem as fronteiras estaduais e regionais.

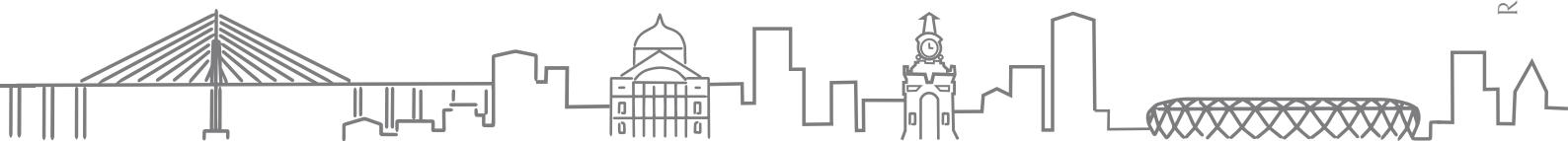
Aperfeiçoamento Funcional, Modernização, Produtividade e Valorização do Servidor



O ano foi marcado por uma série de eventos e iniciativas promovidas pelo MPAM com o intuito de promover o aperfeiçoamento funcional, modernização, produtividade e valorização do servidor. Desde campanhas educativas até ações voltadas para a saúde e capacitação profissional, o MPAM demonstrou um compromisso contínuo com a excelência de seus serviços e o bem-estar de seus membros e colaboradores.

Em janeiro, em parceria com o Google, o MPAM lançou uma campanha infantil sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, visando alertar as crianças sobre os riscos da navegação na internet. Essa iniciativa refletiu o compromisso do Ministério Público em proteger os jovens online e disseminar informações relevantes para a sociedade.

No mês seguinte, o MPAM realizou uma capacitação funcional sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, preparando a instituição para as mudanças trazidas pela legislação vigente a partir de abril de 2023. O curso, que contou com a participação de membros e servidores, destacou a importância do treinamento para a excelência do serviço oferecido pelo MPAM e para uma fiscalização mais eficiente.





Em fevereiro, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas (CGMP) discutiu atuação resolutiva e cultura de projetos com coordenadores das áreas finalísticas do MPAM, enfatizando a importância da cultura de projetos institucionais para gerar impactos sociais positivos.

Ao longo dos meses seguintes, o MPAM continuou a promover diversas iniciativas, como reuniões para alinhamento de trabalhos com órgãos parceiros, homenagens pelo Dia Internacional da Mulher, participação em eventos acadêmicos, lançamento de guias de boas práticas e realização de seminários sobre temas relevantes, como família acolhedora, educação financeira e recursos hídricos.

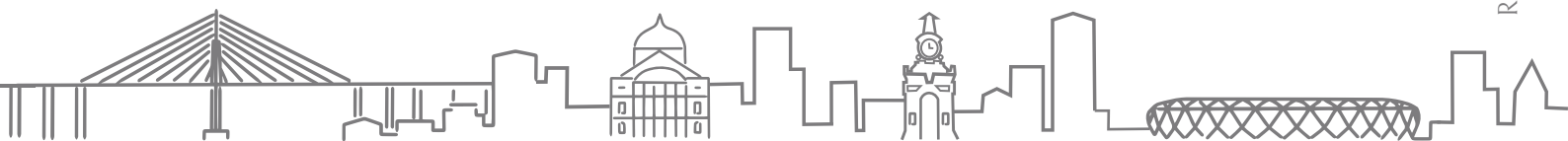
Uma das medidas notáveis foi a revogação da exigência de usufruto de 20 dias de férias como condição para a conversão de um terço em pecúnia, demonstrando o compromisso do MPAM com o bem-estar e a satisfação pessoal de seus colaboradores.

Além disso, o MPAM promoveu ações de saúde, como campanhas de vacinação contra Influenza e Covid-19, e capacitou seus servidores em Justiça Restaurativa, visando promover a cultura da paz e a resolução de conflitos de forma eficaz.



Em julho, o MPAM fortaleceu sua parceria estratégica com a renomada empresa Gartner, especializada em análise de tendências tecnológicas. Essa colaboração visava fortalecer a infraestrutura tecnológica da instituição, permitindo uma atuação mais efetiva na defesa dos interesses da população. Durante a reunião, foram discutidas ações estratégicas para o crescimento da instituição, baseadas em dados e tendências tecnológicas fornecidas pela Gartner.

Além disso, o MPAM avançou na implementação da modernização organizacional, com o objetivo de fortalecer seu desempenho, especialmente nas unidades administrativas. Sob a liderança da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, foram discutidas mudanças estruturais para tornar o Ministério Público mais apto a enfrentar os desafios contemporâneos e a defender os interesses da sociedade.





O compromisso do MPAM com a inovação e a eficiência também foi evidenciado em eventos como o “iMPactaLab”, onde foram apresentados projetos de boas práticas nas áreas de inclusão social, combate à tortura e defesa dos direitos das pessoas idosas. Essas iniciativas destacaram a importância da atuação conjunta entre diferentes entidades para promover a criatividade e a inovação em diversas áreas de atuação.

Além disso, o Ministério Público promoveu diversos eventos e cursos de capacitação para seus membros e servidores, abordando temas como investigação de ativos virtuais, desafios na assistência social à pessoa idosa e efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Essas atividades visavam não apenas atualizar o conhecimento dos participantes, mas também promover a troca de experiências e fortalecer o compromisso com a defesa dos direitos fundamentais.

Outra iniciativa importante foi a campanha “Vida Saudável”, lançada em celebração ao Dia do Servidor Público, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho saudável e equilibrado. Através de atividades como massagens terapêuticas e orientações sobre hábitos saudáveis, o MPAM demonstrou seu compromisso com o bem-estar de seus colaboradores.

Além disso, o Ministério Público do Amazonas promoveu eventos em comemoração a datas importantes, como o Dia Internacional das Pessoas Idosas e os 35 anos da Constituição Federal, destacando seu compromisso com a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

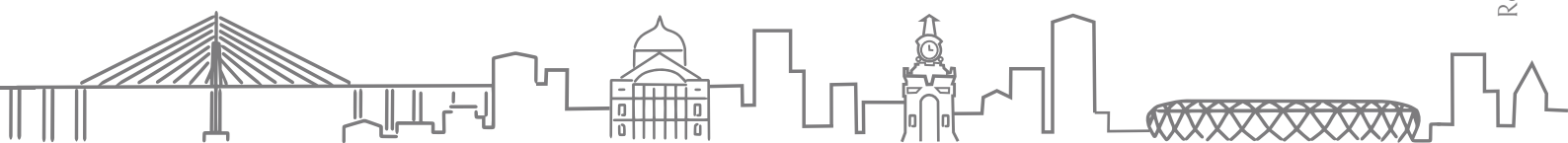


Em suma, o MPAM tem demonstrado um firme compromisso com o aperfeiçoamento funcional, a modernização, o aumento da produtividade e a valorização do servidor, através de uma série de iniciativas e eventos que visam fortalecer sua atuação na defesa dos interesses da sociedade amazonense. Essas ações refletem o empenho da instituição em se adaptar aos desafios do mundo contemporâneo e em promover uma cultura de excelência e inovação em sua atuação.

Agenda Institucional

Em janeiro, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, participou da inauguração de uma unidade descentralizada da Defensoria Pública em Benjamin Constant. Durante o evento, ele ressaltou a importância do acesso à Justiça no interior do Amazonas, destacando sua própria atuação na região. A presença do MPAM em Benjamin Constant foi evidenciada, com a Promotoria de Justiça local sendo pioneira ao realizar intimações via WhatsApp.

No final de janeiro, o Prefeito de Manaus, David Almeida, realizou uma visita institucional ao Procurador-Geral de Justiça, acompanhado por membros da equipe municipal. Durante o





encontro, destacou-se o papel do Ministério Público como mediador entre a sociedade civil e os poderes Executivo e Legislativo, enfatizando a importância da fiscalização dos recursos públicos e da defesa dos direitos da população para a implementação de políticas públicas.

Em fevereiro, representantes da Cáritas Arquidiocesana de Manaus e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente solicitaram apoio ao Procurador-Geral de Justiça para a criação do Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A proposta baseava-se na Lei Federal nº 13.431/2017, visando centralizar os serviços de atendimento para evitar a revitimização das crianças e adolescentes.

Também em fevereiro, o Procurador-Geral de Justiça foi agraciado com o prêmio Consciência Negra pelo Instituto Afro Amazônia, em reconhecimento ao compromisso do Ministério Público do Amazonas na redução da desigualdade e na abertura às demandas dos movimentos sociais. O PGJ ressaltou a persistência da discriminação racial no Brasil e destacou o papel crucial do Ministério Público no combate ao racismo como um desafio estrutural da democracia brasileira.

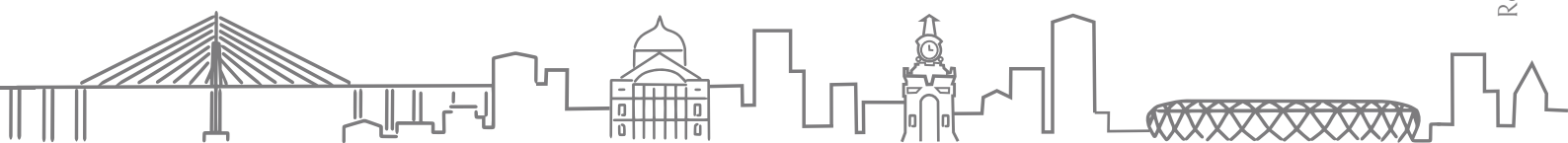


No mesmo mês, o PGJ recebeu membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelos, discutindo demandas do município para melhorar as condições de vida da população. Durante a reunião, destacou-se a importância da colaboração para garantir que as ações do Poder Executivo sigam a lei e atendam aos interesses locais.

Em março, o Ministério Público do Amazonas participou da 23ª edição da “Semana Justiça pela Paz em Casa”, focada no combate à violência contra a mulher. A campanha visava agilizar processos relacionados à violência de gênero, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha.

Duas promotoras de Justiça do Ministério Público do Amazonas foram homenageadas com o título de “Mulher Cidadã Amazonense” pela Assembleia Legislativa do Amazonas durante sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Em março, a Secretária-Geral do MPAM participou da inauguração das novas instalações





do Plenário do Tribunal de Júri do TJAM, demonstrando o apoio à melhoria das condições para a administração da justiça no estado do Amazonas.

Em abril, o PGJ do Amazonas foi homenageado com a Medalha da Inconfidência Mineira, reconhecendo sua contribuição para a valorização do estado. Ele destacou a importância do prêmio como estímulo para que outros cidadãos se engajem em ações que promovam o desenvolvimento do país.

Também em abril, o PGJ participou da 6ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília, discutindo propostas de resolução sobre a atuação do Ministério Público em operações envolvendo criptomoedas.

A nova diretoria da Associação Amazonense do Ministério Público tomou posse em uma cerimônia realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, destacando a importância da defesa dos membros e aposentados.



Em abril, o PGJ participou da eleição do CNPG para a composição do CNMP biênio 2023-2025, parabenizando os indicados e expressando confiança em seu trabalho.

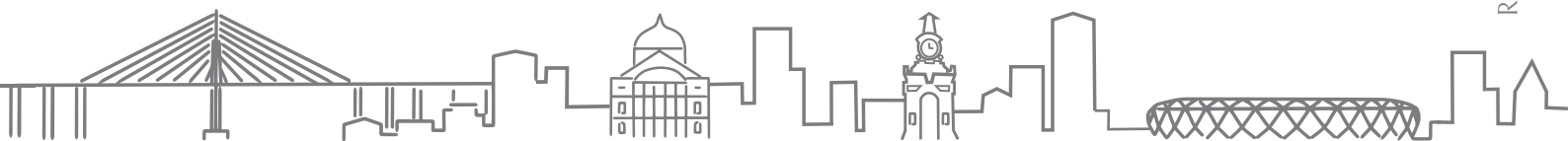
Em abril, o Alberto Rodrigues Nascimento Junior recebeu o caderno de soluções do projeto “Amazônia Que Eu Quero”, liderado pela Fundação Rede Amazônica, destacando a importância do debate sobre o desenvolvimento sustentável e incentivando a participação no projeto.

Em maio, o PGJ recebeu o Medalhão do Centenário do Ministério Público Militar em reconhecimento aos serviços à Justiça Militar e à sociedade do Amazonas.

Em maio, o Alberto Nascimento Junior cumpriu uma agenda positiva no Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão, buscando fortalecer a cooperação entre as instituições.

Em junho, o MPAM recebeu visitas institucionais do Instituto Amazônia Livre e vereadores de Careiro Castanho, discutindo temas relacionados à preservação ambiental e demandas municipais.

Em junho, o Ministério Público do Amazonas iniciou as celebrações de seus 131 anos com o lançamento de um Selo comemorativo, destacando os valores e missão do órgão.





O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, recebeu uma homenagem da Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens da Aeam, em reconhecimento à sua significativa contribuição na proteção dos direitos infantojuvenis no estado. A homenagem, entregue em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, foi concedida pelo Deputado João Luiz Almeida, presidente da comissão, devido

à destacada atuação do PGJ na defesa desses direitos. O Deputado ressaltou a importância do trabalho do Dr. Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior à frente do Ministério Público do Amazonas e a relevância da homenagem. O PGJ, por sua vez, atribuiu o reconhecimento à cooperação coletiva dos membros do MPAM e destacou a necessidade de conscientização e mobilização da sociedade para garantir um futuro melhor para a infância e juventude.

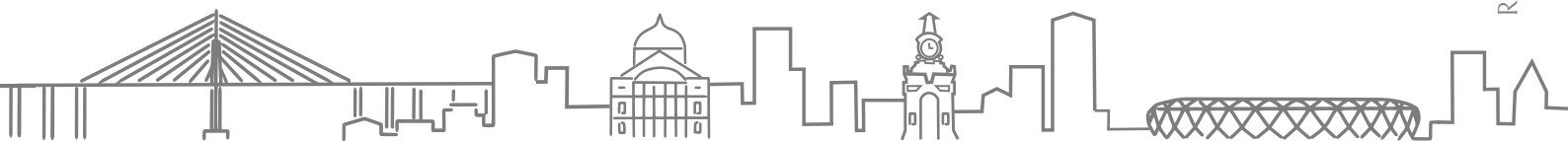
Na tarde de 14 de agosto, durante o '1º Encontro da Advocacia do Interior da OAB/AM-2023', o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, foi homenageado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Amazonas (OAB-AM). O evento, realizado no auditório Rubi da sede da OAB-AM em Manaus, foi organizado pela Comissão dos Advogados do Interior. Além de reconhecer advogados, delegados, servidores do judiciário, juízes e promotores, a cerimônia destacou a abordagem humanizada no processo jurisdicional. Alberto Nascimento expressou sua gratidão pela honra recebida, enfatizando sua atuação ministerial em prol dos direitos da população cabocla do interior do Amazonas. Ele agradeceu à OAB-AM, especialmente ao presidente Jean Cleuter Simões Mendonça e à Dra. Yamile Viana de Souza Queiro, presidente da Comissão do Advogado do Interior, ressaltando a surpresa e alegria por ser reconhecido em sua cidade natal, Itacoatiara.



O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, recebeu o



Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, Desembargador Jomar Fernandes, e o Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Delegado PF Umberto Rodrigues, para discutir o planejamento da primeira Semana Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. O evento está programado para ocorrer de 28 de agosto a 1º de setembro, com atividades na capital e no município de Presidente Figueiredo. A regularização fundiária é destacada como uma medida





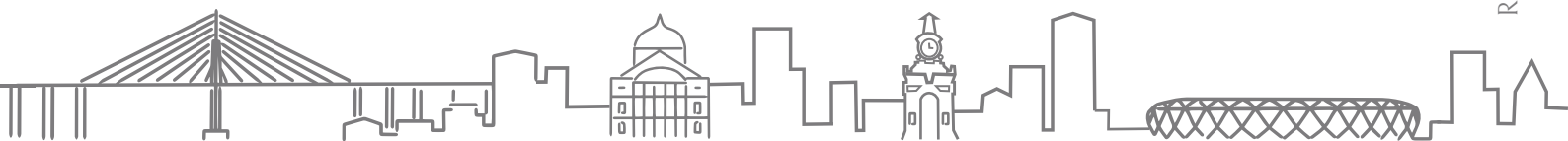
essencial para garantir segurança jurídica aos ocupantes de terras, além de combater o desmatamento ilegal e a exploração predatória. O PGJ enfatizou que esse processo é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável da região, permitindo que as pessoas prosperem sem causar danos ao meio ambiente. A iniciativa se alinha a esforços anteriores dos Tribunais de Justiça para regularizar ocupações de terras e conceder titulações aos ocupantes, conforme estabelecido pelo Programa Permanente de Regularização Fundiária.

O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, compareceu à Passagem de Comando da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) em Manaus. O evento formalizou a transição de liderança da PMAM, com o Coronel Vinícius Almeida entregando o comando ao Coronel Klinger Paiva. Nascimento Júnior destacou a importância do momento para a segurança do Estado, enfatizando a necessidade de cooperação entre instituições para enfrentar os desafios da segurança pública. Ele ressaltou a importância do diálogo entre a Polícia Militar e o Ministério Público, visando compartilhar informações e estratégias para combater a criminalidade e garantir a paz. O PGJ expressou confiança de que o Coronel Klinger Paiva continuará o excelente trabalho iniciado pelo Coronel Vinícius Almeida.



Na sexta-feira, 22 de setembro, ocorreu a reinauguração do Fórum de Justiça da Comarca de Manacapuru, agora chamado de “Fórum Desembargador Alcemir Pessoa Figliuolo”. O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, juntamente com autoridades locais e familiares do homenageado, prestigiaram o evento. A mudança de nome foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), em reconhecimento à carreira do Desembargador Alcemir Figliuolo, que dedicou 45 anos à Justiça Estadual. O antigo nome, Giovanni Figliuolo, deu lugar à homenagem ao filho, que também presidiu o TJAM nos anos 90 e deixou um legado na busca pela justiça. O PGJ expressou sua apreciação pela homenagem, destacando-a como um tributo merecido a um Magistrado exemplar. A cerimônia celebrou não apenas a reinauguração física do fórum, mas também a memória e contribuição de Alcemir Pessoa Figliuolo para a Justiça do estado.

O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, cumpriu agenda institucional em Brasília prestigiando a Sessão de Outorga da Comenda Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público. O evento, realizado pelo Conselho da Ordem do Mérito, ligado ao Conselho Nacional do Ministério Público, homenageou doze persona-





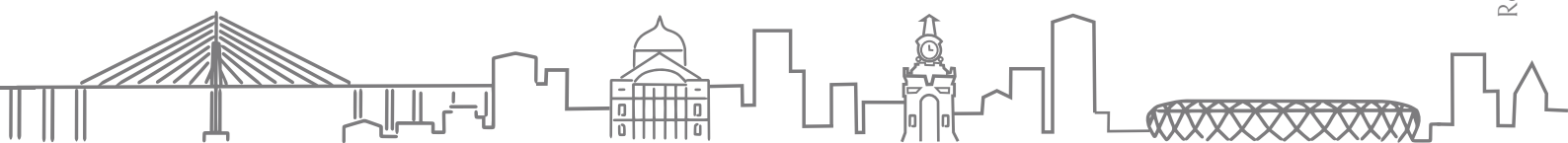
lidades, incluindo figuras proeminentes como ministros do STF e do STJ, o Procurador-Geral do Trabalho e outros. O Presidente do CNMP, Augusto Aras, presidiu a cerimônia na sede do CNMP. O PGJ destacou a importância do evento em reconhecer as contribuições dessas personalidades para a justiça e reafirmou o compromisso do Ministério Público brasileiro com valores como justiça, transparência e igualdade. A Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público é gerida pelo Conselho da Ordem, que é responsável por deliberar sobre as indicações para a outorga da Ordem do Mérito.



O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, participou da recondução de Alzira Melo Costa ao cargo de Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho nos estados do Amazonas e Roraima. O evento ocorreu em Manaus e foi elogiado pelo PGJ como um reconhecimento justo à competência de Alzira Costa, destacando seu compromisso de longa data na defesa dos direitos fundamentais. Ao longo de 14 anos, sua atuação incansável abordou questões como a erradicação do trabalho infantil, promoção da aprendizagem e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além do PGJ, estiveram presentes autoridades e representantes dos poderes municipais e estaduais, bem como o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, responsável por oficializar a posse de Procuradores-Chefes em todo o país em outubro.

O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, foi reconhecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por suas iniciativas no aprimoramento do sistema prisional e da segurança pública no Amazonas. A cerimônia de premiação ocorreu na sede do CNMP, em Brasília, durante o Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, transmitido pelo canal do YouTube do CNMP nos dias 29 e 30/11. O PGJ expressou sua honra pelo reconhecimento e destacou a importância de uma abordagem humanista que priorize o bem-estar das pessoas afetadas, visando a transformação da realidade brasileira. O evento contou com a participação de especialistas e autoridades, reforçando o compromisso conjunto com a melhoria dessas áreas críticas da sociedade.



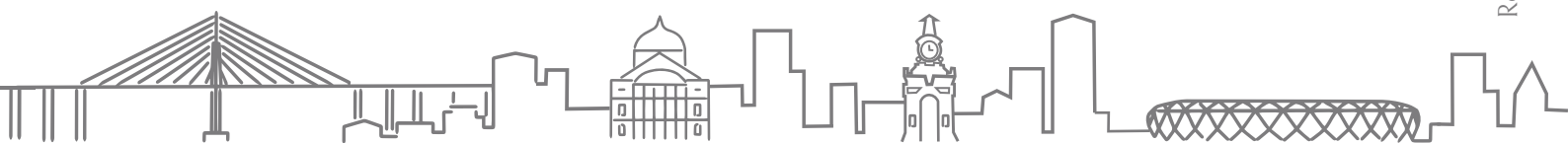


O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, foi honrado com a Medalha do Mérito Eleitoral do Estado. A cerimônia ocorreu durante a Sessão Solene da Corte Eleitoral Amazonense, presidida pelos Desembargadores Jorge Manoel Lopes Lins e Carla Maria dos Santos Reis. A medalha, concedida em reconhecimento à excelência no desempenho de funções ligadas à Justiça Eleitoral, foi entregue ao PGJ como representante da classe jurista. O evento também reconheceu a Promotora de Justiça Cley Barbosa Martins, da 13ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do MPAM, com a mesma honraria. Nascimento Júnior expressou sua gratidão pelo reconhecimento, atribuindo-o ao comprometimento do Ministério Público com a transparência e a lisura do processo democrático, e dedicou a honra aos colegas que compartilham desse compromisso.

O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas (PGJ), Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, também presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos, recebeu representantes do movimento LGBTQIAPN+ para denunciar projetos de lei discriminatórios na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM). A reunião visava expor preocupações sobre legislações que ameçam direitos constitucionais fundamentais. Houve um diálogo franco entre o PGJ e os representantes LGBTQIAPN+, discutindo o risco de violações dos princípios de igualdade e não discriminação. Nascimento expressou compromisso em defender os direitos humanos, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero. Foram debatidas estratégias para acompanhar de perto o progresso dos projetos na ALEAM e conscientizar a sociedade sobre seus impactos negativos. Sob a liderança de Nascimento, o Grupo Nacional de Direitos Humanos pretende monitorar ativamente a situação, buscando promover um ambiente legislativo mais inclusivo e respeitoso.



Durante o 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, foi agraciado com a Medalha do Mérito do Ministério Público, a mais alta honraria concedida pela instituição maranhense. A cerimônia de premiação aconteceu na sede do MPMA, em São Luís. Em seu discurso de agradecimento, o PGJ do Amazonas expressou gratidão pela solidariedade e apoio oferecidos pelo MPMA e pelo Pro-





curador-Geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, especialmente durante os desafios enfrentados durante a pandemia de Covid-19. A medalha, denominada Celso Magalhães, é entregue em reconhecimento àqueles que contribuem significativamente para o fortalecimento do Ministério Público. Eduardo Nicolau destacou a importância do trabalho em prol do interesse coletivo e parabenizou os homenageados.

O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, compareceu à posse de Paulo Gustavo Gonet Branco como Procurador-Geral da República, em Brasília, presidida por Luís Inácio Lula da Silva. Gonet assumiu o cargo para um mandato de dois anos, destacando o compromisso com os valores constitucionais e a missão do Ministério Público (MP) na história brasileira. Nascimento Júnior reafirmou o compromisso do MP do Amazonas com a promoção da justiça e garantia dos direitos constitucionais. A cerimônia contou com a presença de autoridades como o vice-presidente Geraldo Alckmin, os presidentes das Casas Legislativas, o vice-presidente do STF Edson Fachin, a Procuradora-Geral da República Elizeta Maria de Paiva Ramos, o governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, o decano do STF Gilmar Mendes, o presidente do TSE Alexandre de Moraes e o futuro ministro do STF Flávio Dino.

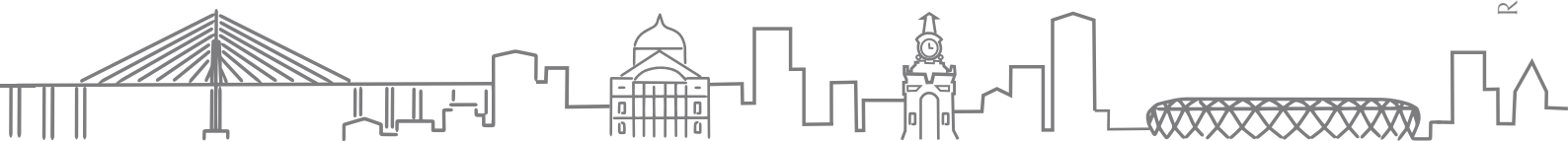


Programa MP nas Escolas

O MPAM, em colaboração com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam), desenvolveu o projeto “MP nas Escolas”, buscando promover a integração e educação cívica. Iniciado em 2011 e suspenso temporariamente em 2019 devido à pandemia de COVID-19, o programa foi retomado com transmissões ao vivo pelo YouTube e pela televisão. A primeira apresentação foi um passo inicial para estabelecer um diálogo permanente entre o MP e a comunidade estudantil, visando fortalecer a imagem ministerial e contribuir para a formação cidadã. Temas como “Educação pela Paz” foram debatidos, envolvendo promotores de justiça e coordenadores do projeto. O retorno físico às escolas, como na E.E. Áurea Pinheiro Braga, foi planejado para reforçar esse diálogo.



Durante o programa, promotores de justiça visitaram várias escolas, incluindo a Escola Estadual Ruy Araújo, para compartilhar informações sobre o Ministério Público, seus papéis e atividades, além de abordar temas como violência escolar e direitos humanos. A receptividade dos alunos e professores foi positiva, mostrando interesse em assuntos como cultura da paz e atuação do MP em diversas áreas,





como educação e saúde. O programa também envolveu debates presenciais, como o realizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Agenor Ferreira Lima, onde mais de 100 participantes discutiram questões relacionadas à educação para a paz e receberam informações sobre o funcionamento do Ministério Público. Os promotores compartilharam experiências e encorajaram os estudantes a demandarem melhores serviços públicos, inspirando uma cultura de participação ativa na sociedade. O engajamento da comunidade escolar e a receptividade das instituições destacam a importância desse projeto para promover a cidadania e fortalecer as relações entre o Ministério Público e a sociedade amazonense.

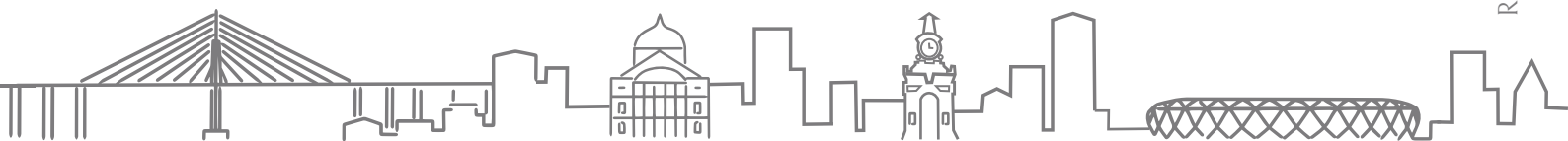
No dia 23 de agosto, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) recebeu 15 alunos da Escola Municipal CEMEJA Prof. Samuel Isaac Benchimol como parte do Programa O MP nas Escolas. O evento incluiu uma palestra sobre o funcionamento do MP, seguida por um bate-papo com o Procurador de Justiça Mauro Roberto Veras Bezerra. Os estudantes também visitaram o Museu Internacional do Esporte, na Arena da Amazônia. O Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues ressaltou a importância de proporcionar essa experiência enriquecedora aos alunos, buscando tornar a visita ao MP mais significativa. O Procurador de Justiça Mauro Veras Bezerra expressou sua satisfação em receber os alunos, destacando a interação direta e a oportunidade de mostrar o trabalho realizado pela instituição. O Programa O MP nas Escolas continuará suas visitas, com uma próxima programada para terça-feira, com a presença de outros membros do MPAM.



Em uma tarde de terça-feira (22/8), o MPAM realizou uma visita aos alunos do Ensino Fundamental II e Médio da Escola Municipal CEMEJA Prof. Samuel Isaac Benchimol como parte do Programa O MP nas Escolas. O objetivo foi fornecer conhecimento sobre o MPAM, suas atribuições e fortalecer o exercício da cidadania. A Promotora de Justiça Christiane Dolzany apresentou o projeto e conduziu a Palestra 'Educação pela Paz'. O Chefe do Ceaf, Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues, destacou a importância dessa aproximação para conscientizar os jovens sobre seus direitos e responsabilidades como cidadãos. O servidor contratado Lucas Eduardo, ex-aluno da escola, também compartilhou suas experiências, enfatizando a importância das oportunidades para os alunos do CEMEJA. A iniciativa visa construir uma sociedade mais justa e democrática por meio da educação cívica.

Programa Papo Cidadão

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio do Centro de Apoio Operacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Cidadão (CAO-PDC) e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (CAO-IJ), tem realizado ações para fortalecer a cultura de vacinação nas escolas de Manaus.





Em fevereiro, o programa Papo Cidadão abordou o tema “Juntos pela Vida: Experiências exitosas em prol da saúde nas escolas”, com foco na vacinação. O evento reuniu especialistas da área e apresentou iniciativas bem-sucedidas de conscientização sobre a importância da vacinação no ambiente escolar.

Em março, o MPAM propôs um fluxo de ações para restabelecer a cultura de vacinação nas escolas da capital amazonense. A proposta, apresentada pela Promotora de Justiça Romina Carvalho, Coordenadora do CAO-IJ, durante o Papo Cidadão, inclui a mobilização de conselheiros tutelares, parcerias com unidades de saúde e a realização de campanhas de engajamento comunitário escolar.

A proposta também destaca a importância de replicar as estratégias de estímulo à vacinação utilizadas pelas escolas certificadas com o selo Juntos Pela Vida. As ações visam conscientizar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação para a saúde individual e coletiva, além de garantir um ambiente escolar saudável para todos.



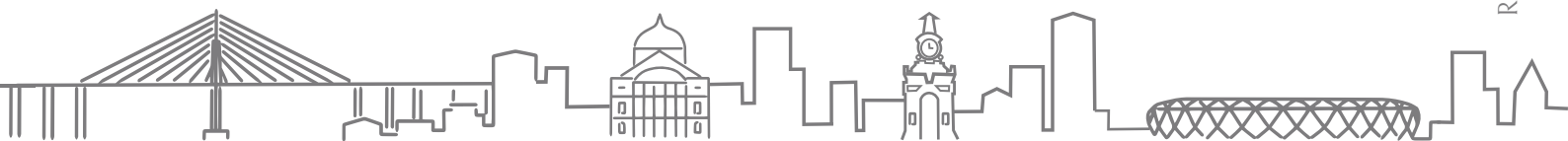
O MPAM reconhece que a vacinação é um direito fundamental das crianças e adolescentes e um instrumento essencial para a proteção da saúde pública. As ações propostas demonstram o compromisso do MPAM com a promoção da saúde e a construção de uma sociedade mais saudável e segura.

Programa Juntos pela Vida

Iniciativa do Ministério Público do Amazonas (MPAM), coordenada pela Procuradora de Justiça Delisa Olívia Vieiralves Ferreira (CAO-PDC) e pela Promotora de Justiça Romina Carmen Brito Carvalho (CAO-IJ), visa incentivar a vacinação infantojuvenil em escolas do estado. Lançado em 2022, o projeto certifica com um selo as instituições que alcançam 80% ou mais de alunos com esquema vacinal completo, incluindo as doses contra a Covid-19.

Em 2023, o projeto intensificou suas atividades, realizando reuniões com parceiros estratégicos. Em fevereiro, o MPAM se reuniu com as Secretarias de Educação e Saúde do Estado e do Município de Manaus, e com a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-RCP), para traçar estratégias de ação para o ano. Em março, a equipe do Juntos Pela Vida visitou escolas inscritas no projeto para verificar a documentação e realizar ações de sensibilização.

Ainda em março, o MPAM se reuniu com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) para discutir a vacinação dos alunos nas escolas. A SEDUC se comprometeu a disponibilizar vacinas para as escolas inscritas no projeto. Também no mês de março, a equipe do





programa se reuniu com pais e responsáveis de alunos da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Jean Piaget para sensibilizá-los sobre a importância da vacinação.

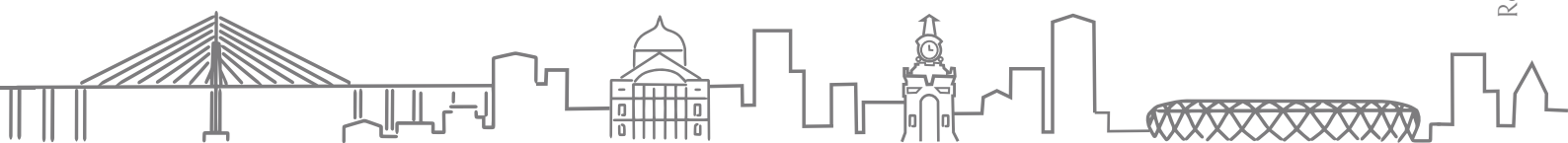
Abril foi marcado pela mobilização em prol da multivacinação. O MPAM se uniu à campanha nacional “Dia D” de Multivacinação, incentivando a atualização do cartão de vacina de crianças e adolescentes. Promotoras de Justiça visitaram escolas e unidades de saúde para conversar com pais e responsáveis sobre a importância da imunização. Em maio, o projeto Juntos Pela Vida celebrou suas primeiras conquistas. A Escola Estadual Liberalina Weill se tornou a primeira instituição de ensino da rede estadual a receber o Selo Juntos Pela Vida, que certifica escolas com alta cobertura vacinal. A cerimônia de entrega do Selo foi um momento de grande emoção e reconhecimento para toda a comunidade escolar.



Ao longo do segundo semestre de 2023, o projeto Juntos Pela Vida continuou a se expandir e a alcançar novos resultados. Novas escolas foram certificadas, a campanha de multivacinação foi intensificada e o diálogo com a comunidade escolar se fortaleceu. Em novembro, o projeto Juntos Pela Vida promoveu um grande evento para celebrar o Dia Mundial da Criança. A iniciativa reuniu crianças, pais, professores e autoridades em um dia de atividades educativas, brincadeiras e confraternização. Em dezembro, o projeto Juntos Pela Vida encerrou o ano com um balanço positivo. O projeto contribuiu para o aumento da cobertura vacinal nas escolas participantes, conscientizou a população sobre a importância da imunização e inspirou novas iniciativas em prol da saúde pública no Amazonas.

Alguns resultados significativos foram alcançados, com mais de 7 escolas certificadas, incluindo C.M.E.I. Elza Damasceno, Escola Municipal São Vicente de Paula, E.M. Indígena Aru Waimi, E.M. São Francisco das Chagas, E.M. Ebenezer, E.M. São Jorge e C.M.E.I. Jean Piaget. Essas escolas representam um marco, com mais de 400 alunos vacinados, alcançando a meta de 80% ou mais de alunos com vacinação completa.

Como próximos passos, a equipe do Juntos Pela Vida continuará visitando as escolas inscritas para verificar a documentação e realizar cerimônias de oficialização de entrega do Selo. Além disso, o projeto buscará ampliar a cobertura em outras escolas do estado. O Juntos Pela Vida é uma iniciativa bem-sucedida que contribui para a proteção da saúde das crianças e adolescentes do Amazonas, mobilizando diversos setores da sociedade para aumentar a cobertura vacinal e garantir um futuro mais saudável para as novas gerações.





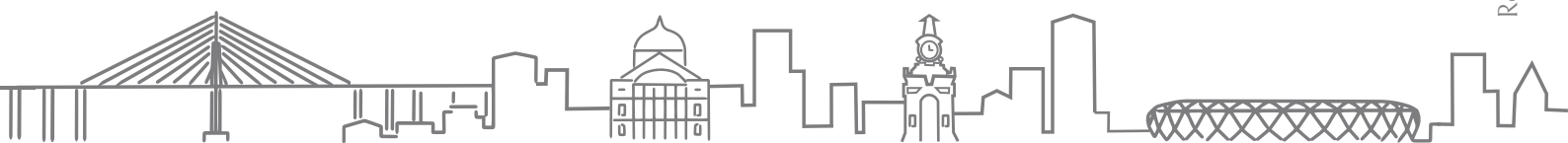
No dia 12 de setembro, o Projeto “Juntos Pela Vida” iniciou sua terceira etapa, certificando duas escolas: Elisa Bessa Freire e Maria do Céu Vaz D’Oliveira, por alcançarem mais de 80% de alunos vacinados. Promovida pelo Ministério Público do Amazonas (MPAM), a iniciativa visa incentivar a imunização infantojuvenil contra a Covid-19. As escolas foram auditadas em agosto, demonstrando altos índices de vacinação entre os alunos. O selo “Juntos Pela Vida” é concedido às escolas que atingem esse patamar, alinhado com o Programa Nacional de Imunizações (PNI). A Procuradora de Justiça Delisa Olívia Vieiralves Ferreira ressaltou a importância da adesão das escolas, buscando fortalecer parcerias com instituições privadas e estimular a participação dos Promotores do interior. O projeto tem como meta certificar mais de dez escolas até novembro, colaborando com o Conselho Tutelar para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos.

No dia 28 de setembro, a Coordenação do projeto Juntos Pela Vida habilitou mais três escolas da rede municipal de ensino de Manaus, Amazonas, a receberem o selo Juntos Pela Vida, um projeto voltado para ampliar a cobertura vacinal infantojuvenil na região. As escolas incluídas foram o Centro Municipal de Educação Infantil Denival Leite de Oliveira Júnior, na zona Norte, e as escolas municipais Vila da Felicidade e Raimunda Barroso Ramires, na zona Leste. Essas instituições conseguiram um índice de vacinação superior a 80%, garantindo-lhes a certificação, marcada para 10 de novembro. Durante o processo de habilitação, foram identificados cartões de vacina desatualizados, levando a equipe do projeto a analisar os motivos por trás disso e a desenvolver estratégias para superar a resistência à vacinação, incluindo questões religiosas e dificuldades de acesso aos serviços de vacinação. Estratégias como transporte para postos de vacinação próximos e placares de vacinação foram adotadas pelas escolas, resultando em progressos significativos em curto prazo.

No dia 29 de setembro, quatro escolas ribeirinhas da Zona Rural de Manaus foram aprovadas para certificação no Projeto Juntos pela Vida. Pela primeira vez participando do projeto, essas escolas superaram a meta de 80% de alunos vacinados. Destaque para a Escola Municipal Mário Palmerio, na Comunidade São Francisco, que alcançou uma taxa de vacinação de 89,1%. Os diretores ressaltaram a importância da parceria com as comunidades e o envolvimento dos pais na conscientização sobre a importância da imunização, evidenciando o sucesso do projeto em áreas remotas e contribuindo para a saúde das crianças nessas regiões ribeirinhas.



Em 19 de outubro, a Escola Estadual de Tempo Integral João dos Santos Braga, situada em Manaus, atualizou as vacinas de 768 dos seus 900 alunos, atingindo uma taxa de 85% de estudantes vacinados contra a Covid-19. Essa conquista qualificou a instituição para receber o Selo do Projeto Juntos pela Vida. O processo envolveu um ano de preparação, incluindo diálogos com os alunos, reuniões com os pais e parcerias com a clínica da família local para





facilitar a vacinação dos alunos. A auditoria reconheceu o esforço conjunto de alunos, pais e gestores, demonstrando o compromisso da escola com a saúde e a segurança dos seus alunos.

No dia 20 de outubro, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) auditou a Escola Estadual Homero de Miranda Leão, em Manaus, habilitando-a para receber o Selo Juntos Pela Vida. Dos 986 alunos matriculados, 811 foram vacinados, alcançando 82,5% de adesão. Esforços da comunidade escolar, incluindo campanhas e parcerias com unidades de saúde, contribuíram para essa conquista. A Escola Municipal Prof^a Lígia Mesquita Fialho também foi habilitada, pela segunda vez, a receber o Selo Juntos pela Vida, alcançando 84% de cobertura vacinal entre seus 359 alunos matriculados, destacando-se por seu compromisso com a saúde dos estudantes.

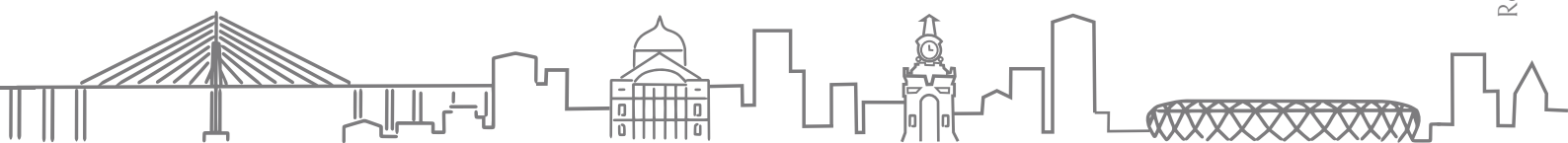
No dia 25 de outubro, o MPAM auditou 5 escolas rurais em Manaus, destacando a Escola Municipal Ruth Léia Oliveira dos Santos por alcançar 100% de vacinação entre seus 40 alunos. Apesar dos desafios de acesso aos serviços de saúde nessas áreas, os resultados foram positivos. Além disso, outras escolas foram habilitadas a receber o Selo Juntos Pela Vida.

No dia 31 de outubro, o MPAM realizou uma auditoria na Escola Centro Integrado Municipal de Educação (CIME) Artur Virgílio do Carmo Filho, em Manaus, e mais de 1.200 estudantes foram vacinados, qualificando a escola para receber o Selo “Juntos Pela Vida”. Destaque foi dado a Ricardo Gabriel, estudante do 8º ano, por seu papel crucial em estimular a vacinação entre os colegas. Com um total de 1.532 alunos matriculados, a escola vacinou 82,6% deles, superando a meta mínima de 80% estabelecida pelo Projeto.



No dia 7 de novembro, o MPAM, em parceria com diversos órgãos e instituições, preparou uma cerimônia para reconhecer e premiar escolas públicas com alto índice de cobertura vacinal entre os estudantes. A entrega dos selos do Projeto Juntos Pela Vida ocorreu no dia 10 de novembro, reconhecendo o comprometimento das escolas com a saúde dos estudantes e valorizando o esforço dos gestores e professores na criação de um ambiente escolar seguro.

No dia 13 de novembro, o MPAM realizou uma cerimônia de premiação para reconhecer 39 escolas públicas de Manaus que alcançaram uma taxa de vacinação de pelo menos 80%, imunizando 10.308 estudantes. O evento contou com a presença de autoridades municipais e estaduais, representantes da saúde e educação, destacando o alcance e impacto do projeto em diversas instituições, incluindo escolas rurais e indígenas.





Programa Recomeçar

O Programa Recomeçar, do Ministério Público do Amazonas (MPAM), coordenado pela Promotora de Justiça Silvana Ramos Cavalcanti, é dedicado ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, e teve um ano de 2023 marcado por ações de formação continuada, resolutividade em casos complexos e debates sobre temas sensíveis. O programa priorizou a formação continuada de sua equipe em 2023. O projeto “Entre Nós” promoveu rodas de conversa com especialistas em diversos temas, como escuta social, autismo, e Estatuto do Nascituro. A iniciativa visa manter a equipe capacitada e atualizada para oferecer o melhor atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, constantemente revisando seus protocolos e buscando melhorias na execução dos trabalhos.

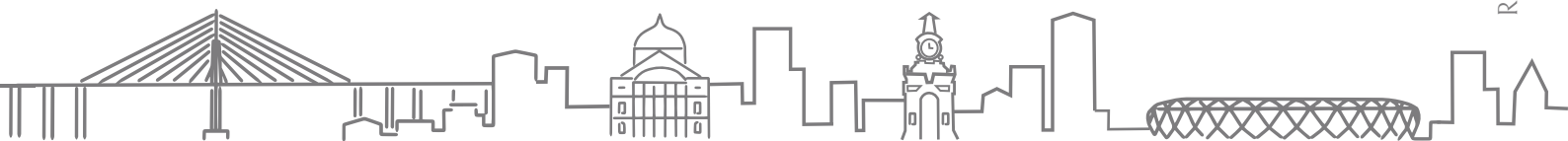


O programa obteve êxito em casos complexos, como a internação hospitalar de duas irmãs idosas com problemas psiquiátricos. A equipe multidisciplinar do Recomeçar viabilizou a internação e a inserção do grupo familiar em programas de assistência social. A atuação do programa foi elogiada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas. O Recomeçar também promoveu o debate sobre o polêmico Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, que propõe a revogação da autorização para o aborto em casos de estupro, ris-



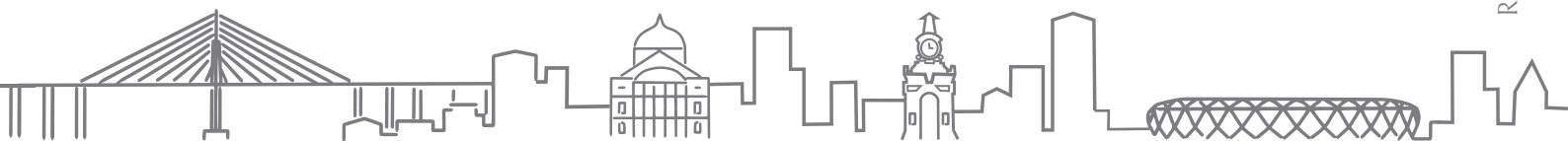
co de vida para a gestante e anencefalia. A roda de conversa contou com a participação da advogada Márcia Álamo e abordou os impactos sociais e jurídicos do projeto. O Programa Recomeçar estabeleceu-se como um importante suporte para pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial no Amazonas. Por meio de ações de formação continuada, atendimento multidisciplinar e debates sobre temas relevantes, o programa contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em setembro, o Recomeçar promoveu uma roda de conversa com o psiquiatra Florisvaldo Torres, especialista em psiquiatria infantil, que discutiu a importância do acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes com transtornos mentais. A equipe elogiou sua contribuição, destacando a profundidade de seu conhecimento. O psiquiatra, por sua vez, ficou impressionado com o trabalho do programa e ofereceu-se para colaborar futuramente.

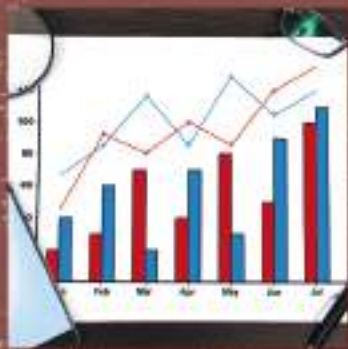




te. O projeto 'Entre Nós' continua a trazer especialistas para compartilhar conhecimentos relevantes com a equipe do Recomeçar. Também em setembro, a Escola Municipal Bem-te-vi, em Manaus, alcançou a vacinação completa de 83% de seus alunos, garantindo o Selo do Projeto Juntos pela Vida do MPAM. A auditoria confirmou a imunização de 178 estudantes, promovendo um ambiente seguro e saudável. A diretora expressou gratidão pelo empenho da equipe e dos alunos. O Projeto, que já certificou 24 escolas, programou novas certificações para novembro.



Panorama da Atuação Institucional



Capítulo 08





CUSTO SOCIAL – 2023

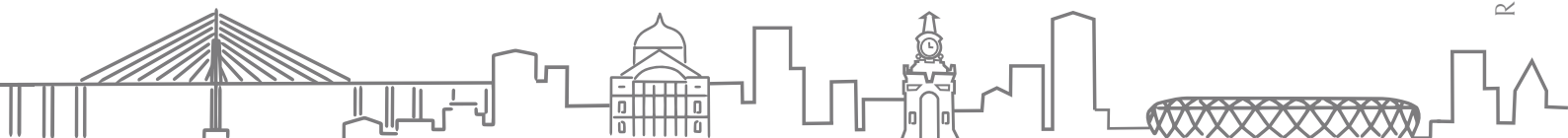
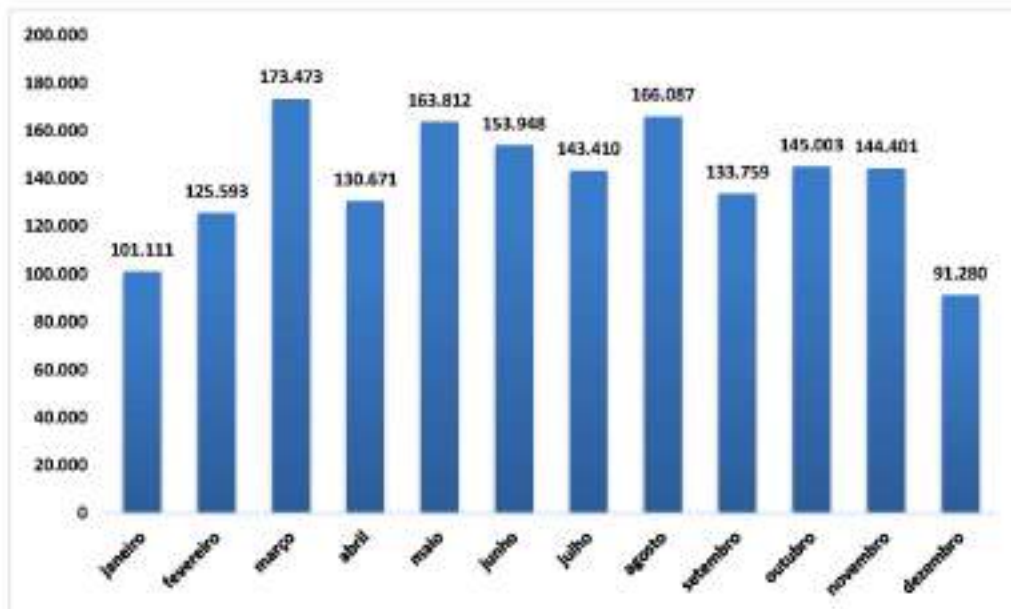
Despesas (R\$)	456.531.922
População (Habitantes)	3.941.613
DESPESAS POR HABITANTE (R\$)	115,82

PRODUTIVIDADE GLOBAL MENSAL – 2023

MÊS	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL*
janeiro	101.111	6,05	2.565,22
fevereiro	125.593	7,51	3.186,34
março	173.473	10,37	4.401,07
abril	130.671	7,81	3.315,17
maio	163.812	9,79	4.155,96
junho	153.948	9,20	3.905,71
julho	143.410	8,57	3.638,36
agosto	166.087	9,93	4.213,68
setembro	133.759	8,00	3.393,51
outubro	145.003	8,67	3.678,77
novembro	144.401	8,63	3.663,50
dezembro	91.280	5,46	2.315,80
TOTAL	1.672.548	100	3.536,09

* Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE GLOBAL MENSAL – 2023



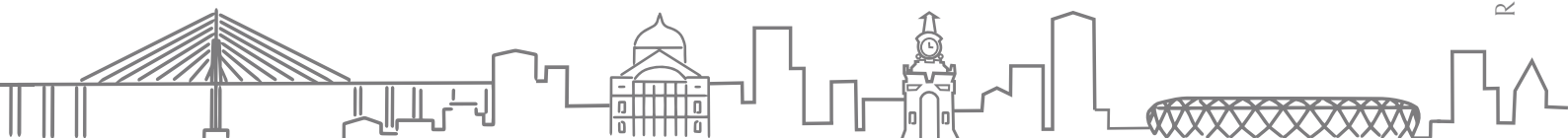
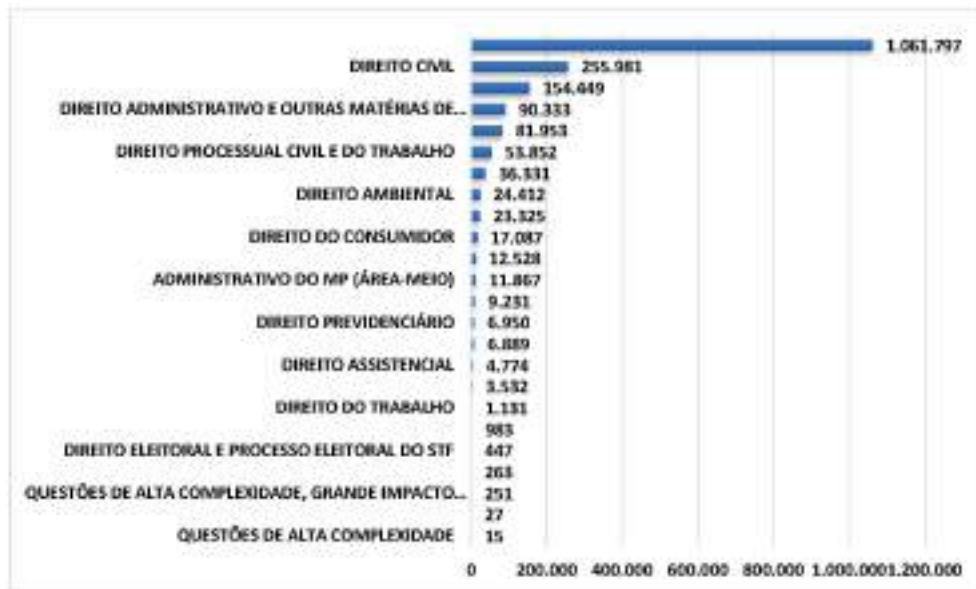


PRODUTIVIDADE GLOBAL POR ASSUNTO – 2023

ASSUNTO	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL*
DIREITO PENAL	1.061.797	57,13	2.244,84
DIREITO CIVIL	255.981	13,77	541,19
DIREITO PROCESSUAL PENAL	154.449	8,31	326,54
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	90.333	4,86	190,98
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	81.953	4,41	173,26
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	53.852	2,90	113,85
REGISTROS PÚBLICOS	36.331	1,95	76,81
DIREITO AMBIENTAL	24.412	1,31	51,63
DIREITO ELEITORAL	23.325	1,26	49,31
DIREITO DO CONSUMIDOR	17.087	0,92	36,13
DIREITO DA SAÚDE	12.528	0,67	26,49
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	11.867	0,64	25,09
DIREITO TRIBUTÁRIO	9.231	0,50	19,52
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6.950	0,37	14,69
DIREITO À EDUCAÇÃO	6.889	0,37	14,56
DIREITO ASSISTENCIAL	4.774	0,26	10,09
DIREITO PENAL MILITAR	3.532	0,19	7,47
DIREITO DO TRABALHO	1.131	0,06	2,39
DIREITO INTERNACIONAL	983	0,05	2,08
DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF	447	0,02	0,95
DIREITO MARÍTIMO	263	0,01	0,56
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO	251	0,01	0,53
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	27	0,00	0,06
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE	15	0,00	0,03
TOTAL	1.858.408	100	3.929,03

* Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE GLOBAL POR ASSUNTO – 2023



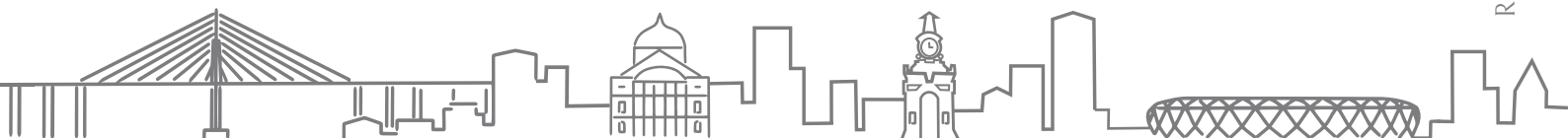
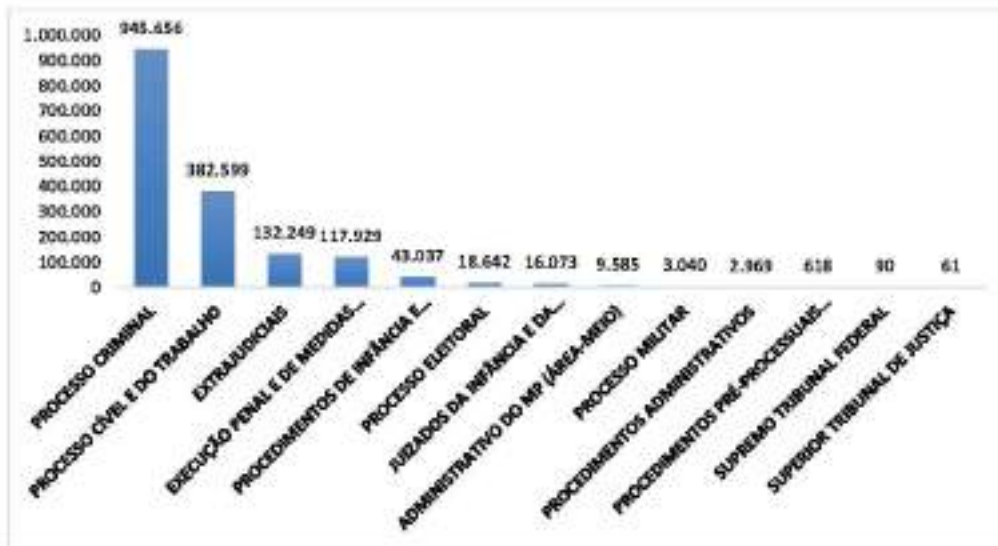


PRODUTIVIDADE GLOBAL POR CLASSE – 2023

CLASSE	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL*
PROCESSO CRIMINAL	945.656	56,54	1.989,30
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	382.599	22,88	890,89
EXTRAJUDICIAIS	132.249	7,91	279,60
EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS	117.929	7,05	249,32
PROCEDIMENTOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	43.037	2,57	90,89
PROCESSO ELEITORAL	18.642	1,11	39,41
JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	16.073	0,96	33,98
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	9.585	0,57	20,26
PROCESSO MILITAR	3.040	0,18	6,43
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	2.969	0,18	6,20
PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	618	0,04	1,31
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	90	0,01	0,19
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	61	0,00	0,13
TOTAL	1.672.548	100	3.536,08

* Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE GLOBAL POR CLASSE – 2023





PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO DE EXECUÇÃO – 2023

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL*
CSMP			
Estado do Amazonas**	2.800	0,17	5,92
Procurador(a) de Justiça			
Estado do Amazonas**	121.636	7,27	257,16
Promotor(a) de Justiça			
Capital***	1.022.233	61,12	4.127,85
Interior****	525.879	31,44	2.333,60
TOTAL	1.672.548	100	3.536,09

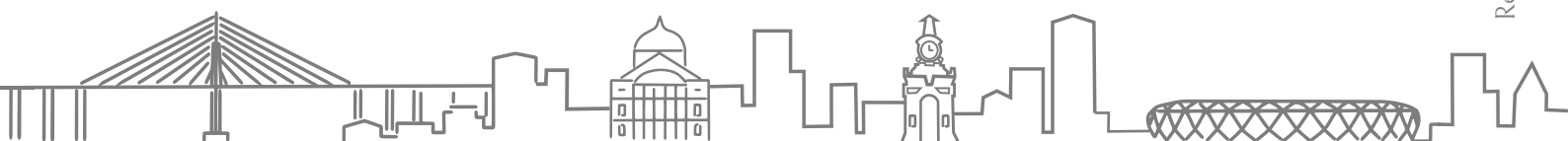
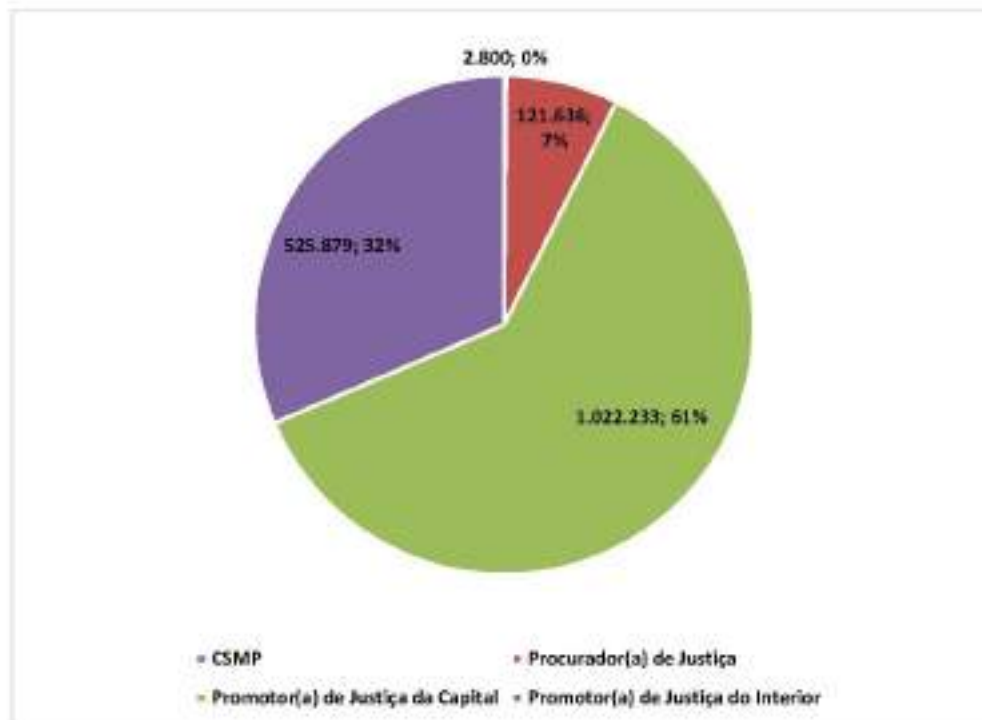
* Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

** População do Estado do Amazonas: 1.941.613 habitantes (IBGE 2023)

*** População da Capital: 2.063.680 habitantes (IBGE 2023)

**** População do Interior: 1.877.924 habitantes (IBGE 2023)

PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO DE EXECUÇÃO – 2023





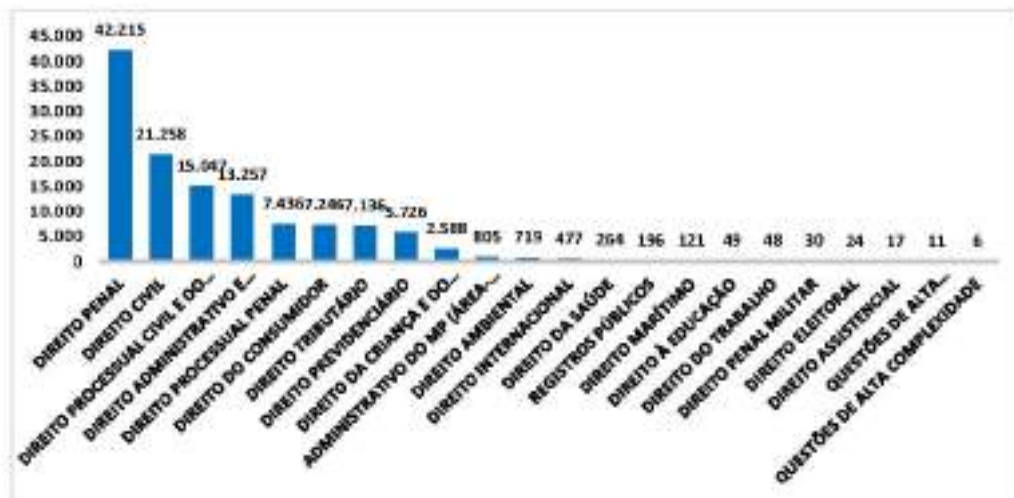
PRODUTIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA POR ASSUNTO – 2023*

ASSUNTO	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL**
DIREITO PENAL	42.215	33,86	89,25
DIREITO CIVIL	21.258	17,05	44,94
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	15.047	12,07	31,81
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	13.257	10,63	28,03
DIREITO PROCESSUAL PENAL	7.436	5,96	15,72
DIREITO DO CONSUMIDOR	7.246	5,81	15,32
DIREITO TRIBUTÁRIO	7.136	5,72	15,09
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	5.726	4,59	12,11
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	2.588	2,08	5,47
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MÉDIA)	805	0,65	1,70
DIREITO AMBIENTAL	719	0,58	1,52
DIREITO INTERNACIONAL	477	0,38	1,01
DIREITO DA SAÚDE	264	0,21	0,56
REGISTROS PÚBLICOS	196	0,16	0,41
DIREITO MARÍTIMO	121	0,10	0,26
DIREITO À EDUCAÇÃO	49	0,04	0,10
DIREITO DO TRABALHO	48	0,04	0,10
DIREITO PENAL MILITAR	30	0,02	0,06
DIREITO ELEITORAL	24	0,02	0,05
DIREITO ASSISTENCIAL	17	0,01	0,04
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO	11	0,01	0,02
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE	6	0,00	0,01
TOTAL	124.676	100	263,59

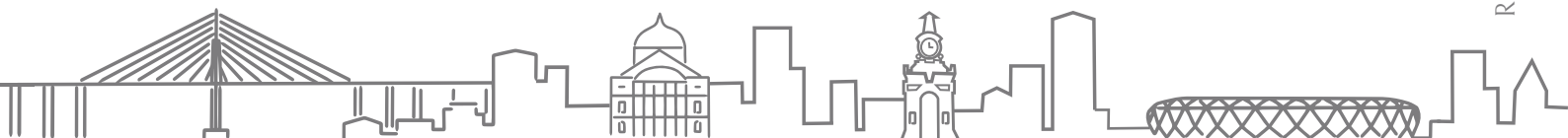
* Inclui: PGJ – CPJ – CSMP – CAO – Plantões – Designações

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA POR ASSUNTO – 2023*



* Inclui: PGJ – CPJ – CSMP – CAO – Plantões – Designações





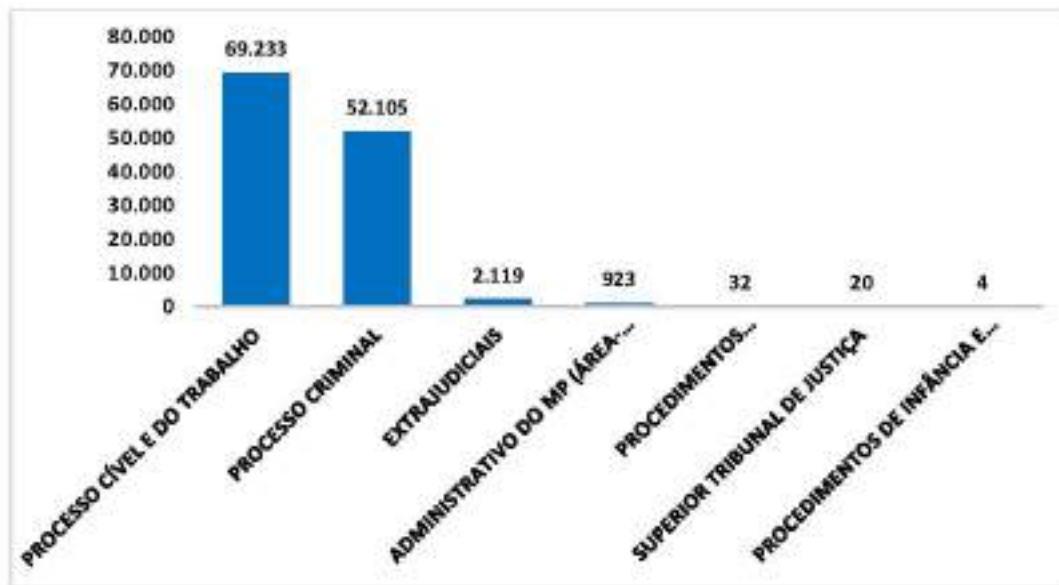
PRODUTIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA POR CLASSE – 2023*

CLASSE	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL**
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	69.233	55,64	146,37
PROCESSO CRIMINAL	52.105	41,87	110,16
EXTRAJUDICIAIS	2.119	1,70	4,48
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	923	0,74	1,95
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	32	0,03	0,07
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	20	0,02	0,04
PROCEDIMENTOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	4	0,00	0,01
TOTAL	124.436	100	263,08

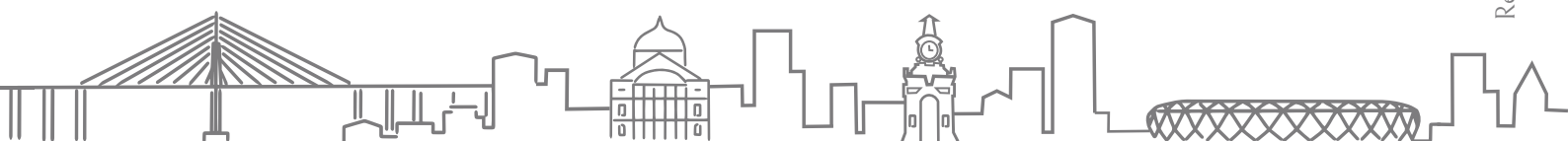
* Inclui: PGJ – CPJ – CSMP – CAO – Plantões – Designações

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA POR CLASSE – 2023*



* Inclui: PGJ – CPJ – CSMP – CAO – Plantões – Designações



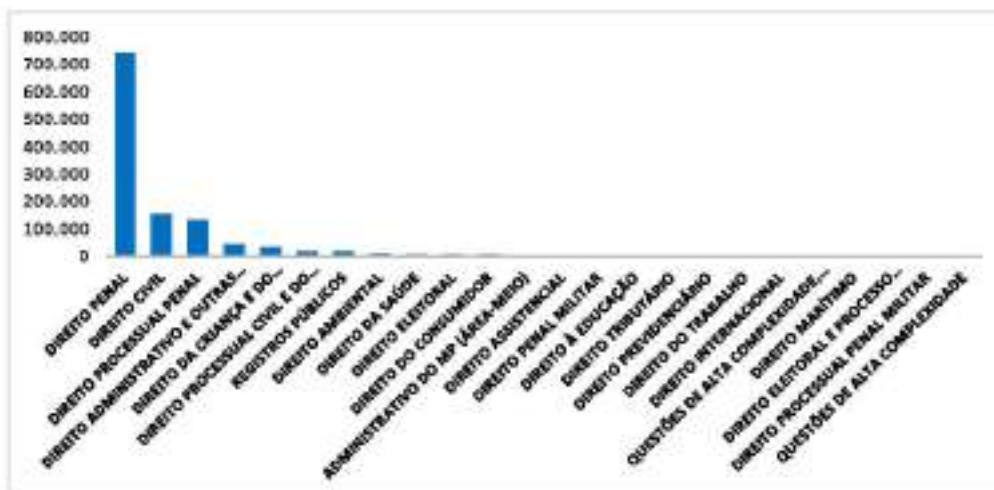
PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL POR ASSUNTO – 2023*

ASSUNTO	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL**
DIREITO PENAL	740.340	61,85	2.989,55
DIREITO CIVIL	156.279	13,06	631,07
DIREITO PROCESSUAL PENAL	134.947	11,27	544,93
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	44.076	3,68	177,98
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	33.963	2,84	137,15
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	19.177	1,60	77,44
REGISTROS PÚBLICOS	18.677	1,56	75,42
DIREITO AMBIENTAL	10.376	0,87	41,90
DIREITO DA SAÚDE	8.043	0,67	32,48
DIREITO ELEITORAL	7.578	0,63	30,60
DIREITO DO CONSUMIDOR	6.843	0,57	27,63
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	4.141	0,35	16,72
DIREITO ASSISTENCIAL	3.710	0,31	14,98
DIREITO PENAL MILITAR	2.520	0,21	10,18
DIREITO À EDUCAÇÃO	2.411	0,20	9,74
DIREITO TRIBUTÁRIO	1.857	0,16	7,50
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	882	0,07	3,54
DIREITO DO TRABALHO	559	0,05	2,26
DIREITO INTERNACIONAL	399	0,03	1,61
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO	137	0,01	0,55
DIREITO MARÍTIMO	108	0,01	0,44
DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF	74	0,01	0,30
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	18	0,00	0,07
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE	3	0,00	0,01
TOTAL	1.197.038	100	4.833,73

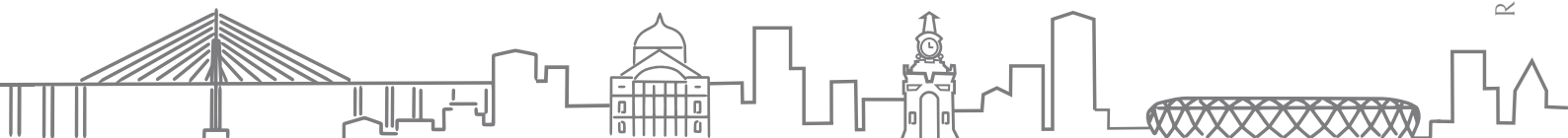
* Inclui: Plantões – JEs – Eleitoral – ACAA – CAOs – GAECO – Desig/Comissão – Autocomp – Matrões – Turmas – Uacupião

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL POR ASSUNTO – 2023*



* Inclui: Plantões – JEs – Eleitoral – ACAA – CAOs – GAECO – Desig/Comissão – Autocomp – Matrões – Turmas – Uacupião





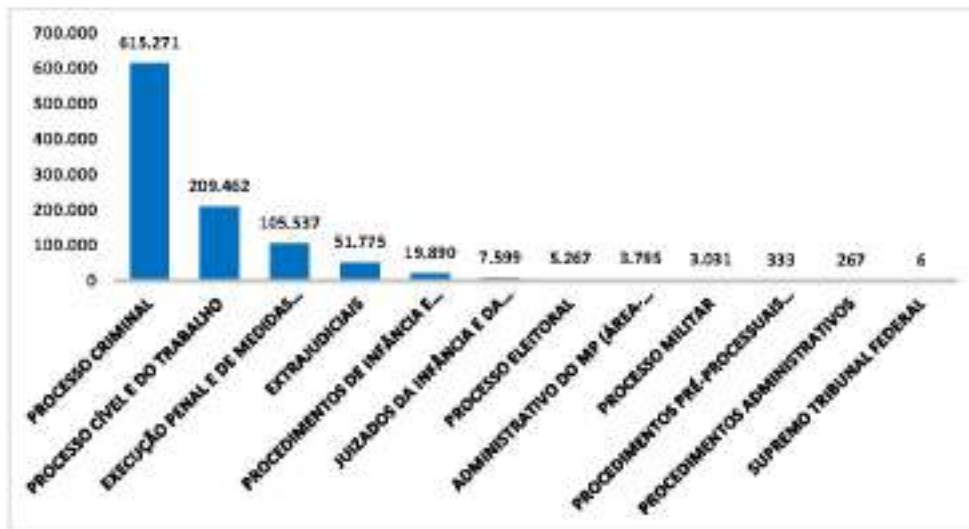
PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL POR CLASSE – 2023*

CLASSE	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL**
PROCESSO CRIMINAL	615.271	60,19	2.484,51
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	209.462	20,48	845,62
EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS	105.537	10,32	426,17
EXTRAJUDICIAIS	51.775	5,06	209,07
PROCEDIMENTOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	19.890	1,93	80,32
JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	7.599	0,74	30,69
PROCESSO ELEITORAL	5.267	0,52	21,27
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	3.795	0,37	15,32
PROCESSO MILITAR	3.031	0,30	12,24
PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	333	0,03	1,34
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	267	0,03	1,08
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	6	0,00	0,02
TOTAL	1.022.238	100	4.127,85

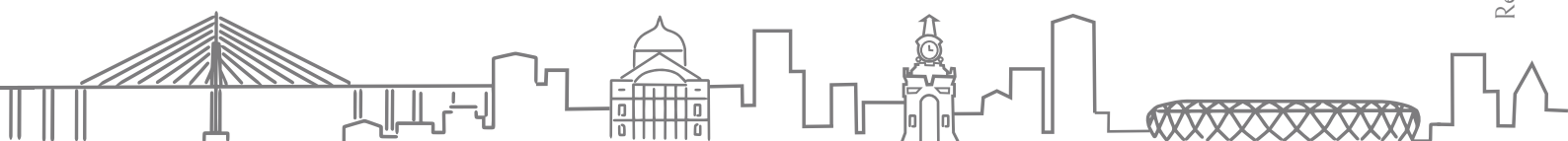
* Inclui: Plurários – JEs – Eleitoral – ACAA – CAOs – GAECO – Design/Comissão – Autocomp – Matrizes – Turmas – Usucapião

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL POR CLASSE – 2023*



* Inclui: Plurários – JEs – Eleitoral – ACAA – CAOs – GAECO – Designações – Autocomposição – Matrizes – Turmas – Usucapião





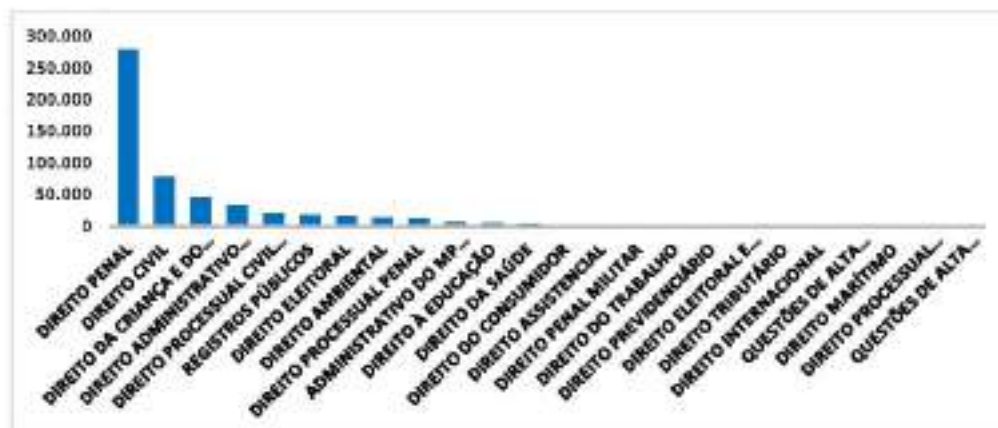
PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR POR ASSUNTO – 2023*

ASSUNTO	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM/100MIL**
DIREITO PENAL	279.242	52,03	1.239,14
DIREITO CIVIL	78.444	14,62	348,10
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	45.402	8,46	201,47
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	33.000	6,15	148,44
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	19.628	3,66	87,10
REGISTROS PÚBLICOS	17.458	3,25	77,47
DIREITO ELEITORAL	15.723	2,93	69,77
DIREITO AMBIENTAL	11.317	2,08	50,09
DIREITO PROCESSUAL PENAL	12.066	2,25	53,54
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	6.921	1,29	30,71
DIREITO À EDUCAÇÃO	4.429	0,83	19,65
DIREITO DA SAÚDE	4.221	0,79	18,73
DIREITO DO CONSUMIDOR	2.998	0,56	13,30
DIREITO ASSISTENCIAL	1.047	0,20	4,65
DIREITO PENAL MILITAR	982	0,18	4,36
DIREITO DO TRABALHO	524	0,10	2,38
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	422	0,08	1,87
DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF	373	0,07	1,66
DIREITO TRIBUTÁRIO	238	0,04	1,06
DIREITO INTERNACIONAL	167	0,02	0,47
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO	163	0,02	0,46
DIREITO MARÍTIMO	34	0,01	0,15
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	9	0,00	0,04
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE	6	0,00	0,03
TOTAL	536.684	100	2.381,59

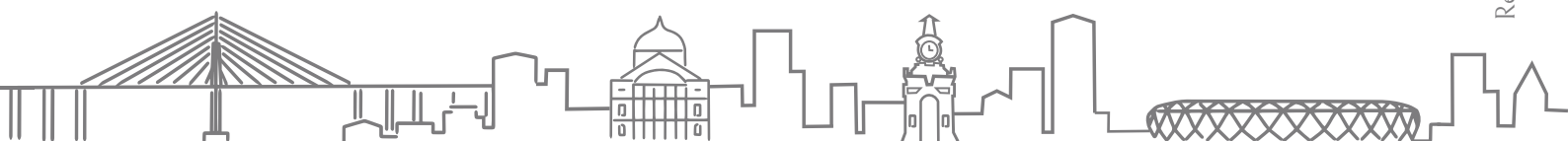
* Inclui: Pluritos – Juizados Especiais – Justiça Eleitoral

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR POR ASSUNTO – 2023*



* Inclui: Pluritos – Juizados Especiais – Justiça Eleitoral





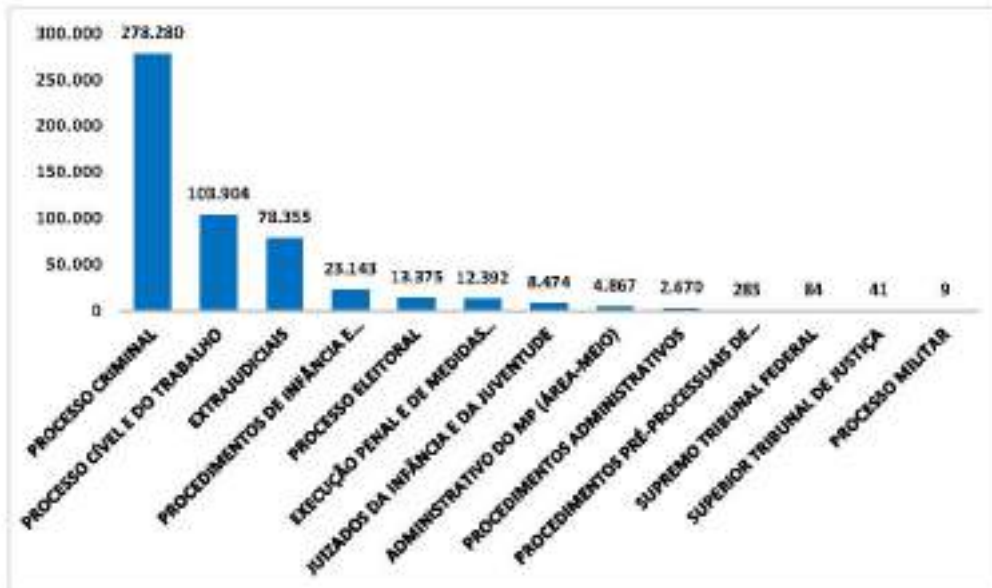
PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR POR CLASSE – 2023*

CLASSE	ATUAÇÃO MINISTERIAL		
	QUANTIDADE	%	TAM100MIL**
PROCESSO CRIMINAL	278.280	52,92	1.234,87
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	103.904	19,76	461,08
EXTRAJUDICIAIS	78.355	14,80	347,79
PROCEDIMENTOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	23.143	4,40	102,79
PROCESSO ELEITORAL	13.375	2,54	60,96
EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS	12.392	2,36	54,09
JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	8.474	1,61	37,00
ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)	4.867	0,93	21,60
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	2.670	0,51	11,89
PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	285	0,05	1,26
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	84	0,02	0,37
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	41	0,01	0,18
PROCESSO MILITAR	9	0,00	0,04
TOTAL	525.879	100	2.333,86

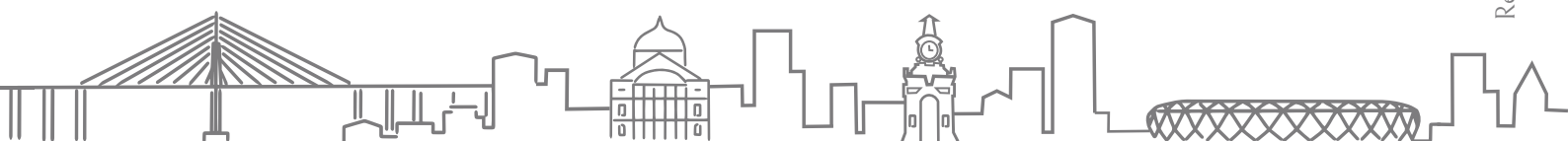
* Inclui: Platóes – Anzados Especiais – Justiça Eleitoral

** Taxa de atendimento mensal por 100 mil habitantes

PRODUTIVIDADE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR POR CLASSE – 2023*



* Inclui: Platóes – Anzados Especiais – Justiça Eleitoral



Panorama da Gestão



Capítulo 09





PANORAMA DA GESTÃO

ATUAÇÃO NACIONAL

O ano de 2023 foi marcado por uma série de eventos e realizações importantes no âmbito do Ministério Público, tanto a nível estadual quanto nacional. Inúmeras cerimônias de posse, encontros, reuniões e iniciativas foram conduzidas visando fortalecer a atuação do Ministério Público brasileiro, promover a defesa dos direitos individuais e coletivos e garantir a eficácia das instituições democráticas.

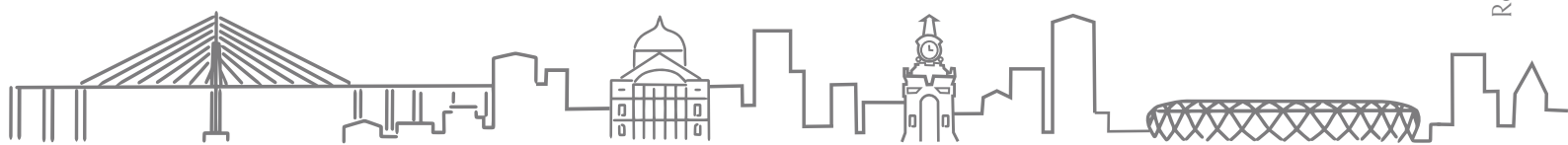
Em janeiro, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, prestigiou a cerimônia de posse do Procurador-Geral de Justiça do Tocantins, Luciano Casaroti, destacando a importância do cargo e renovando o compromisso com o Ministério Público. Posteriormente, participou do 2º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça da Região Norte, onde foram discutidas estratégias para fortalecer a atuação ministerial em um contexto desafiador.

Em fevereiro, a Ouvidora-Geral do Ministério Público do Amazonas, Jussara Maria Pordeus e Silva, participou da 63ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, em São Paulo, contribuindo para a melhoria da comunicação entre as entidades e a qualidade dos serviços públicos. O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas também marcou presença na posse do novo Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso, Deosdete Cruz Júnior, expressando apoio e desejando sucesso em sua missão.



Em março, o Ministério Público do Amazonas participou do 1º Encontro das Ouvidoras das Mulheres, em Brasília, discutindo o papel das ouvidorias na luta contra a desinformação e na proteção das mulheres vítimas de violência. A Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva assumiu a vice-presidência do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, fortalecendo o CNOMP e destacando a importância da regulação de protocolos para o recebimento de denúncias.

Em abril, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas participou da 4ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, discutindo a Política Nacional de Atenção Continuada à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público, enfatizando a importância de promover um ambiente saudável de trabalho.





Em maio, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas participou da abertura das reuniões conjuntas do CNPG, GNDH, GNDC e GNEP, no Piauí, destacando a importância da efetividade dos direitos humanos para um futuro sustentável. Também participou da reunião extraordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, em Teresina, ressaltando a importância do diálogo e da cooperação entre os membros do Ministério Público.

Em junho, participou do primeiro Congresso CONAMP Mulher, em Brasília, promovendo o diálogo sobre questões de gênero e fortalecendo a cultura e a ciência no Ministério Público brasileiro. Também participou do Programa “Segurança Pública em Foco” do CNMP, discutindo a atuação das Forças Armadas na segurança das fronteiras amazônicas.

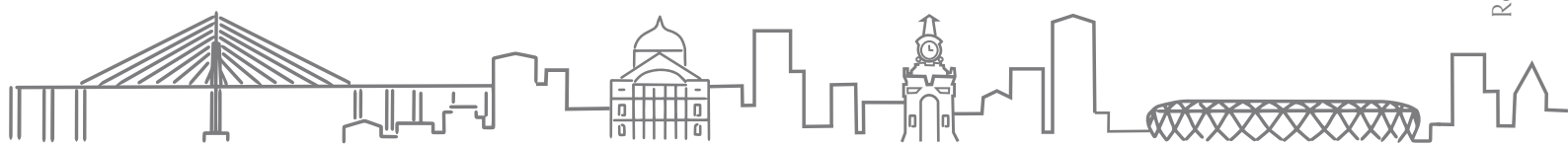
Em julho, participou do lançamento da campanha “Direitos da Vítima” e da pesquisa sobre desigualdade étnico-racial no Ministério Público, em Brasília, promovendo uma abordagem mais humanista no tratamento das vítimas e destacando a importância da promoção da inclusão e garantia dos direitos de todos os cidadãos. O Ministério Público do Amazonas também participou da criação do Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público, no Rio de Janeiro, visando unificar o controle e a proteção dos dados pessoais dos membros do MP brasileiro.



Em setembro, o Procurador-Geral de Justiça do Amazonas prestigiou a Sessão de Outorga da Comenda Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público, em Brasília, destacando a importância do evento para reafirmar o compromisso com os valores do Ministério Público brasileiro.

Em outubro, o Ministério Público do Amazonas recebeu reconhecimento nacional por uma iniciativa conjunta que impactou positivamente a vida dos egressos do sistema prisional no estado. Além disso, obteve uma decisão favorável no Supremo Tribunal Federal referente à inviolabilidade de domicílio, contribuindo para o combate à criminalidade e a erradicação da impunidade.

Em Novembro o MPAM inaugurou seu escritório de representação em Brasília, visan-





do fortalecer sua atuação no cenário federal. O espaço visa proporcionar aos membros do MPAM uma estação de trabalho na capital federal, facilitando a abordagem das demandas judiciais federais e promovendo a defesa efetiva dos direitos e interesses do Amazonas. O Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, destacou que essa iniciativa estratégica busca ampliar o acesso à justiça, melhorar a efetividade das ações institucionais e contribuir para o aprimoramento dos serviços públicos. O evento de inauguração contou com a presença de representantes dos poderes legislativo e executivo, Procuradores-Gerais de Justiça, membros do Ministério Público, representantes da sociedade civil e outros convidados.

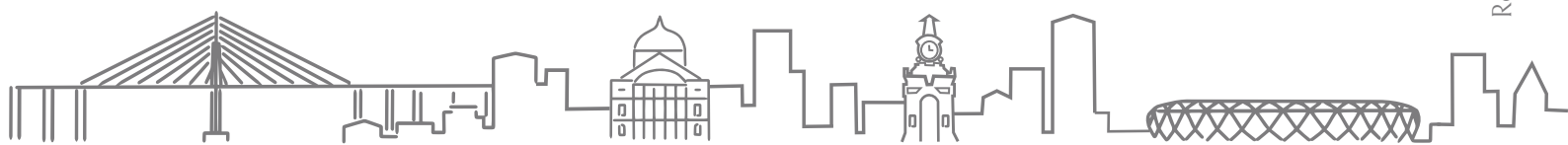
No geral, o período foi marcado por uma série de realizações significativas que demonstram o compromisso do Ministério Público brasileiro com a promoção da justiça, da igualdade e dos direitos humanos, bem como com o fortalecimento das instituições democráticas e a defesa dos interesses da sociedade. As diversas iniciativas e participações em eventos nacionais e estaduais evidenciam o papel fundamental do Ministério Público na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Congresso do GNDH e Presidência do CNPG



O Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, atua na elaboração de Políticas Públicas que promovam os Direitos Humanos e na criação de mecanismos para o cumprimento dessas políticas. Além disso, o grupo trabalha para garantir a proteção e a assistência às vítimas de violações de direitos humanos, bem como para responsabilizar os autores dessas violações. Assim, a atuação do GNDH é fundamental para garantir que os Ministérios Públicos de todo o País estejam comprometidos com a defesa e a promoção dos direitos humanos, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante a reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG), o Procura-



dor-Geral de Justiça do Amazonas, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, assumiu a presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) para o biênio 2023-2025. O GNDH visa promover a defesa e a promoção dos direitos humanos em todo o país, abrangendo áreas como os direitos das mulheres, das pessoas LGBTI+, das pessoas com deficiência, das pessoas negras, entre outros. A cerimônia contou com a presença do então Procurador-Geral da República, Augusto Aras. O GNDH atua na elaboração de políticas públicas, na assistência às vítimas de violações de direitos humanos e na responsabilização dos autores dessas violações, contribuindo para um Ministério Público comprometido com a defesa dos direitos humanos e uma sociedade mais justa e igualitária.

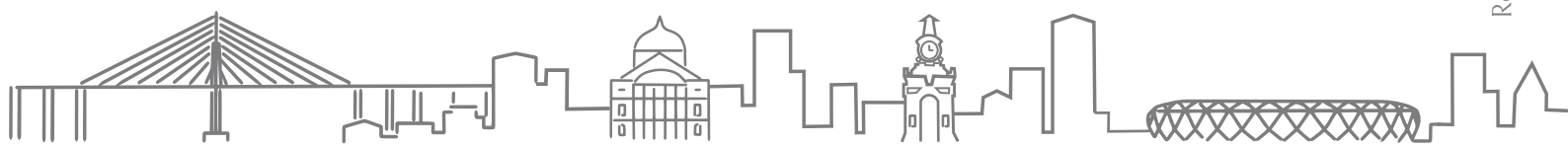


Durante 2023, o MPAM desempenhou um papel crucial na organização e execução do Congresso Nacional de Direitos Humanos. Este evento, ocorrido em Manaus de 10 a 12 de novembro, congregou especialistas, autoridades e ativistas de todo o país para examinar os principais desafios e progressos no campo dos direitos humanos no Brasil.

Para assegurar o sucesso do congresso, o GNDH adotou uma abordagem estruturada desde o início. Em fevereiro, o grupo realizou sua primeira reunião para discutir os planos para o evento. No mês seguinte, uma Comissão Organizadora foi estabelecida, composta por membros do MPAM, representantes da sociedade civil e de outras instituições relevantes. A campanha de divulgação teve início em abril, visando mobilizar a sociedade amazonense para a importância do congresso. As inscrições foram abertas em junho e, ao final do prazo em setembro, mais de 1.000 participantes já estavam inscritos.

Ao longo dos meses que antecederam o evento, uma série de palestras e workshops preparatórios foram realizados, envolvendo especialistas renomados. Em agosto, o site oficial do congresso foi lançado, fornecendo informações detalhadas sobre a programação, palestrantes e inscrições. Em outubro, a programação completa do congresso foi divulgada, detalhando os temas dos painéis, mesas redondas e oficinas.

O Congresso teve início em 10 de novembro com uma solenidade de abertura que contou com a presença de autoridades do MPAM, do governo do Amazonas e da sociedade civil. No dia seguinte, uma série de painéis, mesas redondas e oficinas abordaram uma ampla gama de questões relacionadas aos direitos humanos, incluindo desafios políticos, proteção de populações vulneráveis, relação entre direitos humanos e meio ambiente, e garantia da segurança pública respeitando os direitos humanos. O ponto alto do último dia foi a pales-



tra magna conduzida por um especialista internacional em direitos humanos, seguida pela solenidade de encerramento, onde foi lida a Carta de Manaus, documento que consolidou os principais debates e propostas do congresso.

Os resultados e impactos do congresso foram significativos. Mais de 1.000 pessoas estiveram presentes, incluindo especialistas, autoridades, ativistas e estudantes de diversas partes do país. O evento proporcionou um espaço crucial para o debate sobre os desafios e avanços dos direitos humanos no Brasil, culminando na elaboração da Carta de Manaus. Além disso, o congresso contribuiu para fortalecer a Rede Nacional de Promoção dos Direitos Humanos (RNDH) e sensibilizou a sociedade amazonense sobre a importância da defesa dos Direitos Humanos. Além do congresso, o GNDH continua seu trabalho em prol dos direitos humanos no Amazonas. No final de 2023, realizou uma avaliação do congresso e definiu suas prioridades para o ano seguinte.

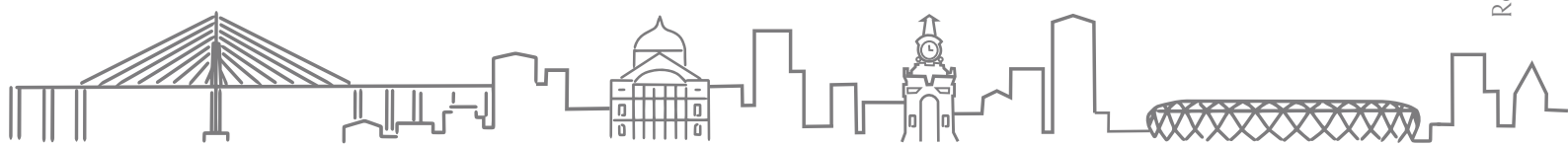
Concomitante à realização do Congresso, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais realizou uma Reunião Extraordinária em Manaus para discutir os enunciados debatidos pelo GNDH, com coordenadores das comissões trazendo perspectivas e desafios de diferentes áreas. O presidente do CNPG destacou a importância do trabalho colaborativo para fortalecer os direitos humanos. Além disso, o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas ressaltou a necessidade de mudança de paradigmas na abordagem ambiental, criticando a visão geopolítica que trata países em desenvolvimento como depósitos de carbono. O evento foi marcado por um debate construtivo sobre questões sociais, ambientais e econômicas.



Em síntese, o Congresso Nacional de Direitos Humanos representou um marco na história da luta pelos direitos humanos no Amazonas. Ao reunir diversos atores sociais, o evento proporcionou um espaço valioso para o debate e a reflexão sobre as questões mais prementes nessa área. O empenho contínuo do MPAM na execução e implementação do GNDH é digno de reconhecimento, demonstrando o comprometimento da instituição com a defesa dos Direitos Humanos. Sua liderança na coordenação do Congresso Nacional de Direitos Humanos evidencia sua dedicação à promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos para toda a população, destacando-se como um protagonista crucial nessa empreitada.

Destaques da Gestão

O ano de 2023 foi marcado por uma série de eventos e realizações significativas para o





Ministério Público do Amazonas (MPAM), destacando-se por seu compromisso com a transparência, eficiência e justiça em suas atividades e relações institucionais.

Em 17 de fevereiro, o Portal da Transparência do MPAM recebeu uma avaliação “ótima” pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP, com uma pontuação de 94,4%. Esta conquista destacou a dedicação da instituição em fornecer acesso público às informações sobre a execução orçamentária, financeira e administrativa, fortalecendo o controle social sobre a gestão de recursos públicos.

No dia 14 de março, duas Procuradoras de Justiça, Sílvia Abdala Tuma e Jussara Maria Pordeus e Silva, assumiram os cargos de Corregedora-Geral e Ouvidora-Geral do MPAM para o biênio 2023-2025. A cerimônia de posse enfatizou os valores e compromissos dessas líderes, além de reunir autoridades e membros da comunidade jurídica em um evento solene.



Em 4 de abril, o Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, apresentou o Relatório Anual de Atividades de 2022 à Assembleia Legislativa do Estado, destacando os avanços e ações realizadas pela instituição no ano anterior. A sessão especial ressaltou o compromisso do MPAM com a legalidade, justiça e acesso à justiça, recebendo elogios e reconhecimento por sua atuação.

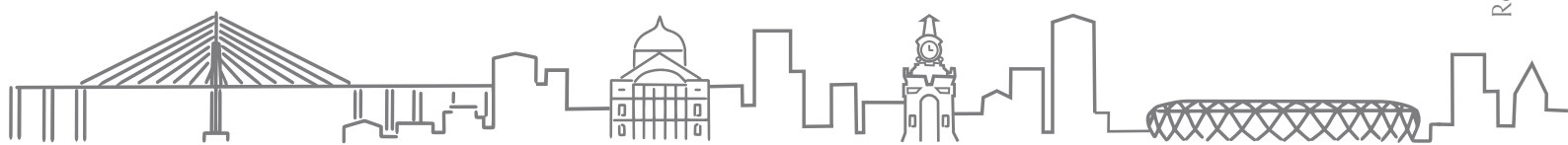
No dia 9 de agosto, o Procurador-Geral de Justiça participou da abertura do XI Concurso de Júri Simulado 2023 da OAB-AM, enfatizando a importância do evento para a formação prática dos estudantes de Direito e o debate sobre questões jurídicas relevantes para a sociedade.

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior foi homenageado com o título de Cidadão de Manaus em uma sessão solene na Câmara Municipal, reconhecendo seu trabalho em prol do sistema de justiça e do bem-estar dos cidadãos do estado. O evento reuniu autoridades locais e membros do MPAM em uma demonstração de apreço e reconhecimento pelo seu serviço.

O MPAM também prestou homenagem ao Procurador de Justiça Nicolau Libório dos Santos Filho, que se aposentou após 37 anos de serviço dedicado à instituição. A cerimônia destacou sua contribuição e recebeu a Medalha do Mérito do MPAM, demonstrando gratidão e reconhecimento por sua dedicação.

Durante o ‘1º Encontro da Advocacia do Interior da OAB/AM-2023’, o Procurador-Geral de Justiça foi homenageado, destacando sua atuação no interior do estado em prol dos direitos da população cabocla e o fortalecimento do sistema de justiça. Em 17 de agosto, membros do MPAM apresentaram uma série de projetos e iniciativas ao Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, demonstrando o compromisso da instituição com a promoção do bem-estar social e o fortalecimento do estado de direito.

Aguinelo Balbi Júnior assumiu como o novo Subprocurador-Geral de Justiça para As-





suntos Jurídicos e Institucionais do MPAM, trazendo sua experiência e compromisso para enfrentar os desafios institucionais.

Em 22 de agosto, o PGJ recebeu a visita institucional do Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas e do Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, discutindo estratégias para promover a regularização fundiária na região amazônica.

O MPAM realizou um Censo Previdenciário obrigatório para Membros, servidores e pensionistas, visando atualizar informações e consolidar o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social, demonstrando o compromisso com a transparência e responsabilidade institucional.

O Procurador-Geral de Justiça recebeu a visita institucional da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Amazonas, discutindo parcerias e pautas em comum para fortalecer o sistema de justiça e garantir a efetividade das políticas públicas no estado.

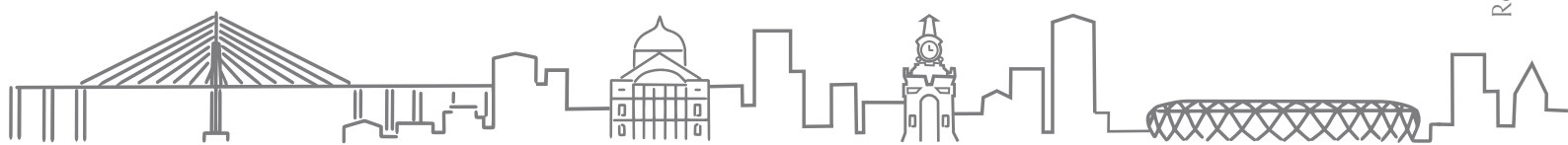
MPAM, Poder Judiciário Estadual e OAB-AM uniram esforços para combater demandas judiciais fraudulentas, visando inibir litigância de má-fé e a proliferação de ações predatórias que prejudicam a eficiência do sistema judicial, destacando a importância da cooperação entre as instituições.

O Procurador-Geral de Justiça recebeu a visita institucional do novo Secretário de Segurança Pública, ressaltando a importância da cooperação entre as instituições para fortalecer a atuação em prol da sociedade e promover a segurança pública.



Em Novembro, o MPAM alcançou um marco histórico ao receber o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Essa distinção, inédita para o MPAM, reflete a notável transparência ativa dos portais dos órgãos fiscalizados pelos Tribunais de Contas, incluindo os sites das próprias instituições de controle externo. Na avaliação que abrangeu 23 Ministérios Públicos Estaduais, o Amazonas se destacou, alcançando a 6ª posição com um índice de transparência de 96,92%. O Procurador-Geral de Justiça do Amazonas,

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, destacou o comprometimento e excelência dos membros e servidores do MPAM, enfatizando que o Selo Diamante evidencia o mais alto padrão de transparência ativa nas práticas e políticas institucionais. A divulgação dos resultados ocorreu durante o seminário “Transparência em Foco: Controle e Participação”, em Brasília, em colaboração com os Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). Segundo a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Lílian Maria Pires Stone, a transparência é crucial para fortalecer a confiança da socie-



dade nas instituições e promover a participação cidadã no controle social.

MPAM empossou dois novos Procuradores de Justiça



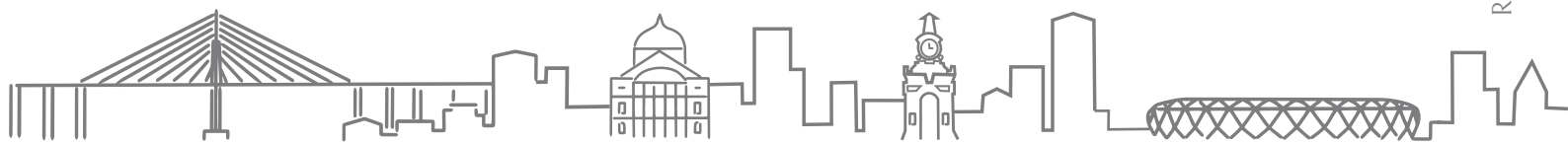
Em 04 de fevereiro, Mara Nóbria Albuquerque da Cunha assumiu a 14ª Procuradoria de Justiça do Amazonas, em sessão solene presidida pelo Procurador-Geral de Justiça Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior. Com 33 anos de carreira, Mara Nóbria foi promovida ao cargo por merecimento, sendo homenageada com a Medalha do Mérito do MPAM.

Em 13 de dezembro, Marco Aurélio Lisciotto assumiu a 24ª Procuradoria de Justiça do Amazonas, também em sessão solene presidida pelo Procurador-Geral de Justiça Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior. Lisciotto, promovido por antiguidade, foi saudado pela sua notável atuação na defesa da Justiça Penal e homenageado com a Medalha do Mérito do MPAM.

Ambas as cerimônias foram realizadas no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Colégio dos Procuradores de Justiça do MPAM



no YouTube e contaram com a presença de autoridades dos poderes estaduais e municipais, bem como de familiares e colegas de trabalho dos empossados, celebrando a trajetória e o





compromisso dos novos Procuradores de Justiça.

Inaugurações e Reformas de Promotorias e Beneficiamento Geral da Infraestrutura Institucional

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) tem realizado uma série de ações visando a estruturação e modernização de suas promotorias de justiça, tanto na capital quanto no interior do estado. O Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, tem liderado esses esforços, buscando promover uma atuação mais eficiente e próxima da população amazonense. Essas iniciativas têm como objetivo principal proporcionar melhores condições de trabalho aos membros e servidores, além de garantir um atendimento mais eficiente à população.

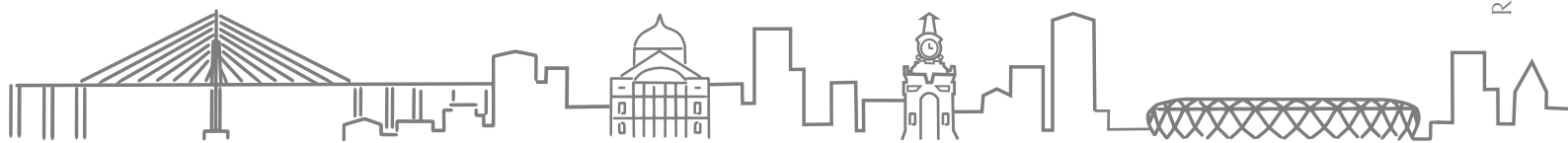
Uma das principais frentes dessas ações é a entrega de equipamentos e veículos para as promotorias de justiça. Foram realizadas entregas nas cidades de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Coari, Maués, Presidente Figueiredo, Barreirinha e Parintins. Esses recursos incluem computadores, motocicletas e automóveis, proporcionando mais agilidade e mobilidade aos membros e servidores no desempenho de suas atividades.



Além disso, o MPAM tem investido em sedes próprias para as Promotorias de Justiça, como as inauguradas em Coari, Maués e Presidente Figueiredo e a obra da nova sede em Manacapuru que está em fase de conclusão. Essas novas instalações proporcionam uma estrutura mais adequada e funcional para o desempenho das atividades ministeriais, contribuindo para uma melhor prestação de serviços à comunidade.

A modernização também tem sido uma prioridade, com a renovação da frota veicular do MPAM e a adoção de soluções tecnológicas avançadas pela Assessoria de Segurança Institucional. O uso de equipamentos modernos, como o sistema de monitoramento eletrônico Ocor, tem sido fundamental para garantir a segurança dos membros e servidores do Ministério Público, bem como da sociedade em geral.

A inovação também está sendo promovida por meio do Comitê de Governança da Inova-





ção, que busca desenvolver processos de trabalho inovadores para a instituição. O Impacta-LAB, laboratório de inovação do MPAM, tem sido o local de discussão e implementação de ideias para melhorar a rotina de trabalho e fortalecer a atuação do Ministério Público em prol da sociedade amazonense.

Essas ações refletem o compromisso do Ministério Público do Amazonas em promover uma justiça mais eficiente e acessível, atendendo às demandas da população do estado, tanto na capital quanto no interior. Com investimentos em estrutura, tecnologia e inovação, o MPAM busca garantir o cumprimento de sua missão institucional de forma cada vez mais eficaz.

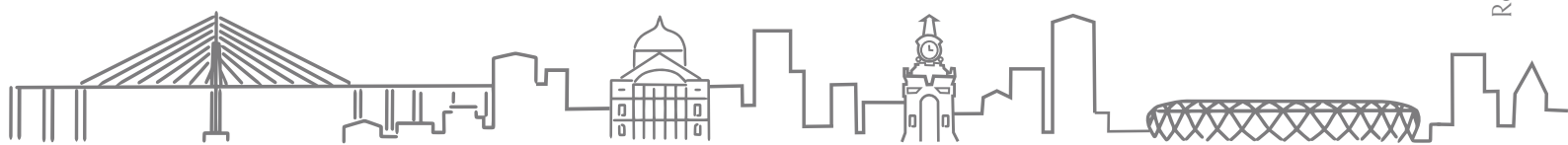
Em julho de 2023, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) deu início à temporada de propostas para o leilão de veículos automotores inutilizáveis pelo órgão. A Comissão Permanente de Licitação supervisionou o processo, permitindo que os interessados examinassem os veículos entre 24 de julho e 4 de agosto na sede do MPAM. O Procurador-Geral de Justiça destacou a eficiência do leilão como medida para a destinação adequada desses veículos, além de recuperar recursos para o órgão. A abertura dos lances ocorreu em 7 de agosto de 2023, com os veículos sendo vendidos no estado em que se encontravam e com licenciamen-



to válido para o ano de 2023. Tanto pessoas maiores de idade quanto empresas legalmente registradas puderam participar, tendo acesso ao Edital do Leilão pelo site do MPAM, e informações adicionais foram disponibilizadas pela Comissão Permanente de Licitação por telefone ou e-mail.

Em agosto, especificamente no dia 14, o MPAM realizou seu primeiro Leilão Administrativo de Veículos de 2023 em Manaus, arrematando todos os 38 lotes, que incluíam motocicletas e automóveis. A arrecadação totalizou R\$1.347.300,00, superando as expectativas ao ultrapassar em 63,49% o valor mínimo estimado, o que representou um lucro de R\$523.203,57. Esses recursos serão direcionados ao Fundo de Apoio do MP (FAMP/AM), criado em 2008 para financiar diversas atividades do órgão, incluindo aquisição de equipamentos e aprimoramento técnico-profissional dos membros e servidores. O evento foi conduzido pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) e pelo Leiloeiro Administrativo Cleiton da Silva Alves, realizado no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Em outubro, o MPAM anunciou um projeto de readequação da entrada de suas dependências, visando aprimorar tanto a segurança quanto a acessibilidade. As obras tiveram início em 30 de outubro e estavam previstas para serem





concluídas em 60 dias. O projeto incluiu a instalação de sistemas automatizados de controle de acesso, respondendo a demandas internas e sociais. O objetivo era proporcionar segurança e eficiência no acesso às instalações, atendendo às normas de acessibilidade. A reconstrução da entrada contemplou a criação de áreas acessíveis para cadeirantes e deficientes visuais, com rampas e piso tátil. Durante as obras, o acesso principal foi desviado para outra rota, e membros e servidores utilizaram áreas de estacionamento alternativas. Para mais informações, a população foi orientada a contatar o MPAM pelos canais de comunicação disponíveis.



Em dezembro, o Procurador-Geral de Justiça realizou uma visita técnica às futuras instalações da nova sede do Ministério Público em Anori. Essa visita, ocorrida em 29 de dezembro de 2023, teve como propósito inspecionar e acompanhar o progresso das obras civis. Segundo o PGJ, a nova sede própria traria benefícios significativos para Anori e sua região, expandindo a capacidade de atendimento e proporcionando um serviço mais eficiente e abrangente à população local. As obras estavam avançando rapidamente, e a expectativa era de que em breve a nova sede do Ministério Público estivesse em pleno

funcionamento, oferecendo serviços de qualidade e atendendo às necessidades da população de Anori e arredores.

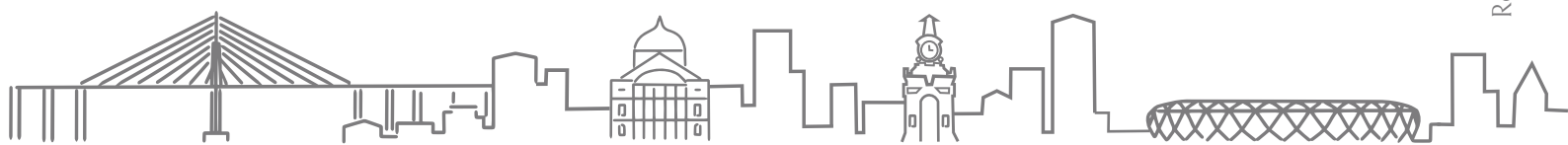
V Congresso do Ministério Público do Amazonas

O V Congresso do Ministério Público do Estado do Amazonas foi marcado por uma participação expressiva, reunindo autoridades, estudiosos e membros da comunidade em geral. O evento, que teve início com a cerimônia de abertura no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, foi presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, contando com a presença de diversas autoridades do estado.

Durante a abertura, discursos enfatizaram a importância da atuação resolutiva do Ministério Público, destacando o papel do promotor como agente presente e proativo na resolução de conflitos e promoção da paz social. O Governador Lima reconheceu a relevância da instituição no fortalecimento da democracia, reiterando o compromisso do governo estadual em colaborar de forma harmoniosa.

O primeiro dia do congresso apresentou sete palestras e debates distribuídos em quatro eixos temáticos, todos relacionados à resolutividade do órgão ministerial. O evento proporcionou não apenas uma troca de conhecimentos, mas também a oportunidade de estabelecer redes de contatos com pesquisadores de diversas regiões do país.

No segundo dia, os participantes foram brindados com discussões sobre temas cruciais, incluindo racismo estrutural, inteligência artificial aplicada ao Direito, violência de gênero, entre outros. Palestrantes renomados abordaram questões complexas, como o racismo presente até mesmo dentro do Ministério Público, ressaltando a importância da diversidade para a efetivação da democracia.



Os debates também exploraram o papel do Ministério Público na promoção da justiça multiportas e na defesa dos direitos fundamentais, destacando a necessidade de uma atuação ampla e inclusiva, capaz de contemplar as diversas realidades sociais e étnico-raciais do país. O evento ofereceu uma oportunidade única para refletir sobre o papel da instituição em uma sociedade em constante transformação.

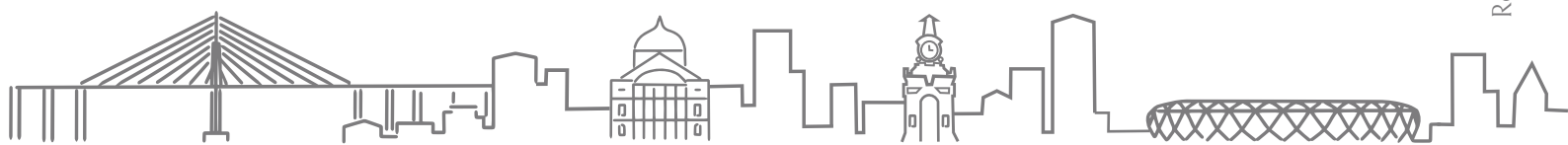


O encerramento do congresso foi marcado por debates sobre direitos da vítima, política penitenciária e soluções extrajudiciais, além de apresentações culturais que destacaram a riqueza do folclore amazônico. O Procurador-Geral de Justiça expressou sua satisfação com o sucesso do evento, destacando o empenho coletivo dos organizadores, palestrantes e participantes em tornar o congresso uma plataforma eficaz para o aprimoramento da instituição e o fortalecimento do serviço à sociedade.

Os debates ao longo dos três dias abordaram questões cruciais para o Ministério Público, desde o enfrentamento do racismo e da violência de gênero até o uso da tecnologia como ferramenta de gestão e a promoção de soluções extrajudiciais. O congresso representou um importante espaço para a reflexão e o diálogo, reafirmando o compromisso da instituição com a defesa dos direitos fundamentais e o combate às injustiças em todas as suas formas.

XIX Júri Simulado – Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle

O XIX Júri Simulado do Ministério Público do Amazonas foi realizado em homenagem à Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle, falecida em 2021. O evento teve início em 13 de novembro e encerrou em 17 de novembro de 2023. Dez equipes de acadêmicos de Direito, representando instituições de ensino superior da capital amazonense, participaram do evento. As inscrições para o concurso foram abertas no período de 18 a 29 de setembro. Cada estabelecimento de ensino superior pôde inscrever apenas uma equipe, composta por no máximo





seis estudantes regularmente matriculados em cursos de Direito, públicos ou privados.

O evento contou com confrontos emocionantes e debates sobre processos penais de crimes dolosos contra a vida já transitados em julgado e anonimizados. A atividade proporcionou aos acadêmicos a oportunidade de vivenciar situações de prática profissional, aproximando a teoria ensinada nas salas de aula da prática jurídica. O julgamento ocorreu no Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, junto à sede do MPAM, com a presença de representantes das instituições participantes e da família da homenageada.



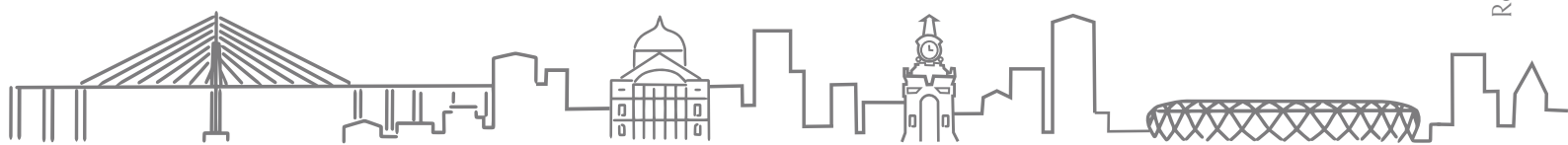
A premiação foi destinada tanto a indivíduos quanto a equipes. Os três acadêmicos mais destacados foram reconhecidos individualmente, com prêmios de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1.400, respectivamente, para o primeiro, segundo e terceiro lugar. As equipes também foram premiadas, com valores correspondentes aos três primeiros lugares, além de medalhas para os participantes e troféus para as instituições de ensino.

A UniNorte foi a campeã do XIX Júri Simulado do MPAM, após uma disputa acirrada com a Faculdade Martha Falcão. A competição proporcionou aos participantes uma valiosa experiência, além de homenagear a memória da Procuradora de Justiça Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

O evento foi organizado com sucesso graças ao empenho da equipe de Promotores de Justiça e da comissão organizadora, bem como ao apoio das instituições de ensino participantes. A homenagem à Procuradora Antonina Maria de Castro do Couto Valle acrescentou um significado especial ao evento, que se destacou como uma importante oportunidade de aprendizado e aprimoramento para os acadêmicos de Direito da região.

Realização de Concurso de Ingresso na Carreira do MPAM, Seleção de Residência Profissional e Provas de Estágio

Durante o ano de 2023, o MPAM empreendeu esforços significativos para ampliar e qualificar seus quadros de pessoal. O ano teve início com a preparação para realização concurso de ingresso na carreira do MPAM, oferecendo 18 vagas, além da formação de cadastro. Houve também o lançamento do edital para o processo seletivo simplificado, que disponibilizou vagas para diversos cargos temporários. Em fevereiro, foi lançado o edital para o programa de Residência Jurídica, destinado a recém-formados em Direito.





No mês de março foi realizado o certame pra ingresso na carreira, evento que transcorreu com tranquilidade durante todas as suas etapas, com mais de 1.700 candidatos. A prova ocorreu em três locais de Manaus, com 5 horas de duração, e a previsão para homologação é janeiro de 2024. O certame oferece 18 vagas, sendo 10 para ampla concorrência, 4 para pessoas com deficiência e 4 para pessoas pretas. A Comissão de Trabalho do MPAM supervisionou o processo, visitando os locais de prova para garantir sua eficiência. A Presidente da Comissão ressaltou a importância do concurso para atender às demandas da sociedade e do Estado, enquanto o Procurador-Geral de Justiça destacou seu papel na democratização do serviço público. A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Amazonas enfatizou a relevância do concurso para promover a moralidade e a eficiência na administração pública. A Comissão Organizadora do Concurso foi liderada pelos Procuradores de Justiça Anabel Vitória Mendonça de Souza e Públio Caio Bessa Cyrino, além de outros membros.

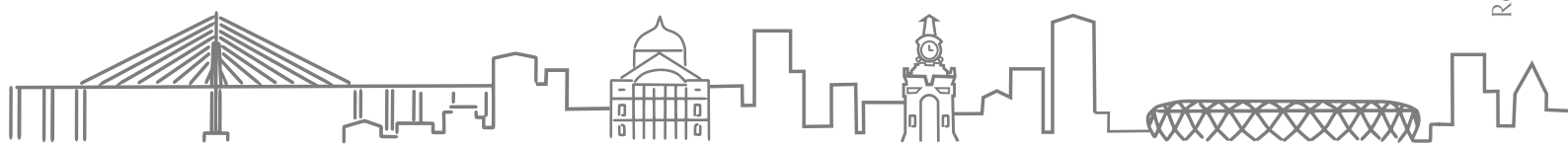
Em paralelo, o MPAM deu início ao programa de estágios para estudantes de Direito, oferecendo vagas em diversos setores da instituição. Ao longo do processo seletivo, foram promovidas palestras informativas sobre o concurso público e o programa de estágios para interessados na carreira jurídica. O mês de julho marcou a realização de um evento de integração para os novos servidores, incluindo os aprovados nos concursos e processos seletivos, bem como os estagiários. Nesse período, o programa de Residência Jurídica promoveu uma palestra sobre ética profissional para os residentes, enquanto o programa de estágios teve seu desempenho avaliado por meio da divulgação de um relatório de atividades.



No decorrer do segundo semestre, foram realizadas convocações de residentes e atividades de capacitação, como cursos e palestras, para os servidores e residentes, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Em outubro, ocorreu o evento de encerramento do programa de estágios, seguido por um seminário de pesquisa promovido pelo programa de Residência Jurídica.

Em novembro, o MPAM anunciou a abertura do concurso público para o ano de 2024, indicando sua contínua preocupação em fortalecer seus quadros. O ano foi encerrado com a realização de uma cerimônia de premiação dos melhores trabalhos do programa de Residência Jurídica, sinalizando a continuidade dos esforços do MPAM em recrutar e capacitar profissionais qualificados.

Ao longo de todo o ano, o MPAM demonstrou um compromisso claro com a ampliação e qualificação de seus recursos humanos, visando a melhoria dos serviços prestados à sociedade amazonense. Através da realização de concursos, programas de residência e estágios, a instituição buscou fortalecer sua equipe e preparar novos profissionais para os desafios futuros.





Campanhas de Informação e Conscientização

Em abril de 2023, durante o “Abril Azul”, o Ministério Público do Amazonas (MPAM) organizou um evento para discutir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Durante essa iniciativa, o Promotor de Justiça Vitor Fonsêca conduziu uma roda de conversa sobre a legislação local e ouviu relatos alarmantes de mães sobre violações desses direitos. Entre os relatos estavam casos de recusa de matrículas em escolas, falta de apoio de mediadores, ocorrências de bullying e dificuldades com planos de saúde. O MPAM assumiu a responsabilidade de investigar essas denúncias e trabalhar em várias frentes para garantir que os direitos das pessoas com TEA fossem respeitados.

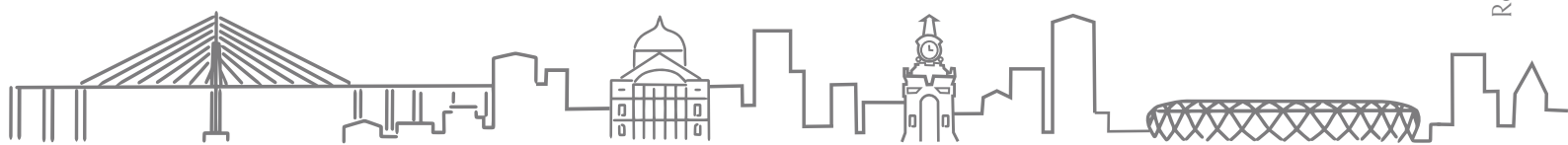


Em seguida, em abril, especificamente no dia 24, o MPAM se uniu a uma campanha liderada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (Copevid/CNPG) para combater a violência doméstica contra trabalhadoras domésticas. Esta campanha destacou a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violência contra esse grupo vulnerável. O MPAM, como parte da Copevid, reconheceu a importância de proteger essas trabalhadoras, muitas das quais sofrem abusos sem proteção legal. A campanha, lançada nas redes sociais em 24 de abril, buscou educar sobre as formas de violência doméstica e facilitar denúncias, estendendo-se até 27 de abril, Dia da Empregada Doméstica.

Em maio, durante o “Maio Laranja”, o MPAM participou de um mutirão chamado “Mutirão Justiça pela Dignidade”, promovido pelo Tribunal de Justiça, para acelerar processos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, afetados pela pandemia. Promotores de Justiça, como Rodrigo Leão e Adriano Marinho, participaram ativamente deste esforço, conduzindo audiências e enfrentando desafios como garantir acesso à justiça para as vítimas e fornecer suporte terapêutico e financeiro adequado, já que muitas precisavam até mesmo mudar de residência para escapar de seus agressores. O mutirão teve como objetivo garantir celeridade processual e oferecer apoio às vítimas para reconstruir suas vidas.



Ainda em maio, o MPAM também participou de um evento simbólico na Maternidade Dr. Moura Tapajóz, em Manaus, como parte da campanha “Faça Bonito: Proteja nossas Crianças e Adolescentes”, que visa combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este evento destacou a importância da prevenção e sensibilização da sociedade sobre a violência sexual





infantil, incluindo palestras, distribuição de folhetos informativos e apresentações musicais, como formas de reforçar o compromisso com o acolhimento das vítimas.

Em setembro, durante o “Setembro Verde”, o MPAM colaborou com a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa do Grupo Nacional de Direitos Humanos para promover a campanha de combate ao capacitismo e promover a inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD). Esta campanha visou conscientizar sobre práticas e barreiras que geram preconceito e exclusão, destacando a importância da acessibilidade em todos os aspectos da vida. A iniciativa também buscou inspecionar instalações para garantir acessibilidade e promover a inclusão na educação, enfatizando a necessidade de esforços conjuntos da sociedade e do Estado para alcançar a plena inclusão das PCD.

